



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Laiane Michele Silva Souza

PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE
IBIASSUCÊ: UM ESTUDO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTO INÁCIO

Vitória da Conquista/BA

2025

Laiane Michele Silva Souza

**PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE
IBIASSUCÊ: UM ESTUDO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTO INÁCIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio

Vitória da Conquista/BA



Este documento está sob licença CCBY da Creative Commons

S716p

Souza, Laiane Michele Silva.

Pluriatividade e desenvolvimento local no município de Ibiassucê:
um estudo da comunidade Quilombola de Santo Inácio. / Laiane
Michele Silva Souza, 2025.

250f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Vilomar Sandes Sampaio.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa
de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 232 – 234.

1. Pluriatividade - Território quilombola. 2. Desenvolvimento local. 3.
Agricultura

familiar. 4. Capital social. I. Sampaio, Vilomar Sandes. II. Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGeo. T. III.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pré-ritório de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



PPGeo
PPG GEOGRAFIA EM UESB
UESB

FOLHA DE APROVAÇÃO

"PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ: UM ESTUDO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTO INÁCIO"

LAIANE MICHELE SILVA SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 17 de março de 2026

Banca Examinadora

Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio (PPGeo/UESB)
(Orientador)

Prof. Dr. Andrecksa Vianna Oliveira Sampaio (PPGeo/UESB)
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Glauber Barros Alves Costa (UNEB)
(Examinador Externo)

Laiane Michele Silva Souza
(Mestranda)

DEDICATÓRIA

“Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”

(Djamila Ribeiro)

Dedico esta pesquisa e o futuro título de mestre a todas as meninas e mulheres negras que vieram antes de mim. Às que existiram sem escolha, às que resistiram sem descanso, às que sonharam mesmo quando sonhar era um risco. Cada passo que dou carrega os passos de vocês. Cada conquista minha é atravessada pela luta, pela coragem e pela permanência de quem abriu caminhos em tempos de negação, silêncio e dor. Eu caminho porque vocês caminharam. Eu chego porque vocês sustentaram.

Dedico, de maneira profundamente amorosa, esta pesquisa a uma mulher negra, minha tia, que se tornou mãe para que eu pudesse estudar, sonhar e existir inteira. A você, que abriu mão da própria trajetória para que eu pudesse construir a minha, ecoa em mim o verso de Luedji Luna: *“eu carrego o seu coração comigo”*. Onde a história lhe negou direitos, você construiu possibilidades. Onde lhe faltou escola, sobrou sabedoria, cuidado e força. Este título é seu, porque foi o seu colo que me sustentou quando o mundo era duro demais para uma menina preta ousar sonhar.

Dedico, ainda, a Dona Tereza e seu Roxinho, ancestrais e anciões da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, guardiões da memória, da terra e dos saberes que o tempo não apagou. Em vocês reconheço a força da ancestralidade viva, aquela que ensina sem livros, que orienta pelo exemplo e que sustenta o território pela palavra, pelo cuidado e pela resistência cotidiana. Este título também lhes pertence, porque é fruto das histórias partilhadas, da escuta respeitosa e da sabedoria ancestral que segue ensinando a permanecer, mesmo quando tudo tenta nos deslocar.

Por fim dedico esta pesquisa a todas as pessoas que não conseguiram vencer o câncer, cujas ausências permanecem presentes nas memórias, nos afetos e nas histórias que continuam sendo contadas. Que cada trajetória interrompida nos lembre da urgência do cuidado e da vida, e fortaleça a esperança de que chegará o tempo em que essa doença será apenas uma lembrança superada. Confio na ciência, na pesquisa e na universidade pública, que seguem, diariamente e de forma incansável, na luta para que a cura seja descoberta e para que outras histórias possam continuar sendo vividas.

Que este título honre as mulheres negras que sustentam mundos inteiros sem reconhecimento, os homens negros que transformaram dor em ensinamento, os anciões e

ancestrais que guardam a memória coletiva, e as gerações que ainda virão. Que ele seja memória viva, reparação histórica e compromisso com o futuro.

AGRADECIMENTOS

A Deus

A Deus, meu Pai, e à Nossa Senhora Aparecida, elevo minha mais profunda gratidão. Agradeço por Sua presença constante, por Sua orientação silenciosa e por Sua força nos momentos em que minhas próprias forças faltaram. Foi em Ti que encontrei abrigo nos dias difíceis, esperança quando o medo tentou me paralisar e fé quando o caminho parecia escuro.

Durante o mestrado, ao enfrentar o processo de adoecimento e o câncer, foi a Sua graça que me sustentou. Nos dias de dor, incerteza e fragilidade, o Senhor me ensinou a confiar, a desacelerar e a compreender que viver também é um ato de coragem. Sua luz guiou cada passo, mesmo quando o corpo fraquejou, e Sua misericórdia me permitiu seguir adiante, aprendendo a respeitar meus limites sem abandonar meus sonhos.

Reconheço que cada conquista alcançada é fruto da sua infinita bondade. Foi o Senhor quem me capacitou a superar desafios, a transformar dor em resistência e a concluir este percurso com fé, dignidade e esperança. Em Ti encontro minha força, meu refúgio e minha razão para continuar. Tudo o que sou e tudo o que alcancei entrego em Tuas mãos, com gratidão, amor e confiança.

A Família

Em especial, aos meus tios pais Manuel e Diana, que me ensinaram a lutar por meus objetivos, a não desistir mesmo nos dias difíceis, e que sempre acreditaram em mim quando eu mesma duvidava. Eles me mostraram que a perseverança é a chave para superar qualquer obstáculo, e que a educação é o caminho para o futuro. Foi graças a esses ensinamentos que consegui chegar à conclusão deste curso mestrado e ser a primeira mestra de nossa família, alcançando um objetivo que parecia inalcançável.

Aos meus queridos irmãos Paulo e Lavínnia, agradeço por serem mais do que irmãos; são amigos e luz em minha vida. Sua presença constante e apoio incondicional tornaram cada momento significativo e mais fácil de enfrentar.

Aos meus pais Délio e Sidinalva e meus irmãos Milena, Lucas, Adrian, Antônio e Emanuel, mesmo à distância, vocês enviaram boas energias e palavras de apoio que foram meu sustento nos momentos mais desafiadores. Sinto-me verdadeiramente abençoada por ter uma família tão amorosa e solidária.

Aos meus amados avós, vocês são meus pontos de paz. Suas torcidas e carinho sempre me deram forças para seguir em frente. Obrigada por serem minha base, meu apoio e minha inspiração. Cada um de vocês tem um lugar especial no meu coração, e este sucesso também é de vocês.

Aos meus afilhados e sobrinhos do coração Henry José, Raquel, Luan, João Neto, Raissa e Rafael obrigada por serem luz em minha vida.

As Madrinhas Roxane e Zenilde, minha eterna gratidão pelas orações e pela presença constante ao longo desta trajetória. Cada gesto de fé e cada palavra de incentivo foram alicerces invisíveis que me sustentaram nos momentos mais desafiadores.

Aos meus tios e tias, agradeço pelo carinho, pelas palavras de encorajamento e pela confiança depositada em mim.

Ao Orientador

Agradeço, ao professor Vilomar, por todo o apoio, pela constância e pelo entendimento nos momentos em que tudo parecia instável. Agradeço por ser parceria, por ser amizade verdadeira, por ser calma em meio às turbulências, às dores, às tristezas e aos dias difíceis. Obrigada por nunca me deixar cair, por nunca soltar minha mão, por estar sempre ali não no “lá” distante, mas no aqui presente, com cuidado, humanidade e calma. Quando descobri o CA, você estava ali, e isso fez toda a diferença. Sua presença foi apoio, foi abrigo, foi força quando eu mais precisei. Minha gratidão é imensa, profunda e sincera. Muito obrigada.

A Banca

Professor Glauber, minha gratidão por aceitar o convite para estar na minha banca e, sobretudo, por estar presente na minha vida. Ter você nesse momento é profundamente significativo, porque se hoje eu estou finalizando o mestrado, é porque você caminhou comigo desde a graduação. Foi a partir do seu incentivo que eu aprendi que o mestrado era possível, que o sonho não era distante, que havia caminho. Com você, aprendi também que uma mulher preta pode, sim, ocupar outros lugares, alcançar novos espaços e romper silêncios historicamente impostos. Sua presença foi farol nos momentos de dúvida, apoio nas inseguranças e força quando o cansaço quase vencia. Você é esperança, você é luz.

Agradeço à professora Andrecksa por ter aceitado o convite para compor a banca, pela disponibilidade, pelas contribuições cuidadosas e pelo olhar atento ao longo desse processo. Sua presença engrandece este momento e fortalece o diálogo, a reflexão e a construção coletiva do conhecimento. Minha gratidão por compartilhar saberes e por contribuir de forma tão significativa para este trabalho.

Aos amigos da Pós Graduação

Agradeço aos amigos de caminhada, Guilherme, Iago, Camila, Matias e Isaac, por terem feito desse percurso algo possível e humano. A Iago, em especial, minha gratidão por caminhar comigo desde a graduação, por sonhar esse mestrado ao meu lado, por ser presença constante e amizade verdadeira. Gratidão, meu querido. Aos demais amigos, Isaac, Camila, Matias e

Guilherme, minha profunda gratidão pelo cuidado, pela paciência e, principalmente, por tudo o que vivemos juntos. Digo, sem dúvida alguma, que o mestrado foi mais leve porque tinha vocês nos almoços, nas jantas, nas lutas por carona, nos ônibus perdidos, nas idas e vindas que marcaram esse caminho. Vocês transformaram o cansaço em riso, a dificuldade em partilha e tornaram tudo mais leve.

Aos amigos

Aos meus primos-irmãos Carla e Welton, obrigada por serem sempre luz, amizade e parceria ao longo desses mais de 22 anos juntos. A presença de vocês em minha vida é inestimável, e sou grata por cada momento compartilhado.

Natália, Fanny, Suzy, agradeço por serem parte da minha infância e permanecerem como amigas para toda a vida. Mesmo que a distância nos separe fisicamente, nossa amizade continuará unindo nossos corações com sua força e durabilidade.

A Haene, Augusto, Tia Nalva, Kauane e Mamá, minha mais sincera gratidão por serem muito mais que amigos, por serem presença constante, cuidado e por ocuparem, com tanto amor, o lugar de família na minha vida.

A Rosânia Almeida, minha gratidão pela parceria construída, pelo cuidado cotidiano e pelo carinho compartilhado. Obrigada pelo apoio e por tornar o caminho mais leve com presença, afeto e colaboração.

A Ellen, Marcilio, Fabricio, Fabiola, Edmilson e Marcia agradeço pelo cuidado, parceria, amizade, resiliência e apoio você é especiais.

A Eliene, seu esposo Juscinei, obrigada por serem apoio, parceria e amizade em todos os momentos. Sua presença em minha vida é um presente valioso.

À Liu, minha gratidão mais profunda por ser luz quando tudo parecia escuro, por transformar o cansaço em riso, a dúvida em coragem e a queda em recomeço. Pela amizade que acolhe, pela presença que sustenta e pelo cuidado que nunca faltou obrigada por não soltar minha mão quando eu mais precisei.

Werley, Neia, Joh e Romana minha eterna gratidão pela amizade verdadeira, pelo incentivo constante, por nunca soltarem minha mão quando o mundo parecia desabar, pelo carinho e por tudo.

Pedro, Valeska, Angélica, Kauan e Mikael Vocês foram as palavras certas nas horas certas, os abraços que chegaram antes das lágrimas e o silêncio que acolheu quando eu já não sabia explicar. Foram presença quando o caminho pesava, força quando a fé falhava e cuidado quando eu só conseguia continuar porque alguém acreditava por mim.

Agradeço à minha amiga Kássia Rhauany por ser presença em tantas dimensões da minha vida como conselheira, quase psicóloga e, sobretudo, por nunca me deixar esquecer da minha capacidade. Obrigada por sempre me lembrar de que eu podia, de que era possível e de que desistir nunca foi uma opção. Sua palavra firme e seu cuidado constante foram essenciais para que eu seguir em frente. Gratidão.

Ao meu amigo César, em memória, minha eterna gratidão por ter sido uma peça-chave quando tudo começou. A saudade é imensa, mas sua influência positiva em minha vida permanece viva, inspirando-me a seguir em frente com determinação e esperança.

Costumo dizer que, dentro da SMEC lugar ao qual cheguei pelas circunstâncias do destino eu ganhei uma nova família. Uma família que esteve comigo nos momentos mais complexos da minha vida, quando tudo parecia pesado demais. Eliane, minha gratidão por ser amizade, por ser mãe, por ser colo, por ser escuta e por estar sempre ao meu lado. Nunca vou esquecer o dia em que cheguei abatida e triste; você me olhou, perguntou o que eu tinha e disse: “vai, nós estamos aqui por você”. Obrigada por ser você Li. A Sandro, meu amigo, meu ex-professor de estágio, minha profunda gratidão. Gratidão pela amizade que construímos, pelo carinho, pelos incentivos constantes, pelo abraço que conforta, por ser presença nos momentos em que chorei e pude desabar. Gratidão. Flavinha meu par de jarro gratidão pela amizade construída e pelo cuidado de sempre. A Flávio, Marcone, Tia Núbia, Isadora, Pró Kátia, Darlene, Ney e a toda a equipe da SMEC, muito obrigada. Obrigada por cuidarem de mim, por me fazerem rir mesmo quando o mundo parecia desabar e por nunca me deixarem desistir dos meus objetivos. Vocês chegaram em 2025, mas me ensinaram, na prática, o significado da verdadeira amizade e da verdadeira família. Gratidão.

À Pró Eliete e à Pró Queila, grandes guerreiras, referências de resistência quilombola e negra, minha profunda gratidão. Em vocês reconheço a força da ancestralidade transformada em luta cotidiana, em permanência e em futuro.

À Lene, Natasha, Rosiane, Mônica, Cleide e Francielle, minha sincera gratidão pelo cuidado, carinho e apoio em todos os momentos desta caminhada.

Nas pessoas de Bruna, Manu, Camila, Amanda, Barbara, Gabriel, Paola, Maria Clara, Mariane, Alice, Isabella, Maria Paulla, Luara, João Pedro, Isabela, Maria Eduarda, Paulo Ricardo e Joel, estendo meu agradecimento a todos os meus ex-alunos, que, com afeto, confiança e partilha cotidiana, foram luz em momentos nos quais o caminho parecia escuro. Em cada processo de aprendizagem compartilhado encontrei sentido para permanecer e seguir.

À tia Jânia, obrigada por ser exemplo permanente de luta e resistência, cuja trajetória me ensinou, pelo cotidiano, o valor de permanecer e não desistir diante das adversidades.

À Rosânia Almeida, minha gratidão pelo cuidado, pela amizade e pela presença generosa ao longo desta trajetória.

As Instituições

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia por serem casa, por serem morada e por me acolherem com tantas oportunidades ao longo dessa caminhada. Foi nesse espaço que cresci, resisti, aprendi e sonhei mais alto. Minha gratidão por tudo o que me foi permitido construir aqui.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, apoio fundamental para a realização do mestrado e para a permanência na pós-graduação. Minha gratidão por possibilitar que a ciência, a pesquisa e a produção de conhecimento sigam acontecendo.

Ao Centro Educacional de Ibiassucê, deixo minha mais profunda gratidão pela forma generosa com que fui acolhida e pelas inúmeras oportunidades e conquistas que pude vivenciar enquanto professora desta instituição. Fazer parte deste espaço tem sido uma caminhada rica em aprendizados, trocas e experiências que marcaram minha trajetória profissional e pessoal. Agradeço a toda a equipe pelo apoio constante, pelo compromisso e pela dedicação diária, e pela confiança em me permitir contribuir com a educação dos nossos estudantes. Sou imensamente grata por integrar um ambiente educacional tão significativo e humano.

À Escola Municipal Senador Ovidio Teixeira, minha sincera gratidão pela acolhida, pelo cuidado e pela confiança durante os seis meses em que atuei como psicopedagoga nesta instituição. Foi um período breve em tempo, mas profundo em experiências, aprendizados e vínculos construídos. Agradeço a toda a equipe pelo apoio, pela parceria cotidiana e pelo compromisso com uma educação sensível e humana. Sou grata por ter integrado um espaço educativo que acolhe, ensina e transforma, e que também me transformou.

À Secretária Municipal de Assistência Social, agradeço pela cessão dos dados do Plano Municipal de Assistência Social, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao secretário de Agricultura e Meio Ambiente Josaphat e a toda a equipe da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Ibiassucê pela acolhida generosa, pela parceria construída com tanto cuidado e pela confiança depositada em meu trabalho. Gratidão por acreditarem no poder da ciência, da pesquisa e do conhecimento como instrumentos de transformação e desenvolvimento. O apoio de vocês fortalece caminhos e reafirma a importância do compromisso público com a produção científica.

Aos agentes de negócios das associações das comunidades rurais, na pessoa de Fabrício Amigo, amigo, guerreiro e colega de profissão, pela parceria, pela luta cotidiana e pelo compromisso com o fortalecimento das comunidades do campo. A vocês, minha gratidão pela resistência que se constrói no coletivo.

Aos colegas e Ex- Colegas de trabalho e Antigos Professores

À equipe gestora do CEI, representada por Clarinda, Adriano, Maria das Graças, Nilva e Inês deixo meu sincero agradecimento pelo apoio constante e pelo carinho presente em cada gesto e diálogo. A dedicação de vocês à educação é inspiradora e essencial para que o trabalho coletivo aconteça com sentido e compromisso.

À amiga e coordenadora de Ciências Humanas, Cristiane Fernandes, minha gratidão por todo o apoio, amizade e carinho, e por estar sempre na torcida pelas minhas conquistas. Sua orientação foi fundamental ao longo do caminho, e sua presença tem um valor imenso na minha trajetória profissional.

À equipe intersetorial do selo UNICEF minha sincera gratidão por todo o apoio, cuidado e disponibilidade ao longo dessa caminhada. A presença de vocês foi fundamental nos momentos de orientação, escuta e fortalecimento, contribuindo de forma significativa para que esse percurso fosse possível. Obrigada pelo compromisso, pela parceria e por acreditarem no meu processo.

Aos antigos professores e ex-colegas de trabalho do Centro Educacional de Ibiassucê e do CEAF, agradeço pelas experiências compartilhadas, pelas trocas e pelo aprendizado construído ao longo dos anos. Cada convivência contribuiu, de forma única, para o meu crescimento profissional.

Ao senhor Aduino Prates, *in memoriam*, deixo minha gratidão por ter acreditado no meu trabalho e na minha capacidade. Sua confiança permanece como um legado que sigo honrando em minha caminhada profissional.

Ao professor, padrinho e colega de Geografia, Janilton, minha profunda gratidão por ser sinônimo de apoio, amizade, confiança e incentivo ao longo da nossa jornada. Sua crença constante no meu potencial e seu estímulo permanente foram essenciais para meu crescimento acadêmico e pessoal. É reconfortante saber que tenho alguém tão comprometido vibrando pelas minhas conquistas.

As amigas e colegas que o trabalho me deu Sol, Aline, Mirelli, Jackeline minha gratidão por ser luz e amor.

A Tadeuzinho e Marquinhos, minha sincera gratidão pela confiança, pelo incentivo constante e pela crença no meu percurso, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei.

À grande professora Celina, minha admiração e profundo agradecimento. Sua trajetória, sensibilidade e compromisso com o conhecimento foram inspiração permanente ao longo desta caminhada.

Às minhas ex-diretoras e também amigas Layde, Daiana e Zaiba, e à minha ex-coordenadora Dany, minha sincera gratidão pelo apoio, pelo carinho e pela parceria ao longo da caminhada. Obrigada pela confiança, pelo incentivo e pelas trocas que contribuíram de forma significativa para minha trajetória profissional e pessoal. Gratidão.

Por fim, agradeço a todos que torceram por mim ao longo desse percurso — amigos, familiares e todas as pessoas que, de alguma forma, estiveram presentes e contribuíram para que este caminho fosse possível.

A comunidade Quilombola de Santo Inácio

Agradeço, com profundo respeito e gratidão, à Comunidade Quilombola de Santo Inácio, território, história viva e razão de ser desta pesquisa. Em nome do presidente da associação, Samuel Brito, estendo meu agradecimento a cada morador e moradora que abriu as portas, compartilhou saberes, memórias, vivências e experiências. Esta pesquisa só foi possível graças à confiança, à escuta generosa e à disposição da comunidade em caminhar junto. Santo Inácio não foi apenas objeto de estudo, mas sujeito, voz e centralidade deste trabalho. Levo comigo o compromisso ético de honrar cada história partilhada, reconhecendo a força, a resistência e a dignidade que sustentam este território quilombola. Minha gratidão é profunda e permanente.

Aos Agricultores e Agricultoras

Aos agricultores e agricultoras que compartilharam seu tempo, suas histórias e seus saberes, meu mais sincero agradecimento. Cada conversa, cada caminhada pelo roçado e cada gesto de acolhimento tornaram possível esta pesquisa. Mais do que colaboradores, foram sujeitos fundamentais na construção deste trabalho, oferecendo não apenas informações, mas confiança. Que este estudo também lhes pertença, como reconhecimento pela generosidade, pela resistência cotidiana e pelo compromisso em manter vivos seus modos de produzir, viver e permanecer no território.

“Carrego comigo gratidão nas veias porque sei
que não cheguei até aqui sozinha.”

Aline Botello

RESUMO

As desigualdades estruturais que marcam o semiárido baiano impõem limites históricos à reprodução social das famílias rurais, especialmente em territórios quilombolas, onde a permanência no campo se constrói sob condições materiais restritivas e seletividade das políticas públicas. Nesse contexto, compreender as estratégias econômicas e territoriais que sustentam a vida no espaço rural torna-se fundamental para problematizar as noções hegemônicas de desenvolvimento local. A pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre pluriatividade e desenvolvimento local na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, situada no município de Ibiassucê-BA, investigando de que forma a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas contribui para a permanência das famílias no território e para a sustentação da economia local. Trata-se de um estudo de abordagem quali-quantitativa, baseado na aplicação de questionários às famílias da comunidade, realização de entrevistas institucionais, análise documental e observação de campo. A interpretação dos dados foi articulada à discussão teórica sobre desenvolvimento local, território, agricultura familiar, capital social e pluriatividade, considerando o território como categoria central de análise. Os resultados evidenciam que a agricultura familiar constitui base fundamental da segurança alimentar das famílias, sendo considerada muito importante para a alimentação doméstica pela ampla maioria dos respondentes. Entretanto, os dados demonstram que a renda agrícola isoladamente não garante estabilidade econômica, o que torna a pluriatividade elemento estruturante da permanência no campo. A combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas foi apontada como muito importante ou importante para a sobrevivência familiar pela quase totalidade dos participantes, e a maioria afirmou que, sem essas atividades complementares, a permanência no território estaria comprometida. Além disso, verificou-se forte reconhecimento da união comunitária e da associação como mecanismos de enfrentamento das vulnerabilidades locais, indicando que o capital social desempenha papel estratégico na sustentação da vida coletiva. Conclui-se que, no contexto de Santo Inácio, o desenvolvimento local não se reduz ao crescimento econômico ou à inserção mercantil, mas se expressa na capacidade de garantir permanência digna no território, fortalecer a produção alimentar, ampliar o acesso a políticas públicas e preservar a identidade quilombola. A pluriatividade, articulada ao capital social e às práticas de cooperação, revela-se não apenas estratégia de sobrevivência, mas projeto territorial de resistência e continuidade histórica, oferecendo elementos concretos para repensar o desenvolvimento rural a partir do olhar dos sujeitos que vivem e produzem no semiárido baiano.

Palavras-chave: Pluriatividade. Desenvolvimento local. Território quilombola. Agricultura familiar. Capital social.

ABSTRACT

Structural inequalities that characterize the Bahian semi-arid region impose historical constraints on the social reproduction of rural families, particularly within quilombola territories, where remaining in the countryside is shaped by restrictive material conditions and the selective reach of public policies. In this context, understanding the economic and territorial strategies that sustain life in rural spaces becomes essential for critically examining hegemonic notions of local development. This research aimed to analyze the relationship between pluriactivity and local development in the Quilombola Community of Santo Inácio, located in the municipality of Ibiassucê, Bahia, investigating how the combination of agricultural and non-agricultural activities contributes to family permanence in the territory and to the sustainability of the local economy. The study adopted a quali-quantitative approach, based on the application of questionnaires to community families, institutional interviews, document analysis, and field observation. Data interpretation was articulated with theoretical discussions on local development, territory, family farming, social capital, and pluriactivity, considering territory as the central analytical category. The findings demonstrate that family farming constitutes a fundamental basis of household food security, being considered very important for domestic consumption by the vast majority of respondents. However, the data also reveal that agricultural income alone does not ensure economic stability, making pluriactivity a structural element of permanence in the countryside. The combination of agricultural and non-agricultural activities was identified as very important or important for family survival by nearly all participants, and most respondents stated that without complementary activities their permanence in the territory would be compromised. Furthermore, there was strong recognition of community unity and the local association as mechanisms for confronting vulnerabilities, indicating that social capital plays a strategic role in sustaining collective life. It is concluded that, in the context of Santo Inácio, local development cannot be reduced to economic growth or market integration. Rather, it is expressed through the capacity to ensure dignified permanence in the territory, strengthen food production, expand access to public policies, and preserve quilombola identity. Pluriactivity, articulated with social capital and cooperative practices, emerges not merely as a survival strategy but as a territorial project of resistance and historical continuity, offering concrete elements for rethinking rural development from the perspective of those who live and produce in the Bahian semi-arid region.

Keywords: Pluriactivity; Local development; Quilombola territory; Family farming; Social capital.

LISTA DE SIGLAS

APES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FCP – Fundação Cultural Palmares

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIB – Produto Interno Bruto

SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

WCED – World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

UTL – Unidade Territorial Local

APP – Área de Preservação Permanente

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAF – Cadastro da Agricultura Familiar

CAF B – Modalidade B do Cadastro da Agricultura Familiar (agricultura de menor renda)

CAF V – Modalidade V do Cadastro da Agricultura Familiar

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

GPTE – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

IVCAD – Índice de Vulnerabilidade das Condições de Acesso a Direitos

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM – Produção Agrícola Municipal

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica do município de Ibiassucê no Estado da Bahia e no Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo.....	12
Figura 2 - Divisão dos setores rurais de Ibiassucê, com destaque para o Setor 5	13
Figura 3 - Localização detalhada do Setor 5 e da Comunidade Quilombola de Santo Inácio .	14
Figura 4- Localização de Ibiassucê na Bahia	92
Figura 5- Ibiassucê no Território de Identidade Sertão Produtivo.....	93
Figura 6 - Localização dos principais povoados do município	94
Figura 7- Setores do território do Município de Ibiassucê	102
Figura 8- Uso e ocupação do solo em Ibiassucê.....	105
Figura 9- Produção da agricultura familiar comercializada em feira de agricultura familiar no município de Ibiassucê-BA, evidenciando a diversidade produtiva, o trabalho feminino no campo e a centralidade da agricultura familiar.....	119
Figura 10 - Distribuição territorial das associações rurais no município de Ibiassucê	120
Figura 11 - Reunião mensal de associação rural no município de Ibiassucê.....	121
Figura 12 - Produção da agricultura familiar em unidade produtiva do município de Ibiassucê-BA, evidenciando o uso intensivo do trabalho familiar e a diversificação das atividades agrícolas.....	124
Figura 13 - Criação de suínos no município de Ibiassucê, evidenciando prática tradicional da agricultura familiar voltada ao autoconsumo e à comercialização local, contribuindo para a diversificação produtiva e a complementação da renda rural.....	127
Figura 14 - Cultivo de feijão em unidade da agricultura familiar na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, município de Ibiassucê-BA, evidenciando práticas tradicionais de produção e a centralidade do alimento na segurança alimentar das famílias rurais.....	129
Figura 15 - Beneficiamento artesanal da mandioca em casa de farinha localizada na Fazenda Jaboticaba, município de Ibiassucê-BA, destacando a agregação de valor à produção agrícola familiar.....	130
Figura 16 - Fachada da Agroindústria Comunitária Feminina da Fazenda Careta, Ibiassucê-BA.	132
Figura 17 - Identidade visual da Agroindústria Comunitária Feminina da Fazenda Careta, representando a organização produtiva e o protagonismo das mulheres.....	133

Figura 18 - Plantação de melancia na zona rural de Ibiassucê-BA, evidenciando cultivo localizado e voltado à comercialização direta em mercados locais, como estratégia pontual de diversificação produtiva e complementação de renda das famílias agricultoras.....	135
Figura 19 - Cultivo de milho e feijão na zona rural de Ibiassucê.....	136
Figura 20 - Área de lavouras permanentes no município de Ibiassucê-BA.	138
Figura 21 - Plantio de coco-da-baía em propriedade rural de Ibiassucê-BA.....	139
Figura 22 - Ação de itinerância da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para ampliação dos cadastros do Garantia Safra	145
Figura 23: – Galinhas aviário implantada pelo Consórcio do Alto Sertão em 2022, ilustrando desafios de consolidação produtiva na ausência de formação continuada	147
Figura 24- Produção leiteira no município de Ibiassucê-BA com apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, evidenciando políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. ..	148
Figura 25 - Mapa de localização da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, Ibiassucê-BA.	154
Figura 26 - Novenário em louvor a Santo Inácio de Loyola, momento de celebração religiosa e fortalecimento dos laços comunitários.	158
Figura 27 - Mapa da estrutura da Comunidade Quilombola de Santo Inácio	159
Figura 28 - Igreja Católica de Santo Inácio	159
Figura 29 - Sede da Associação Comunitária.....	160
Figura 30 - Escola Quilombola Egídio de Brito Gondim.....	160
Figura 31- Formatura da primeira turma da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), anos finais do Ensino Fundamental II, na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)	172
Figura 33: Reunião da Associação Comunitária da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, espaço de deliberação coletiva, organização política e fortalecimento das redes comunitárias	207
Figura 34 - Assembleia da Associação dos Moradores do Quilombo de Santo Inácio, evidenciando participação feminina e juvenil na organização territorial	209
Figura 35 - Participação feminina em reunião da Associação dos Moradores do Quilombo de Santo Inácio, evidenciando protagonismo das mulheres na organização social do território	211
Figura 36 - – Dona Tereza moradora antiga da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, representantes da permanência intergeracional no território	212
Figura 37 - Mosaico de manifestações culturais da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, evidenciando práticas de memória, resistência e afirmação identitária.....	213

Figura 38 - Visita técnica de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) à Comunidade Quilombola de Santo Inácio, evidenciando acompanhamento produtivo no território.....	217
Figura 39 - Aviário da Comunidade Quilombola de Santo Inácio com Selo de Inspeção Municipal (SIM), habilitado para fornecimento de ovos ao PNAE.	218
Figura 40: Mosaico de peças produzidas pelo grupo de bordadeiras e artesãs da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, evidenciando pluriatividade e protagonismo feminino no território	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos Territórios Quilombolas Reconhecidos e Titulados no Brasil	76
Gráfico 2 - População residente por raça ou cor – Ibiassucê/BA (IBGE, 2022).	97
Gráfico 3 - Evolução da produção de leite em Ibiassucê (2018–2024).....	125
Gráfico 4 - Efetivo dos rebanhos por tipo em Ibiassucê.....	126
Gráfico 5 - Evolução do número de contratos do Programa Garantia Safra em Ibiassucê (2024–2025).....	144
Gráfico 6 - Produção de Leite – Ibiassucê (2019–2025).....	149
Gráfico 7 - Distribuição dos respondentes por sexo na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	164
Gráfico 8 - Distribuição dos respondentes por sexo e faixa etária na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	165
Gráfico 9 - Estado civil dos respondentes por sexo na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	167
Gráfico 10 - Número de pessoas por residência na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	169
Gráfico 11 - Tempo de residência das famílias entrevistadas.....	174
Gráfico 12 - Atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	177
Gráfico 13 - Importância da agricultura para a alimentação das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	181
Gráfico 14 - Contribuição da renda gerada pela agricultura familiar para as famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)	183
Gráfico 15 - Percepção das famílias sobre a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento da comunidade quilombola	188
Gráfico 16 - Percepção das famílias sobre a possibilidade de permanência no campo sem atividades complementares.....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 17 - Importância atribuída à combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas para a sobrevivência familiar na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	197
Gráfico 18 - Impactos da pluriatividade na renda, permanência e enfrentamento das dificuldades financeiras das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio	199

Gráfico 19 - Percepção da união comunitária no enfrentamento dos problemas locais na Comunidade Quilombola de Santo Inácio.....	208
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese dos principais elementos conceituais do território na obra de Milton Santos	31
Quadro 2- Dimensões da Produção e Apropriação do Território	33
Quadro 3- Síntese os principais aspectos que interligam as relações sociais, a técnica e a produção das desigualdades no espaço geográfico.....	36
Quadro 4- Paradigmas em confronto: Sustentabilidade hegemônica vs. Sustentabilidade em territórios tradicionais.....	38
Quadro 5- Indicadores de Sustentabilidade Tradicional em Comunidades Rurais e Tradicionais: dimensões analíticas, elementos-chave e práticas associadas	40
Quadro 6: Marcos Temporais da Pluriatividade no Brasil (1500-2000).....	45
Quadro 7- Comparativo entre a ruralidade tradicional e a nova ruralidade	52
Quadro 8- Os principais elementos estruturantes da pluriatividade no contexto rural	65
Quadro 9 - Principais dimensões da pluriatividade feminina e seus desafios	67
Quadro 10 - Desafios estruturais da pluriatividade em territórios rurais vulneráveis	72
Quadro 11- Potencialidades da pluriatividade em territórios vulneráveis.....	73
Quadro 12- Contradições entre o Arcabouço Jurídico e a Garantia Efetiva do Direito à Terra em Comunidades Tradicionais	80
Quadro 13- Perspectiva de Bourdieu sobre Capital Social.....	81
Quadro 14- Síntese da Relação entre Tipos de Capital e Dinâmicas Socioterritoriais em Territórios Negros.....	84
Quadro 15 - Estrutura e Funções das Redes de Reciprocidade nas Comunidades Tradicionais	85
Quadro 16- Estratégias de Reprodução Social e Resistência no Campo.....	87
Quadro 17- Dimensões do Fortalecimento Comunitário.....	89
Quadro 18 - Combinação de atividades agrícolas e estratégias de reprodução familiar no território quilombola.....	193
Quadro 19 - Atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio	194
Quadro 20 - Importância da combinação de atividades e reprodução da vida	201
Quadro 21- Efeitos atribuídos à pluriatividade pelas famílias	202
Quadro 22- Pluriatividade como escolha possível em contexto de restrições.....	202

Quadro 23 Participação das famílias em associações, grupos e ações coletivas na Comunidade Quilombola de Santo Inácio	205
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de Comunidades Quilombolas com Título de Terra (2020).....	58
Tabela 2- Número de habitantes Município de Ibiassucê (IBGE). Erro! Indicador não definido.	
Tabela 3- Famílias por perfil social – Ibiassucê/BA.....	97
Tabela 4- Indicadores socioassistenciais do município de Ibiassucê (2025).....	110
Tabela 5- Indicadores econômicos do município de Ibiassucê (2010–2023).....	111
Tabela 6 - Produção das lavouras temporárias no município de Ibiassucê (2019–2025).....	128
Tabela 7 - Produção de lavouras permanentes em Ibiassucê (2019–2025)	136
Tabela 8 - Precipitação média mensal estimada para o território de Ibiassucê (mm).....	141
Tabela 9 - Distribuição da escolaridade dos respondentes segundo o sexo na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	170
Tabela 10 - Atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA).....	179
Tabela 11- Principais desafios enfrentados na agricultura familiar na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA	184

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAF – Cadastro da Agricultura Familiar

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FCP – Fundação Cultural Palmares

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GPTE – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IVCAD – Índice de Vulnerabilidade das Condições de Acesso a Direitos

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM – Produção Agrícola Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UTL – Unidade Territorial Local

WCED – World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: PERSPECTIVAS E TERRITORIALIDADES	20
2.1 A PARTICIPAÇÃO DE FORÇAS ENDÓGENAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL	25
2.2 O PAPEL DO TERRITÓRIO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	28
2.3 RELAÇÕES SOCIAIS, TÉCNICAS E DESIGUALDADES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	34
2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.....	38
2.5 PLURIATIVIDADE E NOVAS RURALIDADES	40
2.5.1 Contexto histórico da pluriatividade no Brasil	45
2.5.2 Industrialização e migração rural-urbana no Brasil.....	46
2.5.3 Globalização e novas ruralidades	49
3 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	52
3.1 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	54
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA: CONCEITO, CONTEXTO E DESAFIOS	56
3.3 PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	64
3.3.1 Gênero e pluriatividade: a centralidade da mulher	66
3.4 INTERFACES ENTRE AGRICULTURA, TRABALHO URBANO E INFORMALIDADE	70
4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.....	74
4.1 TERRITÓRIO QUILOMBOLA, ETNICIDADE E PROCESSOS DE AUTOIDENTIFICAÇÃO	74
4.2 DIREITO À TERRA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	78
4.3 CAPITAL SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO.....	80
4.4 CAPITAL SIMBÓLICO E CULTURAL NOS TERRITÓRIOS NEGROS	83
4.5 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA NO CAMPO	87
4.6 FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO	89

5 O MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ: CARACTERÍSTICAS NATURAIS E SOCIOECONÔMICAS.....	90
5.1 CARACACTERISCAS GERAIS	90
5.2 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO.....	95
5.4 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DE GRUPOS ÉTNICOS.....	96
5.5 DIVISÃO TERRITORIAL E COMUNIDADES RURAIS	101
5.6 ENTRE VULNERABILIDADES E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA: O PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOASSISTENCIAL DE IBIASSUCÊ.....	107
5.7 ASPECTOS DAS DESPROTEÇÕES E VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICAS EM IBIASSUCÊ: POBREZA, VULNERABILIDADE E DESIGUALDADE EM UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL	112
5.8 O TERRITÓRIO COMO LIMITE DO DESENVOLVIMENTO: OCUPAÇÃO, RENDA E VULNERABILIDADE SOCIAL EM IBIASSUCÊ	114
5.9 QUILOMBO SANTO INÁCIO E COMUNIDADES RURAIS DO ENTORNO: VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS E CENTRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL TERRITORIAL	116
6. IBIASSUCÊ ENTRE O CAMPO E A CIDADE: TERRITÓRIO, PLURIATIVIDADE E AÇÃO DO ESTADO.....	117
6.1 O RURAL QUE SUSTENTA O MUNICÍPIO: BASE PRODUTIVA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM IBIASSUCÊ.....	117
6.1.1 A agricultura familiar e a sustentação socioeconômica do município.....	117
6.1.2 ASSOCIAÇÕES RURAIS COMO ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E TERRITORIAL.....	119
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Secretaria Municipal de Agricultura (2025).	120
6.1.3 O que se planta, o que se cria e como se ocupa a terra.....	123
6.2 RURAL EM IBIASSUCÊ: LIMITES, ESTRATÉGIAS E MEDIAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	140
6.2.1 Limites Ambientais, Produtivos E Infraestruturais Do Espaço Rural De Ibiassucê.....	140
6.2.2 Pluriatividade, Crédito E Políticas Públicas No Território Municipal	142
7. SANTO INÁCIO: TERRITÓRIO QUILOMBOLA, PLURIATIVIDADE E RESISTÊNCIA COTIDIANA.....	153
7.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, ESTRUTURA TERRITORIAL E DINÂMICAS COMUNITÁRIAS	153

7.2 VIVER E PERMANECER: O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTO INÁCIO	162
7.2.1 A produção alimentar como base da segurança e da permanência no território	176
7.1.3 Permanecer como escolha e como luta	187
7.3 TRABALHAR DE TODO JEITO PARA CONTINUAR AQUI: A PLURIATIVIDADE NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....	191
7.3.1 A combinação de atividades como estratégia de sobrevivência	191
7.3.2 Renda, trabalho familiar e economia do possível.....	195
7.3.3 Pluriatividade E Permanência No Território.....	200
7.4 QUANDO A COMUNIDADE SE SUSTENTA: CAPITAL SOCIAL, AJUDA MÚTUA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA	203
7.4.1 Associação comunitária, lideranças e decisões coletivas	203
7.3.3 Confiança, pertencimento e identidade quilombola	209
7.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CHÃO DO QUILOMBO: ACESSO, AUSÊNCIA E MEDIAÇÕES	214
7.4.2 Infraestrutura, Água E Mobilidade: Condições Materiais Da Permanência	221
7.6 O QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL VISTO DO QUILOMBO	223
7.6.1 Desenvolvimento para quem? Desenvolvimento para quê?	223
7.6.2 Pluriatividade, território e resistência como projeto.....	225
7.6.3 Santo Inácio como chave de leitura do desenvolvimento de Ibiassucê.....	227
REFERÊNCIAS	231

1 INTRODUÇÃO

Escrevo a partir de um território de terras batidas, no coração do Alto Sertão baiano, forjado pelas lutas silenciosas do interior da Bahia. De um chão marcado pelo sol forte, pelas longas distâncias e pela persistência de corpos negros que aprenderam, geração após geração, que existir também é resistir. Falo desde a história, da memória e da permanência, em nome dos netos, bisnetos e tataranetos de Gil Bispo da Silva — homens e mulheres negros que, mesmo sem reconhecimento institucional, construíram seu território com trabalho, dignidade e silêncio imposto.

Parto das histórias contadas e também daquelas que nunca puderam ser registradas. Das memórias guardadas nos gestos, nos modos de plantar, de criar, de educar e de permanecer. Minha história começa na comunidade rural de Açoita Cavalo 2. Foi ali que aprendi, ainda criança, que território não é apenas espaço físico: é relação, é marca, é pertencimento, mas também exclusão.

Crescer nesse contexto significou conviver com ausências. Ausência de políticas, de oportunidades e, sobretudo, de referências positivas. A escola, que deveria ser espaço de emancipação, muitas vezes também foi espaço de estranhamento. Ser uma menina negra ali era perceber, muito cedo, que havia lugares simbólicos que não pareciam feitos para mim. Apelidos, silenciamentos e discursos aparentemente banais produziam marcas profundas e ensinavam, de forma indireta, que para ser aceita era preciso suavizar quem eu era.

Ainda assim, foi nesse mesmo espaço que germinou a possibilidade de transformação. Com o tempo compreendi que aquilo que me atravessava não era individual, mas parte de uma estrutura social que organiza desigualdades raciais, territoriais e simbólicas. A partir dessa consciência, minha relação com o território mudou: o que antes era apenas vivido passou a ser também questionado.

O município de Ibiassucê tornou-se o espaço onde essa transformação se consolidou. Trata-se do lugar em que cresci, realizei toda a minha formação escolar e me constituí profissionalmente como professora da educação básica. É nesse espaço que se entrelaçam minhas experiências de vida, minha trajetória educacional e meu percurso profissional, configurando não apenas o local de atuação, mas também o lugar a partir do qual observo, interpreto e produzo conhecimento.

Sou mulher negra, descendente de pessoas negras, formada integralmente na escola pública e primeira de uma geração inteira a ingressar na universidade e a concluir o mestrado. Carrego, portanto, não apenas um título acadêmico, mas a responsabilidade histórica de quem rompe um ciclo sem romper com suas origens.

A universidade ampliou meu olhar. Inicialmente, minhas inquietações voltaram-se para a representação de mulheres negras nos livros didáticos de Geografia. Essa investigação revelou que as desigualdades não se expressam apenas no espaço material, mas também nas narrativas, nas imagens e nos silêncios. Foi nesse processo que compreendi que estudar território também é estudar poder.

É nesse percurso que surge meu interesse pela Comunidade Quilombola de Santo Inácio. Não é o lugar onde nasci, nem onde vivi minha infância. É, antes, um território com o qual estabeleço um vínculo construído histórico, político e identitário. Ao me aproximar da comunidade, reconheci ali elementos que dialogavam profundamente com minha própria trajetória: ancestralidade, permanência, trabalho coletivo e resistência cotidiana.

Estudar essa comunidade não é, portanto, uma escolha neutra ou distante. É um gesto de aproximação e escuta. Não se trata de falar sobre um território, mas de dialogar com ele a partir de experiências que, embora não idênticas, se conectam pela história racial brasileira e pelas formas de existência negra no espaço rural.

Hoje, atuando como professora da rede pública no mesmo município que me formou, compreendo que o desenvolvimento local não pode ser reduzido a indicadores econômicos. Ele se manifesta nas práticas cotidianas, nas estratégias produtivas, nas redes de cooperação, no capital social e, principalmente, na capacidade das famílias permanecerem em seus territórios.

Assumir a trajetória de vida como parte constitutiva da pesquisa não significa abandonar o rigor científico. Significa reconhecer que todo conhecimento é situado. Esta dissertação nasce do encontro entre memória e análise, entre vivência e teoria.

Delineado o lugar de onde falo, bem como os vínculos históricos, territoriais e políticos que fundamentam esta pesquisa, torna-se necessário avançar da narrativa situada para a explicitação do referencial teórico-conceitual que orienta a análise. Se a trajetória apresentada até aqui evidencia o território como espaço vivido, marcado por desigualdades e estratégias de permanência, é no debate sobre o desenvolvimento local que essas experiências encontram respaldo analítico. Nesse sentido, compreender as formas pelas quais as famílias rurais constroem sua reprodução social exige atenção às múltiplas atividades econômicas que estruturam o cotidiano no campo, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais. É nesse ponto que o conceito de pluriatividade se apresenta como chave interpretativa central para esta dissertação, por permitir apreender as estratégias adotadas pelas famílias rurais em especial em comunidades quilombolas para garantir renda, permanência no território e continuidade de seus modos de vida. Assim, a seguir, discute-se a pluriatividade enquanto categoria analítica fundamental para a compreensão do

desenvolvimento local no meio rural brasileiro, com ênfase nos territórios do Semiárido baiano e, particularmente, no município de Ibiassucê.

Nesse sentido, a pluriatividade pode ser compreendida, conforme formula Sergio Schneider, como uma estratégia de reprodução social das famílias rurais, na qual a agricultura deixa de ser a única base econômica e passa a coexistir com outras atividades exercidas pelos membros do grupo familiar. Para o autor, a pluriatividade não se restringe à simples soma de rendas, mas expressa um arranjo socioeconômico complexo, resultante das transformações estruturais ocorridas no meio rural, especialmente da crescente integração entre os espaços rural e urbano.

Schneider (2009) destaca que a pluriatividade emerge como resposta às limitações da agricultura enquanto atividade exclusiva, sobretudo em contextos marcados por instabilidade climática, baixos níveis de capitalização e restrições de acesso a políticas públicas. Assim, as famílias passam a combinar atividades agrícolas com ocupações não agrícolas formais ou informais que podem ocorrer tanto no próprio espaço rural quanto em áreas urbanas próximas, mantendo, contudo, vínculos territoriais, sociais e identitários com o campo.

Dessa forma, a pluriatividade deve ser entendida não apenas como um fenômeno econômico, mas como uma estratégia territorialmente situada, que permite às famílias rurais diversificar suas fontes de renda, reduzir vulnerabilidades e garantir a permanência no território. Para Schneider, trata-se de um processo diretamente relacionado às dinâmicas das economias locais e às oportunidades concretas existentes nos mercados de trabalho regionais, evidenciando que o desenvolvimento rural é resultado da articulação entre múltiplas atividades, saberes e formas de inserção produtiva.

No contexto brasileiro contemporâneo, a pluriatividade consolidou-se como uma estratégia essencial para a reprodução social das famílias residentes no campo, pois viabiliza a diversificação das fontes de renda, atenua vulnerabilidades econômicas e amplia as possibilidades de permanência nos territórios rurais. Como observa Schneider (2009), a emergência desse fenômeno encontra-se intrinsecamente ligada às dinâmicas das economias locais, notadamente às especificidades dos mercados de trabalho e às oportunidades oferecidas para o exercício de atividades não agrícolas em áreas rurais. Trata-se, portanto, de um processo que não deriva exclusivamente de fatores macroeconômicos ou da modernização da agricultura, mas de respostas adaptativas ancoradas em condições territoriais concretas.

A partir da década de 1970, quando também passou a ser identificada como agricultura em tempo parcial, a pluriatividade contribuiu para a reconfiguração da economia rural ao reduzir a centralidade da agricultura tanto na ocupação da força de trabalho quanto na

composição da renda familiar. Esse movimento engendrou múltiplos arranjos produtivos e novas formas de inserção no mercado, revelando a capacidade das famílias rurais de combinar práticas agrícolas e não agrícolas em estratégias integradas de sobrevivência, desenvolvimento e reprodução social.

No Brasil, embora a pluriatividade constitua uma prática de longa data no meio rural, seu reconhecimento como elemento intrínseco da agricultura familiar e como estratégia de reprodução social consolidou-se de forma mais nítida a partir da década de 1990. Conforme assinala Teixeira (1998), foi nesse período que a literatura acadêmica passou a empregar, de maneira sistemática, conceitos como “pluriatividade” e “agricultura em tempo parcial” para analisar a complementaridade da renda familiar em um contexto de crescente integração entre mercados rurais e urbanos, marcado pela emergência de novas relações de trabalho no campo, como a terceirização e a informalidade. Nesse sentido, a pluriatividade deixa de ser apenas um arranjo econômico e afirma-se como prática capaz de sustentar modos de vida, preservar vínculos territoriais e reforçar identidades culturais.

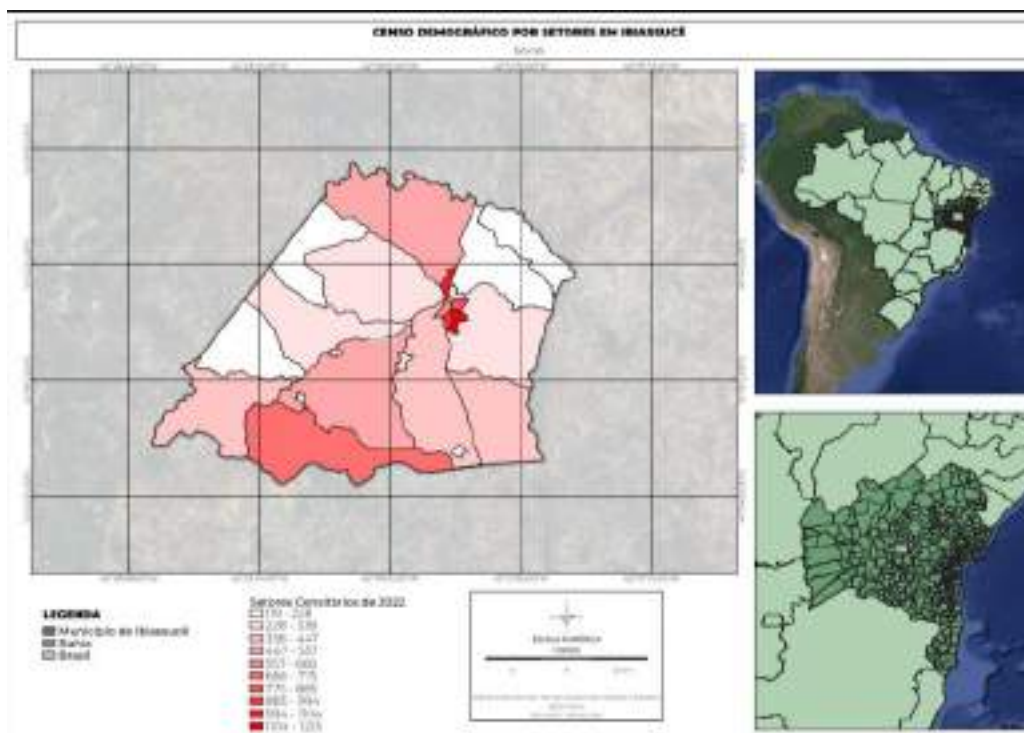
Essa dimensão adquire contornos ainda mais expressivos no Semiárido baiano, região caracterizada por severas limitações hídricas, irregularidade climática e infraestrutura desigual, mas também por densas redes de cooperação, práticas produtivas adaptadas e um rico patrimônio cultural. Nesses territórios, a pluriatividade assume relevância estratégica ao articular não apenas a melhoria das condições econômicas, mas também a manutenção da coesão comunitária e a preservação de tradições locais. Veiga (2002) e Carneiro (2006) enfatizam que o desenvolvimento local, em tais contextos, depende fundamentalmente do aproveitamento dos recursos endógenos e da capacidade de articular economia, cultura e identidade como dimensões interdependentes.

O município de Ibiassucê, situado no Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo, exemplifica esse cenário. Com área territorial de 483,274 km² e população estimada em 10.429 habitantes (IBGE, 2022), abriga 169 comunidades rurais distribuídas em setores que combinam, de forma complexa, atividades agrícolas e não agrícolas, muitas vezes articuladas a mercados locais e regionais. Essa configuração expressa não apenas a diversidade socioeconômica e produtiva do território, mas também a sua capacidade de mobilizar estratégias pluriativas como recurso para a permanência das famílias no campo e para o fortalecimento de dinâmicas endógenas de desenvolvimento.

A Figura 1 permite visualizar a posição de Ibiassucê no território baiano e sua articulação com os municípios vizinhos, elemento essencial para compreender fluxos econômicos, relações de mobilidade e redes de sociabilidade que atravessam o espaço local. Ao observar o mapa, torna-se possível perceber que a configuração territorial não é apenas um dado

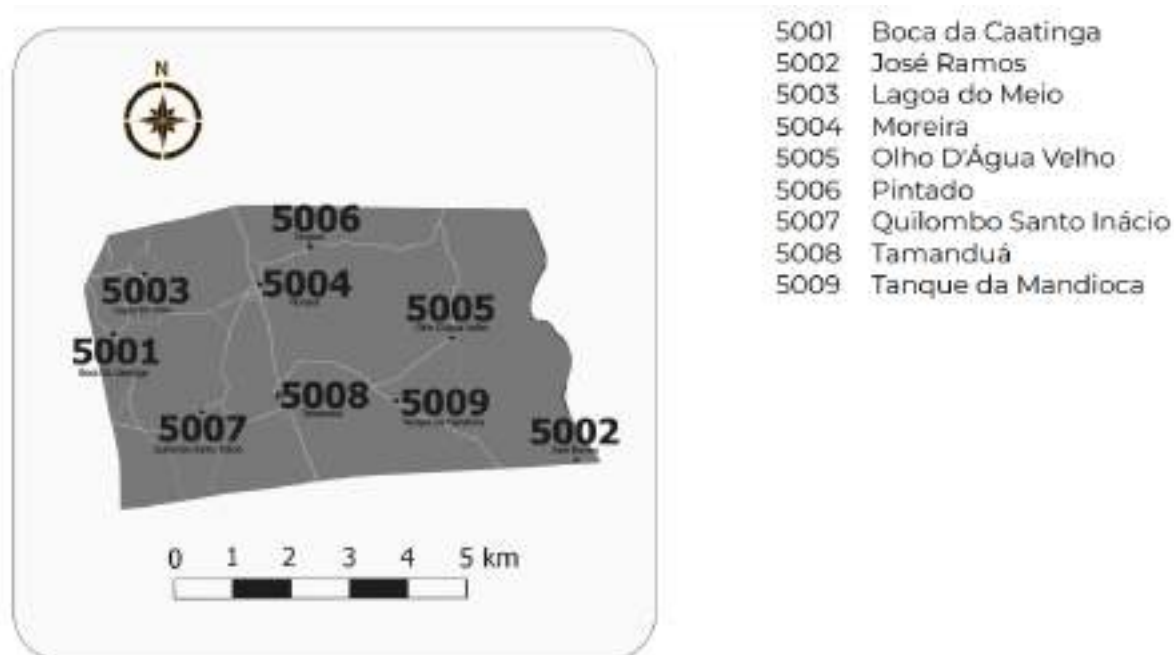
A representação cartográfica a seguir permite visualizar a distribuição dos setores rurais e destacar espacialmente o Setor 5, evidenciando sua localização relativa no conjunto do território municipal. A leitura da figura contribui para compreender como a territorialização quilombola se insere na malha rural mais ampla, reforçando a importância do recorte empírico adotado nesta pesquisa.

Figura 2 - Divisão dos setores rurais de Ibiassucê, com destaque para o Setor 5



Nesse contexto, a pluriatividade na comunidade não se limita a um arranjo produtivo voltado exclusivamente à geração de renda, mas constitui um mecanismo de afirmação cultural, resistência e fortalecimento comunitário. Para compreender como essas estratégias se materializam no espaço, torna-se fundamental situar territorialmente a Comunidade Quilombola de Santo Inácio no conjunto das dinâmicas rurais do município de Ibiassucê. Assim, a Figura 3 apresenta a localização detalhada do Setor 5, evidenciando a distribuição das comunidades rurais que o compõem e destacando a posição da Comunidade Quilombola de Santo Inácio nesse recorte territorial. A leitura do mapa permite visualizar não apenas a inserção espacial da comunidade, mas também sua relação com as demais localidades do setor, contribuindo para a compreensão das interações socioeconômicas, das redes de circulação e das estratégias de permanência no território que sustentam as práticas pluriativas observadas.

Figura 3 - Localização detalhada do Setor 5 e da Comunidade Quilombola de Santo Inácio



Fonte: Secretaria de Assistência Social de Ibiassucê-Bahia.

Apesar de avanços nos estudos sobre pluriatividade no Brasil, ainda são escassas as análises que investigam de forma articulada sua relação com o desenvolvimento local em municípios de pequeno porte do Semiárido, particularmente quando envolvem territórios quilombolas. Essa lacuna é especialmente relevante, uma vez que a diversificação de atividades nesses contextos não apenas influencia os indicadores socioeconômicos, mas também preserva e fortalece redes de cooperação, práticas culturais e vínculos territoriais.

Diante desse quadro, a questão central que norteia esta pesquisa é: de que modo a pluriatividade, no contexto rural de Ibiassucê e, em especial, na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, contribui para a permanência das famílias no campo e para o fortalecimento do desenvolvimento local, articulando dimensões econômicas, socioculturais e políticas?

O município de Ibiassucê, localizado no Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo, apresenta dinâmicas socioeconômicas que dialogam diretamente com o processo de integração entre espaço urbano e rural, marcado pela influência de cidades-polo regionais, como Caetité, Guanambi e, em maior escala, Vitória da Conquista. Esta última, com sua estrutura econômica diversificada, concentra atividades industriais, comerciais, de saúde e de inovação tecnológica, representadas por universidades e centros de formação profissional, exercendo papel central na oferta de serviços e oportunidades de emprego para a população de Ibiassucê e região. A mobilidade cotidiana e as conexões econômicas com esses centros urbanos

influenciam a configuração produtiva do município, estimulando a incorporação de novas atividades econômicas no campo.

No caso de Ibiassucê, políticas públicas e investimentos em infraestrutura implementados nas últimas décadas promoveram a modernização de diversos setores. Entre essas intervenções, destacam-se a abertura e pavimentação de estradas vicinais, a expansão da rede de energia elétrica, a construção de barragens e açudes, a ampliação das redes de telecomunicação e internet, além da instalação e melhoria de postos de saúde e unidades escolares. Essas ações possibilitaram o acesso da população rural a novos recursos técnicos e a serviços antes restritos à sede municipal, criando condições favoráveis à diversificação das atividades econômicas.

Essa diversificação é visível não apenas nas transformações agrícolas como a introdução de práticas irrigadas e o cultivo de produtos com maior valor agregado mas também no surgimento e fortalecimento de atividades rurais não agrícolas. Em diferentes comunidades rurais, observa-se a ampliação de serviços ligados à construção civil, à indústria local, à educação, ao comércio e ao transporte, além da emergência de atividades ligadas ao lazer, ao turismo rural e à produção artesanal. Pequenos estabelecimentos comerciais, postos de combustíveis, restaurantes, oficinas mecânicas, hospedarias e pontos de acesso à internet passaram a integrar o cotidiano rural, rompendo com a lógica histórica de um campo exclusivamente agrícola e aproximando o modo de vida rural de características urbanas.

A Comunidade Quilombola de Santo Inácio, foco deste estudo, representa de maneira singular esse processo de transformação. Localizada no Setor 5 de Ibiassucê, a comunidade combina práticas agrícolas tradicionais, como o cultivo de feijão, milho e mandioca, com atividades não agrícolas que incluem o comércio de produtos processados, prestação de serviços, produção artesanal e inserção em ocupações urbanas. Essa combinação evidencia a pluriatividade como estratégia central para a permanência das famílias no campo, para a geração de renda e para a reprodução social, econômica e cultural da comunidade.

O estudo da pluriatividade em Ibiassucê, e em especial em Santo Inácio, permite compreender como atividades agrícolas e rurais não agrícolas se articulam para integrar espaços urbanos e rurais, superando a dicotomia tradicional entre o urbano/moderno e o rural/atrasado. Essa integração revela que a agricultura deixou de ser a única estratégia de sobrevivência no campo, abrindo espaço para novas formas de trabalho e para a valorização de saberes tradicionais, articulados com demandas e oportunidades contemporâneas.

Diante desse cenário, a pesquisa parte da problematização sobre os fatores que impulsionam a pluriatividade no município de Ibiassucê e sobre a viabilidade dessas atividades

como alternativas capazes de assegurar a permanência das famílias no campo com melhoria da qualidade de vida. Busca-se compreender em que medida a pluriatividade, associada ao capital social, atua como estratégia para combater a pobreza rural, dinamizar a economia local e fortalecer o desenvolvimento rural sustentável, levando em conta as especificidades socioculturais e históricas da Comunidade Quilombola de Santo Inácio.

Para alcançar esse objetivo, a investigação propõe-se a identificar os fatores que contribuem para o desenvolvimento das atividades não agrícolas no município; explicar as razões que levam as famílias a adotar estratégias pluriativas; analisar como o capital social potencializa ou limita a pluriatividade; verificar se essas práticas implicam melhorias efetivas na qualidade de vida; e examinar o papel e a atuação dos atores sociais e coletivos na tomada de decisões sobre o uso e a gestão do território, com especial atenção à realidade quilombola.

A pluriatividade no município de Ibiassucê, localizado no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, configura-se como uma estratégia central adotada por famílias rurais incluindo a Comunidade Quilombola de Santo Inácio para enfrentar a pobreza rural, diversificar as fontes de renda e fortalecer vínculos comunitários. Essa prática expressa, simultaneamente, um processo de adaptação às novas formas de produção e organização do território, intensificadas pela ampliação das interações campo–cidade, e uma reconfiguração das redes de cooperação e reciprocidade que sustentam a vida social e econômica das comunidades. Nesse sentido, a pluriatividade não se limita a uma alternativa econômica, mas também se articula a políticas públicas descentralizadas e a iniciativas de organizações formais e informais, convergindo para os princípios de desenvolvimento endógeno.

O debate sobre pluriatividade em Ibiassucê integra-se às discussões contemporâneas sobre desenvolvimento local e rural, incorporando reflexões acerca de práticas participativas que visam à democratização do planejamento territorial. A experiência do município reafirma a importância da atuação conjunta de atores sociais — agricultores, lideranças comunitárias, representantes quilombolas, associações e gestores públicos — no fortalecimento de estratégias coletivas para o desenvolvimento socioeconômico. Essa perspectiva converge com tendências nacionais e internacionais que valorizam a participação social e a articulação entre diferentes esferas da sociedade, rompendo com heranças históricas de centralização política, clientelismo e dependência de políticas assistencialistas.

O presente estudo fundamenta-se em conceitos e categorias como território, territorialidade, capital social, desenvolvimento local e endógeno, pluriatividade, atividades agrícolas e não agrícolas, ruralidade e urbanidade, respaldados por autores como Raffestin (1980), Graziano da Silva (1999), Lefebvre (1970), Veiga (2002), Amaral Filho (2001),

Carneiro (2006), Saquet (2007), Santos (2002), Abramovay (2000) e Schneider (1999; 2006). Essa base teórica foi construída a partir de revisão bibliográfica de livros, artigos, dissertações e teses disponíveis em repositórios como o Banco de Teses da CAPES, permitindo a construção de um referencial sólido para análise.

Metodologicamente, esta pesquisa ancora-se em uma perspectiva crítica do território, orientada pelo entendimento de que o desenvolvimento rural não pode ser reduzido a variáveis econômicas isoladas, mas deve ser compreendido como processo histórico, relacional e territorialmente situado. Parte-se do pressuposto de que os fenômenos sociais são produzidos nas relações concretas entre sujeitos, estruturas e espaço, o que exige uma abordagem capaz de articular dimensões objetivas e subjetivas da realidade.

Nesse sentido, a investigação dialoga com uma tradição teórico-metodológica que reconhece o território como construção social permeada por relações de poder, conforme argumenta Raffestin (1980), e como espaço produzido historicamente, nos termos de Lefebvre (1974). A pluriatividade é, portanto, analisada não apenas como estratégia econômica, mas como expressão das contradições e mediações que atravessam o mundo rural contemporâneo, em consonância com a leitura de Schneider (2009) sobre a reprodução social das famílias rurais.

A opção por uma abordagem quali-quantitativa decorre da compreensão de que a realidade social é multifacetada e não pode ser apreendida por um único instrumento analítico. Como destaca Minayo (2001), a articulação entre métodos permite superar dicotomias entre objetividade e subjetividade, possibilitando uma análise que considere simultaneamente indicadores estruturais e significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas complementares. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico e documental com vistas à construção do referencial teórico e à contextualização histórica e socioeconômica do município de Ibiassucê e do Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo. Em seguida, procedeu-se à coleta de dados secundários junto a instituições oficiais, como IBGE, INCRA, SEI e MDA, possibilitando situar empiricamente as dinâmicas produtivas e as políticas públicas que incidem sobre o espaço rural.

A terceira etapa consistiu na pesquisa de campo na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, onde foram aplicados questionários estruturados a vinte famílias selecionadas por amostragem intencional. Tal procedimento, conforme Gil (2008), mostra-se adequado quando o objetivo é aprofundar a compreensão de fenômenos específicos em contextos delimitados, priorizando densidade analítica em detrimento de generalização estatística.

As entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores, presidentes de associações, o secretário municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente e a nutricionista responsável pelo

Programa Nacional de Alimentação Escolar permitiram apreender as mediações institucionais e as percepções locais acerca da pluriatividade. A análise temática das narrativas buscou identificar categorias empíricas relacionadas à reprodução social, permanência territorial e redes de cooperação, articulando-as ao conceito de capital social, entendido como conjunto de relações de confiança e reciprocidade que estruturam a ação coletiva (Putnam, 1996).

A triangulação entre dados quantitativos, entrevistas e observação direta conferiu maior robustez à análise, permitindo confrontar diferentes fontes e perspectivas, conforme sugerem Denzin e Lincoln (2006). Reconhece-se que a natureza não probabilística da amostra limita extrapolações, mas, ao privilegiar a análise territorialmente situada, a pesquisa assume que o conhecimento produzido é contextual e relacional, voltado à compreensão das dinâmicas específicas da Comunidade Quilombola de Santo Inácio.

Assim, a metodologia adotada não se restringe a um conjunto de procedimentos técnicos, mas expressa uma posição epistemológica que reconhece o território como espaço de disputa, memória e produção de vida. É a partir dessa perspectiva que a pluriatividade é analisada como prática econômica e, simultaneamente, como estratégia socioterritorial de resistência e permanência no campo.

A estrutura deste trabalho foi organizada de modo a assegurar a progressão lógica do argumento e a coerência interna entre os capítulos. A Introdução apresenta o contexto da investigação, a problematização do objeto de estudo, os objetivos gerais e específicos, a justificativa e a relevância do tema, bem como a metodologia e as etapas de execução da pesquisa.

O segundo capítulo constitui-se na fundamentação teórica desta pesquisa, organizada em subcapítulos que dialogam entre si de forma a construir um referencial analítico sólido sobre pluriatividade, desenvolvimento local e territorialidade. A discussão inicia-se pelas perspectivas contemporâneas de desenvolvimento local, enfatizando a territorialidade enquanto categoria-chave para compreender as dinâmicas socioeconômicas e culturais que estruturam os espaços rurais e urbanos. Nesta abordagem, reconhece-se a centralidade do território não apenas como recorte espacial, mas como resultado de processos históricos, relações de poder e práticas cotidianas que conformam identidades e estratégias de reprodução social.

Na sequência, o debate desloca-se para a pluriatividade e as novas ruralidades, examinando como a diversificação das atividades econômicas no campo combinando práticas agrícolas e não agrícolas tem redefinido formas de uso do território, padrões de mobilidade e relações entre campo e cidade. Discute-se, ainda, a agricultura familiar, concebida como núcleo

estruturante da economia rural brasileira, cuja relevância ultrapassa a dimensão produtiva, incorporando aspectos culturais, identitários e ambientais.

Outro eixo da fundamentação dedica-se às comunidades quilombolas e aos territórios tradicionais, explorando a complexidade de suas territorialidades, os mecanismos de resistência e adaptação frente às transformações socioeconômicas, bem como os desafios impostos pelas políticas públicas e pela inserção desigual nas redes de mercado. Essa análise conecta-se ao estudo do capital social, entendido como o conjunto de relações de confiança, cooperação e reciprocidade que sustenta as estratégias de permanência no campo, fortalece o associativismo e amplia as capacidades de ação coletiva.

Os capítulos subsequentes ampliam essa base teórica ao introduzir o contexto empírico da pesquisa. O terceiro capítulo aprofunda a análise da pluriatividade no recorte territorial estudado, enquanto o quarto examina a articulação entre políticas públicas, desenvolvimento local e redes de cooperação no município de Ibiassucê, com especial atenção ao papel do associativismo rural e aos efeitos da descentralização da gestão. O quinto capítulo descreve, de forma integrada, as dimensões sociais, econômicas e territoriais de Ibiassucê, articulando tais características às inter-relações entre capital social, agricultura familiar e redes de cooperação, e discutindo os desafios impostos pela implementação de políticas públicas em um contexto rural marcado por desigualdades históricas e pela necessidade de estratégias inovadoras de desenvolvimento.

Diante desse percurso teórico e empírico, esta dissertação parte do entendimento de que o desenvolvimento local não pode ser apreendido por meio de indicadores isolados ou análises descontextualizadas das dinâmicas territoriais. Ao contrário, sustenta-se que a compreensão das estratégias de permanência no campo exige a articulação entre dimensões econômicas, socioculturais, políticas e identitárias, especialmente quando se trata de territórios marcados por historicidades específicas, como é o caso das comunidades quilombolas do Semiárido baiano.

A pluriatividade, nesse contexto, não é tomada como fenômeno meramente adaptativo ou residual, mas como expressão concreta das formas pelas quais as famílias rurais reorganizam sua inserção produtiva frente às transformações estruturais do mundo rural contemporâneo. Ao investigar a Comunidade Quilombola de Santo Inácio, esta pesquisa busca demonstrar que a diversificação das atividades econômicas, articulada às redes de cooperação e ao capital social, constitui não apenas uma estratégia de reprodução social, mas um componente estruturante do desenvolvimento local em territórios historicamente marginalizados.

Assim, esta dissertação insere-se no debate sobre desenvolvimento rural ao propor uma análise territorializada da pluriatividade, evidenciando como ela opera simultaneamente como

mecanismo econômico, prática socioterritorial e instrumento de resistência. Ao fazê-lo, contribui para ampliar a compreensão das dinâmicas do Semiárido baiano, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para o fortalecimento de políticas públicas sensíveis às especificidades dos territórios tradicionais e às estratégias construídas pelas próprias comunidades.

Mais do que encerrar um percurso investigativo, esta introdução delimita um campo de análise no qual território, identidade e desenvolvimento não são categorias abstratas, mas dimensões vividas e politicamente disputadas. É a partir dessa perspectiva que os capítulos seguintes aprofundam a análise, buscando compreender, em sua complexidade, as articulações entre pluriatividade, capital social e desenvolvimento local no município de Ibiassucê.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: PERSPECTIVAS E TERRITORIALIDADES

O conceito de desenvolvimento local emerge como uma alternativa crítica às visões tradicionais centradas no crescimento econômico nacional e na dependência de modelos exógenos de modernização. Sua construção teórica foi impulsionada a partir das últimas décadas do século XX, quando se evidenciaram os limites dos modelos de desenvolvimento uniformes e centralizadores, que desconsideravam as especificidades territoriais, culturais e sociais dos lugares. Ao contrário da concepção clássica de desenvolvimento associada ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB), à industrialização e à urbanização acelerada, o desenvolvimento local propõe uma abordagem que valoriza os recursos endógenos, o protagonismo das populações locais e a articulação entre diferentes escalas de ação. Trata-se de um processo multidimensional, que envolve aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos, ancorado na valorização das potencialidades do território.

Esse paradigma ganha força especialmente em contextos de crise dos modelos desenvolvimentistas tradicionais, onde a centralização do planejamento e a padronização das soluções se mostraram incapazes de enfrentar a pobreza, a desigualdade e a exclusão em territórios periféricos. Assim, o desenvolvimento local se configura como uma forma de resistência à homogeneização imposta pela globalização neoliberal, apostando na participação social, no fortalecimento das redes comunitárias e na valorização dos saberes locais. Como destaca Dagnino (2004), o desenvolvimento local não pode ser dissociado da construção da cidadania e da justiça social, pois envolve a ampliação das capacidades das comunidades em definirem seus próprios rumos.

Esse conceito, portanto, se articula com o reconhecimento das singularidades territoriais e com o enfrentamento das desigualdades históricas, sobretudo em contextos como os das comunidades quilombolas, onde o território é também espaço de memória, cultura e resistência. A partir desse entendimento, este subcapítulo apresenta a evolução histórica e teórica do conceito de desenvolvimento local, articulando os principais marcos de sua constituição e os autores que contribuíram para sua consolidação como ferramenta analítica e política na leitura das realidades territoriais.

O conceito de desenvolvimento local surge como uma resposta crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento baseados exclusivamente em indicadores econômicos e centrados na atuação do Estado ou do capital global. Diferente da ideia de crescimento linear e homogêneo, o desenvolvimento local enfatiza a valorização das potencialidades internas de um território, o protagonismo dos sujeitos locais e a construção de soluções integradas às realidades culturais, sociais, econômicas e ambientais de cada região.

A partir da década de 1980, em meio às crises do modelo desenvolvimentista fordista e à crescente globalização econômica, o debate sobre desenvolvimento local ganha força, especialmente na América Latina e na Europa. O modelo fordista, que se consolidou no século XX como paradigma de organização da produção e do trabalho, baseia-se na padronização em larga escala, na rigidez dos processos produtivos, na divisão técnica do trabalho e na centralização das decisões. Este modelo pressupõe uma economia impulsionada por grandes indústrias, forte presença do Estado como indutor do crescimento, pleno emprego e consumo de massa. No entanto, ao longo dos anos 1970 e 1980, suas limitações tornam-se evidentes diante das crises econômicas globais, do esgotamento das políticas centralizadoras e da incapacidade de responder às demandas por diversidade, flexibilidade e inclusão social. Nesse contexto de transição e instabilidade, as comunidades e regiões começam a buscar caminhos próprios de organização e fortalecimento econômico, impulsionando experiências de economia solidária, redes de cooperação, valorização da agricultura familiar e iniciativas de autogestão. Essas experiências representam uma ruptura com a lógica produtivista e homogênea do fordismo, dando lugar a estratégias de desenvolvimento endógeno, baseadas nos recursos locais, no capital social e na participação ativa dos sujeitos nos processos de transformação de seus territórios.

Segundo José Eli da Veiga (2005), o desenvolvimento local deve ser compreendido como um processo endógeno, ou seja, que parte de dentro para fora, promovendo a mobilização das forças locais e estimulando a participação social. Para o autor: Desenvolvimento local é, antes de tudo, um processo de aprendizagem coletiva. Implica na capacidade das populações

locais de refletirem sobre sua própria realidade, identificarem seus problemas e organizarem respostas adequadas a partir de seus próprios recursos” (Veiga, 2005, p. 42).

A afirmação de Veiga (2005) evidencia uma mudança paradigmática no entendimento sobre o que é e como se constrói o desenvolvimento local. Ao defini-lo como um processo de aprendizagem coletiva, o autor rompe com a visão tradicional que colocava o desenvolvimento como algo externo, imposto por agentes estatais ou econômicos, e centraliza o protagonismo nas populações locais, nos saberes acumulados e na capacidade de organização comunitária.

Essa abordagem dialoga com a perspectiva da autonomia territorial, especialmente relevante no caso das comunidades quilombolas, onde o conhecimento sobre o território, a cultura, os modos de vida e as estratégias de sobrevivência são transmitidos coletivamente, por meio de experiências, oralidades e práticas cotidianas. Nesse sentido, o desenvolvimento não se reduz à chegada de políticas públicas ou investimentos externos, mas se constrói a partir do reconhecimento interno das potencialidades locais e da capacidade de agir coletivamente.

Refletir sobre a realidade local, como propõe Veiga, envolve um processo crítico e político: olhar para as condições históricas que estruturam a exclusão e marginalização de determinados territórios como o caso da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, em Ibiassuce, BA — e, a partir disso, desenvolver formas próprias de resistência, de organização produtiva (como a pluriatividade), de conservação ambiental e de afirmação identitária. Essa aprendizagem coletiva se expressa, por exemplo, na maneira como as famílias articulam o trabalho agrícola com outras atividades econômicas (artesanato, prestação de serviços, comércio informal), como se mobilizam para enfrentar a ausência do Estado, como constroem relações de reciprocidade e como reinventam práticas culturais e produtivas com base na ancestralidade.

Além disso, pensar o desenvolvimento como construção coletiva pressupõe horizontalidade nas decisões, participação ativa dos sujeitos do território e reconhecimento das diferentes formas de saber — incluindo os saberes tradicionais, populares e comunitários que, muitas vezes, são desvalorizados em planejamentos técnicos convencionais. Essa concepção dialoga com a perspectiva de Carlos Brandão (2004), para quem o desenvolvimento local está ligado ao reconhecimento da identidade coletiva, da história e da cultura das comunidades, sendo também um processo político de construção da autonomia e do pertencimento:

O desenvolvimento local acontece quando uma comunidade deixa de esperar que alguém a desenvolva de fora e passa a construir suas próprias respostas a partir do lugar onde vive” (Brandão, 2004, p. 17). A compreensão de que o desenvolvimento local deve partir da comunidade e não ser imposto de fora é central nos escritos de Carlos Rodrigues Brandão. Para

o autor, o verdadeiro desenvolvimento ocorre quando a população deixa de esperar por soluções externas e passa a construir suas próprias respostas com base na realidade do lugar onde vive. Como ele afirma: “O desenvolvimento local acontece quando uma comunidade deixa de esperar que alguém a desenvolva de fora e passa a construir suas próprias respostas a partir do lugar onde vive” (Brandão, 2004, p. 17). Essa afirmação rompe com a lógica tradicional e verticalizada dos programas de desenvolvimento, frequentemente baseados em modelos genéricos que desconsideram as singularidades de cada território.

Ao reconhecer a importância da escuta e do protagonismo comunitário, Brandão (2004, p. 22) destaca que “o desenvolvimento é local porque começa com a escuta de quem vive no lugar.” Essa escuta ativa envolve não apenas identificar carências, mas também reconhecer as potencialidades, saberes, histórias e capacidades de ação coletiva presentes no território. Assim, o desenvolvimento local se constrói como um processo dialógico, pedagógico e político, enraizado nas relações sociais e nos conhecimentos acumulados pelas comunidades ao longo do tempo.

Mais do que um programa técnico ou uma política pública, o desenvolvimento local é, para Brandão, uma construção coletiva que exige o caminhar conjunto entre quem propõe e quem vive o processo. Ele critica, portanto, a visão tutelada e assistencialista, ao afirmar: “Não se leva o desenvolvimento até as pessoas; caminha-se com elas no processo de se desenvolverem” (Brandão, 2004, p. 25). Essa perspectiva valoriza o papel das comunidades enquanto sujeitos ativos da transformação, que não apenas participam, mas decidem e constroem os rumos do seu desenvolvimento.

Outro ponto central na obra de Brandão é a valorização dos saberes locais como expressão de inteligência coletiva e resistência. “O saber local é uma forma de inteligência coletiva, e a comunidade é o lugar da memória social” (Brandão, 2004, p. 33). Essa inteligência, muitas vezes invisibilizada pelos modelos hegemônicos de planejamento, é composta por práticas tradicionais, experiências compartilhadas, modos de produção familiar e formas próprias de organização. No caso das comunidades quilombolas, como a de Santo Inácio, o saber local é também memória ancestral, identidade negra e território simbólico.

Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento local defendida por Brandão está profundamente articulada com as lutas pela valorização da cultura popular, da justiça social e da autonomia dos povos tradicionais. Ao compreender que cada comunidade carrega dentro de si os elementos necessários para o seu desenvolvimento, o autor reforça a necessidade de superar modelos impositivos e respeitar os tempos, os valores e as formas de vida de cada território. Essa abordagem é especialmente relevante para contextos como o da comunidade

quilombola estudada, onde o desenvolvimento não pode ser dissociado da história, da resistência e da dignidade dos sujeitos que ali vivem.

No campo da geografia crítica, Milton Santos oferece contribuições fundamentais para a compreensão do desenvolvimento a partir do território e de seus sujeitos. Para ele, o espaço geográfico não é um mero cenário onde o desenvolvimento acontece, mas um espaço socialmente produzido, resultado das articulações entre os elementos naturais, as técnicas disponíveis e as relações sociais historicamente construídas. Essa perspectiva rompe com a ideia de desenvolvimento como um processo exclusivamente econômico ou técnico, reafirmando que ele deve considerar as condições concretas e vividas dos territórios.

Em sua obra *Por uma outra globalização* (2000), Santos denuncia os impactos perversos da globalização neoliberal sobre os espaços periféricos, que são muitas vezes convertidos em zonas de exclusão, precariedade e dependência. Ele argumenta que, diante da lógica homogeneizante do capital, é preciso construir uma racionalidade contra-hegemônica, baseada nas experiências locais e no uso criativo do território pelas populações. Como afirma o autor: “O espaço banalizado pelo sistema hegemônico se torna, na ação do povo, o lugar da vida, o lugar do possível. É nesse espaço vivido que se constrói a possibilidade de uma outra globalização” (Santos, 2000, p. 51).

Essa “outra globalização”, defendida por Santos, não nega o mundo moderno, mas propõe uma forma de desenvolvimento que respeite os ritmos, saberes, técnicas e valores dos sujeitos territoriais. Para o autor, o desenvolvimento não pode ser importado ou padronizado, pois: “Cada porção do território é única, pois contém diferentes combinações de objetos e de ações. É a singularidade de cada lugar que deve orientar a política e a economia” (Santos, 1996, p. 260). Desse modo, o território é mais do que uma base física; ele é um sistema de objetos e ações, um campo de forças onde se expressam tanto o poder centralizador do capital quanto as resistências cotidianas dos sujeitos locais.

Milton Santos também nos alerta que o uso do território pelas populações periféricas, longe de ser um atraso, representa um potencial criativo. Ele afirma: “O território usado é a base da vida cotidiana, é onde os homens exercem sua existência e sua inventividade” (Santos, 2002, p. 11). Portanto, retomar o território como eixo de desenvolvimento é também um ato de valorização das práticas populares e de resistência. No caso quilombola, isso significa reconhecer que o uso da terra, a pluriatividade, as redes de solidariedade e os saberes ancestrais não são obstáculos ao desenvolvimento, mas sim suas condições reais e autênticas.

Além disso, autores como Saquet (2011) ampliam o debate ao relacionar o desenvolvimento local com a noção de desenvolvimento territorial sustentável, entendendo o

território como resultado das práticas sociais e como base concreta para a transformação emancipatória. Saquet afirma que “O desenvolvimento territorial sustentável é uma possibilidade de ação coletiva transformadora a partir das potencialidades e dos sujeitos presentes no território” (Saquet, 2011, p. 23). É importante destacar que o desenvolvimento local não se limita ao crescimento econômico. Ele envolve também a ampliação das capacidades humanas, conforme propõe Amartya Sen (1999), e a garantia dos direitos básicos para a população. Sob essa ótica, o desenvolvimento torna-se um processo multidimensional, que depende da articulação entre capital social, infraestrutura, políticas públicas e valorização da cultura local.

Portanto, compreender o desenvolvimento local é compreender as formas como as comunidades constroem suas alternativas de vida, resistência e permanência, mesmo diante de contextos de vulnerabilidade e desigualdade. Em comunidades tradicionais, como a quilombola de Santo Inácio, esse conceito adquire contornos ainda mais específicos, pois o território é também espaço de ancestralidade, memória e luta por reconhecimento. Assim, pensar o desenvolvimento local exige considerar não apenas os aspectos econômicos, mas principalmente os elementos territoriais, identitários e políticos que estruturam a vida coletiva.

2.1 A PARTICIPAÇÃO DE FORÇAS ENDÓGENAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL

O conceito de desenvolvimento é multifacetado e encontra-se em constante transformação, uma vez que acompanha o movimento dinâmico e dialético das sociedades. Como explica Oliveira (2003, p. 35), refletir sobre o desenvolvimento local ou rural implica considerar “a participação da sociedade local, no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição de processos de crescimento.” É nesse contexto que se insere o olhar sobre os sujeitos pluriativos, isto é, aqueles que articulam diferentes atividades para sustentar sua permanência no território.

Nesta pesquisa, o desenvolvimento é compreendido como um processo complexo e multidimensional, que envolve transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. O enfoque adotado rompe com a visão reducionista que associa desenvolvimento exclusivamente ao crescimento econômico. Ao contrário, defende-se aqui uma perspectiva que reconhece o papel ativo dos sujeitos locais — humanos, ambientais e institucionais — na construção de políticas e ações integradas, em diálogo com as dinâmicas macroeconômicas, mas centradas

nas potencialidades do território e nas atividades pluriativas como instrumentos de resistência e autonomia.

Assim, pensar o desenvolvimento local/rural é reconhecer que ele não se constrói apenas por meio de políticas centralizadas ou orientadas pelas forças de mercado, mas sobretudo pelas práticas cotidianas, pelas tradições, pelos saberes e pelas estratégias de sobrevivência das populações que habitam e produzem o território. Esse modelo, denominado desenvolvimento endógeno, estrutura-se a partir da lógica “de baixo para cima”, priorizando a valorização das capacidades humanas locais e a construção coletiva de soluções adaptadas à realidade vivida.

Sob essa ótica, Amaral Filho (2001, p. 262) define o desenvolvimento endógeno como “um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção de excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.” No entanto, é importante não restringir essa compreensão ao aspecto econômico. Para que o desenvolvimento seja realmente emancipador, é necessário considerar também os fatores sociais e culturais, especialmente no que diz respeito à capacidade das populações participarem das decisões que impactam diretamente seu modo de vida. É nesse sentido que Amartya Sen (2000, p. 29) contribui com uma reflexão ampliada sobre o desenvolvimento ao afirmar que:

[...] O desenvolvimento está relacionado com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen, 2000, p. 29).

Nessa linha, Boisier (2000, p. 166) argumenta que o desenvolvimento local envolve não apenas crescimento econômico, mas também mudanças estruturais que elevam a qualidade de vida da população, combinando três dimensões fundamentais: a econômica, que envolve o uso dos fatores produtivos locais com vistas à competitividade; a sociocultural, que valoriza instituições, práticas e valores comunitários; e a político-administrativa, que se refere à capacidade dos governos locais criarem ambientes favoráveis ao desenvolvimento, protegendo as comunidades das interferências externas nocivas.

Essas dimensões precisam estar integradas e apoiadas por políticas públicas sensíveis às realidades locais. No entanto, Boisier adverte que, embora os fatores endógenos — como o

capital social ¹ e a capacidade de organização da população — sejam indispensáveis, eles não são, por si só, suficientes. O Estado e as instituições também devem cumprir um papel ativo, especialmente por meio da descentralização administrativa, fiscal e financeira, conforme defende Amaral Filho (2001), ao destacar que os melhores resultados no território são alcançados quando há articulação entre atores públicos e privados, locais e regionais.

Dessa forma, o desenvolvimento endógeno se fortalece quando os elementos exógenos (como políticas macroeconômicas e repasses de recursos) são apropriados pelas comunidades de forma estratégica, convertendo-os em benefícios para o território. Boisier (1989) ilustra essa ideia ao apresentar o planejamento regional como uma estrutura baseada na interação entre ativação social (força interna), alocação de recursos (distribuição material) e compensação política (intervenções corretivas do Estado). Esses três elementos, quando articulados, sustentam um modelo de desenvolvimento que parte do local e o reposiciona como ator central nas decisões sobre seu próprio futuro.

Ainda segundo Feitosa (2007, p. 137), a revalorização do território e a reestruturação produtiva exigem que capital e trabalho sejam capazes de gerar inovações e novos arranjos produtivos. Para tanto, é necessário potencializar os recursos locais e garantir a participação social nas decisões sobre o uso do território, evitando que políticas públicas sejam aplicadas de forma padronizada, alheias às especificidades locais. Essa transição de um modelo de “cima para baixo” para um desenvolvimento “de baixo para cima” evidencia o lugar como centro estratégico. Albagli (1998) reforça essa ideia ao destacar que a globalização, longe de eliminar os territórios, reafirma sua importância. Em suas palavras, as mudanças globais demandam uma resposta localizada, fortalecendo o papel dos lugares e das comunidades como protagonistas na construção de novos paradigmas de desenvolvimento.

Na mesma direção, Putnam (2002 apud Furtado, 2000, p. 24) afirma que, diante do enfraquecimento do papel tradicional do Estado, surgem novas exigências para os atores locais, que passam a ter maior responsabilidade sobre a mobilização de recursos e a implementação de estratégias sustentáveis. Isso implica a criação de novas instituições, o fortalecimento das redes sociais e a expansão da autonomia local diante da globalização econômica. Essa descentralização, segundo Furtado (2000), pode ser observada na transferência de

¹ conceito de capital social refere-se ao conjunto de recursos sociais disponíveis para os indivíduos ou grupos por meio de suas redes de relacionamento, normas de reciprocidade, confiança mútua e vínculos comunitários. Esses elementos fortalecem a cooperação, a solidariedade e a capacidade de ação coletiva, sendo fundamentais para o desenvolvimento local e a coesão social. O termo é amplamente discutido por autores como Pierre Bourdieu, Robert Putnam e James Coleman, cada um com ênfases distintas, mas convergindo na ideia de que as relações sociais constituem um ativo valioso.

responsabilidades da União para os estados e municípios, o que leva à necessidade de que a sociedade assuma papéis ativos na gestão dos territórios, desde a formulação de políticas até a execução de serviços e a gestão de recursos. Como reforça o autor, isso promove a corresponsabilidade e fortalece o poder local.

Por fim, Benko (2002, p. 228) aponta que o desenvolvimento local exige também descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira, bem como estratégias de financiamento e formação que envolvam diretamente os atores do território. O fortalecimento do poder local, portanto, não se resume à presença do Estado, mas à capacidade dos sujeitos de se organizarem, decidirem e implementarem ações em prol da sua comunidade. É nesse contexto que o capital social, ou seja, os laços de confiança, reciprocidade e solidariedade, torna-se um elemento indispensável para entender as dinâmicas do desenvolvimento rural/local.

2.2 O PAPEL DO TERRITÓRIO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O território, antes considerado apenas como base física ou espaço delimitado por fronteiras administrativas, passou a ser compreendido como elemento central e ativo no processo de desenvolvimento. No pensamento contemporâneo, especialmente na geografia crítica e na economia política do desenvolvimento, o território é entendido como resultado das relações sociais, das disputas de poder, da cultura e das práticas simbólicas que moldam a vida em sociedade. Para Saquet (2011), o território é uma construção social dinâmica, contraditória e historicamente situada. Ele afirma que “O território é produto das relações sociais, das interações entre sujeitos e das disputas em torno do espaço. É onde se expressam os interesses hegemônicos e contra hegemônicos.” (Saquet, 2011, p. 25).

Essa visão destaca o território como espaço vivido e politizado, em que as comunidades constroem seus modos de vida, resistem à exclusão e projetam futuros possíveis. O desenvolvimento, portanto, não pode ser concebido sem considerar as especificidades territoriais, ou seja, as formas como os sujeitos organizam suas vidas, produzem, compartilham e resistem a partir do lugar em que vivem. Milton Santos (1996) reforça essa perspectiva ao definir o território como um sistema de objetos e de ações, em que a técnica e a intencionalidade se entrelaçam. Para ele, o “território usado” é aquele que abriga a vida concreta das pessoas, e qualquer processo de desenvolvimento que ignore essa realidade corre o risco de impor

soluções artificiais, descoladas das experiências locais. Como afirma “O território é o chão da vida cotidiana. É ali que os homens exercem sua existência e sua inventividade.” (Santos, 2002, p. 11).

Essa ideia é também presente na obra de Raffestin (1993), que propõe que o território seja compreendido como uma produção social mediada pelas relações de poder. Para o autor, todo território é uma forma de mediação entre o homem e o espaço, entre o desejo de controle e o reconhecimento da limitação. Assim, pensar o desenvolvimento implica compreender quem domina, quem resiste, e quais usos se fazem do território. Segundo Porto-Gonçalves (2006), o território se constitui também como um projeto político, sendo constantemente disputado entre a lógica do capital e os projetos de vida das populações tradicionais. “Não se trata apenas de reivindicar um pedaço de terra, mas de defender modos de vida. O território é um corpo coletivo em disputa.” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 128). Esse “corpo coletivo” se expressa nas ações cotidianas que sustentam o desenvolvimento local: a produção agrícola familiar, o artesanato, o trabalho comunitário e a preservação dos saberes tradicionais.

Como lembra Saquet (2011), o desenvolvimento territorial sustentável deve considerar essas práticas como centrais e não como obstáculos à modernização. Para ele “O desenvolvimento territorial sustentável exige o fortalecimento das formas organizativas locais e a valorização das práticas cotidianas dos sujeitos do território.” (Saquet, 2011, p. 47). Além disso, é necessário compreender que o território não existe isolado das dinâmicas regionais, nacionais e globais. A interdependência entre escalas exige que o desenvolvimento local seja pensado em articulação com políticas públicas e redes de cooperação. Isso reforça a ideia defendida Veiga (2005), de que o território precisa ser compreendido como espaço de aprendizagem coletiva, onde se constrói autonomia e se produz conhecimento a partir das experiências locais.

O desafio, portanto, está em construir políticas de desenvolvimento que respeitem e partam do território, entendendo-o como espaço de conflito e de potência, de memória e de invenção, de identidade e de transformação. No caso de comunidades como a de Santo Inácio, isso significa pensar o desenvolvimento como um processo que parte das experiências de pluriatividade, das redes de solidariedade e das práticas culturais locais, e não como mera reprodução de modelos externos.

Para Milton Santos (1997), o território não pode ser reduzido a uma mera configuração geográfica estática, mas deve ser compreendido como um espaço socialmente produzido, moldado pela ação humana e pelas mediações técnicas que nele se inscrevem. Essa concepção rompe com visões tradicionais e fragmentadas do território, ao introduzir a ideia de totalidade,

materialidade e historicidade. O autor propõe que o território seja analisado a partir do seu “uso”, destacando o papel da técnica e das relações sociais como elementos fundamentais para sua constituição. Assim, “o território usado é o chão mais a técnica, isto é, o território é o conjunto indissociável de sistemas naturais e sistemas de ações” (Santos, 1997, p. 63).

A introdução do meio técnico-científico-informacional redefine a organização espacial em sua totalidade. Conforme Santos (2002), esse meio representa uma nova etapa da técnica no espaço geográfico, em que a ciência e a informação tornam-se elementos estruturantes da produção do território. As redes de comunicação, a fluidez das mercadorias e dos capitais, e a integração de diferentes escalas espaciais revelam uma nova racionalidade organizacional imposta pelo capitalismo globalizado. Contudo, o autor é enfático ao afirmar que, mesmo diante dessa modernidade técnica, o uso do território continua sendo seletivo, refletindo as desigualdades de poder entre os diferentes agentes e regiões.

Para Santos (2000), o território não é apenas o espaço da técnica, mas o espaço da norma e do poder. A técnica, ao ser apropriada seletivamente, torna-se instrumento de dominação ou de libertação, dependendo do sujeito que a utiliza. É nesse sentido que o autor afirma que “a técnica, longe de ser neutra, carrega as intenções e os interesses daqueles que a detêm” (Santos, 2000, p. 85). Assim, o território usado não é neutro nem uniforme, mas o reflexo de uma geografia das desigualdades. Aprofundando esse entendimento, Raffestin (1993) destaca que o território é uma construção relacional e estratégica, produto das interações entre sujeitos e instituições. Para ele, o território “é sempre território de alguém”, sendo constituído por relações de poder, fluxos, regras e fronteiras simbólicas. Essa perspectiva reforça a dimensão política do território, aproximando-o de uma geografia crítica voltada à análise dos conflitos, das disputas e da resistência territorial.

O Quadro 1 sintetiza os principais elementos conceituais do território na obra de Milton Santos, cuja contribuição é fundamental para a compreensão crítica das dinâmicas espaciais e dos processos de desenvolvimento, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais, como os territórios rurais e tradicionais. Para o autor, o território não se reduz à dimensão física ou cartográfica, mas é compreendido como território usado, ou seja, espaço vivido, apropriado e modificado pelas práticas sociais, econômicas, políticas e simbólicas dos sujeitos. Essa concepção enfatiza que o território é o lócus da totalidade das relações humanas, integrando natureza, trabalho, técnica e racionalidade, sendo, portanto, a base concreta e simbólica das estratégias de reprodução social e econômica das comunidades.

A técnica, por sua vez, é entendida por Santos como um dos elementos centrais que medeiam a relação entre os sujeitos e o espaço. Longe de ser um instrumento neutro, a técnica

é historicamente apropriada e seletivamente distribuída nos diferentes territórios, o que revela — e, muitas vezes, aprofunda — as desigualdades no acesso ao desenvolvimento. A apropriação desigual das técnicas, especialmente das mais modernas e intensivas em conhecimento, favorece determinados grupos e regiões, enquanto exclui ou marginaliza outros, como é o caso de comunidades tradicionais, periféricas ou rurais.

O conceito de meio técnico-científico-informacional completa essa reflexão ao destacar o novo estágio da organização territorial na era da globalização. Trata-se da combinação entre objetos técnicos (como infraestruturas, redes de comunicação e transportes) e ações organizadas por meio da ciência, da tecnologia e da informação, que conferem fluidez ao capital e aceleram os fluxos econômicos e sociais. Contudo, esse meio técnico-científico-informacional, apesar de potencializar o desenvolvimento em alguns territórios, também produz e reforça a exclusão em outros, aprofundando as desigualdades territoriais ao favorecer os espaços integrados ao sistema global em detrimento dos espaços opacos e desconectados.

Quadro 1- Síntese dos principais elementos conceituais do território na obra de Milton Santos

Elemento	Definição	Implicações para o desenvolvimento
Território usado	Espaço vivido, construído socialmente, onde se realiza a totalidade das relações humanas.	Integra natureza, trabalho, técnica e racionalidade; é base das estratégias locais.
Técnica	Instrumento de mediação entre o homem e a natureza, histórica e socialmente apropriada.	Sua apropriação seletiva revela as desigualdades no desenvolvimento.
Meio técnico-científico-informacional	Conjunto de objetos e ações organizados por ciência e tecnologia na era da globalização.	Aumenta a fluidez do capital, mas intensifica desigualdades territoriais.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A compreensão do território como campo de disputas revela a importância de se pensar o desenvolvimento local a partir da apropriação crítica e democrática da técnica. Isso implica repensar o papel do Estado, das políticas públicas e da sociedade civil na gestão do território, reconhecendo que a técnica não é neutra, mas historicamente apropriada por determinados projetos de poder. Nesse sentido, valorizar os saberes locais e as práticas comunitárias significa afirmar outras racionalidades de uso do espaço, fundadas na vida cotidiana, na cooperação e na permanência no território.

Nesse contexto, torna-se pertinente retomar o conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre (1968), que amplia a compreensão do território para além de sua dimensão material ou funcional, posicionando-o como espaço de produção da vida, da participação política e do exercício da cidadania. Para o autor, o direito à cidade corresponde ao “direito de todos os habitantes de participar da vida urbana e de apropriar-se dos espaços produzidos

socialmente”, constituindo-se como um direito coletivo de transformar a cidade segundo as necessidades humanas e não segundo a lógica da mercantilização (LEFEBVRE, 2001).

Ao dialogar com essa perspectiva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira contribui para ampliar o debate ao evidenciar que as disputas territoriais extrapolam o espaço urbano e se manifestam de forma intensa no campo brasileiro. Para o autor, o território deve ser compreendido como expressão concreta das relações de poder que estruturam a questão agrária, sendo permanentemente apropriado e controlado pelo capital. Nesse sentido, Umbelino de Oliveira afirma que “a luta pela terra é, antes de tudo, uma luta pelo território, isto é, pelo controle político, econômico e social do espaço” (OLIVEIRA, 2007, p. 22), evidenciando que a negação do acesso à terra implica a negação do direito de produzir, viver e decidir sobre o próprio espaço.

De forma complementar, Larissa Bombardi problematiza o uso hegemônico da técnica e da ciência no campo brasileiro, especialmente quando subordinado aos interesses do agronegócio. A autora destaca que esse modelo de desenvolvimento territorial produz profundas desigualdades socioespaciais e compromete a reprodução social das populações rurais. Segundo Bombardi, “o território do agronegócio se estrutura a partir da expropriação, da contaminação ambiental e da imposição de uma lógica produtiva que inviabiliza a vida de comunidades camponesas, quilombolas e tradicionais” (BOMBARDI, 2017, p. 45). Essa dinâmica evidencia que a negação do direito ao território e ao ambiente saudável constitui também uma negação do direito à cidade, quando este é compreendido em sentido ampliado.

Embora concebido inicialmente no contexto das grandes cidades, o direito à cidade pode ser reinterpretado, à luz da obra de Lefebvre, como direito à permanência no território, sobretudo para populações rurais e tradicionais que enfrentam processos de deslocamento, invisibilização ou exclusão dos circuitos decisórios sobre o uso e os destinos dos seus espaços. Assim, o reconhecimento do território como direito coletivo implica garantir às comunidades a possibilidade de viver com dignidade, manter seus modos de vida, acessar políticas públicas e participar ativamente da construção do espaço que habitam.

É fundamental considerar que o território usado reflete as possibilidades e os limites do desenvolvimento endógeno, uma vez que somente a partir do uso consciente, estratégico e coletivo do espaço é que se torna possível romper com a lógica centralizadora e desigual do desenvolvimento exógeno. Ao revalorizar o território como espaço de vida, de memória e de ação política, reafirma-se o papel dos sujeitos locais como protagonistas de sua própria história.

Como visto, o território não pode ser compreendido como um dado natural, uma extensão física pré-existente à ação humana. Na perspectiva crítica, o território é uma

construção social, continuamente produzido, apropriado, disputado e ressignificado pelas práticas dos sujeitos e pelas relações de poder. Como afirma Raffestin (1993, p. 142), “o território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático sobre um espaço. Esta ação tem por fim transformar o espaço e atribuir-lhe um valor”. Tal transformação não se dá de forma neutra, mas é orientada por intencionalidades políticas, econômicas, culturais e simbólicas.

A produção do território, nesse sentido, é simultaneamente material e simbólica. Envolve o uso de técnicas, a mediação dos saberes, a circulação de capitais e a imposição de lógicas normativas (estatais ou privadas), mas também inclui sentidos subjetivos, memórias coletivas, pertencimentos e espiritualidades. O território não é apenas o chão onde se pisa, mas o “chão sentido” (Santos, 1996), carregado de significados para os sujeitos que o habitam.

Apropriar-se do território significa mais do que ocupar fisicamente um espaço. Trata-se de construir e manter relações duráveis com ele, estabelecendo redes de reciprocidade, circuitos de produção e reprodução da vida, práticas culturais e formas de organização coletiva. A apropriação, portanto, é um ato político, pois implica resistência às formas hegemônicas de dominação e expropriação – como o agronegócio, a grilagem, os grandes empreendimentos e os projetos estatais não dialogados com as populações locais.

Como argumenta Saquet (2015), o território é sempre um processo em disputa. Não existe um território neutro, harmônico e acabado. Ao contrário, ele é constantemente (re)produzido nas tensões entre os sujeitos e os projetos que se enfrentam. Nesse contexto, comunidades tradicionais, povos do campo, agricultores familiares e quilombolas enfrentam cotidianamente pressões externas que visam desmobilizar suas formas autônomas de territorialização. O Quadro 2 resume os elementos centrais da produção e da apropriação do território no contexto rural:

Quadro 2- Dimensões da Produção e Apropriação do Território

Dimensão	Produção do Território	Apropriação do Território
Técnica	Implantação de infraestrutura, tecnologias, arranjos produtivos	Uso de técnicas tradicionais, gestão comunitária do espaço
Econômica	Inserção em mercados, monocultura, concentração fundiária	Diversificação produtiva, economia solidária, feiras locais
Social	Organização do trabalho, propriedade privada, migração forçada	Redes de solidariedade, acesso à terra, uso coletivo
Cultural e simbólica	Imposição de padrões urbanos, turistificação, apagamento de saberes	Preservação da memória, religiosidade, ancestralidade
Política	Políticas públicas verticalizadas, controle territorial por grandes grupos	Mobilização social, resistência, autogestão e autonomia comunitária

Fonte: Elaborado pela autora com base em Santos (1996), Saquet (2015), Raffestin (1993), Haesbaert (2004).

Na análise de Milton Santos (1996), a produção do espaço e por consequência do território se dá por meio do entrelaçamento de três instâncias: a técnica, o tempo e o uso. O espaço geográfico é, portanto, “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 1996, p. 63). Aplicando essa lógica à realidade rural, compreendemos que os territórios não são meros palcos da produção agropecuária, mas campos de práticas multiescalares, onde diferentes lógicas de uso coexistem e se tensionam.

Essas lógicas revelam-se, por exemplo, na coexistência entre a territorialidade camponesa – pautada na sustentabilidade, na cultura local e na cooperação – e a territorialidade do capital, centrada na eficiência, na mercantilização e na homogeneização. Como alerta Haesbaert (2004), vivemos uma “multiterritorialidade”, em que os sujeitos precisam conviver com múltiplas formas de apropriação e pertencimento, o que por vezes gera conflitos, mas também possibilidades de reexistência e invenção de novos arranjos territoriais.

É nesse horizonte que as estratégias de resistência territorial ganham centralidade. Em muitas comunidades tradicionais, a defesa do território envolve práticas jurídicas (ações de reconhecimento fundiário), pedagógicas (educação do campo, educação quilombola), culturais (festividades, mitos, oralidades) e políticas (participação em conselhos, associações, fóruns). O território torna-se, assim, uma plataforma de luta, mas também um lugar de vida, onde se reconstroem coletivamente as possibilidades de permanência com dignidade. A produção e a apropriação do território, portanto, não devem ser compreendidas como um fim em si mesmas, mas como meios de garantir a reprodução ampliada da vida. Trata-se de reconhecer o território como campo de direitos – à terra, à cultura, ao trabalho, à autonomia – e como elemento estruturante de uma proposta de desenvolvimento local sustentável, enraizado na realidade dos sujeitos do campo.

2.3 RELAÇÕES SOCIAIS, TÉCNICAS E DESIGUALDADES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A compreensão do espaço geográfico como uma construção social e histórica é fundamental para analisar as formas como as desigualdades se manifestam e se reproduzem no território. Na tradição da geografia crítica, o espaço não é apenas um palco onde as relações sociais se desenrolam, mas um produto direto dessas relações, materializado por meio da técnica, da organização do trabalho e da apropriação seletiva dos recursos. O espaço, portanto, é constituído pela interação entre a sociedade e a técnica, sendo um reflexo das estruturas de poder, das disputas de interesses e das formas de dominação e resistência que marcam as sociedades humanas.

Milton Santos (1996) contribui de maneira decisiva para esse entendimento ao definir o espaço como o “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (p. 63). Isso significa que os elementos materiais como estradas, escolas, redes de comunicação, entre outros não existem de forma isolada, mas apenas ganham significado na medida em que são utilizados por diferentes agentes sociais, em contextos específicos e de modo desigual. A técnica, nesse contexto, não é neutra nem universal, mas carrega a marca das intenções, das possibilidades e das limitações impostas pelas relações sociais que a sustentam. Como afirma o autor, “a técnica não se aplica ao espaço de modo homogêneo: ela é seletiva, pois responde a interesses específicos de grupos específicos” (Santos, 2002, p. 78).

Dessa forma, a produção e organização do espaço revelam desigualdades estruturais, uma vez que os grupos sociais que detêm maior poder político e econômico têm também maior acesso à técnica, podendo usá-la como instrumento para consolidar sua presença no território e ampliar sua capacidade de ação. David Harvey (2005), ao analisar o espaço na lógica do capital, argumenta que “a organização espacial é fundamental para a acumulação de capital, e este, por sua vez, produz desigualdades espaciais por meio da concentração de infraestrutura, serviços e investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras” (p. 142). Essa lógica resulta em um espaço fragmentado, hierarquizado e profundamente desigual.

A técnica, ao ser apropriada de forma desigual, transforma-se em vetor de exclusão. Regiões com acesso restrito às inovações tecnológicas, à infraestrutura de base e aos meios de circulação e comunicação são, muitas vezes, condenadas a permanecer à margem dos processos de desenvolvimento, reforçando ciclos de pobreza e marginalização. Como observa Carlos (2007), “a técnica se tornou o principal meio de ampliação da diferença entre os espaços e os homens” (p. 42). Assim, as relações sociais se materializam no espaço, não apenas pela distribuição dos meios técnicos, mas também pela forma como esses meios são apropriados, usados e disputados por diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender a articulação entre o meio técnico-científico-informacional expressão cunhada por Santos (2002) e a produção das desigualdades. Esse meio é caracterizado pela presença de técnicas sofisticadas, que integram ciência, informação, redes digitais, transporte e telecomunicações, sendo apropriado principalmente pelas regiões mais dinâmicas do ponto de vista econômico. Em contrapartida, vastos territórios permanecem alijados dessa lógica, resultando em um processo de “fragmentação do território nacional” (Santos, 2001, p. 101), onde coexistem ilhas de modernidade e vastas extensões de precariedade.

Além disso, as desigualdades socioespaciais são reforçadas pela forma como o território é apropriado e governado. Lefebvre (2001), ao discutir o direito à cidade, evidencia que o espaço urbano e rural é produzido sob uma lógica que privilegia os interesses do capital em detrimento das necessidades reais da população. Nesse contexto, as desigualdades não são apenas econômicas, mas também políticas, culturais e simbólicas. A marginalização de determinados grupos no acesso ao território, à técnica e à decisão sobre os rumos do desenvolvimento reforça a exclusão e limita a emancipação social.

Claude Raffestin (1993), ao tratar da produção do território, enfatiza que o controle do espaço é também controle da informação, da técnica e do tempo. O autor sustenta que o território é um produto das relações de poder mediadas por sistemas de signos e artefatos técnicos. Isso significa que os sujeitos que detêm o poder sobre a técnica e a informação detêm também maior capacidade de organizar o território conforme seus interesses. Dessa forma, a técnica é um instrumento político, cuja distribuição e apropriação são orientadas por relações de força. O Quadro 3 apresentado permite sintetizar, de forma esquemática, como se articulam os principais vetores que estruturam e reproduzem as desigualdades no espaço geográfico. Cada dimensão abordada relações sociais, técnica, estrutura territorial e desigualdade socioespacial revela não apenas aspectos descritivos da realidade, mas evidencia os mecanismos pelos quais o território é continuamente produzido, apropriado e hierarquizado.

Quadro 3-Síntese os principais aspectos que interligam as relações sociais, a técnica e a produção das desigualdades no espaço geográfico

Dimensão	Descrição	Implicações para o espaço
Relações sociais	Conjunto de vínculos econômicos, culturais e políticos entre os sujeitos	Definem quem detém o poder de uso, controle e produção do espaço
Técnica	Instrumento de apropriação do espaço material	Distribuída de forma desigual, potencializa ou restringe o desenvolvimento
Estrutura territorial	Resultado da interação entre técnica e relações sociais	Produz espaços com diferentes níveis de acesso, mobilidade e oportunidades
Desigualdade socioespacial	Expressão das contradições sociais materializadas no território	Reflete as disparidades econômicas, políticas e culturais entre os grupos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A dimensão das relações sociais destaca que o espaço não é neutro nem homogêneo: ele é constituído por sujeitos históricos que estabelecem vínculos econômicos, políticos e culturais. Esses vínculos são marcados por assimetrias de poder, e por isso é fundamental compreender quem são os agentes que efetivamente controlam o uso e a produção do espaço. Como observa Milton Santos (2002), a distribuição dos benefícios e das oportunidades no território é reflexo direto das relações sociais que nele se estabelecem e se consolidam.

A técnica, enquanto instrumento de apropriação do espaço material, não está igualmente disponível a todos. Ela é seletivamente implantada e distribuída conforme interesses políticos e econômicos dominantes. Assim, enquanto algumas regiões são dotadas de infraestrutura avançada e recursos tecnológicos modernos, outras permanecem alijadas dessa lógica, perpetuando um ciclo de marginalização. David Harvey (2005) argumenta que essa seletividade técnica é funcional ao capitalismo, pois mantém a diferenciação espacial como estratégia de acumulação e controle territorial.

A estrutura territorial resulta, portanto, da interação entre esses dois primeiros elementos. Quando relações sociais excludentes se articulam ao uso concentrado e seletivo da técnica, produz-se um território fragmentado e desigual, onde o acesso aos bens públicos, à mobilidade, ao trabalho e à informação é profundamente assimétrico. Esse processo dá origem a espaços hiperconectados e valorizados, de um lado, e a zonas negligenciadas ou estigmatizadas, de outro – o que Milton Santos chama de coexistência de “meios hegemônicos” e “meios empobrecidos” no mesmo território.

Por fim, a desigualdade socioespacial é a expressão visível dessas contradições. Não se trata apenas de diferenças entre regiões, mas de desigualdades construídas historicamente, que atravessam dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Essas desigualdades não são naturais, mas produzidas e reproduzidas por um modelo de desenvolvimento que privilegia determinados grupos e territórios em detrimento de outros. Henri Lefebvre (2001), ao discutir o direito à cidade, enfatiza que transformar essa realidade exige reconhecer o espaço como um direito coletivo e reverter a lógica de mercantilização que o domina.

A partir dessa análise, percebe-se que pensar o desenvolvimento local exige, necessariamente, uma abordagem que enfrente as desigualdades estruturais presentes no espaço. A democratização da técnica e a valorização das práticas sociais locais são estratégias fundamentais para ampliar as capacidades de ação das comunidades, conforme propõe Sen (2000) em sua abordagem sobre desenvolvimento como liberdade. O autor defende que “o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p. 17), e isso só é possível em um espaço que permita o acesso equitativo aos recursos, à informação e à participação nas decisões.

Portanto, enfrentar as desigualdades no espaço geográfico é, antes de tudo, uma questão política. Trata-se de promover uma nova racionalidade territorial, baseada na justiça espacial, na equidade social e no protagonismo dos sujeitos locais. Isso implica romper com a lógica concentradora do capital e reorientar as políticas públicas para atender às especificidades

territoriais, valorizando o conhecimento local, o capital social e as experiências de resistência e solidariedade que emergem nos territórios.

2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

A ideia de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente incorporada aos discursos políticos, institucionais e acadêmicos desde a década de 1980, principalmente a partir da publicação do Relatório Brundtland (WCED, 1987)². No entanto, em que pese sua difusão, o conceito permanece permeado por ambiguidades e contradições, sobretudo quando transposto para os territórios tradicionais, onde outras racionalidades socioambientais estão em jogo. O que se observa, na maioria das vezes, é a apropriação tecnocrática da noção de sustentabilidade, desarticulada das especificidades culturais, políticas e epistemológicas dos povos tradicionais.

Autores como Enrique Leff (2001) e Porto-Gonçalves (2006) chamam a atenção para o risco de se reduzir o desenvolvimento sustentável a uma lógica de gestão eficiente de recursos, ancorada em premissas do capital e da modernização ecológica. Leff (2001, p. 47) denuncia a tentativa de “subordinar a sustentabilidade aos princípios da racionalidade econômica, convertendo-a em variável de ajuste ao mercado”. Essa crítica é central quando se trata de territórios tradicionais, pois a lógica de uso e ocupação do território por esses grupos não se organiza com base na acumulação de capital, mas na reprodução da vida, na ancestralidade e na convivência harmônica com os ecossistemas.

Quadro 4- Paradigmas em confronto: Sustentabilidade hegemônica vs. Sustentabilidade em territórios tradicionais.

Dimensão	Paradigma Hegemônico	Paradigma dos Territórios Tradicionais
Lógica de uso do território	Produção/extração orientada ao mercado	Uso comunitário e coletivo, voltado à reprodução sociocultural
Temporalidade	Curto e médio prazo, crescimento linear	Longo prazo, visão cíclica do tempo e da natureza
Natureza	Recurso econômico a ser gerido racionalmente	Entidade sagrada, relacional e integrada ao ser humano
Conhecimento	Cientificista, especializado, técnico	Tradicional, empírico, intergeracional e relacional
Desenvolvimento	Crescimento com mitigação dos impactos	Bem viver, autonomia, segurança territorial e cultural
Tomada de decisão	Top-down (governos, ONGs, mercado)	Bottom-up (autogestão, assembleias, conselhos locais)

Fonte: Adaptado de Leff (2001), Acselrad (2004) e Carneiro (2008).

² O Relatório Brundtland, oficialmente intitulado *Nosso Futuro Comum* (*Our Common Future*), foi publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (WCED). O documento introduz o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”, tornando-se um marco internacional nas discussões sobre meio ambiente, economia e justiça social.

O paradigma da sustentabilidade nos territórios tradicionais exige, portanto, rupturas epistemológicas com os modelos convencionais de desenvolvimento. A noção de "bem viver", de origem andina (*sumak kawsay*), é um exemplo de racionalidade contra-hegemônica que expressa uma ontologia distinta daquela que estrutura a modernidade ocidental. Como afirma Gudynas (2011), o bem viver não é apenas uma alternativa ao desenvolvimento, mas uma alternativa ao conceito de desenvolvimento em si, colocando a centralidade na convivência respeitosa com os seres da natureza e na reprodução coletiva da vida.

Os territórios tradicionais, ao contrário do que durante décadas se difundiu no discurso oficial, não são espaços atrasados ou improdutivos, mas sim espaços de produção de vida, diversidade biocultural e resistência histórica. Conforme destaca Carneiro (2008, p. 59), “esses territórios expressam formas de territorialidade que não se ajustam facilmente aos imperativos do mercado ou aos modelos técnico-burocráticos de planejamento estatal, mas que são essenciais à conservação ambiental e à justiça socioespacial”.

O desenvolvimento sustentável nesses espaços requer reconhecimento territorial, jurídico e político. Não se trata de "inserir" os povos tradicionais no mercado, mas de garantir o direito de existirem segundo seus próprios modos de vida. Isso passa pelo fortalecimento do capital social comunitário, pela valorização de saberes tradicionais e pela proteção dos direitos coletivos sobre a terra (Abramovay, 2010). Como evidencia Altieri (2002), os sistemas agrícolas tradicionais, por exemplo, são frequentemente mais resilientes e biodiversos do que os modelos convencionais de monocultura, sendo fundamentais para a soberania alimentar e a sustentabilidade ecológica.

A perspectiva de desenvolvimento sustentável nesses contextos precisa ser, portanto, territorializada, descolonizada e dialógica, conforme propõe Porto-Gonçalves (2006), ao afirmar que: “É nos conflitos de territorialidades que emergem os sentidos do desenvolvimento e da sustentabilidade, e é nesse embate que os povos tradicionais desafiam a lógica da monocultura do saber e do poder.” Diversos grupos tradicionais vêm demonstrando, na prática, formas sustentáveis de relação com o território, resistindo a processos de mercantilização da natureza. As quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, por exemplo, protagonizam uma luta territorial que não se reduz à posse da terra, mas à liberdade de acessar e manejar os babaçuais de forma coletiva e autônoma. Como observa Carneiro (2008), a prática das quebradeiras alia o trabalho feminino à manutenção da biodiversidade e à segurança alimentar, representando uma forma de sustentabilidade baseada em justiça territorial e de gênero.

Outro caso emblemático é o das comunidades ribeirinhas do Xingu, em especial as que resistiram à construção da Usina de Belo Monte. Segundo Acselrad (2010), essas populações articulam territorialidades baseadas na pesca artesanal, na coleta de frutas nativas e na agricultura de coivara. O território, nesse caso, não é apenas um espaço de sobrevivência, mas de pertencimento, espiritualidade e organização comunitária. Como afirma Porto-Gonçalves (2006), tais formas de uso do espaço expressam "saberes insurgentes" que confrontam o padrão desenvolvimentista hegemônico.

A seguir, propõe-se um modelo lógico com base nos estudos de Leff (2001), Porto-Gonçalves (2006), Abramovay (2010) e Altieri (2002), que busca sistematizar as dimensões fundamentais para se pensar a sustentabilidade em territórios tradicionais:

Quadro 5- Indicadores de Sustentabilidade Tradicional em Comunidades Rurais e Tradicionais: dimensões analíticas, elementos-chave e práticas associadas

Dimensão Analítica	Elementos-Chave	Indicadores de Sustentabilidade Tradicional
Território e uso da terra	Coletividade, diversidade de uso, manejo tradicional	Presença de sistemas agroecológicos, acesso livre aos bens naturais
Saberes e práticas	Transmissão intergeracional, empírico-afetivo, relação espiritual	Manutenção de rituais, oralidade, ausência de tecnologias invasivas
Organização social	Autonomia, conselhos comunitários, reciprocidade	Assembleia ativa, economia solidária, rede de parentesco
Relação com a natureza	Ética da convivência, respeito aos ciclos naturais	Manejo sustentável dos recursos, ausência de desmatamento
Justiça social e cultural	Equidade de gênero, respeito à ancestralidade e identidade étnica	Participação das mulheres, presença de memória coletiva
Política e direitos	Titulação, consulta prévia, políticas públicas específicas	Reconhecimento jurídico, presença de associações e acesso a políticas

Fonte: Elaborado com base em Leff (2001), Altieri (2002), Abramovay (2010) e Porto-Gonçalves (2006).

Este modelo busca reorientar o olhar sobre a sustentabilidade, deslocando-o de métricas exclusivamente técnicas ou quantitativas e incorporando as dimensões simbólicas, sociais e territoriais. Reconhece que a sustentabilidade, nos territórios tradicionais, não é uma meta imposta de fora, mas uma vivência cotidiana baseada em valores coletivos, reciprocidade, autonomia e respeito à diversidade biocultural.

2.5 PLURIATIVIDADE E NOVAS RURALIDADES

A compreensão do rural nas ciências humanas e sociais tem passado por profundas transformações conceituais e empíricas nas últimas décadas, especialmente diante do esgotamento do paradigma modernizante que associava o campo à agricultura especializada, à

subordinação à cidade e à dependência de políticas agroexportadoras. Nesse contexto, emerge uma nova categoria analítica: a pluriatividade, compreendida como a coexistência de múltiplas fontes de renda agrícolas e não agrícolas no interior das unidades familiares rurais. Este fenômeno rompe com a ideia de que o trabalhador rural é exclusivamente agricultor, revelando uma complexa articulação entre formas tradicionais de subsistência, inserções no mercado e estratégias socioculturais de reprodução da vida no campo (Schneider, 2003).

Ao lado da pluriatividade, consolida-se também a noção de novas ruralidades, que se refere à diversificação das funções dos espaços rurais, agora vistos como territórios multifuncionais, onde coexistem produção agrícola, conservação ambiental, turismo, cultura e identidades em disputa. Essa mudança de perspectiva representa um giro epistemológico e político no modo como o rural é interpretado. Como destacam Graziano da Silva e Del Grossi (2002), o campo brasileiro deixou de ser apenas um espaço de produção de alimentos e passou a ser reconhecido como lugar de vida, cultura e construção de cidadania, o que demanda novas abordagens de políticas públicas e de análise territorial.

A emergência dessas novas configurações desafia as abordagens tradicionais centradas exclusivamente na produtividade e na lógica econômica. Ao contrário, tanto a pluriatividade quanto as novas ruralidades exigem olhares interdisciplinares e territorializados, que considerem as estratégias familiares, as relações de gênero, o capital social, os saberes locais e a relação simbólica com o território. De acordo com Wanderley (2003), essas transformações não significam o desaparecimento do rural, mas sua reconfiguração diante dos impactos da globalização e da urbanização difusa.

Nesse capítulo, busca-se analisar de forma articulada como a pluriatividade e as novas ruralidades se manifestam nos territórios rurais brasileiros, com destaque para sua dimensão estratégica no enfrentamento da pobreza, na ampliação das capacidades de escolha das famílias e na promoção de um desenvolvimento local mais autônomo e sustentável. O enfoque recai sobre os sujeitos do campo como agentes ativos na construção de novas territorialidades, desafiando estigmas que historicamente os colocaram na posição de “atraso” frente ao urbano. Como enfatiza Abramovay (2000), o rural contemporâneo não pode mais ser compreendido como resíduo do passado, mas como campo de inovação, diversidade e resistência.

A pluriatividade, que envolve a combinação de diferentes atividades econômicas, agrícolas e não agrícolas, pelos membros da unidade familiar rural, é amplamente discutida como uma estratégia de diversificação de renda e redução de riscos. No entanto, essa prática também enfrenta críticas de vários autores que apontam suas limitações e desafios. Segundo Schneider (2003, p. 47),

A pluriatividade caracteriza-se pela combinação de diferentes atividades econômicas pelos membros da unidade familiar, que podem incluir a produção agrícola, o trabalho assalariado fora da propriedade, o artesanato, o comércio, entre outras. Essa multiplicidade de atividades é uma estratégia adotada pelas famílias para complementar a renda e garantir a reprodução social em um contexto de instabilidade econômica e de transformações nas áreas rurais.

A pluriatividade, como descrita, representa uma adaptação estratégica das famílias rurais a um cenário econômico em constante mudança e, frequentemente, de grande instabilidade. Ao combinar diferentes atividades econômicas, os membros das famílias rurais não apenas diversificam suas fontes de renda, mas também aumentam sua resiliência frente às adversidades. Em um contexto onde a agricultura, por si só, pode não ser suficiente para garantir uma renda estável devido às flutuações de mercado, condições climáticas adversas ou limitações de recursos, a pluriatividade oferece uma alternativa viável para a sustentabilidade econômica das famílias.

Essa diversificação pode incluir a produção agrícola, trabalho assalariado fora da propriedade, artesanato, comércio e outras atividades que possam gerar renda adicional. Por exemplo, enquanto um membro da família pode se dedicar ao cultivo de lavouras, outro pode trabalhar em uma fábrica ou em serviços na cidade próxima, e um terceiro pode produzir artesanato para venda em feiras locais. Essa combinação de atividades permite que a família não dependa exclusivamente de uma única fonte de renda, o que é crucial para sua sobrevivência econômica em tempos de crise ou de baixa produtividade agrícola. Ellis (2000, p. 55) também aborda a pluriatividade, destacando que

A diversificação das atividades econômicas é uma estratégia crucial para a segurança econômica das famílias rurais. Ao se envolverem em múltiplas fontes de renda, as famílias conseguem reduzir sua vulnerabilidade às flutuações de mercado e às adversidades climáticas. A pluriatividade permite que os membros da família aproveitem as oportunidades disponíveis, maximizando seus recursos e habilidades em diferentes setores da economia.

A perspectiva de Ellis enfatiza como a pluriatividade pode servir como uma rede de segurança econômica, protegendo as famílias rurais contra a incerteza e a volatilidade. Em um cenário de instabilidade econômica e mudanças estruturais no setor agrícola, a dependência exclusiva da agricultura pode se tornar inviável. A pluriatividade surge, então, como uma estratégia essencial para assegurar a sustentabilidade econômica e social das famílias.

Diversificar atividades econômicas permite que as famílias distribuam melhor os riscos. Por exemplo, em anos de baixa produção agrícola devido a fatores climáticos ou de mercado,

as rendas provenientes de outras atividades, como o trabalho assalariado ou o comércio, podem compensar as perdas. Essa estratégia de múltiplas fontes de renda ajuda a estabilizar a economia familiar, proporcionando maior segurança financeira e capacidade de investimento em melhorias.

A pluriatividade é uma resposta lógica e necessária às condições de vida no meio rural contemporâneo, onde a dependência exclusiva da agricultura torna-se cada vez mais inviável. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas não apenas aumenta a renda familiar, mas também fortalece a resiliência das famílias diante das adversidades. É um processo dinâmico que reflete a capacidade de adaptação e inovação das famílias rurais (Carneiro, 2006, p. 98).

Segundo Abramovay (1992), A pluriatividade representa a habilidade das famílias rurais de se reorganizarem economicamente em resposta às transformações estruturais da sociedade. A diversificação das fontes de renda, que pode incluir a agricultura, o emprego assalariado, o trabalho autônomo e outras atividades, é uma maneira de garantir a sustentabilidade econômica e social das unidades familiares, evidenciando a complexidade e a diversidade das estratégias de reprodução social no meio rural.

As mudanças estruturais na sociedade, como a urbanização, a industrialização e as flutuações econômicas, têm impactado significativamente o meio rural. Em resposta, as famílias rurais se reorganizam e diversificam suas fontes de renda para garantir sua sobrevivência e estabilidade econômica. A diversificação das atividades econômicas é uma estratégia multifacetada que permite às famílias rurais mitigar os riscos associados à dependência exclusiva de uma única fonte de renda. A agricultura, tradicionalmente a principal atividade econômica no meio rural, pode ser vulnerável a variáveis como condições climáticas adversas, pragas, doenças e oscilações de mercado. Ao combinar a agricultura com outras atividades, como o emprego assalariado e o trabalho autônomo, as famílias podem suavizar essas vulnerabilidades.

Além disso, a pluriatividade reflete a capacidade das famílias de aproveitar diferentes oportunidades econômicas que surgem em seu entorno. O emprego assalariado, por exemplo, pode fornecer uma renda estável que complementa os rendimentos da agricultura, enquanto o trabalho autônomo, como o artesanato ou o comércio, pode capitalizar habilidades específicas dos membros da família. Essa combinação de atividades não apenas aumenta a resiliência econômica, mas também enriquece o capital social e humano das famílias.

A pluriatividade também ilustra a complexidade e a heterogeneidade das estratégias de reprodução social no meio rural. Cada família pode adotar uma combinação única de atividades

baseada em suas habilidades, recursos e oportunidades disponíveis. Isso resulta em uma rica diversidade de práticas econômicas e sociais que refletem a adaptabilidade e a criatividade das comunidades rurais. No entanto, nem todos os autores veem a pluriatividade de forma positiva. Alguns críticos apontam que, apesar de suas vantagens, a pluriatividade pode perpetuar a precarização do trabalho rural e desviar a atenção de políticas públicas necessárias para fortalecer a agricultura familiar. De acordo com Martins (2003, p. 78):

A pluriatividade pode ser vista como uma estratégia de sobrevivência, mas também pode indicar a falência do modelo agrícola tradicional. Ao se envolverem em atividades não agrícolas, muitas famílias estão, na verdade, buscando escapar da falta de viabilidade econômica da agricultura familiar. Isso pode levar a uma desvalorização da agricultura como atividade principal e a uma fragmentação dos esforços para melhorar a produção agrícola.

Dessa forma, a necessidade de recorrer à pluriatividade também pode ser vista como uma indicação de que o modelo agrícola tradicional está falhando em proporcionar uma vida sustentável para muitas famílias rurais. A agricultura familiar, que historicamente tem sido a espinha dorsal da produção agrícola em muitas regiões, enfrenta desafios significativos, incluindo falta de acesso a crédito, insumos caros, mudanças climáticas, e mercados voláteis. Esses desafios podem tornar a agricultura uma atividade de alto risco e baixa rentabilidade, empurrando as famílias a buscar outras formas de sustento.

Quando as famílias se envolvem em atividades não agrícolas, pode ocorrer uma desvalorização da agricultura como atividade principal. Essa desvalorização pode ter várias implicações negativas. Primeiro, pode reduzir o incentivo para investir em melhorias e inovações agrícolas, já que a agricultura não é mais vista como a principal fonte de sustento. Segundo, pode levar a uma fragmentação dos esforços para melhorar a produção agrícola, à medida que os recursos e o tempo são divididos entre várias atividades. Isso pode resultar em uma menor produtividade agrícola e em uma menor adoção de práticas agrícolas sustentáveis. Por outro lado, Silveira (2010, p. 92) argumenta que

Pluriatividade, embora contribua para a diversificação da renda, também pode significar um aumento da carga de trabalho e do desgaste físico e emocional dos membros da família. A necessidade de combinar múltiplas atividades econômicas pode resultar em jornadas de trabalho excessivamente longas e em condições de trabalho precárias, especialmente para as mulheres e jovens, que muitas vezes assumem papéis adicionais para complementar a renda familiar.

Para o autor, o potencial de sobrecarga e estresse associado a pluriatividade pode ter impactos negativos na saúde e no bem-estar das famílias rurais. A necessidade de combinar

múltiplas atividades econômicas frequentemente resulta em jornadas de trabalho excessivamente longas e condições de trabalho precárias. Isso é especialmente preocupante para mulheres e jovens, que muitas vezes assumem responsabilidades adicionais para complementar a renda familiar. A carga de trabalho intensa e a pressão para equilibrar diferentes atividades podem levar ao desgaste físico e emocional, afetando a qualidade de vida e a saúde dos membros da família. Consequentemente, embora a pluriatividade possa ser uma estratégia eficaz de diversificação de renda, é crucial que haja apoio adequado para garantir que as famílias rurais não sofram os efeitos negativos da sobrecarga e do estresse.

2.5.1 Contexto histórico da pluriatividade no Brasil

A pluriatividade, caracterizada pela combinação de diferentes atividades econômicas pelos membros das famílias rurais, tem uma história rica e multifacetada, refletindo as mudanças socioeconômicas e estruturais ao longo do tempo. O Quadro 5 apresenta uma visão geral dos marcos temporais e fatores que contribuíram para a evolução da pluriatividade no Brasil. Cada período histórico é associado a um fator contribuinte específico e ao impacto principal desse fator.

Quadro 6: Marcos Temporais da Pluriatividade no Brasil (1500-2000)

Período	Fator Contribuinte	Impacto Principal
Colonização	Diversificação econômica para sobrevivência	Sustentabilidade em um ambiente instável
Início do século XX	Industrialização e migração rural-urbana	Complementação de renda e adaptação às novas condições
Décadas de 1960-1970	Revolução Verde e modernização da agricultura	Exacerbação das desigualdades e necessidade de diversificação
Anos 1980	Políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural	Inclusão e fortalecimento da pluriatividade
Era da Globalização	Integração nos mercados internacionais	Novas oportunidades e pressão por eficiência

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A prática da pluriatividade nas áreas rurais não é um fenômeno recente. Desde os tempos coloniais, as famílias rurais se envolveram em múltiplas atividades para garantir sua subsistência. Segundo Furtado (2006, p. 39):

A economia colonial brasileira dependia de uma série de atividades que iam além da agricultura de exportação, incluindo a produção de alimentos para consumo local, a criação de animais e o artesanato. Essa diversificação foi crucial para a sobrevivência das famílias rurais em um ambiente econômico instável e em desenvolvimento.

A dependência exclusiva de uma única atividade econômica era inviável devido às incertezas e aos desafios do período colonial. A pluriatividade permitiu que as famílias se adaptassem a um ambiente econômico dinâmico, garantindo uma fonte de renda mais estável e diversificada. Desde o início da colonização, as famílias rurais não se restringiram apenas à produção de culturas de exportação, como a cana-de-açúcar, que era a principal atividade agrícola de grande escala. Ao contrário, essas famílias também se envolveram em uma variedade de outras atividades econômicas que eram essenciais para sua subsistência diária e para a manutenção da economia local.

A diversificação econômica foi fundamental para as famílias rurais enfrentarem a instabilidade econômica e os desafios do período colonial. A produção de alimentos para consumo local, como milho, feijão e mandioca, garantiu a segurança alimentar das comunidades, enquanto a criação de animais fornecia proteína e outros produtos derivados, como leite, couro e fertilizantes naturais. O artesanato, por sua vez, permitia a produção de bens essenciais para o dia a dia, desde roupas até utensílios domésticos, além de proporcionar uma fonte adicional de renda através da venda ou troca desses produtos.

Dessa forma, compreende-se que a pluriatividade constitui uma característica histórica e estruturante das formas de vida no meio rural brasileiro. Longe de ser uma prática recente ou meramente adaptativa frente às transformações contemporâneas, ela se revela como um traço constitutivo da organização econômica e social das famílias desde os primórdios da colonização. A capacidade de articular diferentes atividades produtivas, combinando agricultura, criação de animais, artesanato e trocas locais, demonstrou-se fundamental para a resistência e a permanência das populações rurais em seus territórios, garantindo sua sobrevivência frente às oscilações do mercado e às limitações impostas pelos modelos econômicos dominantes. Essa compreensão histórica da pluriatividade é essencial para reconhecer sua importância atual enquanto estratégia de reprodução social e econômica, especialmente em contextos de vulnerabilidade e exclusão, como é o caso das comunidades tradicionais e quilombolas do Brasil.

2.5.2 Industrialização e migração rural-urbana no Brasil

O avanço da industrialização brasileira intensifica-se especialmente a partir da década de 1930, com a crise do modelo agroexportador e a necessidade de substituir as importações. O governo de Getúlio Vargas assume um papel central nesse processo ao implementar políticas de incentivo à industrialização, criando instituições, empresas estatais e infraestrutura voltadas

à produção interna. A partir daí, o Brasil inicia uma transição de uma economia baseada na exportação de produtos primários, como café, para uma economia com crescente presença industrial, concentrada sobretudo no Sudeste. O modelo de substituição de importações, combinado ao crescimento urbano e ao aumento da mão de obra disponível, impulsiona setores como o têxtil, o siderúrgico, o químico e, posteriormente, o automobilístico.

Durante os anos 1950, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o lema “cinquenta anos em cinco”, o país experimenta um novo ciclo de expansão industrial, com grande entrada de capital estrangeiro e instalação de multinacionais. Apesar de sua expansão significativa, a industrialização brasileira ocorre de forma concentrada regionalmente e marcada por desigualdades sociais e tecnológicas, refletindo a dependência de tecnologias externas e a fragilidade do mercado interno de consumo. Ainda assim, esse processo transforma profundamente a estrutura econômica e territorial do país, consolidando o setor industrial como um dos pilares do desenvolvimento nacional no século XX.

Com o avanço da industrialização no início do século XX, muitas famílias rurais começaram a buscar oportunidades de trabalho nas áreas urbanas. A migração rural-urbana foi um fenômeno significativo durante o processo de industrialização no Brasil. Muitos membros de famílias rurais buscavam emprego nas indústrias urbanas, enquanto outros permaneciam no campo, combinando o trabalho agrícola com atividades não agrícolas. Essa migração e diversificação de atividades foram respostas à necessidade de complementação de renda e adaptação às novas condições econômicas (Fernandes, 2008, p. 65).

A necessidade de complementar a renda agrícola com o trabalho assalariado nas cidades tornou-se uma estratégia comum. Essa transição não apenas proporcionou novas fontes de renda, mas também trouxe desafios, como a fragmentação das famílias e a necessidade de equilibrar as demandas do trabalho rural e urbano. A migração de pessoas das áreas rurais para as cidades foi impulsionada pela busca por melhores oportunidades de emprego e melhores condições de vida. As indústrias urbanas ofereciam empregos assalariados que eram vistos como mais estáveis e atraentes em comparação com a agricultura, que frequentemente enfrentava desafios como a dependência das condições climáticas, preços voláteis dos produtos agrícolas e a falta de infraestrutura.

Enquanto muitos migraram para as cidades, outros membros das famílias rurais permaneceram no campo, combinando o trabalho agrícola com atividades não agrícolas para complementar a renda. Essa combinação de atividades é um exemplo clássico de pluriatividade, onde a diversificação das fontes de renda se torna essencial para a sobrevivência e adaptação às novas realidades econômicas. As famílias rurais passaram a se engajar em uma variedade de

atividades, como o trabalho assalariado fora da propriedade, a produção artesanal e o pequeno comércio.

A partir dos anos 1980, as políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural começaram a focar mais na inclusão e apoio às pequenas propriedades e agricultura familiar. Segundo Graziano da Silva (1999, p. 84), A reforma agrária é fundamental para corrigir as desigualdades históricas na distribuição de terras e promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Programas como o PRONAF foram desenvolvidos para fornecer crédito e assistência técnica às famílias rurais, incentivando a diversificação das atividades econômicas e fortalecendo a pluriatividade.

Essas políticas reconheceram a importância da pluriatividade para a sustentabilidade das famílias rurais. Ao fornecer apoio financeiro e técnico, essas iniciativas ajudaram a formalizar e fortalecer a pluriatividade como uma estratégia viável de desenvolvimento rural. O reconhecimento oficial da pluriatividade também destacou a necessidade de políticas públicas que promovessem a diversificação econômica e a inclusão social no campo.

A reforma agrária no Brasil constitui-se como uma política pública voltada à redistribuição das terras improdutivas com o objetivo de promover justiça social, combater a concentração fundiária e garantir o acesso à terra como um direito fundamental. Historicamente, a estrutura agrária brasileira é marcada por fortes desigualdades, resultantes do processo de colonização e da posterior formação dos latifúndios, que marginalizaram pequenos agricultores, povos tradicionais e trabalhadores sem terra. Nesse contexto, a reforma agrária emerge como uma tentativa de enfrentamento dessa realidade excludente, ao buscar assegurar às famílias camponesas não apenas o acesso à terra, mas também os meios para produzir e se manter nela de forma digna e sustentável. A partir dos anos 1980, especialmente com a redemocratização e a crescente atuação dos movimentos sociais do campo, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as políticas de reforma agrária passam a se articular com programas de desenvolvimento rural que reconhecem o papel estratégico da agricultura familiar. Como destaca Graziano da Silva (1999), trata-se de uma medida essencial para corrigir as distorções históricas da estrutura fundiária brasileira e promover o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, por meio da valorização das pequenas propriedades, do fortalecimento da pluriatividade e da construção de alternativas econômicas e sociais mais inclusivas no campo.

Essa concentração de terras nas mãos de poucos proprietários tem perpetuado a pobreza e a exclusão social nas áreas rurais, dificultando o acesso de muitas famílias à terra e aos recursos necessários para uma vida digna. Segundo o “Art.184”,

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e pagas em moeda corrente (Brasil, 1988).

Além de promover a justiça social, a reforma agrária é vista como uma estratégia vital para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. A posse de terra proporciona aos agricultores familiares a segurança necessária para investir em suas propriedades e adotar práticas agrícolas sustentáveis. Isso inclui a diversificação das atividades econômicas, que é crucial para a resiliência econômica e ambiental. Segundo Silva (2002, p. 76),

A pluriatividade, apoiada por políticas públicas adequadas, permite que as famílias rurais diversifiquem suas fontes de renda, reduzindo a vulnerabilidade econômica e promovendo o desenvolvimento sustentável. A inclusão de atividades não agrícolas, como o turismo rural e o artesanato, pode complementar a renda agrícola e melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais.

A importância da pluriatividade como uma estratégia vital para a resiliência econômica e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Ao envolver a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, oferece uma solução prática para os desafios econômicos enfrentados pelas famílias rurais, especialmente em um cenário de incertezas econômicas e mudanças climáticas.

2.5.3 Globalização e novas ruralidades

Com a globalização e a integração do Brasil nos mercados internacionais, novas oportunidades e desafios surgiram para as famílias rurais. Segundo Fernandes (2015, p. 105), A globalização trouxe novas demandas por produtos agrícolas e não agrícolas, incentivando as famílias rurais a diversificarem suas atividades. A competição global aumentou a pressão por eficiência e sustentabilidade, exigindo práticas inovadoras que diversificassem as fontes de renda da família.

A globalização acelerou a necessidade de pluriatividade, pois as famílias rurais precisavam se adaptar às novas condições de mercado. A diversificação das atividades tornou-se não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também uma oportunidade de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. A pluriatividade permitiu que as famílias explorassem novos nichos de mercado e se beneficiassem das oportunidades oferecidas pela economia global. Fernandes (2015) ressalta como a globalização tem impactado significativamente as dinâmicas econômicas das áreas rurais, trazendo tanto oportunidades

quanto desafios para as famílias rurais. A inserção do Brasil no mercado global ampliou o escopo de atuação dos agricultores, mas também aumentou a pressão para que eles se adaptem a novas realidades econômicas e ambientais.

A globalização criou novas demandas por produtos agrícolas e não agrícolas, incentivando as famílias rurais a diversificarem suas atividades. A abertura dos mercados internacionais proporcionou acesso a uma base de consumidores muito maior, permitindo que produtos locais encontrem novos destinos e ampliando as possibilidades de geração de renda. Produtos agrícolas de nicho, orgânicos e com valor agregado têm encontrado mercados prósperos fora do país, incentivando os agricultores a diversificarem suas culturas e métodos de produção para atender a essas demandas.

A globalização tem proporcionado novas oportunidades para os agricultores através da abertura de mercados internacionais, permitindo que produtos locais encontrem novos destinos. Isso inclui uma demanda crescente por produtos agrícolas de nicho, orgânicos e com valor agregado, que incentivam os agricultores a diversificarem suas culturas e métodos de produção. Esta diversificação não só amplia as possibilidades de geração de renda, mas também fortalece a sustentabilidade econômica das áreas rurais (Silva, 2002, p. 76).

A competição global aumentou a pressão por eficiência e sustentabilidade na produção agrícola. Os mercados internacionais frequentemente exigem que os produtos atendam a padrões rigorosos de qualidade, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Isso força as famílias rurais a adotarem práticas inovadoras que aumentem a eficiência produtiva e minimizem o impacto ambiental. A eficiência pode ser alcançada através da modernização das técnicas agrícolas, da utilização de tecnologias avançadas e da implementação de sistemas de gestão que otimizem os recursos. Segundo Abramovay (2000, p. 115):

A diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais, combinando agricultura com atividades não agrícolas como turismo rural, artesanato e prestação de serviços, é essencial para a sustentabilidade e competitividade das famílias rurais. Essas estratégias não só complementam a renda agrícola, mas também ajudam a distribuir os riscos econômicos, proporcionando maior estabilidade financeira. Além disso, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e a agricultura de precisão, pode aumentar a eficiência produtiva e a resiliência às mudanças climáticas, fortalecendo a viabilidade econômica a longo prazo.

A adaptação às novas exigências do mercado global não é uma tarefa fácil para muitas famílias rurais. A necessidade de investir em novas tecnologias, obter certificações de qualidade e implementar práticas sustentáveis pode ser desafiadora, especialmente para pequenos agricultores com recursos limitados. No entanto, o apoio de políticas públicas e programas de

incentivo pode facilitar essa transição, proporcionando acesso a crédito, assistência técnica e capacitação. Segundo Schneider (2003, p. 112):

A adaptação às novas exigências do mercado global exige das famílias rurais um investimento significativo em novas tecnologias, certificações de qualidade e práticas sustentáveis, o que pode ser especialmente desafiador para pequenos agricultores com recursos limitados. No entanto, o apoio de políticas públicas e programas de incentivo é crucial para facilitar essa transição, proporcionando acesso a crédito, assistência técnica e capacitação. Esses mecanismos de suporte são essenciais para garantir que pequenos produtores possam competir de maneira eficaz no mercado global e alcançar uma sustentabilidade econômica duradoura.

A relevância das mudanças impulsionadas pela globalização se faz sentir em várias esferas da vida rural contemporânea. A integração nos mercados globais pode trazer benefícios significativos para as famílias rurais, mas também exige uma reavaliação constante das práticas produtivas e de gestão. O sucesso no cenário global depende da capacidade de inovar, de diversificar e de adotar práticas sustentáveis que atendam às expectativas dos consumidores e aos padrões internacionais.

Nas últimas décadas, o campo deixou de ser analisado exclusivamente pela lógica da produção agrícola e passou a ser compreendido como espaço multifuncional, portador de novas configurações econômicas, sociais, culturais e ambientais. Esse processo deu origem ao que passou a ser denominado “nova ruralidade”, um conceito que rompe com a dicotomia tradicional entre campo e cidade e reconhece o rural como território em constante reconfiguração diante das transformações impostas pela globalização, pela reestruturação produtiva e pelas novas demandas da sociedade contemporânea (Wanderley, 2003; Schneider, 2010).

A nova ruralidade refere-se, portanto, à ampliação das funções sociais e econômicas do espaço rural, incluindo, além da agricultura, atividades como turismo rural, agroindústrias artesanais, serviços ambientais, comércio, prestação de serviços públicos e privados, produção cultural e economia solidária.

A pluriatividade familiar é uma das expressões mais concretas da nova ruralidade. Conforme Schneider (2003), ela se traduz na inserção simultânea de diferentes membros da unidade doméstica em ocupações múltiplas agrícolas, não agrícolas e urbanas configurando estratégias de sobrevivência e acumulação que rompem com o paradigma da especialização produtiva. O Quadro 7, sistematiza as principais características da nova ruralidade em contraste com a ruralidade tradicional.

Quadro 7- Comparativo entre a ruralidade tradicional e a nova ruralidade

Aspecto	Ruralidade Tradicional	Nova Ruralidade
Lógica de produção	Monocultura agrícola	Diversificação produtiva e funcional
Relação campo-cidade	Subordinação do rural ao urbano	Interdependência e fluxos recíprocos
Estratégia familiar	Especialização em atividades agrícolas	Pluriatividade e multiterritorialidade
Papel das mulheres e jovens	Invisibilizados na produção	Protagonismo crescente em atividades diversificadas
Políticas públicas	Setoriais e produtivistas	Integradas, territoriais e multidimensionais
Uso do território	Exploração produtiva	Multifuncionalidade e uso simbólico-cultural
Relação com o mercado	Dependência da agroindústria	Novos circuitos de produção e consumo local

Fonte: Adaptado de Wanderley (2003), Schneider (2010), Abramovay (2000).

Essa transformação impõe desafios e oportunidades para o desenvolvimento local. De um lado, a diversificação favorece o enraizamento das famílias no território, a geração de renda e a valorização dos saberes locais. De outro, exige novas capacidades institucionais e a construção de políticas públicas que reconheçam a especificidade dos territórios e promovam formas mais equitativas de acesso a recursos, infraestrutura e mercados (Abramovay, 1997; Silva, 1999).

A nova ruralidade também está fortemente associada à valorização dos territórios identitários e à emergência de sujeitos coletivos como cooperativas, associações, povos e comunidades tradicionais. Segundo Saquet (2007), “o território deixa de ser apenas o espaço da produção e passa a ser espaço de resistência, pertencimento e identidade cultural”. Assim, o rural não é mais um lugar de atraso, mas de inovação social, de construção de alternativas à homogeneização imposta pelo agronegócio e de experiências que articulam economia, ecologia e solidariedade.

Do ponto de vista metodológico, compreender a nova ruralidade requer abordagens interdisciplinares, que superem os recortes estanques das disciplinas e se abram à complexidade das redes sociais, das territorialidades múltiplas e das práticas cotidianas das populações rurais. Como destaca Haesbaert (2004), é fundamental pensar o rural a partir da ideia de multiterritorialidade, onde os sujeitos constroem vínculos em diferentes escalas e lugares, articulando rural e urbano, local e global, tradição e inovação.

3 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um conceito amplamente discutido no contexto do desenvolvimento rural e socioeconômico, sendo reconhecida por sua importância na produção de alimentos, na manutenção da biodiversidade e na geração de emprego e renda em áreas rurais. A definição de agricultura familiar varia conforme a legislação e os critérios adotados

por diferentes países e organizações. No Brasil, a Lei nº 11.326 de 2006 estabelece critérios claros para definir a agricultura familiar, considerando aspectos como a mão de obra predominantemente familiar, a área de cultivo e a renda gerada pela produção agrícola (Brasil, 2006). Conforme Abramovay (2000, p. 45):

A agricultura familiar é caracterizada pelo vínculo direto entre a família e o trabalho na terra, onde as decisões de produção e a gestão da propriedade são realizadas pelos próprios membros da família. Essa forma de organização produtiva desempenha um papel crucial na sustentabilidade das comunidades rurais, garantindo a continuidade das tradições e práticas agrícolas que são passadas de geração em geração.

Segundo Graziano da Silva (1999), aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são produzidos por agricultores familiares. Esse setor, portanto, é vital para a segurança alimentar e nutricional da população, além de contribuir significativamente para o PIB agrícola do país. Além do seu papel na produção de alimentos, a agricultura familiar também é essencial para a geração de empregos no campo. Abramovay (1992) destaca que a agricultura familiar é responsável por mais de 80% dos empregos no setor agrícola brasileiro, desempenhando um papel fundamental na redução do êxodo rural e na manutenção das populações em áreas rurais. Um dos aspectos mais relevantes da agricultura familiar é a sua contribuição para a sustentabilidade ambiental.

Segundo Altieri (2009), os sistemas de agricultura familiar tendem a ser mais diversificados e menos intensivos em insumos químicos em comparação com a agricultura industrial. Essa diversidade de cultivos contribui para a manutenção da biodiversidade agrícola e para a resiliência dos sistemas de produção frente às mudanças climáticas. Carneiro (2006) enfatiza que a diversidade de atividades na agricultura familiar não se restringe apenas à produção agrícola, mas também inclui a criação de animais, a produção artesanal e outras atividades econômicas complementares. Essa pluriatividade é uma característica marcante da agricultura familiar e proporciona uma fonte adicional de renda para as famílias, reduzindo sua vulnerabilidade econômica. Apesar de sua importância, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios que podem comprometer sua sustentabilidade e desenvolvimento.

Schneider (1999) aponta que a falta de acesso a crédito, a dificuldade de comercialização dos produtos e a limitada assistência técnica são alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares. Esses desafios exigem a implementação de políticas públicas específicas que promovam o fortalecimento da agricultura familiar. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) têm sido

fundamentais para apoiar os agricultores familiares no Brasil, fornecendo crédito acessível e capacitação técnica.

De acordo com Silva (1999), esses programas contribuem para a modernização das práticas agrícolas, aumentando a produtividade e a renda dos agricultores familiares. A agricultura familiar desempenha um papel essencial no desenvolvimento rural, na segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental. As características distintivas desse setor, como a gestão familiar, a diversidade de produção e a contribuição para a geração de empregos, destacam sua importância para a economia e a sociedade. No entanto, é crucial que políticas públicas eficazes sejam implementadas para superar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares, garantindo o fortalecimento e a continuidade desse modelo produtivo.

3.1 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura familiar tem se mostrado um elemento crucial para o desenvolvimento rural, contribuindo significativamente para a segurança alimentar, a geração de empregos e a sustentabilidade ambiental. Esse modelo agrícola não apenas sustenta a produção de alimentos, mas também promove a preservação de culturas e tradições locais, fortalecendo a coesão social nas comunidades rurais. A importância da agricultura familiar pode ser evidenciada pelos dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Conforme o relatório da FAO (2014, p. 20), “os agricultores familiares produzem mais de 80% dos alimentos no mundo. Essa estatística ilustra o papel central da agricultura familiar na segurança alimentar global e na erradicação da fome”.

Este dado sublinha a relevância da agricultura familiar não apenas em termos de volume de produção, mas também em relação à diversidade de alimentos e à adaptação a diferentes ecossistemas. A agricultura familiar, ao diversificar a produção, contribui para a segurança alimentar, assegurando uma variedade de alimentos que atende às necessidades nutricionais da população. A geração de empregos é outro aspecto fundamental. Abramovay (1992, p. 78) observa que:

A agricultura familiar é responsável por mais de 80% dos empregos no setor agrícola brasileiro, desempenhando um papel fundamental na redução do êxodo rural e na manutenção das populações em áreas rurais. Ao gerar empregos e manter a população no campo, a agricultura familiar ajuda a evitar a superpopulação nos centros urbanos, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado.

Esse dado demonstra como a agricultura familiar pode reduzir o êxodo rural e manter as populações nas áreas rurais, evitando a superpopulação nos centros urbanos e contribuindo para o desenvolvimento equilibrado do país. A capacidade da agricultura familiar de gerar empregos locais é vital para a manutenção das comunidades rurais e para a descentralização econômica. Além disso, a agricultura familiar promove práticas agrícolas sustentáveis. Segundo Altieri (2009, p. 120):

Os sistemas de agricultura familiar tendem a ser mais diversificados e menos intensivos em insumos químicos em comparação com a agricultura industrial. Essa diversidade de cultivos contribui para a manutenção da biodiversidade agrícola e para a resiliência dos sistemas de produção frente às mudanças climáticas. A agricultura familiar é, portanto, uma prática que harmoniza produção e conservação ambiental, destacando-se como uma alternativa viável e necessária para a sustentabilidade.

A diversidade de cultivos e o uso reduzido de insumos químicos minimizam os impactos ambientais e aumentam a resiliência dos sistemas agrícolas, permitindo uma produção sustentável e ambientalmente responsável. Carneiro (2006, p. 95) enfatiza a pluriatividade como uma característica distintiva da agricultura familiar, segundo esse autor,

A diversidade de atividades na agricultura familiar não se restringe apenas à produção agrícola, mas inclui também a criação de animais, a produção artesanal e outras atividades econômicas complementares. Essa pluriatividade é uma característica marcante da agricultura familiar e proporciona uma fonte adicional de renda para as famílias, reduzindo sua vulnerabilidade econômica e aumentando sua resiliência frente a crises.

A pluriatividade diversifica as fontes de renda das famílias, permitindo uma maior estabilidade econômica e reduzindo os riscos associados a uma única atividade produtiva. Apesar de sua importância, a agricultura familiar enfrenta desafios significativos. Schneider (1999, p. 53) aponta que

A falta de acesso a crédito, a dificuldade de comercialização dos produtos e a limitada assistência técnica são alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares. Esses desafios exigem a implementação de políticas públicas específicas que promovam o fortalecimento da agricultura familiar, garantindo sua viabilidade econômica e social.

A falta de acesso a recursos financeiros e técnicos limita a capacidade dos agricultores familiares de expandir suas atividades e melhorar sua produtividade. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são essenciais para superar esses obstáculos e garantir a sustentabilidade do setor. Graziano da Silva (1999) destaca que "os programas de apoio à agricultura familiar contribuem para a modernização das práticas agrícolas, aumentando a

produtividade e a renda dos agricultores familiares. (p. 84). O apoio governamental e institucional é crucial para a capacitação dos agricultores familiares, permitindo-lhes adotar novas tecnologias e práticas que aumentem a eficiência e a rentabilidade de suas atividades. A sustentabilidade ambiental também é um benefício significativo da agricultura familiar. Conforme Altieri (2009, p. 122):

Os sistemas agrícolas familiares utilizam práticas agroecológicas que preservam o solo, a água e a biodiversidade. Tais práticas incluem o uso de adubos orgânicos, a rotação de culturas e o manejo integrado de pragas, que são menos prejudiciais ao meio ambiente em comparação com os métodos da agricultura industrial.

Tais práticas incluem o uso de adubos orgânicos, a rotação de culturas e o manejo integrado de pragas, que são menos prejudiciais ao meio ambiente em comparação com os métodos da agricultura industrial. Essas práticas agroecológicas são essenciais para a conservação dos recursos naturais e para a sustentabilidade a longo prazo das atividades agrícolas. Além dos benefícios econômicos e ambientais, a agricultura familiar tem um papel social importante. Carneiro (2006, p. 100) observa que

A agricultura familiar mantém as tradições culturais e os modos de vida das comunidades rurais, promovendo a coesão social e o senso de comunidade. A manutenção dessas tradições e a participação ativa das famílias na vida comunitária são essenciais para a identidade e a continuidade das comunidades rurais.

A preservação das tradições culturais e dos modos de vida rurais fortalece o tecido social das comunidades e contribui para a sua coesão e resiliência. As práticas culturais e os conhecimentos tradicionais mantidos pela agricultura familiar são fundamentais para a identidade das comunidades rurais e para a continuidade das suas tradições. Portanto, a agricultura familiar é um pilar fundamental para o desenvolvimento rural, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Para garantir seu fortalecimento, é imprescindível a implementação de políticas públicas eficazes e o reconhecimento da sua importância na estrutura socioeconômica global. As características distintivas desse setor, como a gestão familiar, a diversidade de produção e a contribuição para a geração de empregos, destacam sua importância para a economia e a sociedade. A agricultura familiar não só contribui para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, mas também fortalece as comunidades rurais, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA: CONCEITO, CONTEXTO E DESAFIOS

A agricultura familiar quilombola é uma forma de organização produtiva que se destaca pela sua importância social, cultural e econômica nas comunidades quilombolas do Brasil. Essas comunidades, formadas por descendentes de africanos escravizados, possuem um vínculo profundo com a terra e a agricultura, que são fundamentais para sua identidade e sobrevivência. A agricultura familiar quilombola pode ser definida como “uma prática agrícola desenvolvida por famílias quilombolas, onde o trabalho, a gestão e a propriedade da terra são mantidos pela família, com um forte vínculo cultural e histórico com o território” (Silva, 2010, p. 78). Essa definição destaca a importância da terra não apenas como um meio de produção, mas também como um elemento central da identidade quilombola.

Conforme Santos (2009, p. 102), “as comunidades quilombolas são espaços de resistência e preservação cultural, onde a agricultura familiar desempenha um papel crucial na manutenção das tradições e na autonomia econômica das famílias”. Esse contexto ressalta a função da agricultura familiar quilombola como um baluarte contra a marginalização econômica e cultural. Um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas é o acesso à terra. Segundo Carneiro (2012, p. 115), a regularização fundiária é um problema persistente para muitas comunidades quilombolas, que enfrentam dificuldades para obter a titularidade de suas terras, resultando em insegurança jurídica e conflitos fundiários.

A insegurança jurídica resultante da falta de regularização fundiária impede que as famílias quilombolas façam investimentos a longo prazo em suas propriedades, uma vez que elas não têm garantias de que poderão usufruir desses investimentos no futuro. Além disso, a falta de títulos de propriedade torna essas comunidades vulneráveis a despejos forçados e conflitos fundiários, frequentemente com grandes proprietários de terra ou empresas que buscam explorar os recursos naturais dessas áreas. Esses conflitos muitas vezes resultam em violência e desalojamento, agravando ainda mais a vulnerabilidade social e econômica das comunidades quilombolas. Essa situação cria um ambiente de incerteza que afeta negativamente a capacidade de planejamento e investimento das famílias quilombolas.

A regularização fundiária das comunidades quilombolas representa uma das principais demandas históricas desses povos, sendo condição fundamental para garantir sua permanência nos territórios, segurança jurídica, autonomia produtiva e preservação cultural. No entanto, o avanço desse processo no Brasil revela profundas desigualdades regionais, refletindo não apenas a diversidade territorial e política do país, mas também os entraves institucionais que dificultam a efetivação do direito à terra previsto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. A tabela a 1 apresenta o percentual de comunidades quilombolas com título de terra por região brasileira, com dados de

2020, permitindo uma análise comparativa da distribuição dos títulos de propriedade entre os diferentes territórios do país e revelando os contrastes e desafios ainda persistentes na política de regularização quilombola.

Tabela 1 - Percentual de Comunidades Quilombolas com Título de Terra (2020)

Região	Comunidades com Título (%)
Norte	45
Nordeste	38
Centro-Oeste	52
Sudeste	40
Sul	55

Fonte: Adaptado de INCRA (2020).

Com base nos dados apresentados na Tabela 1 – Percentual de Comunidades Quilombolas com Título de Terra (2020), é possível observar desigualdades regionais significativas no processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas no Brasil. O Sul (55%) e o Centro-Oeste (52%) são as regiões com os maiores percentuais de comunidades tituladas, superando a média nacional e indicando maior efetividade ou agilidade nos processos de reconhecimento e regularização das terras tradicionalmente ocupadas por essas populações.

Por outro lado, chama atenção o fato de que regiões com maior número absoluto de comunidades quilombolas, como o Nordeste (38%) e o Sudeste (40%), apresentam percentuais relativamente baixos. Esse dado pode ser interpretado como um reflexo da burocratização, da lentidão nos trâmites administrativos e da falta de prioridade política para a efetivação dos direitos territoriais dessas comunidades, mesmo em regiões onde sua presença é historicamente mais significativa. A região Norte, com 45%, apresenta um desempenho intermediário, o que pode estar relacionado à complexidade territorial da Amazônia Legal e às disputas fundiárias com grandes interesses econômicos.

A análise da tabela evidencia que, embora existam avanços pontuais, a regularização fundiária quilombola ainda enfrenta entraves estruturais, como morosidade institucional, ausência de vontade política, conflitos com o agronegócio e falta de recursos técnicos e humanos nos órgãos responsáveis. Esses entraves não apenas dificultam o acesso efetivo ao território, como também comprometem o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a preservação cultural das comunidades quilombolas, contrariando o que prevê o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

Outro desafio significativo é o acesso a crédito e assistência técnica. Silva (2015, p. 87), diz que “A falta de acesso a crédito e a assistência técnica limita a capacidade das famílias quilombolas de investir em suas propriedades e melhorar suas práticas agrícolas. Sem esses recursos, é difícil para as comunidades quilombolas alcançarem a sustentabilidade econômica”. A ausência de políticas públicas eficazes que atendam às necessidades específicas das comunidades quilombolas agrava essa situação. O acesso ao crédito é essencial para que os agricultores possam investir em insumos agrícolas, maquinário, infraestrutura e outras necessidades que podem aumentar a produtividade e a rentabilidade das suas propriedades. Sem crédito, as famílias ficam limitadas a práticas de subsistência, incapazes de expandir suas operações ou melhorar suas técnicas de cultivo.

Além do crédito, a assistência técnica é vital para que os agricultores quilombolas adotem práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis. A falta de conhecimento sobre técnicas modernas de cultivo, manejo de solo, controle de pragas e doenças, e outras áreas técnicas, impede que essas comunidades melhorem sua produção e sustentabilidade. A assistência técnica também pode ajudar a introduzir práticas agroecológicas que preservam o meio ambiente e aumentam a resiliência das propriedades agrícolas.

Sem acesso a esses recursos, as comunidades quilombolas enfrentam dificuldades em alcançar a sustentabilidade econômica. A falta de investimento e de melhorias técnicas perpetua um ciclo de baixa produtividade e rendimentos insuficientes, o que, por sua vez, limita a capacidade das famílias de investir em educação, saúde e outras necessidades básicas. Isso também impede que as comunidades participem de mercados mais amplos e obtenham preços justos por seus produtos, mantendo-as em uma posição de vulnerabilidade econômica. Segundo Graziano da Silva (1999, p. 84). Os programas de apoio à agricultura familiar, como o PRONAF, são fundamentais para a modernização das práticas agrícolas e para o aumento da produtividade. No entanto, a burocracia e a falta de informação muitas vezes impedem que as comunidades quilombolas acessem esses benefícios.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma iniciativa essencial que visa proporcionar crédito acessível e outros tipos de suporte a agricultores familiares, permitindo-lhes modernizar suas práticas agrícolas, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, melhorar suas condições de vida. Esse tipo de apoio é crucial para ajudar os agricultores a enfrentar os desafios da produção agrícola, especialmente em um mercado cada vez mais competitivo e tecnificado.

No entanto, Silva (1999) também sublinha dois obstáculos significativos que impedem que esses programas alcancem plenamente as comunidades quilombolas: a burocracia e a falta

de informação. A burocracia associada ao acesso ao PRONAF pode ser intimidante e complexa, criando barreiras significativas para os agricultores que podem não ter os recursos ou o conhecimento necessário para navegar por esses processos. Documentações extensas, exigências de comprovações e o próprio desconhecimento sobre os trâmites necessários muitas vezes afastam os beneficiários potenciais desses programas.

A falta de informação é outro desafio crucial. Muitas comunidades quilombolas podem não estar cientes dos benefícios disponíveis através do PRONAF ou não possuem o acesso necessário a informações claras e compreensíveis sobre como se inscrever e qualificar para esses programas. Isso pode ser exacerbado por questões de acessibilidade geográfica, onde muitas dessas comunidades estão situadas em áreas remotas com pouco acesso a serviços de extensão rural que poderiam ajudar a disseminar informações e fornecer assistência direta.

Esse contexto sublinha a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis, que levem em consideração as particularidades das comunidades quilombolas. Simplificar os processos burocráticos e aumentar a divulgação de informações são passos fundamentais para garantir que os benefícios do PRONAF e outros programas similares cheguem a quem realmente precisa. Isso pode incluir a criação de materiais informativos em formatos acessíveis, a utilização de meios de comunicação comunitários, e a formação de agentes de extensão rural que conheçam e respeitem as particularidades culturais e sociais das comunidades quilombolas.

Além disso, iniciativas de capacitação podem ser implementadas para ajudar os agricultores quilombolas a compreenderem e navegarem pelo sistema burocrático. Programas de treinamento e suporte técnico, oferecidos diretamente nas comunidades, podem fornecer as habilidades e o conhecimento necessários para que os agricultores acessem e utilizem efetivamente os recursos disponíveis. Ademais, a sustentabilidade e a preservação ambiental são aspectos cruciais da agricultura familiar quilombola. De acordo com Altieri (2009, p. 120), “os sistemas agrícolas quilombolas tendem a ser altamente diversificados e sustentáveis, utilizando práticas tradicionais que promovem a conservação da biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas”.

Altieri (2009) destaca a característica fundamental dos sistemas agrícolas quilombolas: a diversidade e a sustentabilidade. As práticas agrícolas adotadas por comunidades quilombolas são frequentemente enraizadas em conhecimentos tradicionais transmitidos ao longo de gerações. Esses sistemas agrícolas diversificados são vitais para a conservação da biodiversidade, pois incluem uma variedade de cultivos e práticas que ajudam a manter um equilíbrio ecológico saudável.

A diversidade de cultivos é uma estratégia crucial para a sustentabilidade. Em contraste com a monocultura, que pode esgotar os recursos do solo e aumentar a vulnerabilidade a pragas e doenças, a diversidade agrícola promove um ecossistema mais equilibrado e resiliente. Plantar uma variedade de espécies ajuda a manter a fertilidade do solo e a reduzir a necessidade de insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas. Isso não só conserva os recursos naturais, mas também protege a saúde dos agricultores e das comunidades.

Além disso, as práticas tradicionais das comunidades quilombolas frequentemente envolvem métodos agroecológicos que são naturalmente sustentáveis. Esses métodos podem incluir a rotação de culturas, o uso de adubos orgânicos, o cultivo em sistemas agroflorestais e o manejo integrado de pragas. Essas técnicas agroecológicas ajudam a preservar a biodiversidade e a promover a resiliência dos ecossistemas, tornando-os menos suscetíveis às mudanças climáticas e a outros estresses ambientais.

A resiliência dos ecossistemas é um benefício significativo das práticas agrícolas quilombolas. A capacidade de um sistema agrícola de resistir e se recuperar de perturbações, como secas, inundações e pragas, é fundamental para a sustentabilidade a longo prazo. A diversidade de cultivos e as práticas sustentáveis contribuem para a criação de sistemas agrícolas mais robustos e capazes de enfrentar os desafios ambientais.

Por outro lado, a conservação da biodiversidade é não apenas um objetivo ambiental, mas também uma questão de segurança alimentar. A diversidade de cultivos garante uma oferta mais estável e variada de alimentos, o que é essencial para a nutrição e a saúde das comunidades. Além disso, a biodiversidade agrícola pode proporcionar novas oportunidades econômicas, como a comercialização de produtos agrícolas únicos e diferenciados.

Essas práticas agroecológicas são vitais para a sustentabilidade a longo prazo das atividades agrícolas e para a conservação dos recursos naturais. Carneiro (2006, p. 95) enfatiza que “a pluriatividade, ou a combinação de diversas atividades econômicas dentro de uma mesma família, é uma estratégia comum nas comunidades quilombolas para garantir a segurança econômica e a sustentabilidade ambiental”. A pluriatividade não só diversifica as fontes de renda, mas também contribui para a estabilidade e a resiliência das comunidades quilombolas.

A efetividade das políticas públicas é um fator determinante para o desenvolvimento da agricultura familiar quilombola. Conforme Schneider (1999, p. 53), “a implementação de políticas públicas específicas e inclusivas é essencial para superar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas e para promover o desenvolvimento sustentável.” (...) Políticas que reconheçam e valorizem a cultura e os conhecimentos tradicionais das comunidades

quilombolas são fundamentais para garantir sua inclusão e seu desenvolvimento. A especificidade e a inclusão dessas políticas são fundamentais porque as comunidades quilombolas enfrentam desafios únicos que não podem ser adequadamente tratados por abordagens genéricas. Políticas públicas que consideram as particularidades culturais, sociais e econômicas das comunidades quilombolas são indispensáveis para promover o desenvolvimento sustentável e a igualdade social.

As comunidades quilombolas enfrentam uma série de desafios que incluem a insegurança fundiária, a falta de acesso a crédito, a assistência técnica inadequada e a marginalização socioeconômica. Para superar esses obstáculos, é necessário que as políticas públicas sejam desenhadas de forma a atender às necessidades específicas dessas comunidades. Por exemplo, programas de regularização fundiária devem ser adaptados para reconhecer e proteger os direitos territoriais das comunidades quilombolas, assegurando-lhes a titularidade das terras que tradicionalmente ocupam. Esse reconhecimento é essencial para garantir a segurança jurídica e permitir que as comunidades invistam em suas terras com confiança.

Além disso, políticas públicas inclusivas devem garantir que as comunidades quilombolas tenham acesso equitativo a recursos financeiros e apoio técnico. Isso pode ser alcançado por meio da simplificação dos processos de acesso ao crédito e da oferta de assistência técnica que respeite e valorize os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. A formação de técnicos agrícolas que entendam as especificidades culturais e produtivas das comunidades é crucial para proporcionar um apoio eficaz e respeitoso. A inclusão também significa garantir que as comunidades quilombolas participem ativamente na elaboração e implementação dessas políticas. A participação comunitária é vital para assegurar que as políticas públicas realmente reflitam as necessidades e aspirações das comunidades. A inclusão das vozes quilombolas nos processos decisórios ajuda a construir políticas mais justas e eficazes, além de fortalecer a autonomia das comunidades.

As políticas públicas específicas e inclusivas também devem promover a sustentabilidade ambiental das práticas agrícolas quilombolas. As comunidades quilombolas já utilizam muitas práticas agroecológicas que são sustentáveis e conservam a biodiversidade. Políticas que apoiem e expandam essas práticas podem ajudar a garantir a sustentabilidade a longo prazo das atividades agrícolas e a resiliência dos ecossistemas locais. Isso pode incluir incentivos para a adoção de técnicas de agricultura sustentável, como a rotação de culturas, o uso de adubos orgânicos e o manejo integrado de pragas. Como visto, a implementação de políticas públicas inclusivas é uma questão de justiça social. As comunidades quilombolas têm um direito histórico e cultural à terra e aos recursos, e é dever do Estado proteger esses direitos.

Garantir que as comunidades quilombolas tenham acesso a oportunidades econômicas e sociais iguais é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. De acordo com Santos (2009, p. 110):

O reconhecimento dos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas é uma questão de justiça histórica e social. Essas comunidades, formadas por descendentes de africanos escravizados, têm uma ligação profunda com suas terras, que vão além do simples valor econômico. A terra é um componente vital da identidade cultural e da sobrevivência das comunidades quilombolas. Portanto, a proteção e o fortalecimento desses direitos são fundamentais para a sustentabilidade e a autonomia dessas comunidades. Sem o reconhecimento e a garantia de seus direitos territoriais, as comunidades quilombolas ficam vulneráveis a despejos forçados, exploração e outras formas de injustiça que ameaçam sua existência e modo de vida.

É crucial o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas para garantir sua sobrevivência e prosperidade. As comunidades quilombolas não veem a terra apenas como um meio de produção agrícola, mas como um elemento central de sua identidade cultural e de sua história de resistência e sobrevivência. O reconhecimento dos direitos territoriais dessas comunidades é, portanto, uma questão de justiça histórica, corrigindo injustiças passadas e reconhecendo o valor único dessas comunidades para a diversidade cultural do país. A proteção desses direitos territoriais é essencial para assegurar a autonomia das comunidades quilombolas. A autonomia é vital para que as comunidades possam decidir sobre o uso e a gestão de suas terras de acordo com suas tradições e necessidades específicas. Isso inclui a capacidade de desenvolver práticas agrícolas sustentáveis, preservar sua cultura e modo de vida, e resistir a pressões externas de grandes proprietários de terra ou empresas que buscam explorar seus recursos naturais.

Além disso, a garantia dos direitos culturais é igualmente importante. As práticas culturais, os conhecimentos tradicionais e as formas de organização social das comunidades quilombolas são intrinsecamente ligadas ao seu território. Protegê-las significa preservar uma parte importante do patrimônio cultural do país. As políticas públicas devem, portanto, reconhecer e apoiar esses direitos culturais, promovendo programas que valorizem e incentivem as tradições culturais quilombolas. A falta de reconhecimento e proteção dos direitos territoriais e culturais deixa as comunidades quilombolas em uma posição de vulnerabilidade. Sem a segurança da posse de suas terras, essas comunidades estão expostas a despejos forçados, conflitos fundiários e exploração econômica. Essas ameaças não apenas comprometem a segurança e a estabilidade das comunidades, mas também podem levar à perda irreparável de conhecimentos e práticas culturais tradicionais.

Por outro lado, o fortalecimento dos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas contribui para a sustentabilidade dessas comunidades. A gestão autônoma e sustentável dos recursos naturais por parte das comunidades quilombolas é frequentemente mais eficaz na preservação ambiental do que os modelos de exploração intensiva promovidos por interesses externos. As práticas tradicionais de manejo da terra, que incluem a agroecologia e a preservação da biodiversidade, são exemplos de como a cultura quilombola contribui para a sustentabilidade ambiental. O reconhecimento oficial e a implementação de políticas públicas eficazes são passos essenciais para garantir a justiça e a igualdade para as comunidades quilombolas.

3.3 PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

A pluriatividade tem se consolidado como uma das principais estratégias de resistência e adaptação das famílias rurais frente às transformações do mundo contemporâneo. Esse conceito remete à coexistência, no interior de uma mesma unidade familiar, de múltiplas fontes de renda e ocupações que ultrapassam o escopo da atividade agrícola tradicional. A pluriatividade está, portanto, profundamente enraizada nas lógicas de reprodução social dos grupos camponeses, especialmente em contextos onde a agricultura familiar, isoladamente, não garante a sustentabilidade econômica dos domicílios.

A emergência da pluriatividade está relacionada à crise da agricultura camponesa no processo de modernização conservadora do campo brasileiro. Segundo Schneider (2003), a pluriatividade não pode ser compreendida como simples diversificação de rendimentos, mas como uma estratégia complexa que articula o rural e o urbano, o formal e o informal, o produtivo e o reprodutivo. Para o autor: “A pluriatividade representa uma forma de resistência ativa das famílias camponesas à lógica excludente da agricultura empresarial, permitindo sua permanência no meio rural por meio da diversificação de suas atividades econômicas” (Schneider, 2003, p. 12).

Essa leitura encontra eco em autores como Wanderley (2000), que destaca o caráter multifuncional da pluriatividade. Para ela, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas constitui não apenas uma resposta econômica à precarização do trabalho rural, mas também uma estratégia de afirmação cultural e de manutenção do vínculo com o território. Wanderley argumenta: “Não se trata de um abandono da agricultura, mas da reorganização dos tempos e espaços da vida familiar, em que o trabalho fora da propriedade passa a compor uma nova racionalidade camponesa” (Wanderley, 2000, p. 20).

Graziano da Silva (1998), ao analisar a reconfiguração do mundo rural, enfatiza que a pluriatividade é um traço constitutivo da nova ruralidade. Ele aponta que o rural contemporâneo não pode mais ser definido exclusivamente pela produção agrícola, mas sim por uma diversidade de funções – incluindo lazer, conservação ambiental, turismo e prestação de serviços. Nesse cenário, a pluriatividade torna-se central para compreender a permanência dos sujeitos no campo, sobretudo quando articulada às políticas públicas de fomento à agricultura familiar e aos mercados institucionais. O Quadro 8 sintetiza os principais elementos estruturantes da pluriatividade no contexto rural.

Quadro 8– Os principais elementos estruturantes da pluriatividade no contexto rural

Dimensão	Elemento-chave	Implicações para a permanência no campo
Econômica	Diversificação de rendas e atividades	Redução da dependência exclusiva da agricultura e mitigação de riscos
Social	Reforço das redes de solidariedade e reciprocidade	Fortalecimento do capital social comunitário
Territorial	Manutenção do vínculo com o território	Redução do êxodo rural e valorização dos saberes locais
Cultural	Preservação das práticas tradicionais e reinvenção simbólica	Afirmação de identidades camponesas e rurais
Política	Inserção em políticas públicas de fomento e assistência	Ampliação da autonomia dos sujeitos rurais

Fonte: Elaborado pela autora com base em Schneider (2003), Wanderley (2000) e Graziano da Silva (1998).

Além das dimensões econômicas e sociais, a pluriatividade se articula também com as questões de gênero. Como destaca Maria José Carneiro (2008), as mulheres desempenham papel fundamental na construção das estratégias pluriativas, atuando tanto em atividades agrícolas quanto em empreendimentos não agrícolas, muitas vezes invisibilizados pelas estatísticas oficiais. A autora afirma que "a centralidade da mulher nas economias camponesas evidencia-se na sua capacidade de articular múltiplas atividades, gerenciar o orçamento doméstico e sustentar as redes de cooperação" (Carneiro, 2008, p. 31).

A permanência no campo, nesse contexto, não é apenas uma decisão econômica, mas um projeto de vida que envolve afetos, identidades e resistências. A pluriatividade, ao possibilitar a permanência com dignidade, representa uma forma de reexistência – conceito que, conforme Santos (2019), indica a capacidade dos grupos subalternizados de recriar seus modos de vida em contextos de opressão e invisibilidade. Assim, a pluriatividade não apenas impede o esvaziamento do campo, mas também fortalece a construção de novos paradigmas de desenvolvimento rural.

A articulação entre pluriatividade, políticas públicas, redes de apoio e valorização cultural indica um caminho possível para o fortalecimento da agricultura familiar e para a

construção de territórios rurais sustentáveis. Como afirma Abramovay (2000), "não se trata de salvar o rural em nome de um passado idealizado, mas de reconhecer seu papel estratégico para o futuro, especialmente em termos de segurança alimentar, conservação ambiental e diversidade cultural" (p. 77). Dessa forma, compreender a pluriatividade como estratégia de permanência no campo exige uma leitura multidimensional da realidade rural, reconhecendo os sujeitos do campo não como vítimas passivas do processo de modernização, mas como agentes ativos na construção de alternativas viáveis e sustentáveis para seus territórios.

3.3.1 Gênero e pluriatividade: a centralidade da mulher

A análise da pluriatividade no contexto das ruralidades contemporâneas exige, de modo incontornável, uma abordagem interseccional que compreenda as relações de gênero como estruturantes das práticas produtivas e reprodutivas no campo. As mulheres rurais, historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas e pelas estatísticas econômicas, têm protagonizado estratégias plurais de sustento familiar, cujos impactos extrapolam a dimensão econômica e atingem diretamente a reprodução social e simbólica dos territórios.

De acordo com Carneiro (1997; 2003), as mulheres rurais atuam de forma transversal entre as esferas do trabalho agrícola, doméstico, comunitário e extra-agropecuário, constituindo o que a autora chama de uma "racionalidade de cuidado". Essa racionalidade se caracteriza pela capacidade de integrar múltiplas atividades, conciliando o tempo de produção com o de reprodução social e afetiva. Nas palavras da autora, "as mulheres camponesas não apenas trabalham no campo, mas também sustentam o campo, seja por meio do trabalho, seja pela preservação dos laços sociais que mantêm viva a comunidade" (Carneiro, 2003, p. 102).

Essa multifuncionalidade feminina, frequentemente reduzida à informalidade ou a atividades complementares, revela-se central para a manutenção da agricultura familiar, sobretudo em contextos marcados pela precarização das condições de vida, pela ausência de políticas públicas estruturantes e pela fragmentação dos mercados locais. Conforme aponta Guimarães et al. (2014), as atividades desempenhadas pelas mulheres no rural incluem desde o cultivo de hortas, o beneficiamento de alimentos e o artesanato até a comercialização em feiras e o trabalho em programas de alimentação escolar — práticas que garantem não apenas renda, mas também segurança alimentar e autonomia das famílias.

Abramovay (1997) complementa essa perspectiva ao argumentar que a nova configuração do mundo rural não pode mais ser lida exclusivamente sob a ótica da produção agrícola. Para o autor, as estratégias de reprodução social são cada vez mais plurais e passam a

envolver uma gama diversa de atividades localizadas no território, entre as quais se destacam aquelas desenvolvidas pelas mulheres. Essa leitura reforça a necessidade de reposicionar a mulher como sujeito político e produtivo no campo.

No entanto, o reconhecimento da centralidade da mulher nas práticas pluriativas não se traduz, necessariamente, em acesso equitativo aos recursos produtivos. Siliprandi (2015) denuncia que, mesmo sendo responsáveis por uma parte significativa do trabalho e da renda familiar, as mulheres enfrentam uma série de obstáculos estruturais, como a dificuldade de acesso à terra, ao crédito rural, à assistência técnica, à titularidade de propriedades e à representação política nos espaços de decisão. Essas barreiras se acentuam em comunidades tradicionais, onde o patriarcalismo ainda delimita os espaços de fala e poder feminino.

Do ponto de vista legal, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto nº 7.352/2010, que estabelece diretrizes para a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhecem o papel estratégico da mulher na promoção do desenvolvimento rural sustentável. No entanto, como destaca Carneiro (2012), esses marcos legais enfrentam resistência em sua implementação concreta, tanto por parte do Estado quanto por estruturas sociais profundamente enraizadas na desigualdade de gênero. Para aprofundar essa análise, o Quadro 9 a seguir sistematiza as principais dimensões da pluriatividade feminina e seus desafios:

Quadro 9 - Principais dimensões da pluriatividade feminina e seus desafios

Dimensão	Descrição	Desafios Persistentes
Participação econômica	Mulheres lideram atividades agroindustriais, de serviços e comércio rural	Acesso limitado a crédito, tecnologias e políticas de incentivo
Reconhecimento social	Atuação plural das mulheres garante reprodução social da família e da comunidade	Invisibilidade estatística e política
Trabalho reprodutivo	Responsáveis pelos cuidados, educação e saúde familiar	Jornadas múltiplas e falta de divisão equitativa do trabalho doméstico
Autonomia e empoderamento	Potencial de geração de renda e decisão sobre a vida familiar e comunitária	Patriarcalismo e baixa participação em instâncias de poder e representação política

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesse sentido, faz-se necessário ampliar o debate sobre pluriatividade a partir de uma perspectiva de justiça de gênero, que reconheça a mulher como sujeito histórico de transformação. Para Carneiro (2003, p. 104), “é preciso fazer emergir o lugar da mulher na agricultura familiar, pois é nele que se encontra parte da resposta às novas ruralidades”. Trata-se de desnaturalizar as divisões tradicionais entre trabalho produtivo e reprodutivo, visibilizando o protagonismo feminino na sustentação dos territórios.

Além do aspecto econômico, a pluriatividade feminina é atravessada por significados culturais e políticos que expressam formas de resistência e afirmação identitária. As mulheres não apenas diversificam as fontes de renda, mas também mobilizam saberes ancestrais, práticas comunitárias e redes de solidariedade que fortalecem o tecido social rural. Como salienta Scott (1995), essas práticas cotidianas de resistência compõem um "infraestrutural do poder", capaz de promover mudanças silenciosas e profundas nas estruturas sociais.

Diante disso, qualquer política de desenvolvimento local comprometida com a justiça social e com a sustentabilidade deve colocar a mulher no centro de sua agenda. Não como objeto de políticas compensatórias, mas como agente ativa na produção do território, da economia e das relações sociais. Ao reconhecer essa centralidade, reconhece-se também a possibilidade de um rural mais justo, plural e democrático.

3.3.2 Gênero, pluriatividade e território: desigualdades e protagonismo das mulheres quilombolas

As questões de gênero constituem eixo estruturante para a compreensão da pluriatividade em comunidades quilombolas, uma vez que as atividades econômicas, as responsabilidades domésticas e os processos decisórios são organizados a partir de relações historicamente desiguais entre homens e mulheres. No meio rural, essas desigualdades tendem a se intensificar, pois o trabalho feminino é frequentemente invisibilizado, naturalizado como extensão das tarefas domésticas e desvalorizado nos registros econômicos e nas políticas públicas.

No contexto quilombola, a divisão sexual do trabalho atribui às mulheres a responsabilidade central pelo cuidado da família, da casa e da comunidade, ao mesmo tempo em que elas participam ativamente das atividades produtivas. Essa sobreposição de funções faz com que a pluriatividade feminina se configure como uma estratégia marcada por desigualdades de gênero, na qual as mulheres acumulam múltiplas jornadas de trabalho — agrícola, não agrícola e reprodutiva — sem que isso se traduza, necessariamente, em maior autonomia econômica ou reconhecimento social.

As reflexões de Angela Davis contribuem para compreender que o trabalho das mulheres negras sempre esteve situado na intersecção entre produção e reprodução social, sem a separação rígida entre esfera pública e privada. Para a autora, as mulheres negras historicamente exerceram funções produtivas e de cuidado simultaneamente, o que permite compreender a centralidade das mulheres quilombolas na sustentação da vida comunitária, ainda que essa centralidade seja atravessada por relações desiguais de poder.

A dimensão de gênero também se expressa no acesso diferenciado aos recursos produtivos, às oportunidades de trabalho e aos espaços de decisão. Em muitas comunidades quilombolas, os homens tendem a ocupar posições mais visíveis nas atividades agrícolas e nas representações formais, enquanto as mulheres concentram-se em atividades consideradas complementares ou secundárias, como o artesanato, o beneficiamento de alimentos, o comércio local e o trabalho doméstico remunerado ou não. No entanto, essas atividades são fundamentais para a composição da renda familiar e para a permanência no território, evidenciando que a pluriatividade feminina sustenta, em grande medida, a economia local.

A perspectiva interseccional proposta por Patricia Hill Collins permite aprofundar essa análise ao evidenciar que as experiências de gênero das mulheres negras são moldadas simultaneamente pelo racismo, pelo sexismo e pelas desigualdades de classe. No caso das mulheres quilombolas, essas opressões se materializam na precarização do trabalho, na informalidade e na ausência de políticas públicas sensíveis às especificidades de gênero e raça no meio rural. Ainda assim, essas mulheres constroem estratégias próprias de resistência e organização, transformando a pluriatividade em instrumento de autonomia relativa e fortalecimento comunitário.

O protagonismo feminino também se manifesta na liderança comunitária e na mediação com instituições externas, ainda que essas posições sejam frequentemente conquistadas em contextos de disputa. Mulheres quilombolas assumem papéis centrais em associações comunitárias, na articulação por políticas públicas, na gestão de programas sociais e na defesa do território. Essa atuação tensiona as hierarquias de gênero existentes e evidencia que o espaço político no território quilombola é também um campo de disputas, no qual as mulheres reivindicam reconhecimento, voz e poder de decisão.

As contribuições de Djamila Ribeiro são fundamentais para compreender esse processo, ao afirmar que o reconhecimento do lugar de fala das mulheres negras implica legitimar suas experiências como produtoras de conhecimento e ação política. No contexto quilombola, reconhecer o lugar de fala das mulheres significa compreender que suas práticas cotidianas — no trabalho, no cuidado e na organização comunitária — constituem formas legítimas de produção do território e do desenvolvimento local.

Assim, discutir gênero na análise da pluriatividade quilombola não se resume a identificar a participação feminina nas atividades econômicas, mas exige problematizar as desigualdades que estruturam essa participação. A pluriatividade feminina, embora amplie as possibilidades de renda e permanência no território, também revela as assimetrias de poder que atravessam o cotidiano das mulheres quilombolas. Reconhecer essas tensões é fundamental

para pensar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento local que não reproduzam desigualdades de gênero, mas que fortaleçam a autonomia, o protagonismo e os direitos das mulheres nos territórios quilombolas.

3.4 INTERFACES ENTRE AGRICULTURA, TRABALHO URBANO E INFORMALIDADE

As transformações nas dinâmicas territoriais e nos modos de vida rurais têm revelado uma crescente interconexão entre o mundo rural e urbano, especialmente nas formas de trabalho e geração de renda. A pluriatividade, neste contexto, evidencia as múltiplas ocupações desempenhadas pelas famílias rurais, que transitam entre atividades agrícolas, empregos urbanos formais e, principalmente, ocupações informais como uma estratégia de sobrevivência e adaptação às exigências do mercado e da vida cotidiana.

A informalidade tem se consolidado como uma realidade presente tanto em contextos urbanos quanto rurais, especialmente entre os sujeitos que não encontram inserção no mercado de trabalho formal. Segundo Castells e Portes (1989), a economia informal se caracteriza por atividades econômicas que, embora legais em si mesmas, não são regulamentadas pelo Estado e operam fora dos circuitos tradicionais de proteção social e trabalhista. Para os trabalhadores rurais pluriativos, a informalidade não é apenas uma imposição, mas muitas vezes uma escolha estratégica diante da escassez de políticas públicas e da precariedade das oportunidades formais no campo.

Henri Lefebvre (1999) já denunciava a ilusão da urbanização como sinônimo de progresso e inclusão, ressaltando que a urbanização do território não garante, necessariamente, acesso à cidadania plena. No campo, o avanço de elementos urbanos — como redes de transporte, comunicação, mercados e consumo — convive com a manutenção de formas precárias de trabalho, resultando em uma ruralidade marcada pela informalidade estrutural. Essa condição é amplamente vivenciada por trabalhadores que, embora residam em territórios rurais, atuam diariamente em cidades próximas, assumindo atividades como vendedores ambulantes, diaristas, mototaxistas ou prestadores de serviços sazonais.

A informalidade, portanto, deve ser analisada a partir de uma lógica territorial. Conforme Carneiro (1997), o rural não pode ser compreendido apenas pela atividade agrícola, mas por um conjunto de práticas sociais, culturais e econômicas que se articulam de forma complexa. Isso inclui a crescente mobilidade das famílias, que diversificam suas estratégias produtivas e ocupacionais como forma de ampliar sua resiliência econômica. A informalidade, nesse sentido, é parte constitutiva dessas estratégias. No Brasil, os dados do IBGE (2022)

mostram que mais de 50% dos trabalhadores por conta própria em áreas rurais estão na informalidade, com predominância entre mulheres, jovens e populações negras. O Quadro 10 reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam e protejam esses sujeitos, respeitando suas trajetórias e dinâmicas locais.

Quadro 10 - Urgência de Políticas Públicas para o Reconhecimento e a Proteção de Sujeitos e Trajetórias Locais

Dimensão	Características	Implicações para o Desenvolvimento Rural
Agricultura	Base da identidade e da ocupação rural, embora cada vez mais combinada com outras atividades	Permanece como referência, mas sofre redução na centralidade econômica
Trabalho urbano	Complementaridade econômica, geralmente em cidades próximas	Reforça vínculos campo-cidade e revela dependência da estrutura urbana
Informalidade	Estratégia de subsistência diante da ausência de políticas e emprego formal	Indica vulnerabilidade e necessidade de redes locais de apoio e proteção

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Dessa forma, o entrelaçamento entre agricultura, trabalho urbano e informalidade representa uma característica essencial da nova ruralidade e evidencia a necessidade de abordagens interdisciplinares e territorializadas para a formulação de políticas públicas. A superação da dicotomia rural/urbano, como destacam Wanderley (2000) e Schneider (2009), exige o reconhecimento das múltiplas formas de ser, viver e produzir no território, levando em conta as estratégias de reprodução social das famílias e a complexidade das formas de trabalho que coexistem em contextos híbridos e desiguais.

Portanto, compreender as interfaces entre agricultura, trabalho urbano e informalidade significa reconhecer as condições concretas de vida das populações rurais contemporâneas, e, ao mesmo tempo, denunciar a ausência de um projeto de desenvolvimento inclusivo que reconheça e valorize os saberes, práticas e necessidades desses sujeitos.

A pluriatividade em territórios rurais vulneráveis apresenta um paradoxo fundamental: ao mesmo tempo em que se configura como uma estratégia de resistência e reprodução social, revela as contradições estruturais que condicionam a precariedade das condições de vida no campo. A complexidade desse fenômeno exige uma análise crítica das múltiplas dimensões envolvidas – sociais, econômicas, culturais e institucionais –, articuladas às especificidades territoriais e às heranças históricas de exclusão.

Em territórios marcados por baixos índices de desenvolvimento humano, infraestrutura deficiente e acesso limitado a políticas públicas, a pluriatividade emerge não apenas como uma

escolha, mas como uma necessidade. Como observa Abramovay (1998), “a pluriatividade deve ser compreendida como uma resposta ativa das famílias rurais às transformações econômicas e sociais que afetam o mundo rural, e não como um simples indício de decadência da agricultura”.

Nesse contexto, os desafios enfrentados pelas famílias pluriativas são numerosos: a informalidade do trabalho, a baixa remuneração, a sobrecarga de atividades (especialmente sobre as mulheres), a carência de qualificação profissional, a insuficiência de redes de proteção social, a dificuldade de acesso a crédito e tecnologia e a instabilidade dos mercados de trabalho não agrícolas. Tais fragilidades limitam a capacidade de planejamento e de autonomia dessas famílias, reforçando a sua dependência de iniciativas públicas ou da solidariedade comunitária para a garantia de sua reprodução social.

O desenvolvimento local em territórios rurais e tradicionais, como os quilombolas, enfrenta uma série de entraves que se manifestam em diferentes dimensões interdependentes. Compreender esses desafios exige uma abordagem integrada que considere não apenas os aspectos econômicos, mas também as condições sociais, institucionais e territoriais que moldam a vida nessas comunidades. A ausência de políticas públicas efetivas, a precariedade das infraestruturas, as limitações de acesso a serviços básicos e a persistência de desigualdades históricas fragilizam as possibilidades de crescimento sustentável e equitativo nesses espaços.

Nesse sentido, o Quadro 10 a seguir apresenta uma síntese dos principais desafios observados nessas quatro dimensões analíticas e suas respectivas implicações para o desenvolvimento local, permitindo uma leitura ampliada das condições estruturais que influenciam diretamente a autonomia, a pluriatividade e a qualidade de vida das famílias rurais.

Quadro 10 - Desafios estruturais da pluriatividade em territórios rurais vulneráveis

Dimensão	Desafios observados	Implicações para o desenvolvimento local
Econômica	Baixos rendimentos, ausência de crédito, informalidade laboral	Reforça a vulnerabilidade e reduz a capacidade de reinvestimento local
Social	Ausência de serviços públicos adequados, mobilidade restrita, desigualdade de gênero	Aprofunda desigualdades sociais e compromete a justiça territorial
Institucional	Fragilidade de políticas públicas articuladas à realidade local	Enfraquece a construção de estratégias territoriais sustentáveis
Territorial	Logística precária, dificuldade de escoamento da produção	Dificulta a integração produtiva e comercial do território

Fonte: Elaborado pela autora com base em Schneider (2003), Veiga (2005), Saquet (2007).

Ao mesmo tempo, a pluriatividade apresenta potencialidades importantes, especialmente quando articulada a políticas públicas territoriais, à organização comunitária e à valorização dos saberes locais. A diversificação das fontes de renda pode contribuir para a

resiliência das famílias rurais diante de crises econômicas e climáticas, ao mesmo tempo em que promove dinâmicas locais mais complexas e interdependentes.

Embora a pluriatividade esteja frequentemente associada a contextos de vulnerabilidade e à necessidade de sobrevivência frente às limitações do meio rural, ela também apresenta um importante potencial transformador quando articulada a políticas públicas territoriais, à organização comunitária e à valorização dos saberes e práticas locais. Ao possibilitar a diversificação das fontes de renda e integrar atividades agrícolas e não agrícolas, a pluriatividade contribui para a resiliência das famílias diante de crises econômicas, climáticas e institucionais. Além disso, promove dinâmicas locais mais complexas, colaborativas e interdependentes, favorecendo o fortalecimento do capital social, a autonomia produtiva e o reconhecimento das identidades coletivas. Nesse sentido, o Quadro 12 a seguir sintetiza as principais potencialidades da pluriatividade em territórios vulneráveis, organizadas em quatro eixos analíticos econômico, cultural, territorial e político-institucional – e suas implicações diretas para o desenvolvimento local.

Quadro 11- Potencialidades da pluriatividade em territórios vulneráveis

Eixo	Potencialidade identificada	Implicações para o desenvolvimento local
Econômico	Geração de renda complementar, estímulo ao empreendedorismo	Promove dinamismo econômico e circulação de recursos no território
Cultural	Valorização dos saberes e práticas locais, fortalecimento da identidade	Estimula o pertencimento e a coesão comunitária
Territorial	Integração entre atividades agrícolas, não agrícolas e ambientais	Favorece a multifuncionalidade do território rural
Político-institucional	Organização de grupos produtivos e movimentos sociais	Fortalece o capital social e a capacidade de reivindicação de direitos

Fonte: Elaborado pela autora com base em Schneider (2009), Saquet (2015), Carneiro (1998).

A pluriatividade, quando articulada ao desenvolvimento endógeno e à valorização dos territórios, pode contribuir significativamente para a construção de estratégias emancipatórias. Nesse sentido, como afirma Saquet (2007, p. 116), "a potencialidade do território reside nas relações sociais, nas práticas culturais, nas formas de organização coletiva que nele se desenvolvem e que podem se tornar vetores de desenvolvimento contra-hegemônico".

Contudo, para que as potencialidades da pluriatividade possam de fato converter-se em motor de transformação territorial, é necessário superar a abordagem focalizada e assistencialista que, muitas vezes, domina as políticas públicas voltadas ao meio rural. Em seu lugar, deve-se adotar uma perspectiva territorial integrada, participativa e crítica, que reconheça a diversidade dos sujeitos do campo e promova sua autonomia econômica, política e sociocultural. A pluriatividade, longe de ser uma expressão de marginalidade, pode ser reconhecida como expressão da criatividade e da agência das populações rurais. Sua análise

deve, portanto, considerar tanto os limites estruturais quanto as possibilidades emancipatórias contidas nos modos de vida que se constroem na confluência entre o trabalho agrícola, o urbano e o comunitário.

4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

4.1 TERRITÓRIO QUILOMBOLA, ETNICIDADE E PROCESSOS DE AUTOIDENTIFICAÇÃO

O conceito de território quilombola ultrapassa a simples noção jurídica de posse da terra. Ele se inscreve na perspectiva da geografia crítica, em que o território não é apenas um espaço físico delimitado, mas um espaço produzido pelas relações sociais, históricas, culturais, simbólicas e políticas. Nas palavras de Saquet (2015, p. 42), “o território é uma construção social e política, resultado das práticas e relações dos sujeitos em interação com o espaço”.

Os territórios quilombolas, nesse sentido, são definidos como espaços construídos historicamente a partir da resistência de grupos negros que, após o processo de escravização, formaram comunidades com base na ancestralidade, nos laços de solidariedade e na produção coletiva. Essa definição está consagrada no Decreto nº 4.887/2003, que define as comunidades quilombolas como grupos étnico-raciais autodefinidos, com trajetória histórica própria e presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida.

A diferença entre território quilombola e comunidade quilombola reside no fato de que a comunidade diz respeito à coletividade humana, seus vínculos culturais, tradições e relações sociais. Já o território é a base material e simbólica da reprodução da vida comunitária, incorporando a terra, os recursos naturais, a espiritualidade, os saberes tradicionais e os sistemas produtivos. Como afirma Arruti (2006), o reconhecimento de um território quilombola pressupõe o reconhecimento do modo de vida tradicional e da relação simbiótica entre espaço e cultura.

Do ponto de vista legal e político, essa distinção tem implicações importantes. Muitas comunidades são reconhecidas culturalmente como quilombolas, mas sem o reconhecimento do território, ficam à margem das políticas públicas, impedidas de acessar recursos, programas de fomento à agricultura familiar, crédito fundiário, regularização ambiental e serviços básicos como saúde, educação e saneamento. A titulação do território, portanto, é condição fundamental para garantir autonomia, segurança alimentar e existência digna. A seguir, apresenta-se um gráfico que revela a distribuição regional dos territórios quilombolas no Brasil, diferenciando

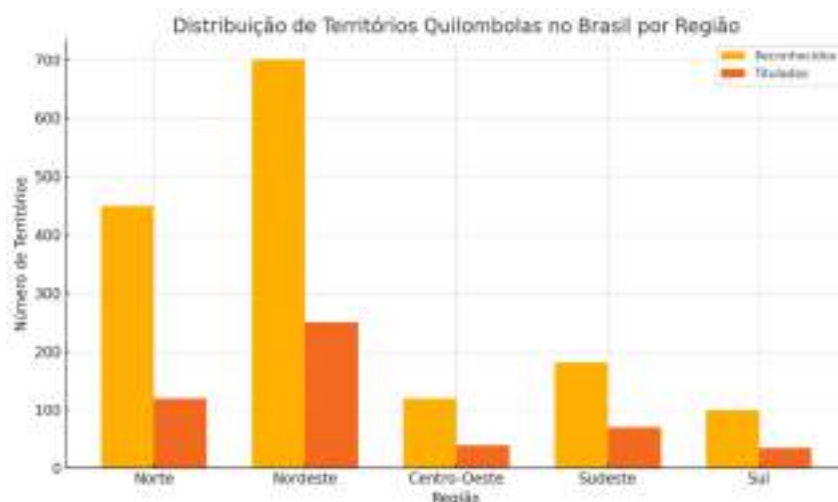
os territórios reconhecidos dos territórios titulados, com base nos dados da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O Gráfico 1 apresenta a distribuição regional dos territórios quilombolas no Brasil, distinguindo os territórios reconhecidos daqueles com processo administrativo iniciado e com reconhecimento oficial pela Fundação Cultural Palmares dos titulados, que já possuem o documento legal de posse emitido pelo INCRA ou pelos institutos estaduais competentes. Observa-se uma disparidade expressiva entre os números de territórios reconhecidos e titulados em todas as regiões do país, revelando a lentidão e a ineficácia das políticas públicas de regularização fundiária. O Nordeste lidera em número de territórios reconhecidos, superando 700, mas apresenta pouco mais de 250 titulados, o que evidencia a morosidade no avanço das etapas posteriores do processo. A região Norte, que concentra vastas áreas com presença tradicional de comunidades quilombolas, também apresenta grande diferença entre territórios reconhecidos (mais de 400) e titulados (em torno de 120). Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, os números são proporcionalmente menores, mas o padrão se repete: a quantidade de reconhecimentos supera amplamente a de titulações.

Essa defasagem demonstra que, embora haja avanços no reconhecimento das comunidades como sujeitos de direito, a efetiva garantia da posse da terra — elemento fundamental para a segurança territorial, autonomia e desenvolvimento das comunidades — ainda enfrenta graves entraves institucionais, políticos e orçamentários. A titulação é muitas vezes postergada por conflitos fundiários, omissão do Estado, falta de vontade política e pressão de setores econômicos contrários à demarcação de terras quilombolas. Essa realidade reforça a necessidade de aceleração dos processos de titulação e de fortalecimento das políticas públicas de reparação e justiça territorial, conforme preconizado pela Constituição de 1988 e por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

O gráfico 1 permite visualizar essa distribuição em escala nacional, evidenciando tanto a concentração regional quanto a diferença quantitativa entre territórios reconhecidos e titulados. Essa leitura amplia o entendimento sobre o contexto estrutural no qual se insere a realidade quilombola de Ibiassucê, demonstrando que as dinâmicas locais refletem, em alguma medida, processos históricos e institucionais de alcance nacional.

Gráfico 1 - Distribuição dos Territórios Quilombolas Reconhecidos e Titulados no Brasil



Fonte: Adaptado de Fundação Cultural Palmares e INCRA (2023).

A análise do gráfico evidencia a concentração de territórios quilombolas nas regiões Norte e Nordeste, o que pode ser explicado tanto por fatores históricos como o maior número de quilombos formados nesses locais quanto pela maior mobilização social e articulação política dessas comunidades. No entanto, também se nota um déficit preocupante entre os territórios reconhecidos e os efetivamente titulados, especialmente no Nordeste, onde há um grande número de comunidades à espera de regularização fundiária. Essa defasagem entre o reconhecimento e a titulação aponta para um processo lento, burocrático e marcado por disputas políticas e interesses fundiários. Como alerta Almeida (2010), a não efetivação do direito ao território coloca em risco a reprodução física e cultural das comunidades quilombolas, tornando-as vulneráveis à grilagem, ao desmatamento e à expropriação territorial.

A ausência de titulação afeta diretamente o acesso das comunidades a políticas públicas de desenvolvimento local, como o Pronaf, o PAA, o acesso a créditos para a pluriatividade, além de impossibilitar a gestão autônoma do território de forma sustentável. A titulação, portanto, é mais do que um ato jurídico: é uma estratégia de reparação histórica, justiça social e afirmação de direitos territoriais e humanos. Em síntese, ao compreender os territórios quilombolas como espaços de resistência e produção de existência coletiva, evidencia-se a necessidade de políticas públicas articuladas entre Estado e sociedade civil que não apenas reconheçam, mas efetivem a posse coletiva da terra, respeitando os modos de vida tradicionais e assegurando o direito ao território como elemento central da cidadania quilombola.

A discussão sobre identidade étnica no contexto dos territórios quilombolas é atravessada por uma complexa rede de processos históricos, políticos e simbólicos. Longe de

uma categoria fixa ou biologizante, a identidade étnica deve ser compreendida como uma construção social situada, relacional e dinamicamente atualizada nas práticas cotidianas, nas narrativas coletivas e nas lutas políticas. Nesse sentido, Arruti (2006) propõe compreender os quilombos contemporâneos a partir de um duplo movimento: o da autoidentificação das comunidades enquanto grupos étnicos específicos e o do reconhecimento externo sobretudo estatal de suas demandas territoriais e identitárias. A etnicidade, portanto, emerge como um processo de reivindicação e afirmação que articula memória, ancestralidade e direitos.

Arruti (2006, p. 22) argumenta que "os quilombos devem ser pensados como identidades politicamente produzidas e historicamente localizadas". Esse entendimento desloca a discussão das origens e da autenticidade muitas vezes marcadas por estigmas e exotizações — para o campo das relações sociais, das práticas culturais e da agência coletiva

A Constituição Federal de 1988, ao consagrar no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o direito à titulação das terras às comunidades remanescentes de quilombos, inaugura no Brasil um novo regime de reconhecimento baseado não na racialização, mas na autodefinição política e cultural. Tal concepção é consolidada com a Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2003, que reconhece o critério da autoidentificação como elemento determinante para o reconhecimento étnico dos povos tradicionais.

No entanto, esse processo não se dá sem tensões. Como enfatiza Oliveira (2006), a institucionalização da identidade quilombola como categoria jurídica promove uma nova forma de territorialização que exige das comunidades a produção de discursos, documentos e performances que validem sua condição de "quilombo" diante das burocracias estatais. Trata-se, portanto, de um processo de etnogênese institucionalizada³ (Arruti, 2006), no qual os sujeitos locais reconfiguram suas memórias e trajetórias em consonância com os marcos legais e normativos vigentes.

Além disso, a etnicidade quilombola não se limita à dimensão territorial. Ela incorpora elementos simbólicos como o culto aos ancestrais, as práticas religiosas de matriz africana e a oralidade como forma privilegiada de transmissão de saberes. Esses aspectos performam a pertença étnica e reafirmam a continuidade de uma coletividade forjada nas lutas contra a escravidão, a exclusão e o silenciamento histórico. Como observa Almeida (2010, p. 59), "o

³ O termo *etnogênese institucionalizada* refere-se ao processo pelo qual um grupo social passa a se reconhecer — e a ser reconhecido oficialmente pelo Estado — como pertencente a uma identidade étnica específica, como no caso das comunidades quilombolas. Esse reconhecimento não é apenas cultural, mas também jurídico e político, consolidando-se por meio de normativas, políticas públicas e instrumentos legais. Trata-se de um processo de afirmação identitária mediado por instituições, que combina a autoatribuição do grupo com a heteroatribuição do Estado, conforme destaca Arruti (2006).

reconhecimento étnico está vinculado à capacidade do grupo de mobilizar uma memória coletiva e uma identidade compartilhada em torno de um projeto comum".

Por fim, é necessário compreender que o processo de autoidentificação é simultaneamente individual e coletivo, subjetivo e político. Ele opera como um instrumento de resistência frente às dinâmicas de invisibilização e apagamento, e constitui uma via de inserção dos quilombolas nas arenas públicas, enquanto sujeitos plenos de direitos. Nesse sentido, a identidade étnica quilombola não é um dado natural, mas uma construção sócio-histórica ativa, situada nas intersecções entre política, cultura e território.

4.2 DIREITO À TERRA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O direito à terra representa um dos pilares mais fundamentais da luta por reconhecimento e justiça social dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Para esses grupos entre eles as comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, ciganas e de terreiro a terra não é apenas um bem econômico ou um recurso produtivo, mas sim a base simbólica, cultural, espiritual e política de sua existência coletiva. Nesse sentido, o reconhecimento do direito à terra ultrapassa os marcos da propriedade privada liberal e inscreve-se numa concepção de territorialidade que se ancora na ancestralidade, na memória e na reprodução social dos modos de vida tradicionais.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco civilizatório ao incluir no ordenamento jurídico brasileiro, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o reconhecimento do direito das comunidades remanescentes de quilombos à propriedade definitiva de suas terras. Trata-se de um reconhecimento constitucional da dívida histórica do Estado brasileiro com essas populações, muitas vezes invisibilizadas ao longo da formação nacional. O texto constitucional estabelece: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."

Contudo, como analisa Arruti (2006), esse marco legal, embora inovador, foi insuficiente para operacionalizar efetivamente o direito à terra. A ausência inicial de regulamentação comprometeu a aplicabilidade do artigo 68, gerando um hiato entre o reconhecimento jurídico e a efetivação política do direito. Apenas em 2003, com a promulgação do Decreto n.º 4.887, estabeleceu-se um procedimento administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. Mesmo assim, o

decreto foi alvo de intensas disputas judiciais e políticas, sendo questionado quanto à sua constitucionalidade, o que evidenciou os conflitos em torno da destinação de terras públicas e da hegemonia fundiária no país.

A ratificação da Convenção 169 da OIT pelo Brasil, também em 2003, ampliou esse arcabouço ao estabelecer o critério da autoidentificação como princípio orientador do reconhecimento dos povos tradicionais. Isso representou um avanço em relação aos modelos biométricos ou essencialistas de identidade, valorizando os processos de etnogênese e a autodeterminação das comunidades. A convenção determina que os povos indígenas e tribais devem ser consultados sempre que forem tomadas decisões que afetem seus territórios, cultura ou modo de vida, princípio esse reiteradamente descumprido em inúmeros contextos de implementação de grandes projetos de infraestrutura ou expansão do agronegócio em territórios tradicionais.

Apesar desses avanços normativos, as políticas públicas de regularização fundiária e de promoção dos direitos territoriais seguem atravessadas por contradições estruturais. O Estado brasileiro, ao mesmo tempo que reconhece os direitos dessas populações, permanece atuando como agente da expropriação e da mercantilização da terra, por meio de políticas de incentivo ao agronegócio, da financeirização do território e da criminalização de formas tradicionais de uso e ocupação da terra. Como denuncia Alentejo (2020), o que se observa é um padrão de colonialidade do poder, que subalterniza os modos de vida não capitalistas e perpetua uma lógica de desenvolvimento excludente e racializada.

Além disso, as ações de regularização fundiária sofrem com a morosidade institucional, a ausência de recursos, os conflitos fundiários e a pressão de interesses privados sobre os territórios tradicionais. Dados da Comissão Pró-Índio (CPI-SP, 2023) indicam que, dos mais de 1.800 processos abertos de titulação de terras quilombolas no país, apenas cerca de 180 haviam sido concluídos até 2022, representando menos de 10% do total. Essa lentidão agrava a vulnerabilidade dos grupos, que enfrentam ameaças constantes de expulsão, violência no campo e insegurança jurídica.

No plano das políticas públicas, observa-se um desmonte progressivo das instâncias de interlocução com os povos tradicionais, especialmente a partir de 2016, com a extinção de estruturas como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o enfraquecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em sua função quilombola. Paralelamente, os mecanismos de participação social foram desidratados, o que compromete a capacidade de influência dessas comunidades nas decisões que lhes dizem respeito.

A análise crítica do direito à terra exige, portanto, compreender que os marcos legais não são suficientes para garantir a efetivação dos direitos, se não forem acompanhados de vontade política, mobilização social e fortalecimento das capacidades institucionais do Estado. Como destaca Santos (2001), "não há justiça social possível sem justiça territorial", e isso implica reconhecer a pluralidade de formas de ocupação, apropriação e pertencimento ao território. A seguir, apresenta-se o Quadro 13, com a síntese das contradições entre o arcabouço legal e a efetivação do direito à terra para comunidades tradicionais:

Quadro 12- Contradições entre o Arcabouço Jurídico e a Garantia Efetiva do Direito à Terra em Comunidades Tradicionais

Aspecto	Reconhecimento Legal	Efetivação Política
Constituição Federal (Art. 68)	Garante direito à propriedade definitiva	Depende de titulação via Estado, com morosidade e entraves burocráticos
Decreto 4.887/2003	Estabelece processo de titulação quilombola	Sujeito a ações judiciais e pressão de setores ruralistas
Convenção 169 da OIT	Assegura autoidentificação e consulta prévia	Frequentemente descumprida em grandes projetos
Ações do Estado	Reconhece povos tradicionais como sujeitos de direito	Atua como agente de expropriação em nome do "progresso"
Políticas públicas	Criação de programas e secretarias específicas	Enfraquecimento, descontinuidade e redução orçamentária

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A luta pelo direito à terra é, portanto, uma luta por dignidade, pertencimento e futuro. É uma disputa que ultrapassa o campo jurídico e adentra o campo político, exigindo rupturas com a racionalidade colonial e com o modelo de desenvolvimento predatório. Os povos e comunidades tradicionais, ao reivindicarem seus territórios, não apenas demandam reconhecimento, mas propõem outras formas de habitar o mundo, ancoradas na diversidade, no cuidado e na reciprocidade.

4.3 CAPITAL SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

O conceito de capital social tem ocupado lugar central nos debates sobre desenvolvimento, políticas públicas e dinâmicas comunitárias nas últimas décadas, sendo apropriado por diferentes correntes teóricas, com interpretações diversas quanto à sua origem, natureza e implicações. Trata-se de uma categoria polissêmica, que se refere ao conjunto de relações sociais, normas de confiança e redes de cooperação capazes de produzir recursos intangíveis que influenciam o comportamento coletivo e as possibilidades de mobilização e ação social.

Na perspectiva de Bourdieu, o capital social não deve ser compreendido como um bem coletivo, mas como um recurso relacional que pode ser acumulado, reproduzido e convertido em outras formas de capital, como o econômico, o cultural ou o simbólico. Para o autor “O capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos”. (Bourdieu, 1986, p. 248).

Essa definição evidencia o caráter relacional e desigual do capital social: não basta pertencer a uma rede é preciso que essa rede seja socialmente valorizada e disponha de recursos convertíveis. Ou seja, há redes que favorecem a reprodução das elites, ao passo que outras, como as das classes populares, muitas vezes operam em condições de marginalização simbólica ou econômica. O capital social, para Bourdieu, reforça os mecanismos de distinção e reprodução social, contribuindo para a manutenção de hierarquias sociais preexistentes.

A compreensão do capital social sob a ótica de Pierre Bourdieu permite uma análise crítica das dinâmicas de poder e das desigualdades reproduzidas nas relações sociais. Diferente de abordagens que o tratam como um recurso meramente positivo e colaborativo, Bourdieu enfatiza que o capital social está intrinsecamente ligado às estruturas de dominação e às posições ocupadas pelos sujeitos nos campos sociais. Nesse sentido, o capital social refere-se ao conjunto de recursos reais ou potenciais associados ao pertencimento a uma rede durável de relações baseadas no conhecimento e no reconhecimento mútuo. Tais redes, no entanto, não estão igualmente distribuídas entre os grupos sociais, sendo frequentemente concentradas entre as elites, que as utilizam como estratégia de reprodução de privilégios e distinção social. O Quadro 13, a seguir, sintetiza a perspectiva de Bourdieu sobre o capital social, destacando suas principais dimensões analíticas e implicações para a manutenção das desigualdades estruturais.

Quadro 13- Perspectiva de Bourdieu sobre Capital Social

Dimensão	Descrição	Implicações
Relacional	Ligado a redes de pertencimento e reconhecimento	Acesso a recursos depende da posição social e capital dos membros da rede
Conversibilidade	Pode ser transformado em capital econômico, simbólico ou cultural	Favorece estratégias de poder e manutenção de status
Reprodutibilidade	Contribui para a perpetuação das estruturas sociais	Dificulta mobilidade social de grupos periféricos
Desigualdade estrutural	Redes são desigualmente distribuídas e valorizadas	Capital social das elites tem mais legitimidade e influência

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Já na abordagem de Coleman (1988), o capital social aparece como um recurso coletivo, ancorado em normas de confiança, obrigações recíprocas e expectativas compartilhadas entre os membros de uma comunidade. Para ele, a existência de capital social fortalece a cooperação

e reduz custos de transação social, favorecendo ações coordenadas. Nessa visão funcionalista, o capital social é um bem público que aumenta a eficiência da sociedade ao facilitar formas organizadas de convivência e desenvolvimento.

Por sua vez, Putnam (1996) popularizou o conceito ao relacioná-lo com o funcionamento das instituições democráticas. Em seu estudo sobre o desempenho das administrações regionais na Itália, Putnam concluiu que regiões com maior densidade associativa, confiança interpessoal e participação cívica apresentavam melhores indicadores de governança e bem-estar. Em sua concepção: “O capital social refere-se a características da organização social como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício mútuo” (Putnam, 1996, p. 66).

Embora Putnam (1996) tenha contribuído para difundir o termo no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local, sua visão foi criticada por não problematizar as relações de poder e desigualdade que permeiam as redes sociais. Ao naturalizar a existência de capital social como fator explicativo do sucesso institucional, corre-se o risco de culpabilizar comunidades por sua “baixa densidade social”, desconsiderando os efeitos estruturais da exclusão, da pobreza e do racismo.

O conceito de capital social tem sido mobilizado por pesquisadores e gestores públicos como instrumento analítico para compreender o potencial de mobilização comunitária, a eficácia de políticas territoriais e as estratégias de reprodução social no meio rural. Nas experiências de desenvolvimento local, observa-se que comunidades com maior articulação organizacional — associações, cooperativas, conselhos locais — tendem a obter maior acesso a recursos, representação institucional e capacidade de autogestão.

Contudo, é preciso evitar o viés idealista que desconsidera as desigualdades internas às próprias comunidades. O capital social também pode atuar de forma excludente, especialmente quando controlado por lideranças locais hegemônicas, práticas clientelistas ou estruturas patriarcais que silenciam vozes dissidentes, como as de mulheres, jovens e populações racializadas. Assim, como ressalta Abramovay (1998) “A existência de capital social não é, por si só, garantia de desenvolvimento. É preciso analisar sua qualidade, sua capacidade de inclusão e o tipo de vínculos que estabelece”. Portanto, o capital social deve ser compreendido como uma categoria crítica e dinâmica, situada no cruzamento entre estruturas de poder, estratégias de reprodução social e processos de produção territorial. Sua análise exige atenção às relações de reciprocidade, às formas de dominação simbólica e à capacidade das comunidades de construir redes solidárias, porém autônomas e transformadoras.

O capital social, como categoria analítica, oferece valiosos aportes para compreender as dinâmicas socioterritoriais, especialmente em contextos rurais e periféricos. Contudo, sua utilização exige um olhar atento às disputas internas, às assimetrias de poder e à necessidade de políticas públicas que não apenas reconheçam redes comunitárias, mas fortaleçam sua capacidade crítica, inclusiva e emancipatória. Nesse sentido, recuperar a abordagem crítica de Bourdieu permite avançar em diagnósticos mais rigorosos sobre as formas de dominação social, enquanto os aportes de Coleman e Putnam contribuem para operacionalizar o conceito em ações coletivas. O desafio está em equilibrar essas leituras, articulando teoria e prática no campo das políticas de desenvolvimento local e da justiça territorial.

4.4 CAPITAL SIMBÓLICO E CULTURAL NOS TERRITÓRIOS NEGROS

O conceito de capital simbólico, elaborado por Pierre Bourdieu (1998), refere-se à reputação, prestígio ou honra acumulada por indivíduos ou grupos, que funciona como uma forma de poder legítimo reconhecido socialmente. Ao contrário do capital econômico, o capital simbólico não se apresenta como um bem material, mas como uma força relacional capaz de organizar hierarquias e legitimar práticas e saberes dentro de um determinado campo social. Em territórios negros, especialmente nas comunidades quilombolas e em outras populações tradicionais, esse tipo de capital assume papel central na organização da vida coletiva, na produção de sentido e na resistência cultural.

Bourdieu (1998) afirma que o capital simbólico é uma forma de “capital dissimulado”, ou seja, uma forma de dominação que não é percebida como tal por estar revestida de legitimidade. Em territórios negros, esse capital está vinculado às formas ancestrais de organização comunitária, ao respeito a lideranças tradicionais, ao saber oral, aos rituais religiosos, à memória coletiva e à valorização da ancestralidade como instrumento de coesão social e resistência frente à opressão histórica. Assim, o capital simbólico se traduz em práticas cotidianas que reafirmam uma identidade coletiva baseada na luta, na solidariedade e na manutenção de valores civilizatórios afrocentrados.

O capital cultural, também conceituado por Bourdieu, diz respeito ao domínio de conhecimentos, habilidades, títulos escolares e disposições culturais que conferem vantagem social. Contudo, quando transportado para os territórios negros, especialmente aqueles que se organizam à margem das instituições formais, o capital cultural precisa ser ressignificado para além dos parâmetros eurocêntricos de reconhecimento. Segundo Munanga (2003), a valorização dos saberes africanos e afro-brasileiros é uma das estratégias fundamentais para a

reconfiguração da educação e das políticas públicas no Brasil, pois confronta o epistemicídio que historicamente marginalizou os conhecimentos oriundos da experiência negra.

A intersecção entre capital simbólico e capital cultural possibilita compreender como os territórios negros constroem suas próprias formas de valorização e reconhecimento, muitas vezes alheias ou em resistência às lógicas dominantes. Nesse sentido, o território deixa de ser apenas uma base física e passa a ser entendido como espaço simbólico, onde os modos de vida, de pensar e de agir das populações negras se atualizam. Claude Raffestin (1993) contribui para essa discussão ao afirmar que o território é sempre um “espaço mediado por relações de poder”, sendo o capital simbólico um dos principais mecanismos de mediação nessas relações. Podemos sistematizar a relação entre os tipos de capital e sua expressão nos territórios negros no Quadro 14.

Quadro 14- Síntese da Relação entre Tipos de Capital e Dinâmicas Socioterritoriais em Territórios Negros

Tipo de Capital	Características nos Territórios Negros	Implicações Sociais
Capital Simbólico	Baseado em ancestralidade, lideranças tradicionais, espiritualidade, oralidade e memória coletiva.	Legitima saberes, práticas e lideranças locais; promove coesão social e resistência cultural.
Capital Cultural	Saberes tradicionais, conhecimento agroecológico, domínio da oralidade, música, dança, culinária, etc.	Garante transmissão intergeracional de saberes e autonomia sociocultural diante do modelo hegemônico.
Capital Social	Laços de solidariedade, reciprocidade, ajuda mútua entre famílias e comunidades.	Fortalece redes comunitárias, estratégias coletivas de enfrentamento à exclusão e construção de projetos.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A articulação desses capitais mostra que os territórios negros operam com uma lógica própria de reprodução social, na qual a legitimidade não depende apenas do capital econômico, mas se ancora nos valores simbólicos e culturais herdados e reconstruídos cotidianamente. Ao reafirmar suas referências civilizatórias, os grupos negros não apenas resistem, mas também reexistem – constroem outros modos de ser e estar no mundo, ainda que sob a sombra das desigualdades estruturais. Por isso, o reconhecimento do capital simbólico e cultural nos territórios negros é essencial para que políticas públicas, práticas educativas e intervenções sociais sejam efetivamente inclusivas, respeitando as epistemologias e os modos de vida que ali se manifestam. É também um passo necessário para enfrentar o racismo estrutural que, ao deslegitimar essas formas de capital, compromete a cidadania plena das populações negras no Brasil.

As comunidades tradicionais, historicamente marcadas por processos de resistência e marginalização, desenvolveram formas próprias de organização social, econômica e simbólica

que sustentam sua permanência, identidade e reprodução sociocultural. Entre esses mecanismos, as redes de reciprocidade e ajuda mútua desempenham papel central, não apenas como formas de sobrevivência material, mas como estruturas de solidariedade, pertencimento e coesão comunitária. Tais práticas se inscrevem em uma lógica que desafia o paradigma moderno de racionalidade instrumental e individualismo, predominante na sociedade capitalista ocidental.

Bourdieu (1986) amplia essa noção ao considerar o capital social como o conjunto de recursos potenciais ou reais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo. No caso das comunidades tradicionais, como as quilombolas, indígenas, ribeirinhas e camponesas, essas redes configuram formas de capital social densas, baseadas em confiança, valores comuns e práticas reiteradas de ajuda mútua.

A solidariedade coletiva se materializa em diversas expressões: mutirões de roça, construção de casas, partilha de alimentos, festas comunitárias, redes de cuidado, conselhos de anciãos e sistemas de justiça tradicional. Em todos esses casos, as relações não se pautam pelo cálculo econômico, mas por um regime moral que prioriza o bem comum, a proteção dos mais vulneráveis e a continuidade da vida coletiva. Essas práticas constituem verdadeiras infraestruturas sociais, muitas vezes mais eficazes que as estruturas formais do Estado, sobretudo em contextos marcados pela vulnerabilidade e pela ausência de políticas públicas efetivas. A seguir, apresenta-se uma síntese analítica das dimensões fundamentais das redes de reciprocidade nas comunidades tradicionais:

Quadro 15 - Estrutura e Funções das Redes de Reciprocidade nas Comunidades Tradicionais

Dimensão	Características	Funções Sociais
Reciprocidade	Trocas de trabalho, alimentos, serviços, favores, cuidados e saberes entre membros da comunidade.	Redistribuição não monetária de recursos e fortalecimento da solidariedade.
Ajuda mútua	Atividades coletivas como roças comunitárias, mutirões, festas religiosas, construção de casas.	Promoção do senso de pertencimento e redução das desigualdades internas.
Confiança comunitária	Relações baseadas em convivência histórica, reputação, ética do cuidado e normas compartilhadas.	Redução de conflitos e incentivo à resolução comunitária de tensões.
Memória oralidade e	Transmissão de saberes, valores, histórias e práticas culturais pelas gerações mais velhas.	Sustentação da identidade e continuidade histórica.
Ética da interdependência	Consciência coletiva de que a sobrevivência individual está ligada ao bem-estar do grupo.	Coesão social e resistência à fragmentação individualista.

Fonte: Elaboração própria com base em Mauss (2003), Bourdieu (1986), Carneiro (1997), Abramovay (2000).

Abramovay (2000), ao analisar a importância do capital social em áreas rurais brasileiras, destaca que essas redes de confiança e ajuda mútua constituem um ativo estratégico

para o desenvolvimento local. Segundo o autor, a capacidade de mobilização coletiva, a partilha de informações e o apoio mútuo entre os membros da comunidade podem reduzir significativamente os custos de transação em processos de organização produtiva, acesso a políticas públicas e inovação social. Isso confere às comunidades tradicionais um elevado potencial de autogestão e resiliência, embora esse potencial seja frequentemente invisibilizado pelos formuladores de políticas públicas.

Nas comunidades negras rurais, como aponta Carneiro (1997), a solidariedade não é apenas uma virtude, mas uma necessidade histórica. A herança da escravidão e do racismo institucional impôs a essas comunidades a construção de formas autônomas de sustentação e resistência. As redes de parentesco ampliado, os quilombos e os terreiros de candomblé, por exemplo, funcionaram e ainda funcionam como espaços de refúgio, proteção e organização política. Elas operam como verdadeiras tecnologias sociais negras, moldadas por um ethos coletivo centrado na ancestralidade, na partilha e na luta por dignidade.

Todavia, essas redes estão sob ameaça. A migração dos jovens, a entrada desigual nos mercados de trabalho, a intensificação do consumo individualizado e a expansão das tecnologias digitais vêm alterando as formas de sociabilidade nas comunidades tradicionais. O enfraquecimento das redes de ajuda mútua pode comprometer a sustentabilidade social e cultural desses territórios. Assim, é imperativo que as políticas públicas reconheçam e fortaleçam essas práticas, não como "tradições folclóricas", mas como fundamentos estruturais de uma alternativa civilizatória.

Como destaca Polanyi (2000), em sua obra *A Grande Transformação*, toda sociedade é sempre uma economia encastelada em relações sociais. A destruição dessas relações leva ao desmantelamento do tecido social e à desproteção dos indivíduos. Por isso, o reconhecimento e a valorização das redes de reciprocidade nas comunidades tradicionais não devem ser vistos como políticas de compensação, mas como parte essencial de uma estratégia emancipatória de desenvolvimento local e justiça territorial.

Dessa forma, torna-se evidente que as redes de reciprocidade e ajuda mútua não apenas resistem às adversidades históricas e estruturais, como constituem pilares para se pensar novos paradigmas de desenvolvimento. Elas desafiam a lógica da acumulação privada e propõem uma ética da convivência, onde o bem-estar coletivo é a condição da liberdade individual. Como tal, são expressão viva de um capital social denso e politicamente significativo, que merece ser reconhecido, protegido e promovido.

4.5 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA NO CAMPO

A reprodução social no meio rural vai além da simples manutenção das condições materiais de existência: ela está intrinsecamente ligada à reprodução simbólica, cultural, afetiva e política das famílias e comunidades. Nos contextos de vulnerabilidade, especialmente em territórios marcados por desigualdades históricas e exclusão estrutural, a reprodução social exige a construção cotidiana de estratégias de resistência. Essas estratégias permitem não apenas a permanência no campo, mas também a afirmação de modos de vida autônomos frente às imposições do capital e das políticas neoliberais.

Segundo Pierre Bourdieu (2000), a reprodução social consiste na manutenção das estruturas sociais através da transmissão intergeracional de capitais – econômico, cultural, social e simbólico – operando por meio de habitus historicamente incorporados. No contexto rural, esse processo assume características singulares, visto que a transmissão de saberes, a posse e o uso da terra, a inserção nos mercados e a relação com o Estado são profundamente mediadas por assimetrias de poder, ancestralidade e territorialidade.

As famílias camponesas, por exemplo, desenvolvem múltiplas estratégias para garantir sua reprodução. Conforme destaca Abramovay (1997), tais estratégias incluem a diversificação produtiva, o uso de mão de obra familiar, a mobilização de redes de reciprocidade e o acesso parcial a políticas públicas. A pluriatividade, discutida anteriormente, emerge como um componente fundamental dessa lógica, integrando atividades agrícolas, não agrícolas e informais para compor a renda e reduzir riscos.

Além do aspecto econômico, as estratégias de reprodução incorporam elementos de resistência simbólica. Conforme Carneiro (1997), nas comunidades negras rurais, a permanência na terra não é apenas uma questão de produção, mas de memória e ancestralidade. Os quilombos não são apenas espaços de moradia, mas territórios de pertencimento, espiritualidade e luta por dignidade. A reprodução social, nesse sentido, é inseparável da resistência às formas históricas de desterritorialização e racismo institucional. A seguir, o quadro 16 apresenta-se uma síntese das principais estratégias de reprodução social e resistência observadas em comunidades rurais tradicionais:

Quadro 16- Estratégias de Reprodução Social e Resistência no Campo

Estratégia	Descrição	Função Social e Política
Diversificação produtiva	Cultivo de diferentes culturas, criação de animais e atividades artesanais	Redução de riscos, aumento da segurança alimentar e maior autonomia frente ao mercado

Pluriatividade	Combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (empregos, artesanato, comércio, serviços)	Complementação de renda e manutenção da unidade produtiva familiar
Redes de reciprocidade	Trocas de trabalho, alimentos, cuidado, apoio moral	Reforço dos vínculos comunitários e redução da dependência de instituições externas
Educação dos filhos	Investimento na formação formal das novas gerações	Estratégia de mobilidade social e manutenção da presença jovem no campo
Mobilização política	Participação em movimentos sociais, sindicatos, associações e conselhos	Defesa de direitos, acesso a políticas públicas e fortalecimento da cidadania ativa
Revalorização cultural	Resgate e fortalecimento das tradições, saberes populares e espiritualidades	Afirmação da identidade coletiva e resistência à homogeneização cultural

Fonte: Elaboração própria com base em Bourdieu (2000), Abramovay (1997), Carneiro (1997), Schneider (2009), Saquet (2015).

A resistência, portanto, não deve ser compreendida apenas como reação. Trata-se de uma prática proativa, que envolve saber-fazer, planejamento, organização e construção de alternativas. Como argumenta Henri Lefebvre (2000), o espaço é um produto social, mas também um campo de disputa. Assim, os sujeitos que resistem à lógica destrutiva do capital produzem espaços outros – heterotopias de cuidado, comunalidade e solidariedade – que desafiam a reprodução do modelo dominante. Schneider (2009) argumenta que as estratégias familiares de reprodução no meio rural incorporam cada vez mais elementos não vinculados diretamente à terra, como programas sociais, empreendedorismo rural, participação em feiras e cooperativas. Tais estratégias exigem articulação entre tradição e inovação, identidade e transformação, fortalecendo o papel do território como base das práticas econômicas e socioculturais.

É nesse sentido que o conceito de desenvolvimento endógeno ganha força: as comunidades não são apenas receptoras passivas de políticas e tecnologias, mas sujeitos ativos na produção de conhecimento, de alternativas e de outros futuros possíveis. As estratégias de reprodução são, assim, também estratégias de criação de mundo, que envolvem pedagogias próprias, cosmologias ancestrais e projetos coletivos de vida. Como bem sintetiza Brandão (2004, p. 17), “o desenvolvimento local acontece quando uma comunidade deixa de esperar que alguém a desenvolva de fora e passa a construir suas próprias respostas a partir do lugar onde vive”. Essa construção passa, inevitavelmente, pela valorização das estratégias cotidianas de reprodução social e das resistências silenciosas, muitas vezes invisibilizadas nas estatísticas, mas fundamentais para o tecido vivo da ruralidade brasileira.

4.6 FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

O fortalecimento comunitário, entendido como o processo de organização, mobilização e ampliação das capacidades locais, representa um dos pilares para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Trata-se de um caminho que se opõe à lógica exógena e verticalizada das políticas públicas tradicionais, frequentemente alheias às realidades e demandas das populações locais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento não é algo que se “traz” de fora, mas algo que se constrói com e a partir da comunidade.

De acordo com Brandão (2004, p. 17), “o desenvolvimento local acontece quando uma comunidade deixa de esperar que alguém a desenvolva de fora e passa a construir suas próprias respostas a partir do lugar onde vive”. Essa visão desloca o protagonismo para os sujeitos sociais, que deixam de ser tratados como meros beneficiários de ações estatais ou empresariais, passando a ser agentes políticos e produtores de alternativas. O fortalecimento comunitário baseia-se, sobretudo, na valorização dos saberes locais, das redes de solidariedade, da memória coletiva, da identidade e da articulação entre atores locais. Ele é sustentado por mecanismos de participação popular, associativismo, cooperativismo, economia solidária e controle social. Esses elementos reforçam o capital social, definido por Bourdieu (1980, p. 2) como “o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações”.

Ao fortalecer a comunidade, promove-se não apenas a autonomia, mas também a resiliência diante das vulnerabilidades estruturais e conjunturais. Conforme argumenta Putnam (1996), o capital social permite às comunidades enfrentar adversidades com maior coesão, confiança e capacidade de ação coletiva. Em contextos rurais marcados por desigualdades históricas, como as comunidades quilombolas, esse fortalecimento é condição fundamental para a efetivação de direitos territoriais, culturais e socioeconômicos. O quadro 17 sintetiza os elementos estruturantes do fortalecimento comunitário no contexto do desenvolvimento local:

Quadro 17- Dimensões do Fortalecimento Comunitário

Dimensão	Descrição	Implicações para o Desenvolvimento
Participação política	Envolvimento ativo em conselhos, fóruns, associações	Amplia o controle social e a construção coletiva de políticas públicas
Capital social	Redes de confiança, reciprocidade e solidariedade	Favorece ações conjuntas, resolução de conflitos e compartilhamento de recursos
Valorização dos saberes	Resgate e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais	Reforça a identidade cultural e amplia estratégias de sustentabilidade
Protagonismo juvenil e feminino	Inclusão ativa de grupos historicamente subalternizados	Garante representatividade e justiça social nas dinâmicas locais
Autonomia econômica	Apoio à agricultura familiar, cooperativas, empreendimentos locais	Reduz dependência externa e fortalece as economias de base territorial

Fonte: Elaboração própria com base em Brandão (2004), Bourdieu (1980), Putnam (1996).

O fortalecimento comunitário também assume um papel estratégico na consolidação de políticas públicas voltadas à equidade. Conforme aponta Dagnino (2004), é preciso compreender que “a cidadania não é um dado, mas um processo em disputa”, e que o espaço comunitário é também um espaço de construção de direitos. A ação coletiva, neste caso, torna-se instrumento de democratização das relações de poder e de enfrentamento às desigualdades estruturais.

No campo da Geografia, autores como Milton Santos (1996) e Saquet (2015) reforçam que o território só adquire sentido enquanto espaço de desenvolvimento quando se enraíza na experiência vivida dos sujeitos que o produzem. O fortalecimento comunitário é, assim, o que permite que os territórios deixem de ser espaços de carência e passem a ser espaços de potência, lugares de criação e invenção coletiva de futuros. É fundamental, portanto, que os projetos de desenvolvimento considerem a diversidade dos arranjos comunitários e apoiem iniciativas que partem do interior das comunidades. Isso implica a escuta ativa, a mediação intercultural, o respeito à autonomia dos povos e a criação de políticas intersetoriais que valorizem as práticas locais de convivência, produção e cuidado.

Em síntese, o fortalecimento comunitário não é uma etapa do desenvolvimento: ele é o próprio processo, na medida em que promove protagonismo, identidade, resistência e capacidade transformadora. Em territórios marcados pela luta por reconhecimento e reparação histórica, como os territórios negros, quilombolas e camponeses, esse fortalecimento é não apenas necessário, mas urgente e inegociável.

5 O MUNICÍPIO DE IBIASSUCÊ: CARACTERÍSTICAS NATURAIS E SOCIOECONÔMICAS

5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O município de Ibiassucê localiza-se na porção Centro-Sul do estado da Bahia, integrando a microrregião de Guanambi e pertencendo ao Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo. Situado a aproximadamente 720 km da capital Salvador, estabelece limites territoriais com os municípios de Caculé, Lagoa Real, Caetitê e Rio do Antônio. Sua inserção no semiárido baiano confere-lhe condicionantes ambientais e socioeconômicos específicos, caracterizados pela irregularidade pluviométrica, elevadas taxas de evapotranspiração e predominância do bioma Caatinga. Esses elementos influenciam diretamente os sistemas

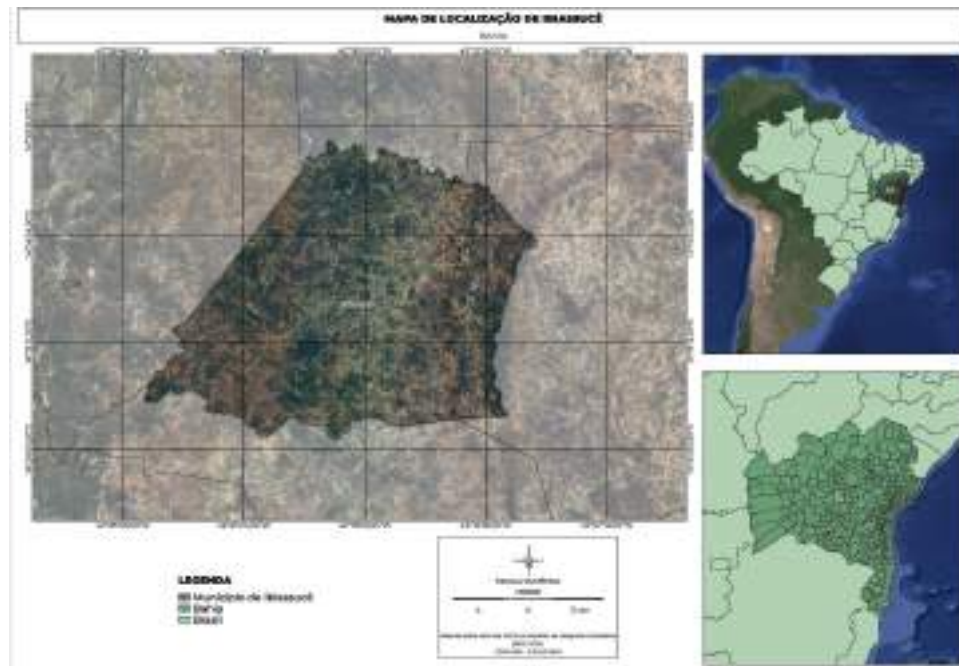
produtivos, a organização do trabalho e as estratégias de reprodução social das famílias rurais, exigindo adaptações contínuas às condições ambientais e estruturais do território (Souza, 2019).

O Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo, no qual Ibiassucê está inserido, constitui um espaço marcado por heterogeneidades socioeconômicas e produtivas dentro do semiárido baiano. Silva (2015) o caracteriza como um território de “ilhas de produtividade”, resultante da articulação entre condições edafoclimáticas relativamente favoráveis, práticas agrícolas adaptadas, uso seletivo de tecnologias e integração a redes de comercialização regionais. Essa configuração evidencia que, mesmo em contextos ambientais adversos, o território apresenta capacidade de reorganização produtiva e construção de estratégias econômicas diversificadas.

Nesse contexto, a noção de sertão produtivo, conforme destaca Graziano da Silva (1999), rompe com a concepção de um rural restrito exclusivamente à atividade agrícola, revelando-se como um território multifuncional, no qual a população articula agricultura, atividades não agrícolas, serviços e diferentes formas de inserção econômica. Essa multifuncionalidade constitui elemento estruturante da dinâmica territorial de Ibiassucê, onde as famílias rurais mobilizam estratégias diversificadas para garantir sua reprodução social e permanência no território, especialmente diante das limitações impostas pelas condições ambientais e pelas desigualdades estruturais.

A representação espacial dessa localização torna-se fundamental para compreender as interações territoriais que estruturam a vida econômica e social do município. A Figura 4 apresenta a localização geográfica de Ibiassucê no estado da Bahia, permitindo situá-lo no conjunto regional e evidenciar sua inserção no Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo, elemento central para a análise das dinâmicas socioeconômicas e territoriais que sustentam as estratégias produtivas e as formas de organização social no meio rural.

Figura 4- Localização de Ibiassucê na Bahia



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2022).

Além de sua posição geográfica no estado da Bahia, torna-se fundamental compreender a inserção de Ibiassucê no Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo, recorte espacial instituído pelo governo estadual como instrumento de planejamento e execução de políticas públicas. Os Territórios de Identidade constituem unidades de organização regional baseadas na articulação de elementos socioeconômicos, culturais, históricos e ambientais comuns, bem como nas relações produtivas e institucionais estabelecidas entre os municípios que os compõem. Essa delimitação territorial possibilita não apenas a implementação de políticas públicas territorializadas, mas também a compreensão das dinâmicas regionais que influenciam as estratégias econômicas e sociais das populações locais.

No caso do Alto Sertão Produtivo, esse recorte evidencia um território caracterizado por interdependências econômicas, fluxos de mobilidade e redes de cooperação que articulam o espaço rural e urbano. A inserção de Ibiassucê nesse contexto regional revela sua integração a um sistema territorial mais amplo, no qual circulam pessoas, mercadorias, serviços e informações, influenciando diretamente a organização produtiva local e as estratégias de reprodução social das famílias rurais.

A Figura 5 ilustra essa inserção territorial, destacando a localização de Ibiassucê no Território de Identidade do Alto Sertão Produtivo e evidenciando seus municípios limítrofes. Essa representação cartográfica permite visualizar a articulação regional e compreender o município como parte de um sistema territorial integrado, no qual as dinâmicas econômicas,

reconhecimento dos direitos territoriais e na valorização das formas próprias de organização social, cultural e produtiva da população quilombola.

Em termos de organização espacial, o município de Ibiassucê apresenta uma rede de povoados distribuídos em diferentes distâncias em relação à sede municipal, configurando uma dinâmica territorial marcada pela articulação entre o espaço urbano e as localidades rurais. O povoado Jacaré situa-se a aproximadamente 6 km da sede municipal; Santo Antônio, a cerca de 15 km; Brasilândia, a aproximadamente 20 km; e a Comunidade Quilombola de Santo Inácio, a cerca de 13 km. Essas distâncias evidenciam a proximidade territorial entre a sede urbana e as comunidades rurais, favorecendo fluxos cotidianos de deslocamento, acesso a serviços e circulação de pessoas e mercadorias. Essa configuração espacial exerce influência direta na organização social e econômica do município, bem como nas estratégias adotadas pelas famílias rurais para garantir sua reprodução social e permanência no território.

A Figura 6 apresenta a localização dos principais povoados do município, destacando a posição da Comunidade Quilombola de Santo Inácio no conjunto territorial de Ibiassucê. Essa representação cartográfica permite visualizar a distribuição espacial das comunidades e compreender as relações de proximidade, acessibilidade e integração territorial que estruturam o cotidiano das populações rurais e influenciam suas formas de organização produtiva e social.

Figura 6 - Localização dos principais povoados do município



Fonte: Georreferenciamento Do Suas Ibiassucê-Ba, Google My Maps 2021.

5.2 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

A atual configuração territorial do município de Ibiassucê-BA resulta de um processo histórico longo, marcado por sucessivas redefinições político-administrativas, disputas pelo controle da terra e diferentes formas de ocupação e apropriação do espaço. Antes da colonização portuguesa, a região era ocupada por populações indígenas que estabeleciam relações específicas com o território, baseadas em mobilidade, uso coletivo dos recursos naturais e formas próprias de organização social. Embora registros oficiais associem a ocupação inicial à etnia Caeté, estudos históricos indicam que o território era habitado por diferentes grupos indígenas nômades, entre os quais se destacam os Payayás, Maracás e Coroados, evidenciando a diversidade étnica e cultural que antecede o processo de colonização (IBGE, 2022).

Com a expansão do domínio português a partir do século XVI, a região foi incorporada à Capitania da Bahia de Todos os Santos, por volta de 1534, passando a integrar a lógica colonial de apropriação territorial voltada à exploração econômica e à consolidação do poder político da Coroa. No século XVIII, o interior baiano, incluindo a área onde hoje se localiza Ibiassucê, passou a compor a jurisdição da antiga Vila de Santo Antônio de Jacobina, que abrangia extensas áreas sob domínio da Casa da Ponte, pertencente ao Morgado Guedes de Brito. Essa estrutura fundiária caracterizou-se pela concentração de grandes propriedades rurais e pela organização da produção baseada na exploração da terra e do trabalho, elementos que contribuíram para moldar as bases socioespaciais do território.

Posteriormente, parte dessa área passou a integrar o município de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, criado em 1724 e elevado à categoria de cidade em 1884, atualmente denominado Rio de Contas. No início do século XIX, em meio a rearranjos políticos e administrativos, ocorreu a criação da Vila Nova do Príncipe e Sant'Ana do Caeté, em 1810, redefinindo os limites regionais e incorporando territórios que, posteriormente, dariam origem a municípios como Caculé e Ibiassucê. Esses processos de reorganização territorial refletem não apenas mudanças administrativas, mas também disputas pelo controle político e econômico do espaço.

Ao longo do século XX, novas transformações contribuíram para a consolidação territorial de Ibiassucê. Em 1919, o município de Caculé alcançou sua emancipação político-administrativa, incorporando áreas que permaneceriam sob sua jurisdição até a criação de Ibiassucê. Nessas terras, especialmente na localidade conhecida como Lagoa do Cisco, desenvolveram-se unidades produtivas familiares e comunitárias, sustentadas pela fertilidade relativa do solo e pela diversificação agrícola, incluindo o cultivo de cana-de-açúcar, mandioca,

arroz e a produção de derivados do leite. Essas atividades favoreceram a fixação de famílias e a formação de núcleos populacionais que deram origem ao povoamento local.

O distrito de São Sebastião, instituído oficialmente em 1880 e vinculado inicialmente ao município de Caetité, foi posteriormente transferido para Caculé em 1919. Em 1938, por decreto estadual, passou a denominar-se Ibiassucê, mantendo-se nessa condição até sua emancipação político-administrativa. A criação oficial do município ocorreu por meio da Lei Estadual nº 1.724, de 18 de julho de 1962, com instalação administrativa em 7 de abril de 1963, consolidando sua autonomia territorial e política.

Esse percurso histórico evidencia que a formação territorial de Ibiassucê não se restringe a mudanças administrativas, mas expressa a permanência de estruturas associadas à ocupação colonial, à organização da produção agrícola e à constituição de comunidades rurais que sustentaram a reprodução social e econômica do território ao longo do tempo. Essas bases históricas influenciam, ainda hoje, as formas de organização social, produtiva e territorial do município.

5.4 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DE GRUPOS ÉTNICOS

A análise dos dados do Censo Demográfico de 2022 revela que a estrutura étnico-racial da população do município de Ibiassucê/BA é marcada pelo predomínio de pessoas que se autodeclararam pardas, correspondendo a 56,1% do total de habitantes. Em seguida, destacam-se as pessoas que se autodeclararam brancas, representando 33,3% da população, e as pessoas pretas, que correspondem a 10,4%. As categorias indígena e amarela apresentam participação residual, ambas com 0,1% do total populacional (IBGE, 2022).

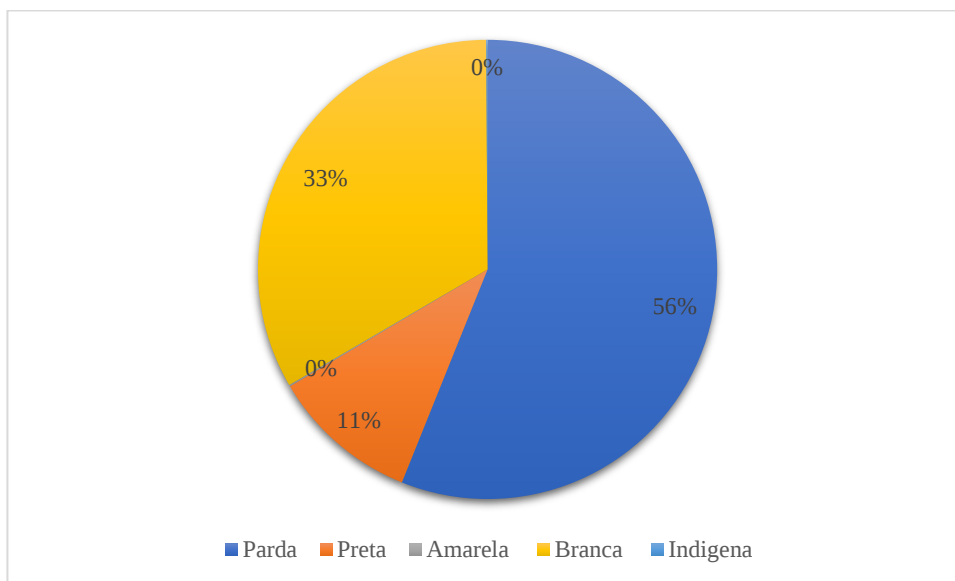
Quando consideradas conjuntamente, as categorias preta e parda totalizam 66,5% da população municipal, evidenciando a predominância da população negra no território. Essa composição étnico-racial reflete processos históricos associados à formação social do município, marcados pela presença de populações negras desde o período colonial, pela estrutura agrária baseada no trabalho compulsório e, posteriormente, pelas dinâmicas sociais e territoriais do pós-abolição. Esses processos contribuíram para a constituição de comunidades rurais e territórios marcados por continuidades históricas, culturais e sociais que permanecem presentes na organização territorial contemporânea.

Essa configuração étnico-racial assume particular relevância no contexto desta pesquisa, uma vez que evidencia a centralidade da população negra na formação e na reprodução social do território municipal, especialmente em comunidades rurais e quilombolas, como a Comunidade Quilombola de Santo Inácio. A presença significativa dessa população revela não

apenas um dado demográfico, mas uma dimensão territorial que envolve relações históricas de pertencimento, uso da terra e construção de estratégias de permanência no espaço rural.

O Gráfico 2 ilustra essa composição, permitindo visualizar a distribuição da população residente segundo raça ou cor no município de Ibiassucê no ano de 2022, contribuindo para a compreensão das dimensões sociais e territoriais que estruturam o município.

Gráfico 2 - População residente por raça ou cor – Ibiassucê/BA (IBGE, 2022).



Fonte: Valores absolutos aproximados, obtidos a partir da aplicação dos percentuais do IBGE sobre a população total (10.429 habitantes). Pequenas variações podem ocorrer por arredondamento.

A análise da variável raça/cor no Brasil, especialmente quando observada a partir de dados do IBGE para municípios como Ibiassucê, exige uma abordagem crítica que considere, de forma articulada, os critérios de autodeclaração racial, os efeitos do colorismo, as leituras sociais do fenótipo, a ancestralidade e as experiências concretas de discriminação racial. Nesse sentido, a expressiva proporção de pessoas que se autodeclaram pardas no município, correspondente a 56,1% da população, não pode ser compreendida como um dado meramente estatístico, mas como expressão de um processo histórico profundamente vinculado à formação racial brasileira e à persistência de estruturas de desigualdade racial.

O fenômeno do colorismo exerce influência direta nessa configuração, uma vez que indivíduos negros de pele mais clara, embora inseridos nas dinâmicas do racismo estrutural, tendem a optar pela autodeclaração como pardos. Essa escolha, em muitos casos, está associada a mecanismos de proteção simbólica ou à dificuldade de identificação com a categoria preta, historicamente estigmatizada. Tal dinâmica contribui para processos de diluição e fragmentação da identidade racial negra no campo estatístico, produzindo efeitos relevantes na formulação e implementação de políticas públicas, especialmente quando não se reconhece que pretos e

pardos constituem conjuntamente a população negra, conforme estabelecido nas diretrizes oficiais do IBGE e nas políticas públicas de promoção da igualdade racial.

De forma complementar, observa-se também a presença de indivíduos socialmente percebidos como brancos que se autodeclaram pardos, seja em razão de ascendência familiar negra, seja por características fenotípicas intermediárias. Embora a autodeclaração racial constitua princípio fundamental na produção de dados censitários, esse processo pode resultar na incorporação, à categoria parda, de indivíduos que não vivenciam cotidianamente os efeitos estruturais do racismo. Como consequência, sujeitos com experiências sociais profundamente distintas passam a compor a mesma categoria estatística, dificultando a identificação precisa das desigualdades raciais e das populações em situação de maior vulnerabilidade.

Essa heterogeneidade interna transforma a categoria parda em um campo estatístico complexo, no qual coexistem indivíduos submetidos a diferentes níveis de exposição às desigualdades raciais. Esse processo pode contribuir para o obscurecimento das desigualdades estruturais, dificultando a formulação de políticas públicas territorialmente sensíveis e racialmente orientadas, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas, como os municípios do semiárido baiano.

No caso de Ibiassucê, a predominância da população negra, considerando a soma das categorias preta e parda, constitui elemento central para compreender a formação social e territorial do município. Essa composição étnico-racial reflete processos históricos associados à ocupação do território, à formação de comunidades rurais negras e à permanência de populações historicamente marginalizadas em áreas rurais, evidenciando a centralidade da população negra na reprodução social e territorial local.

No que se refere à população indígena, os dados censitários também demandam uma leitura crítica. O Censo Demográfico de 2022 registrou 32 pessoas autodeclaradas indígenas, correspondendo a aproximadamente 0,31% da população municipal. No entanto, a análise dos registros administrativos locais revela inconsistências entre os dados censitários e as informações provenientes dos sistemas municipais. Não há registros de atendimento específico a povos indígenas nas políticas públicas locais, incluindo Assistência Social, Saúde e Educação, tampouco identificação territorial sistemática dessa população por parte dos Agentes Comunitários de Saúde ou do Cadastro Único para Programas Sociais.

Esse conjunto de evidências sugere que a autodeclaração indígena, embora legítima enquanto direito individual, pode ocorrer desvinculada de vínculos territoriais, comunitários e organizacionais que historicamente caracterizam os povos originários no Brasil. Em alguns casos, essa identificação pode estar associada à ancestralidade familiar, à identificação

simbólica ou a interpretações ampliadas sobre pertencimento indígena, sem que isso se traduza na constituição de uma coletividade territorialmente organizada no município.

Em relação às populações quilombolas, observa-se maior coerência entre os registros estatísticos e a realidade territorial. O Censo SUAS de 2022 registrou 459 pessoas autodeclaradas quilombolas no município, enquanto o Cadastro Único identificou, em novembro de 2025, 66 famílias, totalizando 192 pessoas pertencentes a comunidades quilombolas. O sistema e-SUS, por sua vez, registrou 61 famílias e 262 pessoas, constituindo a base de dados mais próxima da realidade territorial, em razão do acompanhamento contínuo realizado pelas equipes de saúde no território.

As divergências entre as diferentes bases de dados decorrem de variações metodológicas, critérios de autodeclaração e períodos de referência distintos. No entanto, no caso específico das populações quilombolas, observa-se convergência entre os registros institucionais e a realidade territorial, evidenciando a existência de uma comunidade quilombola territorialmente reconhecida e socialmente organizada no município, com demandas específicas relacionadas ao acesso a políticas públicas e à garantia de seus direitos territoriais.

Por fim, a Tabela 3 apresenta o quantitativo de famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos inseridos no Cadastro Único em outubro de 2025. Esses grupos constituem públicos prioritários no acesso às políticas sociais e são definidos com base em critérios étnicos, territoriais e socioculturais, evidenciando a diversidade social e territorial presente no município e reforçando a importância de políticas públicas sensíveis às especificidades desses territórios e populações.

Tabela 2- Famílias por perfil social – Ibiassucê/BA

Perfil das famílias	Quantidade
Quilombolas	66
Agricultores familiares	2.681
Assentados da reforma agrária	0
Coletores de material reciclável	2
Famílias de presos do sistema carcerário	2
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	1

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais, outubro de 2025./ Elaborado pela autora 2025.

Com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais, o município de Ibiassucê apresenta uma diversidade de perfis familiares que expressam diferentes condições socioeconômicas e demandam atenção das políticas públicas. No que se refere às famílias quilombolas, encontram-se cadastradas 66 famílias, evidenciando a presença territorialmente significativa desse grupo no município. Esse dado reforça a importância de políticas públicas voltadas à garantia de direitos, à permanência no território e ao fortalecimento das condições de reprodução social dessas comunidades, especialmente considerando sua relevância histórica, social e cultural na formação territorial local.

O Cadastro Único registra ainda 2.681 famílias agricultoras familiares, número que evidencia a centralidade do meio rural na estrutura socioeconômica do município. Esse quantitativo confirma que a agricultura familiar constitui um dos principais pilares da organização territorial e econômica de Ibiassucê, desempenhando papel fundamental na geração de renda, na segurança alimentar e na sustentação das famílias residentes no campo. A expressiva presença dessas famílias reforça o caráter predominantemente rural do município e evidencia a importância das atividades agrícolas e das estratégias econômicas associadas à vida no território rural.

Observa-se também a ausência de famílias assentadas da reforma agrária, indicando que o acesso à terra no município ocorreu predominantemente por outros processos históricos, como herança familiar, ocupação tradicional e formação de comunidades rurais ao longo do tempo. Esse aspecto contribui para compreender as formas específicas de organização territorial e as dinâmicas fundiárias que caracterizam o município.

Além disso, o Cadastro Único identifica a presença de 2 famílias de catadores de material reciclável e 2 famílias com integrantes privados de liberdade. Esses grupos, em geral, encontram-se em situações de maior vulnerabilidade social, demandando acompanhamento contínuo por parte da rede de proteção social. Foi registrada também 1 família pertencente a comunidades de terreiro, evidenciando, ainda que de forma quantitativamente reduzida, a presença de expressões culturais e religiosas de matriz africana no território municipal. Esse dado revela a diversidade sociocultural existente no município e reforça a importância do reconhecimento das diferentes formas de organização social e cultural presentes no território.

Os dados produzidos a partir do Cadastro Único constituem importante instrumento para a compreensão da realidade social do município, na medida em que permitem identificar grupos populacionais com características e necessidades específicas. Essas informações contribuem para o planejamento e a implementação de políticas públicas territorialmente orientadas, voltadas à redução das desigualdades sociais, ao fortalecimento das condições de vida das famílias e à promoção do desenvolvimento local. Nesse contexto, o reconhecimento da diversidade social e territorial torna-se elemento fundamental para a construção de estratégias que garantam a permanência das populações no território e o fortalecimento das dinâmicas socioeconômicas locais.

5.5 DIVISÃO TERRITORIAL E COMUNIDADES RURAIS

O município de Ibiassucê apresenta uma configuração territorial marcada pela expressiva predominância de áreas rurais, composta por 166 comunidades rurais, identificadas a partir do cruzamento de diferentes bases de dados institucionais, informações intersetoriais e análises cartográficas. A área urbana, correspondente à sede municipal, organiza-se em 17 bairros oficialmente reconhecidos. Essa estrutura evidencia a centralidade do espaço rural na organização territorial do município e reforça sua importância na sustentação das dinâmicas sociais, econômicas e produtivas locais. A predominância rural constitui elemento fundamental para compreender as estratégias adotadas pelas famílias para garantir sua reprodução social e permanência no território.

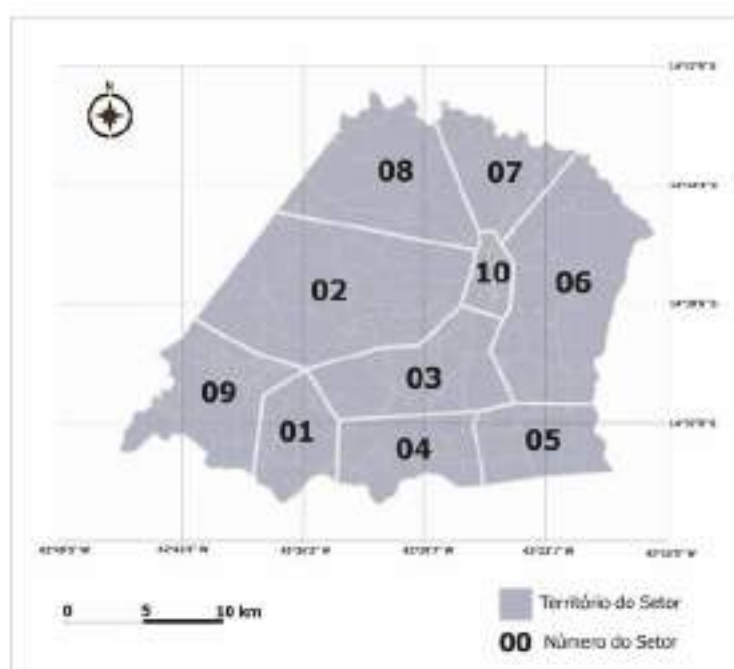
A organização das comunidades rurais em setores territoriais constitui importante instrumento analítico para a compreensão das dinâmicas locais de trabalho, renda e organização social. Essa divisão agrupa comunidades que compartilham características socioculturais, produtivas e territoriais semelhantes, permitindo identificar padrões recorrentes nas formas de uso do território e nas atividades desenvolvidas pelas famílias. Essa organização possibilita analisar como as práticas econômicas se distribuem espacialmente, evidenciando relações entre produção agrícola, atividades não agrícolas, circulação de pessoas, acesso a serviços públicos e inserção em redes econômicas regionais.

A implantação das Unidades Territoriais Locais contribuiu para o refinamento da leitura territorial, ao atribuir códigos específicos a cada comunidade, permitindo maior precisão na identificação e análise dos microterritórios. Esse detalhamento territorial é especialmente relevante para compreender as desigualdades internas ao município, uma vez que diferentes comunidades apresentam condições distintas de acesso à terra, infraestrutura, serviços públicos

e oportunidades econômicas. Essas diferenças influenciam diretamente as estratégias adotadas pelas famílias para garantir sua permanência no território e sua reprodução social.

Atualmente, o município encontra-se organizado em 10 setores territoriais, conforme apresentado na Figura 7. Essa setorização permite compreender o território municipal como um espaço heterogêneo, marcado por diferentes formas de organização social e econômica. A análise por setores possibilita identificar como as atividades produtivas se articulam às condições territoriais específicas, evidenciando que as estratégias adotadas pelas famílias rurais não se distribuem de forma homogênea, mas refletem as condições concretas de cada localidade. Dessa forma, a leitura territorial por setores constitui ferramenta fundamental para compreender as dinâmicas socioeconômicas do município e analisar como as famílias articulam diferentes formas de inserção produtiva como estratégia de reprodução social e permanência no campo, elemento central para a compreensão do desenvolvimento local no contexto estudado.

Figura 7- Setores do território do Município de Ibiassucê



Fonte: Georreferenciamento Do Suas Ibiassucê-Ba, Google My Maps 2024.

A análise da variável raça/cor no Brasil, especialmente quando observada a partir de dados do IBGE para municípios como Ibiassucê, exige uma abordagem crítica que considere, de forma articulada, os critérios de autodeclaração racial, os efeitos do colorismo, as leituras sociais do fenótipo, a ancestralidade e as experiências concretas de discriminação racial. Nesse sentido, a expressiva proporção de pessoas que se autodeclararam pardas no município,

correspondente a 56,1% da população, não pode ser compreendida como um dado meramente estatístico, mas como expressão de um processo histórico profundamente vinculado à formação racial brasileira e à persistência de estruturas de desigualdade racial.

O fenômeno do colorismo exerce influência direta nessa configuração, uma vez que indivíduos negros de pele mais clara, embora inseridos nas dinâmicas do racismo estrutural, tendem a optar pela autodeclaração como pardos. Essa escolha, em muitos casos, está associada a mecanismos de proteção simbólica ou à dificuldade de identificação com a categoria “preta”, historicamente estigmatizada. Tal dinâmica contribui para processos de diluição e fragmentação da identidade racial negra no campo estatístico, produzindo efeitos relevantes na formulação e implementação de políticas públicas, especialmente quando não se reconhece que pretos e pardos constituem conjuntamente a população negra, conforme estabelecido nas diretrizes oficiais do IBGE e nas políticas públicas de promoção da igualdade racial.

De forma complementar, observa-se também a presença de indivíduos socialmente percebidos como brancos que se autodeclararam pardos, seja em razão de ascendência familiar negra, seja por características fenotípicas intermediárias. Embora a autodeclaração racial constitua princípio fundamental na produção de dados censitários, esse processo pode resultar na incorporação, à categoria parda, de indivíduos que não vivenciam cotidianamente os efeitos estruturais do racismo. Como consequência, sujeitos com experiências sociais profundamente distintas passam a compor a mesma categoria estatística, dificultando a identificação precisa das desigualdades raciais e das populações em situação de maior vulnerabilidade.

Essa heterogeneidade interna transforma a categoria “parda” em um campo estatístico complexo, no qual coexistem indivíduos submetidos a diferentes níveis de exposição às desigualdades raciais. Esse processo pode contribuir para o obscurecimento das desigualdades estruturais, dificultando a formulação de políticas públicas territorialmente sensíveis e racialmente orientadas, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas, como os municípios do semiárido baiano.

No caso de Ibiassucê, a predominância da população negra — considerando a soma das categorias preta e parda — constitui elemento central para compreender a formação social e territorial do município. Essa composição étnico-racial reflete processos históricos associados à ocupação do território, à formação de comunidades rurais negras e à permanência de populações historicamente marginalizadas em áreas rurais, evidenciando a centralidade da população negra na reprodução social e territorial local.

No que se refere à população indígena, os dados censitários também demandam uma leitura crítica. O Censo Demográfico de 2022 registrou 32 pessoas autodeclaradas indígenas,

correspondendo a aproximadamente 0,31% da população municipal. No entanto, a análise dos registros administrativos locais revela inconsistências entre os dados censitários e as informações provenientes dos sistemas municipais. Não há registros de atendimento específico a povos indígenas nas políticas públicas locais, incluindo Assistência Social, Saúde e Educação, tampouco identificação territorial sistemática dessa população por parte dos Agentes Comunitários de Saúde ou do Cadastro Único para Programas Sociais.

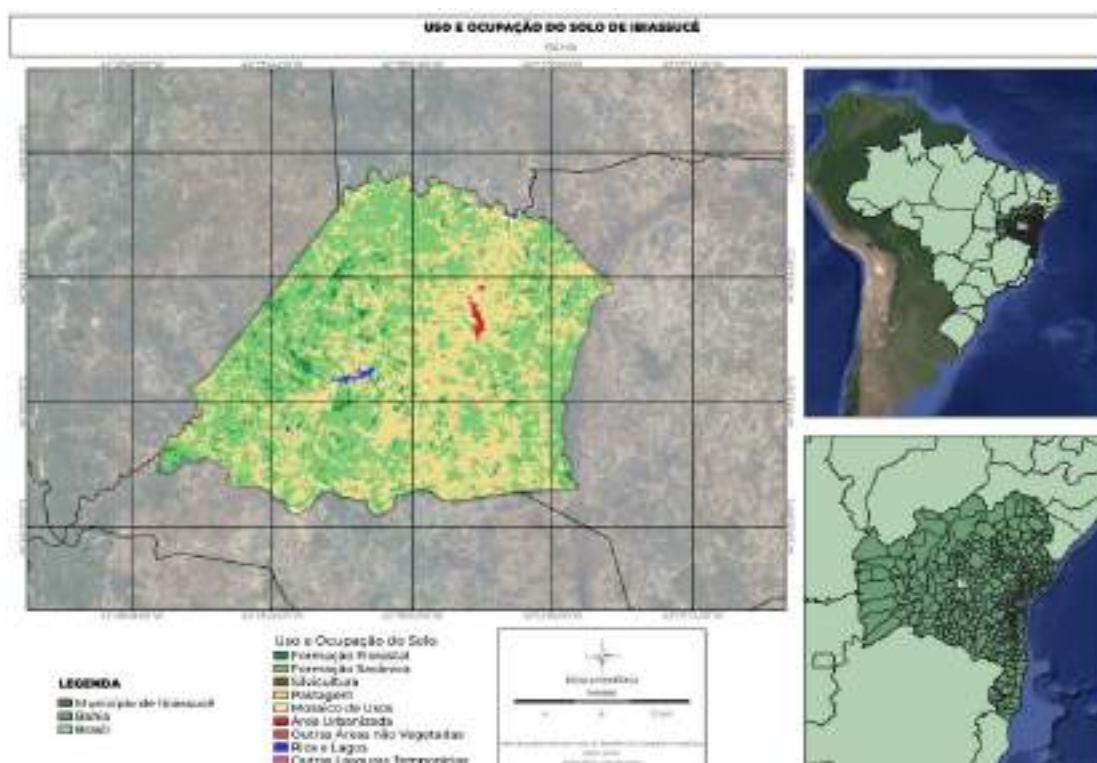
Esse conjunto de evidências sugere que a autodeclaração indígena, embora legítima enquanto direito individual, pode ocorrer desvinculada de vínculos territoriais, comunitários e organizacionais que historicamente caracterizam os povos originários no Brasil. Em alguns casos, essa identificação pode estar associada à ancestralidade familiar, à identificação simbólica ou a interpretações ampliadas sobre pertencimento indígena, sem que isso se traduza na constituição de uma coletividade territorialmente organizada no município.

Em relação às populações quilombolas, observa-se maior coerência entre os registros estatísticos e a realidade territorial. O Censo SUAS de 2022 registrou 459 pessoas autodeclaradas quilombolas no município, enquanto o Cadastro Único identificou, em novembro de 2025, 66 famílias, totalizando 192 pessoas pertencentes a comunidades quilombolas. O sistema e-SUS, por sua vez, registrou 61 famílias e 262 pessoas, constituindo a base de dados mais próxima da realidade territorial, em razão do acompanhamento contínuo realizado pelas equipes de saúde no território.

As divergências entre as diferentes bases de dados decorrem de variações metodológicas, critérios de autodeclaração e períodos de referência distintos. No entanto, no caso específico das populações quilombolas, observa-se convergência entre os registros institucionais e a realidade territorial, evidenciando a existência de uma comunidade quilombola territorialmente reconhecida e socialmente organizada no município, com demandas específicas relacionadas ao acesso a políticas públicas e à garantia de seus direitos territoriais.

Por fim, a Tabela 3 apresenta o quantitativo de famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) inseridos no Cadastro Único em outubro de 2025. Esses grupos constituem públicos prioritários no acesso às políticas sociais e são definidos com base em critérios étnicos, territoriais e socioculturais, evidenciando a diversidade social e territorial presente no município e reforçando a importância de políticas públicas sensíveis às especificidades desses territórios e populações.

Figura 8- Uso e ocupação do solo em Ibiassucê



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A leitura do mapa de uso e ocupação do solo de Ibiassucê permite compreender o território como uma construção histórica e socialmente produzida, em consonância com a concepção de território enquanto resultado das relações entre sociedade, natureza, técnica e poder, conforme formulado por Milton Santos. Para o autor, o espaço geográfico não se configura como mero suporte das ações humanas, mas como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, continuamente ressignificado pelas práticas sociais (Santos, 2006). Nesse sentido, a predominância de usos rurais e de formações vegetais adaptadas ao semiárido não pode ser interpretada apenas como reflexo das condições naturais, mas como expressão concreta das formas históricas de apropriação do território pelas populações locais.

A forte presença das formações savânicas e florestais, ainda que em diferentes intensidades, revela um território no qual os sistemas naturais mantêm papel estruturante, mesmo diante das pressões produtivas. Essa configuração dialoga com a noção de meio geográfico como herança, na medida em que as práticas produtivas atuais se apoiam em uma base material construída ao longo do tempo, combinando permanências e transformações (Santos, 2008). A coexistência entre áreas relativamente preservadas e espaços produtivos

evidencia que o uso do solo em Ibiassucê resulta de um equilíbrio instável entre conservação e exploração, típico de territórios inseridos no semiárido brasileiro.

No âmbito das atividades produtivas, a expressiva presença de pastagens e lavouras temporárias aponta para a centralidade da agricultura familiar e da pecuária extensiva como estratégias de reprodução social. Essa dinâmica encontra respaldo na literatura que analisa o rural contemporâneo brasileiro para além de uma leitura setorial ou exclusivamente agrícola. Schneider (2009) argumenta que o rural deve ser compreendido como um espaço multifuncional, no qual diferentes atividades econômicas, sociais e culturais coexistem e se articulam. O mosaico de usos identificado no território de Ibiassucê expressa precisamente essa multifuncionalidade, revelando práticas produtivas diversificadas que vão além da especialização agrícola.

A fragmentação espacial das lavouras temporárias e sua associação com outras formas de uso do solo evidenciam estratégias de pluriatividade, entendidas como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior das unidades familiares. Conforme destaca Schneider (2003), a pluriatividade não representa um desvio ou uma fragilidade do meio rural, mas uma estratégia racional de adaptação às condições econômicas, ambientais e sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Em Ibiassucê, essa estratégia se materializa no próprio território, configurando um espaço marcado pela sobreposição de funções e pela flexibilidade produtiva.

A centralidade da agropecuária extensiva, por sua vez, remete às análises de Graziano da Silva (1997; 2010), que apontam para a persistência de formas produtivas tradicionais no campo brasileiro, mesmo diante das transformações impostas pela modernização agrícola. No contexto semiárido, a pecuária extensiva assume papel estratégico, não apenas econômico, mas também social, funcionando como mecanismo de segurança frente à irregularidade climática. Contudo, como alerta o autor, tais práticas devem ser analisadas criticamente, sobretudo no que se refere aos seus impactos ambientais e à necessidade de políticas públicas que promovam a sustentabilidade produtiva.

A reduzida área urbanizada e sua concentração espacial reforçam a leitura de Ibiassucê como um território cuja lógica de organização permanece fortemente ancorada no espaço rural. Essa configuração desafia interpretações urbanocêntricas do desenvolvimento e se alinha à crítica de Milton Santos à hierarquização dos espaços a partir da centralidade da cidade. Para o autor, campo e cidade constituem partes de uma mesma totalidade espacial, interdependentes e articuladas por fluxos de pessoas, mercadorias e informações (SANTOS, 1996). Em Ibiassucê,

ainda que o espaço urbano seja limitado em termos territoriais, ele exerce papel estruturador, articulando o conjunto das práticas sociais e econômicas do município.

Os recursos hídricos, embora escassos e espacialmente restritos, reforçam a centralidade da natureza na organização do território e evidenciam as limitações estruturais impostas pelo semiárido. Essa condição reforça a necessidade de compreender o desenvolvimento local a partir das especificidades territoriais, conforme propõe Graziano da Silva (2010), ao defender políticas de desenvolvimento rural que considerem as particularidades ambientais, sociais e produtivas de cada espaço.

Assim, o mapa de uso e ocupação do solo de Ibiassucê revela um território produzido a partir da interação entre heranças naturais, práticas produtivas históricas e estratégias contemporâneas de adaptação. A predominância rural, a diversidade de usos e a presença de mosaicos produtivos indicam que o desenvolvimento local no município está intrinsecamente ligado à pluriatividade e à multifuncionalidade do espaço rural. Tal constatação reforça a necessidade de políticas públicas e abordagens analíticas que reconheçam o território como construção social viva, marcada por contradições, resistências e possibilidades, em consonância com uma leitura crítica da geografia do desenvolvimento.

5.6 ENTRE VULNERABILIDADES E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA: O PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOASSISTENCIAL DE IBIASSUCÊ

A compreensão das dinâmicas de desenvolvimento local em territórios rurais exige, necessariamente, a análise das condições socioassistenciais que estruturam a reprodução da vida cotidiana das famílias. Em municípios de pequeno porte, como Ibiassucê, os indicadores sociais assumem papel central na leitura do território, pois revelam não apenas situações de pobreza e vulnerabilidade, mas também os limites estruturais da economia local e as estratégias mobilizadas pelas famílias para garantir sua permanência no campo. Nesse sentido, os dados oriundos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistematizados no Plano Municipal de Assistência Social, constituem subsídios fundamentais para compreender o contexto no qual emergem práticas como a pluriatividade, permitindo articular políticas públicas, território e reprodução social.

O município de Ibiassucê, classificado como Pequeno Porte I, apresenta um perfil socioassistencial que evidencia a presença de vulnerabilidades estruturais profundamente enraizadas em sua organização territorial, social e econômica. Com população estimada em 10.749 habitantes, o município revela um quadro no qual a pobreza e a dependência de políticas públicas de proteção social não se configuram como fenômenos pontuais ou conjunturais, mas

como elementos constitutivos do modo de vida local, especialmente no meio rural. Dados do Plano Municipal de Assistência Social indicam que 7.813 pessoas encontram-se inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a aproximadamente 72,7% da população municipal. Tal percentual revela não apenas a elevada demanda por políticas de transferência de renda, mas, sobretudo, a centralidade do Estado como mediador da reprodução social das famílias, evidenciando limites estruturais da economia local em assegurar condições autônomas de subsistência. A expressiva inserção da população no Cadastro Único deve ser compreendida como um indicador territorial da fragilidade da inserção produtiva, da baixa capacidade de geração de renda estável e da recorrente exposição a situações de insegurança social.

No que se refere à pobreza, o município apresenta 3.308 pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, o que representa 30,8% de sua população total. A distribuição territorial desse contingente revela uma assimetria significativa entre os espaços urbano e rural, uma vez que 45% das pessoas em situação de pobreza residem na área urbana, enquanto 55% concentram-se no meio rural. Esse dado reforça a compreensão de que as desigualdades socioeconômicas em Ibiassucê assumem um caráter territorializado, incidindo de forma mais intensa sobre as populações do campo, onde as oportunidades de trabalho formal são escassas, o acesso a serviços é limitado e a agricultura, isoladamente, não garante a reprodução social das famílias.

A análise setorial da vulnerabilidade, a partir do Índice de Vulnerabilidade do Cadastro Único por Dimensão (IVCAD), indica que os setores rurais concentram os maiores níveis de fragilidade socioeconômica, com destaque para o Setor 5, onde se localiza a Comunidade Quilombola de Santo Inácio. Esse setor reúne cerca de 1.444 famílias, correspondendo a uma parcela expressiva do total de famílias do município. As dimensões mais críticas do índice estão relacionadas ao trabalho e à qualificação dos adultos e à disponibilidade de recursos, evidenciando a precariedade da inserção produtiva e a dependência de rendas que não se originam exclusivamente da atividade agrícola.

Esse cenário foi agravado no período pós-pandemia, quando o número de famílias em situação de pobreza apresentou crescimento significativo, passando de 1.534 em 2021 para 1.703 em 2022. Tal aumento não apenas evidencia os impactos socioeconômicos da crise sanitária, mas também expõe a baixa resiliência da economia local frente a choques externos, reforçando a necessidade de estratégias diversificadas de geração de renda capazes de mitigar riscos e reduzir a vulnerabilidade das famílias.

A composição etária da população em situação de pobreza também revela elementos relevantes para a compreensão das dinâmicas territoriais. Mais de mil crianças e adolescentes vivem em famílias vulneráveis, enquanto cerca de dois terços da população pobre encontra-se em idade economicamente ativa. Essa configuração demográfica evidencia a pressão exercida sobre os adultos para garantir a subsistência familiar, ao mesmo tempo em que revela os riscos de reprodução intergeracional da pobreza, especialmente em contextos marcados por escassez de oportunidades produtivas, migração forçada e inserção precoce em atividades informais.

Nesse contexto, a vulnerabilidade socioassistencial em Ibiassucê não deve ser compreendida como sinônimo de passividade social, mas como expressão de um território que, historicamente, teve suas capacidades produtivas limitadas por desigualdades estruturais, pela fragilidade das políticas de desenvolvimento rural e pela histórica marginalização dos territórios negros e rurais. O território, enquanto produto de relações sociais desiguais, expressa tanto os limites impostos pelo sistema econômico quanto as estratégias locais de resistência e adaptação construídas pelas famílias para garantir sua permanência e reprodução social.

É justamente nesse cenário de vulnerabilidade estrutural que a pluriatividade emerge como estratégia central de reprodução social das famílias rurais em Ibiassucê. A elevada dependência de programas de transferência de renda, associada à instabilidade da agricultura frente às condições climáticas do Semiárido, cria um ambiente no qual a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas torna-se não apenas uma alternativa, mas uma necessidade territorial. A pluriatividade, portanto, não pode ser analisada como exceção ou modernização pontual, mas como resposta concreta às condições socioeconômicas que moldam o cotidiano das famílias rurais.

Assim, os dados socioassistenciais do município fornecem o pano de fundo estrutural indispensável para a compreensão do desenvolvimento local em Ibiassucê. Eles evidenciam que qualquer análise sobre permanência no campo, dinamização econômica e fortalecimento territorial deve necessariamente considerar a centralidade das estratégias pluriativas, articuladas ao capital social e às redes de cooperação, como mecanismos fundamentais de enfrentamento da pobreza rural e de construção de alternativas endógenas de desenvolvimento.

A Tabela 4, apresentada a seguir, sintetiza os principais indicadores socioassistenciais do município de Ibiassucê, contemplando informações relativas à população total, à inserção no Cadastro Único, à incidência da pobreza, à distribuição territorial da vulnerabilidade e às dimensões críticas associadas ao trabalho e à disponibilidade de recursos, oferecendo suporte empírico à análise desenvolvida nesta dissertação.

Tabela 3- Indicadores socioassistenciais do município de Ibiassucê (2025)

Indicador	Valor absoluto	Percentual / Observação
População total estimada	10.749 habitantes	100%
Município classificado como	Pequeno Porte I	Tipologia SUAS
Pessoas inscritas no Cadastro Único	7.813 pessoas	72,7% da população
Pessoas em situação de pobreza	3.308 pessoas	30,8% da população
População pobre residente na zona rural	1.818 pessoas	55,0% da população pobre
População pobre residente na zona urbana	1.490 pessoas	45,0% da população pobre
Famílias em situação de pobreza (2021)	1.534 famílias	Série histórica
Famílias em situação de pobreza (2022)	1.703 famílias	Crescimento pós-pandemia
Setores territoriais prioritários (IVCAD)	Setores 2, 4, 5 e 6	Maior vulnerabilidade
Famílias concentradas no Setor 5	1.444 famílias	Inclui Comunidade Quilombola
Dimensão crítica – Trabalho e Qualificação	Índice 0,508	Alta vulnerabilidade
Dimensão crítica – Disponibilidade de Recursos	Índice 0,474	Alta vulnerabilidade

Fonte: Dados do plano Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê (2026–2029) elaborado pela autora (2026).

A análise dos aspectos econômicos gerais de Ibiassucê constitui um elemento central para a compreensão das estratégias de reprodução social investigadas nesta pesquisa. O comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, sua composição setorial e a evolução do PIB per capita revelam não apenas o desempenho econômico agregado do município, mas, sobretudo, os limites estruturais do desenvolvimento local em um território marcado por forte ruralidade, dependência do setor público e baixa diversificação produtiva.

O crescimento nominal do PIB de Ibiassucê entre 2010 e 2023, praticamente equivalente ao crescimento observado no Estado da Bahia, evidencia que a dinâmica econômica local encontra-se fortemente condicionada às tendências macroeconômicas estaduais e nacionais. Tal convergência sugere reduzida autonomia do município para induzir processos endógenos de desenvolvimento, aspecto recorrente em municípios de pequeno porte inseridos em regiões semiáridas. Nesse contexto, o crescimento econômico não se traduz automaticamente em melhoria das condições de vida da população, especialmente quando associado à ampliação de transferências públicas e à inflação, fatores que influenciam significativamente os valores nominais do PIB.

A evolução do PIB per capita reforça essa leitura crítica. Embora o indicador apresente crescimento expressivo ao longo da série histórica, seu caráter nominal e agregado oculta profundas desigualdades territoriais e sociais. Em um município onde predominam ocupações informais, atividades sazonais e forte dependência de políticas de proteção social, o aumento da renda média não reflete, necessariamente, maior estabilidade econômica para as famílias, sobretudo aquelas residentes no meio rural e em comunidades quilombolas, como Santo Inácio.

A estrutura setorial do PIB municipal revela uma economia fortemente ancorada na administração pública e no setor de serviços, que juntos concentram a maior parte da riqueza

produzida no município. Ainda que se observe um crescimento relativo da participação da agropecuária entre 2018 e 2021, esse setor permanece limitado em sua capacidade de assegurar renda contínua e proteção social às famílias rurais, dadas as condições climáticas adversas, a sazonalidade produtiva e a baixa agregação de valor às atividades agrícolas. Tal configuração econômica contribui para a permanência de um padrão de vulnerabilidade estrutural, no qual o trabalho agrícola, isoladamente, não garante a reprodução social das famílias.

É nesse cenário que a pluriatividade assume papel central na análise desta pesquisa. A combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas, o acesso a programas públicos, a inserção em mercados institucionais e a mobilização de redes de cooperação configuram estratégias fundamentais de enfrentamento da instabilidade econômica e de permanência no território. Assim, os dados econômicos de Ibiassucê não apenas contextualizam a realidade municipal, mas fornecem o pano de fundo necessário para compreender por que a pluriatividade emerge como estratégia estruturante, especialmente na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, onde as limitações do mercado de trabalho formal e da agricultura convencional são ainda mais evidentes.

Dessa forma, a análise do PIB, do PIB per capita e da composição setorial da economia municipal contribui diretamente para a interpretação dos resultados empíricos desta pesquisa, ao evidenciar que o desenvolvimento local em Ibiassucê se constrói menos pela expansão econômica tradicional e mais pela articulação entre estratégias familiares, capital social e políticas públicas, em um território marcado por desigualdades históricas e estruturais.

A Tabela 5 apresenta uma síntese dos principais indicadores econômicos do município de Ibiassucê, com base em dados do IBGE, SEI-BA e do Plano Municipal de Assistência Social. A sistematização desses indicadores permite visualizar a evolução do Produto Interno Bruto, do PIB per capita e da composição setorial da economia municipal, oferecendo subsídios para a análise das limitações estruturais do desenvolvimento local e para a compreensão das estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais e quilombolas ao longo do período analisado.

Tabela 4- Indicadores econômicos do município de Ibiassucê (2010–2023)

Indicador	Ano inicial	Ano final	Variação / Situação
PIB total do município (valores nominais)	2010	2023	Crescimento nominal acumulado de aproximadamente 179,74%
PIB total do Estado da Bahia (valores nominais)	2010	2023	Crescimento nominal acumulado de aproximadamente 179,10%
PIB per capita municipal (R\$)	R\$ 4.300,53 (2010)	R\$ 11.624,27 (2023)	Crescimento nominal superior a 170%
Participação da administração pública no PIB	41,0% (2018)	38,78% (2021)	Leve redução da dependência do setor público

Participação do setor de serviços no PIB	37,0% (2018)	35,94% (2021)	Leve retração
Participação da agropecuária no PIB	9,0% (2018)	11,15% (2021)	Ampliação relativa do setor rural
Participação da indústria no PIB	7,0% (2018)	7,12% (2021)	Estabilidade
Participação dos impostos no PIB	6,0% (2018)	6,99% (2021)	Leve aumento

Fonte: IBGE; SEI-BA; Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê. Elaboração própria.

5.7 ASPECTOS DAS DESPROTEÇÕES E VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICAS EM IBIASSUCÊ: Pobreza, vulnerabilidade e desigualdade em uma perspectiva multidimensional

A análise das dinâmicas de desenvolvimento local em territórios rurais de pequeno porte exige a incorporação de uma leitura ampliada sobre pobreza e vulnerabilidade social, compreendidas não apenas como insuficiência de renda, mas como processos multidimensionais que atravessam condições de trabalho, acesso a serviços, oportunidades produtivas e capacidades sociais. Conforme argumenta Amartya Sen (2000), a pobreza deve ser entendida como privação de capacidades, e não exclusivamente como carência monetária, o que torna indispensável a articulação entre indicadores econômicos e socioassistenciais na leitura do território.

Nesse sentido, o município de Ibiassucê integra o Projeto 7 Municípios, estudo multidimensional sobre a pobreza desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), compondo a denominada Mancha Sudoeste, ao lado de Caculé, Rio de Contas, Jussiapé e Abaíra. Esse agrupamento territorial caracteriza-se por apresentar, de forma relativa, indicadores socioeconômicos mais favoráveis quando comparados à média estadual, especialmente no que se refere à renda média e às condições habitacionais. Ibiassucê foi classificado no Grupo A do estudo, categoria que reúne municípios que, embora não se configurem como polos econômicos regionais, apresentam níveis mais elevados de organização social e menor incidência relativa de pobreza (SEI, 2021).

Todavia, essa classificação não elimina a presença de vulnerabilidades estruturais no município. Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais revelam que, em 2025, cerca de 72,66% da população de Ibiassucê encontrava-se inscrita nesse sistema, evidenciando a centralidade das políticas públicas de transferência de renda e de proteção social na reprodução da vida cotidiana das famílias. Tal percentual indica que, apesar do crescimento econômico observado ao longo da última década, a capacidade do mercado local em gerar renda estável e suficiente permanece limitada, especialmente no meio rural.

A análise histórica da renda domiciliar per capita aponta que, entre 1991 e 2010, houve redução da proporção de pessoas com renda inferior a meio salário mínimo, sinalizando avanços na distribuição de renda no período. Em 2010, aproximadamente 76,87% da população encontrava-se acima da linha da pobreza, enquanto 12,73% situavam-se entre a linha da pobreza e da indigência e 10,4% abaixo da linha da indigência. Entretanto, dados mais recentes, baseados no Cadastro Único, indicam que, embora tenha ocorrido redução do número absoluto de pessoas em situação de pobreza entre 2021 e 2025, ainda persiste um contingente expressivo de famílias dependentes de políticas socioassistenciais.

Essa coexistência entre crescimento do Produto Interno Bruto per capita e elevada proporção de população inscrita no Cadastro Único evidencia uma contradição central do desenvolvimento local em Ibiassucê. Como assinala Santos (2006), o território expressa as desigualdades produzidas pela forma como o sistema econômico se organiza no espaço, de modo que os ganhos agregados não se distribuem de forma homogênea entre os grupos sociais. No caso de Ibiassucê, a estrutura produtiva fortemente dependente dos setores de serviços e administração pública, associada à predominância de pequenas propriedades rurais, limita a absorção da força de trabalho em ocupações formais e protegidas.

O Índice de Gini reforça essa leitura. Em 1991, o indicador situava-se em 0,498, elevando-se para 0,537 em 2000, o que indica aumento da desigualdade naquele período. Em 2010, observa-se redução significativa do índice para 0,469, refletindo melhora relativa na distribuição de renda, possivelmente associada à ampliação das políticas de transferência de renda, à valorização do salário mínimo e à expansão da rede de proteção social. Ainda assim, a redução da desigualdade não implicou superação das vulnerabilidades estruturais, sobretudo no meio rural, onde a instabilidade produtiva e climática impõe limites à autonomia econômica das famílias.

Nesse contexto, a agricultura familiar, responsável por aproximadamente 88,7% dos estabelecimentos rurais do município, desempenha papel central na manutenção da vida no campo, mas não garante, isoladamente, a reprodução social das famílias. A predominância de pequenas propriedades contribui para a permanência territorial, mas também reforça a necessidade de estratégias complementares de geração de renda. É nesse cenário que a pluriatividade se afirma como resposta territorialmente situada às limitações da economia local, articulando atividades agrícolas e não agrícolas como forma de reduzir riscos, diversificar rendimentos e assegurar a permanência no território (Schneider, 2006; 2009).

A leitura integrada dos dados socioassistenciais, econômicos e produtivos permite compreender que a vulnerabilidade em Ibiassucê não decorre de incapacidade individual, mas

de um arranjo estrutural que combina fragilidades do mercado de trabalho, dependência de políticas públicas e desigualdades territoriais historicamente produzidas. Conforme destaca Raffestin (1993), o território é resultado de relações de poder, e as condições de vida nele inscritas refletem tanto os limites impostos por essas relações quanto as estratégias locais de resistência.

Assim, as desproteções sociais observadas no município constituem o pano de fundo a partir do qual emergem as práticas pluriativas, especialmente nas comunidades rurais e quilombolas. A pluriatividade não deve ser interpretada como sinal de modernização pontual ou adaptação marginal, mas como estratégia estruturante de reprodução social, profundamente articulada ao capital social, às redes de reciprocidade e à identidade territorial. Dessa forma, compreender a pobreza e a vulnerabilidade em Ibiassucê é condição indispensável para analisar o desenvolvimento local a partir das margens, reconhecendo que é justamente nesses contextos que se constroem alternativas endógenas de permanência, resistência e produção da vida

5.8 O TERRITÓRIO COMO LIMITE DO DESENVOLVIMENTO: OCUPAÇÃO, RENDA E VULNERABILIDADE SOCIAL EM IBIASSUCÊ

Os indicadores de ocupação e rendimentos do município de Ibiassucê evidenciam que a dinâmica econômica local é marcada por baixa capacidade de absorção formal da força de trabalho, elevada informalidade e forte dependência de rendimentos indiretos e transferências sociais. Tal configuração reforça a hipótese central desta dissertação de que o desenvolvimento econômico observado no município não se traduz automaticamente em desenvolvimento social, tampouco em redução estrutural das vulnerabilidades socioeconômicas.

A expressiva concentração da população nas faixas de ausência de rendimento ou rendimentos inferiores a meio salário mínimo, associada à reduzida proporção de pessoas com vínculos formais de trabalho, revela um padrão típico de economias locais periféricas, nas quais a inserção produtiva ocorre de forma fragmentada, instável e pouco protegida. Conforme destaca Castel (1998), a fragilização dos vínculos de trabalho e a instabilidade da renda constituem elementos centrais do processo de desfiliação social, no qual amplos segmentos populacionais permanecem em uma zona intermediária entre integração e exclusão, dependentes de redes familiares e de políticas públicas de proteção social.

No caso de Ibiassucê, esse quadro é agravado pelo envelhecimento populacional e pela redução relativa da população economicamente ativa, o que tensiona ainda mais a capacidade do mercado local de gerar renda suficiente para sustentar as famílias. A literatura aponta que, em contextos de baixa diversificação produtiva, a informalidade e o trabalho por conta própria

tendem a se consolidar como estratégias centrais de sobrevivência, ainda que não garantam estabilidade econômica nem acesso a direitos sociais (ANTUNES, 2018; GRAZIANO DA SILVA, 2010).

A análise desagregada por gênero e raça/cor evidencia que as desigualdades de rendimento não se distribuem de forma homogênea, mas seguem padrões historicamente estruturados. A maior concentração de mulheres nas faixas de menor rendimento ou sem rendimento próprio confirma a permanência da divisão sexual do trabalho, na qual as atividades de cuidado e reprodução social, majoritariamente não remuneradas, recaem de forma desproporcional sobre as mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007). Esse fenômeno contribui para a dependência econômica feminina e para a maior exposição das mulheres às situações de vulnerabilidade social, especialmente quando chefes de família.

Do mesmo modo, a concentração das populações parda e preta nas faixas mais baixas de rendimento reflete desigualdades raciais persistentes no acesso ao trabalho, à renda e à proteção social. Conforme argumenta Hasenbalg (2005), as desigualdades raciais no Brasil não podem ser compreendidas apenas como resquícios do passado, mas como estruturas ativas que moldam as oportunidades de inserção socioeconômica no presente. Em territórios como Ibiassucê, tais desigualdades se manifestam de forma ainda mais intensa, dadas as limitações do mercado de trabalho local e a forte presença de ocupações informais e precárias.

Esses elementos dialogam diretamente com o debate proposto nesta dissertação ao evidenciar que o território não é apenas o espaço onde as desigualdades se expressam, mas onde elas são produzidas e reproduzidas por meio das relações de trabalho, da organização produtiva e do acesso desigual às políticas públicas. Como destaca Milton Santos (2006), o território usado reflete as contradições do processo de desenvolvimento, revelando a coexistência entre crescimento econômico localizado e permanência de profundas assimetrias sociais.

Dessa forma, os indicadores de ocupação e rendimentos de Ibiassucê reforçam a necessidade de compreender o desenvolvimento local para além dos indicadores agregados de crescimento econômico, incorporando a análise das condições reais de inserção produtiva da população e do papel das políticas de proteção social. A centralidade do Cadastro Único, da assistência social e das estratégias de inclusão produtiva torna-se, assim, não apenas complementar, mas estruturante para a garantia da reprodução social das famílias e para a mitigação das vulnerabilidades territoriais identificadas ao longo desta pesquisa.

5.9 QUILOMBO SANTO INÁCIO E COMUNIDADES RURAIS DO ENTORNO: VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS E CENTRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL TERRITORIAL

A análise do Setor 5, que abrange o Quilombo Santo Inácio e outras comunidades rurais de Ibiassucê, revela um quadro de vulnerabilidade social elevada e estrutural, conforme indicado pelo Índice de Vulnerabilidade das Condições de Acesso a Direitos (IVCAD) de 0,245, associado a um total de 166 famílias. Trata-se de um dos territórios mais vulneráveis do município, configurando-se como espaço prioritário absoluto para a atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As dimensões que compõem o IVCAD evidenciam a natureza multidimensional das vulnerabilidades presentes no território. O elevado índice na dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos (0,542) revela a fragilidade da inserção produtiva local, marcada pela baixa escolarização, pela escassez de oportunidades de trabalho formal e pela predominância de atividades informais e de subsistência. Esse cenário reforça a permanência de estratégias de sobrevivência que não asseguram estabilidade de renda nem acesso pleno a direitos trabalhistas e previdenciários, o que amplia a dependência das políticas públicas de proteção social.

A dimensão Disponibilidade de Recursos (0,468) aponta limitações significativas no acesso a ativos materiais, infraestrutura básica e meios de reprodução social. Em territórios rurais e tradicionais, como o Quilombo Santo Inácio, essas limitações estão historicamente associadas a processos de marginalização territorial, desigualdade no acesso às políticas públicas e ausência de investimentos estruturantes capazes de promover desenvolvimento econômico com inclusão social. Conforme destacam autores do campo do desenvolvimento territorial, a escassez de recursos não se restringe à renda monetária, mas envolve também o acesso desigual a serviços, equipamentos públicos e redes institucionais de apoio.

Já a dimensão Necessidade de Cuidados (0,274) evidencia a presença de grupos populacionais que demandam atenção contínua, como idosos, crianças e pessoas com deficiência, intensificando as exigências sobre as famílias e ampliando a carga de trabalho não remunerado, especialmente sobre as mulheres. Essa característica dialoga diretamente com a literatura que aponta a sobreposição entre vulnerabilidade socioeconômica, trabalho de cuidado e desigualdades de gênero em territórios rurais e tradicionais, onde as redes formais de proteção são mais frágeis e o cuidado recai majoritariamente sobre o âmbito familiar.

A presença de uma comunidade quilombola confere ao território especificidades históricas, culturais e sociais que não podem ser dissociadas da análise das vulnerabilidades

atuais. As condições observadas no Setor 5 não decorrem de insuficiências individuais ou familiares, mas de processos históricos de exclusão, racialização da pobreza e negação de direitos territoriais, conforme amplamente discutido nos estudos sobre comunidades tradicionais e populações negras no Brasil. Nesse sentido, a vulnerabilidade assume caráter estrutural, exigindo respostas estatais que reconheçam o território como sujeito de direitos e não apenas como espaço de intervenção administrativa.

À luz do referencial teórico que orienta esta dissertação, o caso do Quilombo Santo Inácio reafirma a compreensão do território como categoria analítica central para a leitura das desigualdades sociais. Conforme argumenta Milton Santos, o território usado expressa as contradições do desenvolvimento, revelando como determinados espaços permanecem subordinados a lógicas econômicas excludentes, mesmo diante de avanços pontuais em indicadores agregados. No Setor 5, a baixa inserção produtiva, combinada à elevada dependência das políticas públicas, explicita os limites do crescimento econômico local para promover inclusão social efetiva.

Dessa forma, o elevado IVCAD do Setor 5 legitima sua classificação como território prioritário absoluto para a atuação do SUAS, demandando ações contínuas, territorializadas e culturalmente adequadas. A intervenção socioassistencial, nesse contexto, não pode restringir-se ao atendimento pontual das famílias, mas deve articular proteção social básica, inclusão produtiva, fortalecimento de vínculos comunitários e reconhecimento das especificidades culturais da comunidade quilombola. Trata-se, portanto, de um território onde a política de assistência social assume papel estruturante na garantia da reprodução social, na mitigação das vulnerabilidades históricas e na promoção de um desenvolvimento territorial mais justo e inclusivo.

CAPÍTULO 6

6. IBIASSUCÊ ENTRE O CAMPO E A CIDADE: TERRITÓRIO, PLURIATIVIDADE E AÇÃO DO ESTADO

6.1 O RURAL QUE SUSTENTA O MUNICÍPIO: BASE PRODUTIVA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM IBIASSUCÊ

6.1.1 A agricultura familiar e a sustentação socioeconômica do município

A agricultura familiar constitui a base produtiva que sustenta o município de Ibiassucê, ainda que sua centralidade econômica e social nem sempre seja plenamente reconhecida nos

indicadores formais de desenvolvimento. No contexto local, o espaço rural permanece como o principal locus de reprodução da vida social, concentrando famílias cuja subsistência e permanência no território estão diretamente associadas às atividades desenvolvidas em pequenas unidades produtivas. Mesmo operando em escalas reduzidas e, muitas vezes, orientada para o autoconsumo, a agricultura familiar desempenha papel estratégico na manutenção da economia cotidiana do município, garantindo circulação de renda, abastecimento alimentar e a continuidade de comunidades historicamente constituídas.

Embora sua contribuição direta para o Produto Interno Bruto municipal seja limitada, seu impacto na dinâmica econômica local é expressivo. Ao articular produção, consumo e trabalho familiar, essa forma de organização produtiva sustenta o comércio local, reduz a dependência externa de alimentos e assegura condições mínimas de reprodução social às famílias do campo. Como apontam Abramovay (2001) e Graziano da Silva (2002), a relevância da agricultura familiar ultrapassa a dimensão quantitativa da produção, manifestando-se sobretudo em sua função estruturante na organização social e territorial do espaço rural.

Contudo, essa base produtiva enfrenta limites estruturais relacionados à pequena escala de produção, à irregularidade climática do semiárido e ao acesso desigual a políticas públicas e mercados. Em determinados períodos do ano, especialmente em contextos de estiagem ou baixa produtividade, a renda oriunda exclusivamente da produção agrícola mostra-se insuficiente para atender às necessidades familiares. Nessas circunstâncias, as famílias mobilizam diferentes estratégias para complementar sua base econômica, sem que isso implique abandono da atividade agrícola ou ruptura com o território.

Essa capacidade de adaptação revela a flexibilidade da agricultura familiar enquanto sistema de organização do trabalho e da vida. A unidade produtiva não se restringe ao cultivo da terra, mas integra múltiplas formas de inserção econômica articuladas ao cotidiano familiar. Produção para autoconsumo, comercialização em pequena escala e outras atividades complementares coexistem, compondo uma economia local marcada pela diversidade de práticas e pela centralidade do trabalho familiar.

No caso de Ibiassucê, a agricultura familiar assume, portanto, papel de eixo organizador do território. A terra não representa apenas meio de produção, mas espaço de pertencimento, identidade e construção de laços sociais. Conforme discutem Carneiro (2008) e Schneider (2010), o rural contemporâneo caracteriza-se por sua multifuncionalidade, integrando dimensões produtivas, sociais e culturais que ultrapassam a lógica estritamente econômica.

Além disso, ao possibilitar a permanência das famílias em seus territórios de origem, a agricultura familiar contribui para a continuidade das comunidades rurais e para a preservação

de formas de vida historicamente construídas. O território configura-se, assim, não apenas como suporte físico da produção, mas como espaço vivido e apropriado socialmente, em consonância com a perspectiva relacional proposta por Raffestin (1993).

Desse modo, compreender a agricultura familiar em Ibiassucê implica reconhecê-la como alicerce da economia local e como fundamento da organização social do espaço rural. Ainda que atavesse limitações estruturais, sua capacidade de adaptação e reorganização interna assegura a sustentação das famílias e a manutenção do território como espaço ativo e socialmente produzido.

Figura 9- Produção da agricultura familiar comercializada em feira de agricultura familiar no município de Ibiassucê-BA, evidenciando a diversidade produtiva, o trabalho feminino no campo e a centralidade da agricultura familiar



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro realizado durante pesquisa de campo.

Essas evidências se expressam também nos dados institucionais recentes. O município registra 1.039 agricultores familiares cadastrados no Cadastro Único, além da presença recorrente de feiras de agricultura familiar que articulam produção local e comercialização em circuitos curtos. Soma-se a isso uma produção anual de 63.670 mil litros de leite e a habilitação de 17 agricultores no PNAE, indicando a articulação entre base produtiva rural e mercados locais e institucionais.

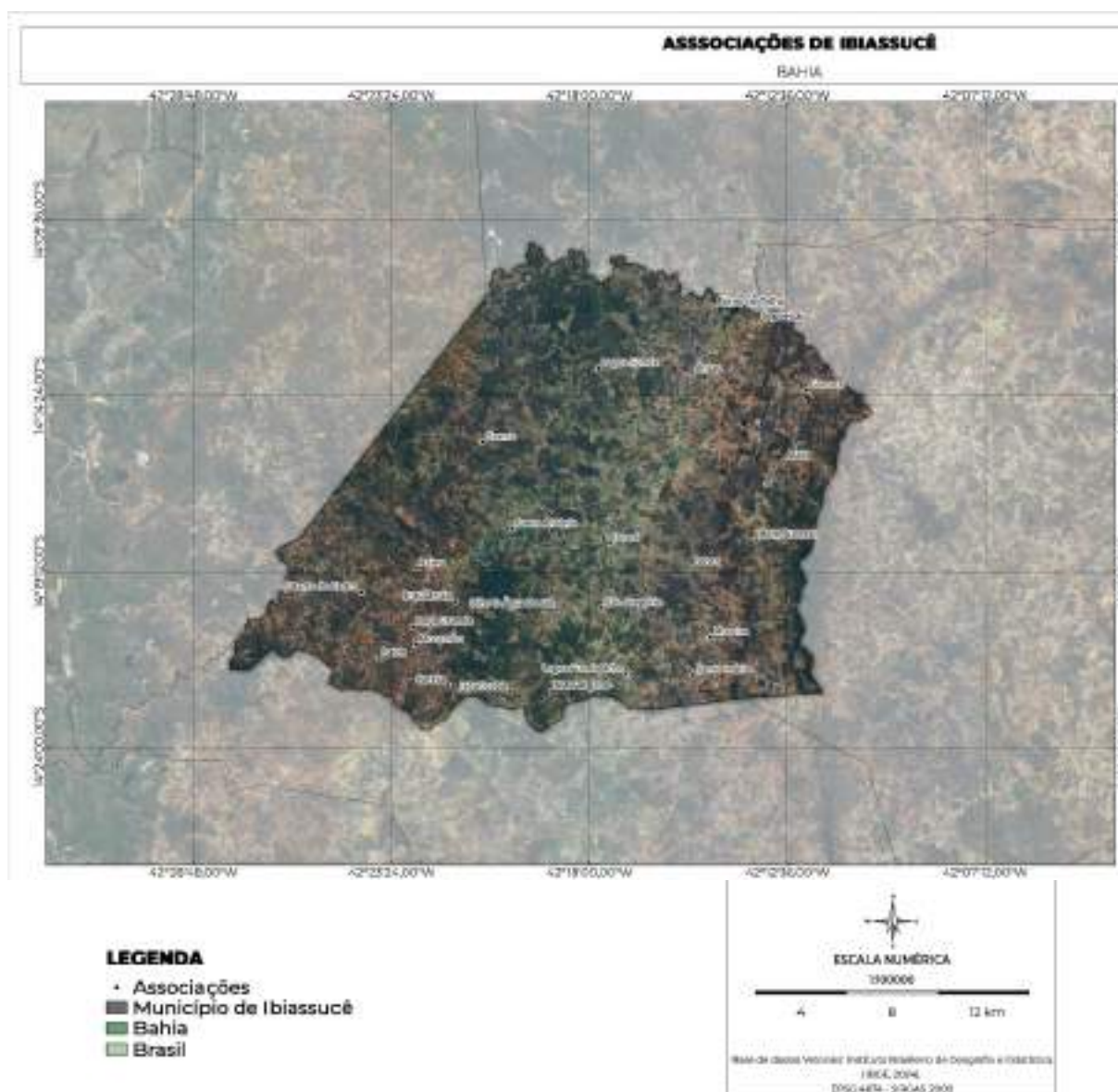
6.1.2 Associações Rurais como Estruturas de Organização Produtiva e Territorial

A organização associativa no meio rural de Ibiassucê constitui um elemento estruturante da base produtiva municipal. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura (2025), o município conta com 24 associações rurais ativas observa-se a consolidação de uma malha organizacional que articula produção, representação política e territorialidade. Essas associações não operam apenas como instâncias administrativas, mas como dispositivos de

mediação entre agricultores familiares e o Estado, configurando-se como pontes institucionais fundamentais para o acesso a políticas públicas, crédito e programas de fomento.

A espacialização dessas associações no território municipal evidencia uma lógica descentralizada de organização do espaço agrário. O mapa a seguir demonstra que o associativismo não se concentra em um único núcleo produtivo, mas se distribui por diferentes comunidades, reforçando a capilaridade da organização rural e ampliando a capacidade de articulação territorial.

Figura 10 - Distribuição territorial das associações rurais no município de Ibiassucê



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Secretaria Municipal de Agricultura (2025).

A leitura territorial da presença associativa permite compreender que o espaço agrário não é apenas resultado de práticas produtivas, mas também de processos organizativos e

políticos. Conforme Raffestin (1993), o território é produzido pelas relações de poder e pelas mediações sociais que se estabelecem sobre o espaço. Nesse sentido, as associações rurais atuam como agentes produtores de territorialidade, ao organizarem fluxos de informação, recursos e decisões que impactam diretamente a dinâmica produtiva local.

Além da dimensão espacial, a materialidade das associações se manifesta nas práticas concretas de deliberação e planejamento coletivo. As reuniões mensais constituem espaços de negociação, construção de consensos e formulação de estratégias produtivas. É nesses encontros que se discutem demandas comunitárias, se organizam documentações para acesso ao PRONAF, se articulam programas como assistência técnica e projetos vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, e se fortalecem vínculos de cooperação entre os produtores.

Figura 11 - Reunião mensal de associação rural no município de Ibiassucê



Fonte: Registro de campo da autora (2025).

A figura 11 evidencia que o associativismo não é meramente formal, mas vivido como prática social. As reuniões revelam um espaço de construção coletiva no qual os agricultores exercem protagonismo na definição de prioridades, na gestão de recursos e na interlocução com o poder público. Tal dinâmica reforça o argumento de Putnam (1996) de que redes associativas fortalecem a cooperação e ampliam a capacidade de ação coletiva. Contudo, diferentemente de uma leitura funcionalista, é necessário reconhecer, à luz de Bourdieu (1986), que essas redes

também operam em contextos de desigualdade, exigindo análise crítica quanto à distribuição interna de poder e representatividade.

No caso de Ibiassucê, as associações configuram-se como espaços de construção de capital social que ultrapassa a dimensão simbólica e se converte em acesso concreto a políticas públicas, crédito rural e organização produtiva. A maioria dos agricultores familiares encontra nas associações o canal institucional para inserção nos programas estatais, evidenciando que o associativismo não apenas organiza a produção, mas estrutura as possibilidades de permanência no campo.

Apesar de sua relevância na organização produtiva e territorial, o associativismo rural em Ibiassucê também apresenta limites estruturais que impactam sua capacidade de atuação. Entre esses limites, destaca-se a baixa participação de jovens nas instâncias associativas, o que compromete a renovação geracional e a continuidade das formas coletivas de organização no campo. Observa-se, ainda, em algumas associações, a concentração das decisões em lideranças específicas, gerando relações de dependência que podem restringir a participação mais ampla dos associados e limitar a autonomia coletiva.

Soma-se a isso a presença de entraves burocráticos relacionados ao acesso a programas públicos e à gestão documental, que exigem conhecimentos técnicos nem sempre disponíveis no interior das comunidades. Essas fragilidades evidenciam que, embora as associações constituam importantes mediadoras entre Estado e agricultores familiares, sua efetividade depende do fortalecimento contínuo da participação coletiva, da formação organizacional e da ampliação das capacidades institucionais no território.

Assim, pode-se afirmar que o espaço agrário municipal é, em grande medida, organizado a partir dessas instâncias coletivas. As associações funcionam como eixos de mediação territorial, articulando Estado e comunidade, política e produção, capital social e desenvolvimento local. Não se trata apenas de estruturas administrativas, mas de dispositivos centrais na sustentação do rural que mantém o município.

No caso específico da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, a associação cumpre papel fundamental na organização social e produtiva local, atuando como principal canal de mediação entre os agricultores familiares e as políticas públicas. Por meio dela, os moradores acessam programas institucionais, participam de reuniões deliberativas, articulam demandas coletivas e fortalecem vínculos de cooperação no interior da comunidade. No entanto, a associação também enfrenta limitações estruturais que impactam sua capacidade de atuação contínua. Entre os principais desafios, destacam-se as dificuldades relacionadas à burocracia exigida para acesso a políticas públicas, a dependência de lideranças específicas para condução

das atividades organizativas, e a baixa participação de jovens nas instâncias associativas, o que compromete a renovação geracional e a continuidade do associativismo no longo prazo. Esses elementos evidenciam que, embora a associação constitua importante instrumento de organização territorial e fortalecimento comunitário, sua consolidação como agente de desenvolvimento local depende do fortalecimento institucional, da ampliação da participação coletiva e da redução das barreiras administrativas que limitam o acesso pleno às políticas públicas.

6.1.3 O que se planta, o que se cria e como se ocupa a terra

A organização do espaço agrário no município de Ibiassucê revela uma racionalidade produtiva marcada pela pequena produção familiar, pela diversificação das atividades agrícolas e pecuárias e pelo uso intensivo do trabalho da família. O território rural é ocupado predominantemente por unidades produtivas de pequena escala, nas quais a terra é apropriada não apenas como meio de produção, mas como espaço de vida, trabalho e pertencimento. Essa configuração expressa uma lógica produtiva adaptada às condições ambientais do semiárido e às necessidades de reprodução social das famílias rurais, em consonância com o que Milton Santos (2006) define como economia do cotidiano, estruturada a partir de práticas locais e relações sociais historicamente constituídas.

Os dados da Produção Agrícola Municipal e da Pesquisa da Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, articulados às observações realizadas em pesquisa de campo, permitem compreender como se estruturam as atividades produtivas no município e como a terra é utilizada no cotidiano das famílias agricultoras. Trata-se de um espaço agrário caracterizado pela fragmentação fundiária, pela multifuncionalidade do uso do solo e pela integração entre agricultura e pecuária como estratégias complementares de sobrevivência.

Figura 12 - Produção da agricultura familiar em unidade produtiva do município de Ibiassucê-BA, evidenciando o uso intensivo do trabalho familiar e a diversificação das atividades agrícolas.

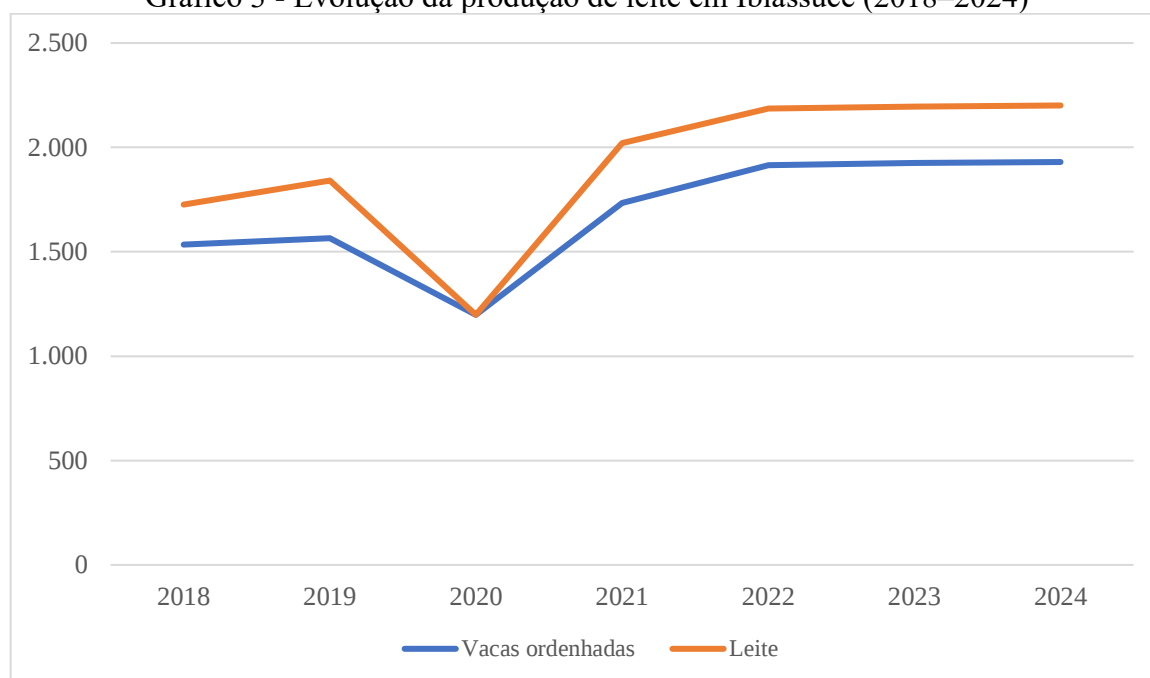


Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro realizado durante pesquisa de campo.

A imagem materializa a forma como o espaço agrário é vivido e trabalhado, evidenciando a centralidade da produção familiar na sustentação da vida no campo.

No âmbito da pecuária, a bovinocultura assume papel estruturante na organização produtiva do município, especialmente por meio da produção de leite. Os dados indicam crescimento contínuo tanto do número de vacas ordenhadas quanto do volume produzido ao longo dos últimos anos, inserindo Ibiassucê na dinâmica regional da bacia leiteira vinculada à área de influência da Agência do IBGE de Guanambi. Essa produção, desenvolvida majoritariamente em propriedades familiares com pequenos rebanhos, constitui importante fonte de renda regular para as famílias rurais.

Gráfico 3 - Evolução da produção de leite em Ibiassucê (2018–2024)



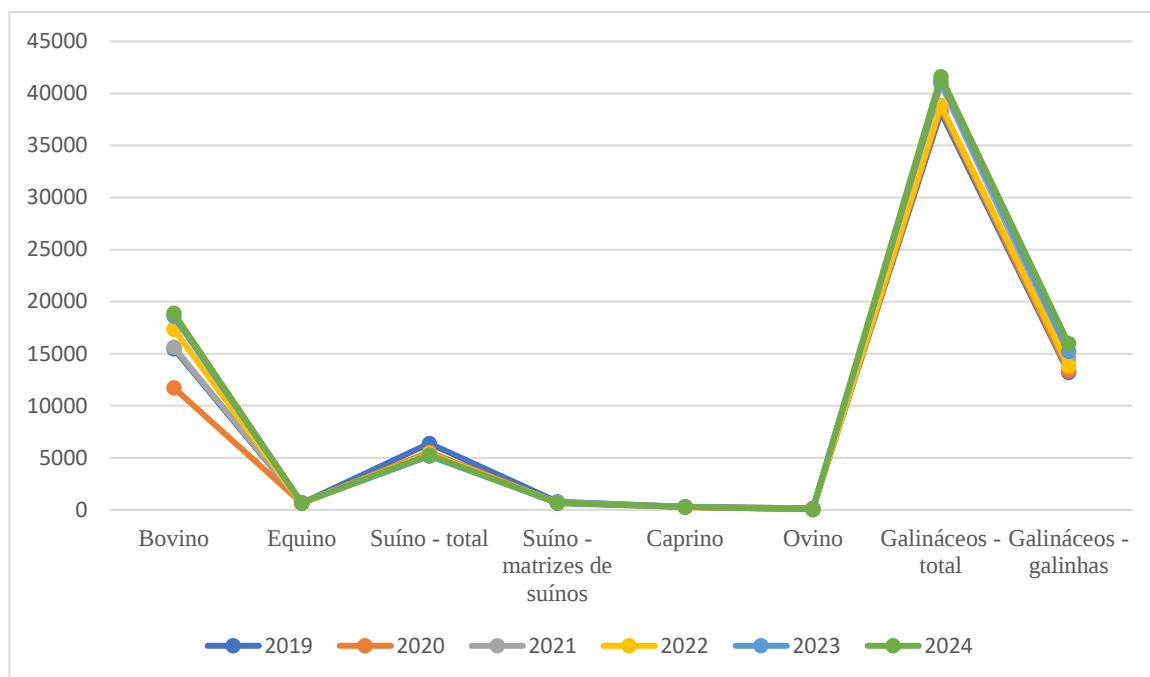
Fonte: IBGE (PPM) e dados administrativos – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ibiassucê, 2025.

Elaboração: Autora.

A leitura do gráfico 3 evidencia uma tendência consistente de expansão da produção leiteira, mesmo em um contexto marcado por irregularidade climática e restrições ambientais. Tal crescimento indica a capacidade adaptativa das famílias agricultoras, que mobilizam a pecuária leiteira como estratégia de estabilidade econômica e de reprodução social. Conforme destacam Graziano da Silva (2002) e Schneider (2010), a pecuária familiar, embora operando em pequena escala, exerce papel fundamental na sustentação das economias rurais, especialmente em contextos de vulnerabilidade estrutural.

Além da bovinocultura, a criação de outros rebanhos integra os sistemas produtivos familiares, reforçando a diversificação como estratégia central no campo.

Gráfico 4 - Efetivo dos rebanhos por tipo em Ibiassucê



Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), ano mais recente disponível.
Elaboração: Autora (2026).

O Gráfico 4 demonstra a predominância do rebanho bovino, seguida por criações como suínos, galináceos, caprinos, ovinos e equinos. Essas atividades não se configuram como pecuária intensiva, mas desempenham função complementar no interior das unidades familiares, atuando como reserva de valor, fonte de proteína alimentar e alternativa de renda em momentos de instabilidade econômica ou climática. Essa diversificação produtiva confirma a lógica de redução de riscos apontada por Carneiro (2008) ao analisar os sistemas produtivos da agricultura familiar.

Figura 13 - Criação de suínos no município de Ibiassucê, evidenciando prática tradicional da agricultura familiar voltada ao autoconsumo e à comercialização local, contribuindo para a diversificação produtiva e a complementação da renda rural.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro realizado durante pesquisa de campo.

As lavouras temporárias ocupam papel central na organização da roça e na garantia da segurança alimentar das famílias rurais. Culturas como mandioca, milho e feijão configuram a base da produção agrícola local, sendo desenvolvidas em pequenas áreas e destinadas tanto ao autoconsumo quanto à comercialização nos mercados locais.

A análise da tabela 6 evidencia a centralidade da mandioca, que apresenta crescimento da área plantada e da quantidade produzida ao longo dos últimos anos, consolidando-se como cultura estratégica no município.

Tabela 5 - Produção das lavouras temporárias no município de Ibiassucê (2019–2025)

Produto	Ano	Área plantada ou destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Quantidade produzida (t)	Valor médio unitário (R\$)	Observação
Feijão em grão	2019	550	550	91	50	–	–
Feijão em grão	2020	1.000	400	100	40	–	–
Feijão em grão	2021	1.040	1.040	92	96	–	–
Feijão em grão	2022	1.200	1.200	180	216	–	–
Feijão em grão	2023	1.100	1.100	180	198	–	–
Feijão em grão	2024	900	900	178	160	–	–
Feijão em grão	2025	800	800	178	142	3,33	–
Mandioca	2019	280	280	5.000	1.400	–	–
Mandioca	2020	200	200	5.000	1.000	–	–
Mandioca	2021	198	198	4.449	881	–	–
Mandioca	2022	250	250	7.000	1.750	–	–
Mandioca	2023	300	300	7.000	2.100	–	–
Mandioca	2024	250	250	7.140	1.785	–	–
Mandioca	2025	350	350	10.000	3.500	0,75	Instalação de casa de farinha (Faz. Jaboticaba) e funcionamento de casa de bolo (Faz. Careta)
Milho em grão	2019	390	390	154	60	–	–
Milho em grão	2020	950	300	167	50	–	–
Milho em grão	2021	650	650	885	575	–	–
Milho em grão	2022	700	700	600	420	–	–
Milho em grão	2023	750	750	480	360	–	–
Milho em grão	2024	375	375	467	175	–	–
Milho em grão	2025	250	250	600	150	1,33	Aumento relevante apenas no cultivo do milho forrageiro
Melancia	2024	4	4	10.000	40	–	–
Melancia	2025	4	4	10.000	40	0,75	–

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM).

Elaboração: Autora.

A análise da produção das lavouras temporárias evidencia o papel central dessas culturas na organização do espaço agrário de Ibiassucê e na garantia da segurança alimentar das famílias rurais. Feijão, mandioca e milho em grão configuram a base da produção agrícola local, sendo cultivados majoritariamente em pequenas áreas, com forte utilização do trabalho familiar e baixa incorporação de insumos externos. Essa configuração reforça a permanência de uma agricultura de base familiar orientada simultaneamente ao autoconsumo e à comercialização em circuitos curtos, como feiras e mercados locais, que conectam diretamente comunidades rurais como Santo Inácio, Jaboticaba, Careta e demais localidades do entorno rural à sede municipal.

Figura 14 - Cultivo de feijão em unidade da agricultura familiar na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, município de Ibiassucê-BA, evidenciando práticas tradicionais de produção e a centralidade do alimento na segurança alimentar das famílias rurais.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro realizado durante pesquisa de campo.

O feijão em grão apresenta oscilações ao longo do período analisado, tanto em área plantada quanto em quantidade produzida, comportamento diretamente associado à irregularidade pluviométrica característica do semiárido. Apesar dessa instabilidade, observa-se a continuidade de seu cultivo em comunidades como Santo Inácio e localidades vizinhas, mesmo em anos de menor produtividade, evidenciando sua centralidade na alimentação das famílias e sua relevância socioterritorial. Essa permanência demonstra que o feijão não se mantém apenas por critérios econômicos, mas por sua função estratégica na segurança alimentar e na reprodução social das unidades familiares, conforme argumenta Abramovay (2001), ao destacar que determinadas culturas persistem na agricultura familiar por sua importância estrutural na sustentação da vida rural.

Figura 15 - Beneficiamento artesanal da mandioca em casa de farinha localizada na Fazenda Jaboticaba, município de Ibiassucê-BA, destacando a agregação de valor à produção agrícola familiar.



Fonte: Associação Comunitária de Jaboticaba. Publicação no Instagram, 2025.

A mandioca destaca-se como a cultura de maior estabilidade produtiva e de crescente relevância econômica no município. O aumento da área plantada e da quantidade produzida, especialmente a partir de 2022, indica a consolidação dessa cultura como eixo estruturante da

roça local. As observações de campo, articuladas aos dados levantados, revelam que o crescimento produtivo identificado não se limita à ampliação da produção primária, mas se conecta a processos locais de beneficiamento artesanal que agregam valor e reconfiguram a dinâmica econômica do território. Esse movimento é particularmente visível em comunidades específicas, como a Fazenda Jaboticaba, onde foi instalada uma casa de farinha, e a Fazenda Careta, que passou a contar com o funcionamento de uma agroindústria comunitária voltada à produção de bolos e derivados, organizada e conduzida exclusivamente por mulheres da própria comunidade. Em conjunto, os dados indicam um sistema produtivo orientado à segurança alimentar, com circuitos curtos e forte vulnerabilidade climática.

A consolidação da agroindústria comunitária feminina da Fazenda Careta também se articula ao apoio institucional do Estado, por meio de programas de incentivo à agroindustrialização rural vinculados à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), órgão do Governo do Estado da Bahia. Esse apoio contribuiu para a estruturação física da unidade produtiva e para o fortalecimento das capacidades organizativas das mulheres envolvidas. Além disso, a agroindústria encontra no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) um canal institucional de comercialização, realizando a entrega de produtos destinados à alimentação escolar. Essa articulação entre política pública, organização comunitária e mercado institucional evidencia que o desenvolvimento local não emerge apenas da iniciativa interna das comunidades, mas também das mediações estabelecidas com o Estado, que atua como agente indutor da dinamização produtiva e da geração de renda no território. No caso analisado, a agroindústria feminina materializa uma estratégia territorial que combina recursos endógenos e suporte institucional, fortalecendo a permanência das famílias no campo e ampliando sua inserção econômica.

No caso da Fazenda Careta, trata-se de uma iniciativa coletiva composta por mulheres agricultoras, responsáveis não apenas pela produção, mas também pela organização interna, divisão do trabalho, gestão dos insumos e comercialização dos produtos. A agroindústria feminina emerge, portanto, como espaço de geração de renda, mas também como território de afirmação social e política das mulheres rurais. Ao transformar produtos agrícolas locais em alimentos beneficiados, essas mulheres rompem com a lógica da venda exclusiva da matéria-prima in natura e passam a atuar na etapa de agregação de valor, ampliando as possibilidades de inserção econômica da comunidade.

Essa experiência evidencia duas dimensões centrais para o debate do desenvolvimento local. A primeira é econômica, pois o beneficiamento artesanal contribui para a circulação interna de renda e para a redução da dependência exclusiva da produção agrícola bruta. A

segunda é socioterritorial, uma vez que a agroindústria feminina fortalece redes de cooperação, amplia a autonomia das mulheres e redefine papéis tradicionalmente atribuídos no espaço rural. Nesse sentido, a iniciativa dialoga com a perspectiva de desenvolvimento endógeno discutida por Amaral Filho (2001), ao demonstrar que a dinamização econômica pode emergir a partir de recursos e capacidades locais, sem depender exclusivamente de investimentos externos.

Além disso, a organização exclusivamente feminina da agroindústria da Fazenda Careta revela que o desenvolvimento local, quando observado a partir do território, não é neutro do ponto de vista de gênero. Ao assumir o controle do processo produtivo e da gestão coletiva, essas mulheres ampliam suas capacidades de decisão e participação econômica, aproximando-se da concepção de desenvolvimento como expansão de liberdades defendida por Amartya Sen (2000). A geração de renda passa a significar também ampliação de autonomia, reconhecimento social e fortalecimento identitário.

Figura 16 - Fachada da Agroindústria Comunitária Feminina da Fazenda Careta, Ibiassucê-BA.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.

Figura 17 - Identidade visual da Agroindústria Comunitária Feminina da Fazenda Careta, representando a organização produtiva e o protagonismo das mulheres



Fonte: Associação Comunitária da Fazenda Careta, 2025.

Assim, tanto a casa de farinha da Fazenda Jaboticaba quanto a agroindústria feminina da Fazenda Careta não representam apenas estruturas físicas de produção, mas materializam estratégias territoriais de permanência, diversificação produtiva e fortalecimento comunitário. Elas expressam, de forma concreta, como o desenvolvimento local, em Ibiassucê, se constrói a partir de iniciativas situadas, ancoradas no trabalho coletivo, na valorização da produção local e na reorganização das relações sociais no interior do território rural.

Essas iniciativas ampliam a capacidade de agregação de valor à mandioca e fortalecem estratégias comunitárias de geração de renda, reforçando o caráter multifuncional da cultura no território rural de Ibiassucê. Essa dinâmica confirma o caráter estratégico da mandioca em contextos de vulnerabilidade ambiental, conforme apontado por Graziano da Silva (2002).

O milho em grão apresenta comportamento mais instável ao longo do período analisado, com redução da área plantada nos anos mais recentes, sobretudo quando considerado o milho destinado ao consumo humano. As observações da tabela indicam que o crescimento mais relevante ocorre no cultivo do milho forrageiro, prática recorrente em comunidades com forte presença da pecuária leiteira. Essa reorientação produtiva evidencia a integração entre agricultura e pecuária no interior das unidades familiares, nas quais o milho passa a desempenhar papel estratégico no suporte à alimentação animal, reduzindo custos e a dependência de insumos externos.

As observações de campo e os dados institucionais indicam que essa reorientação produtiva tem sido acompanhada por ações emergenciais de apoio ao setor rural. Destaca-se, nesse contexto, a atuação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que, em articulação com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Governo do Estado da Bahia, realizou a distribuição de 1.009 sacos de milho às famílias agricultoras do município. Essa ação teve como objetivo garantir a alimentação animal, especialmente do rebanho leiteiro, em períodos de escassez hídrica, contribuindo para a manutenção da produção pecuária e para a redução dos impactos da seca sobre a reprodução social das famílias rurais. Embora fundamental no curto prazo, tal iniciativa evidencia os limites estruturais da base produtiva local e reforça a dependência das famílias em relação às políticas públicas emergenciais.

Tal articulação confirma a lógica de sistemas produtivos integrados, nos quais diferentes atividades se complementam como forma de redução de riscos e enfrentamento das incertezas climáticas e econômicas (Carneiro, 2008).

A melancia, embora com participação quantitativa reduzida, sinaliza iniciativas pontuais de diversificação produtiva, geralmente associadas a áreas específicas e à proximidade com mercados locais. As observações indicam que esse cultivo ocorre de forma localizada em determinadas comunidades, com produção orientada à venda direta e valor médio unitário definido, o que sugere tentativas de inserção em nichos de mercado e ampliação das estratégias produtivas das famílias.

Figura 18 - Plantação de melancia na zona rural de Ibiassucê-BA, evidenciando cultivo localizado e voltado à comercialização direta em mercados locais, como estratégia pontual de diversificação produtiva e complementação de renda das famílias agricultoras.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro realizado durante pesquisa de campo (2025)

O milho, com destaque para o cultivo forrageiro, reforça a integração entre agricultura e pecuária, enquanto o feijão mantém importância alimentar e simbólica, compondo a base da dieta regional. Essa organização produtiva evidencia o que Abramovay (2001) denomina de agricultura familiar orientada à subsistência ampliada, na qual a produção de alimentos garante a reprodução social e reduz a dependência dos mercados externos.

A Figura 20 evidencia a integração entre agricultura e pecuária como base estruturante da dinâmica produtiva local. Ao demonstrar a complementaridade entre cultivo e criação de animais, a representação reforça a centralidade desses alimentos na subsistência ampliada das famílias.

Essa articulação produtiva contribui diretamente para a segurança alimentar, para a diversificação de renda e para a reprodução social no território, sustentando a permanência das famílias no campo.

Figura 19 - Cultivo de milho e feijão na zona rural de Ibiassucê.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro realizado durante pesquisa de campo (2025)
realizado durante pesquisa de campo (2025)

A fruticultura, embora desenvolvida em áreas reduzidas, desempenha papel relevante na diversificação produtiva e na complementação da renda familiar. Cultivos como banana, manga, maracujá, laranja e melancia são geralmente implantados em quintais produtivos ou em pequenas áreas irrigadas, evidenciando estratégias adaptativas frente às limitações ambientais do semiárido.

A Tabela 7 apresenta a evolução da produção de lavouras permanentes em Ibiassucê no período de 2019 a 2025, permitindo observar variações produtivas, tendências de cultivo e possíveis impactos de fatores climáticos, econômicos e estruturais sobre a dinâmica agrícola do município.

Tabela 6 - Produção de lavouras permanentes em Ibiassucê (2019–2025)

Produto	Ano	Área plantada ou destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Quantidade produzida (t)	Valor médio unitário (R\$)	Observação
Banana (cacho)	2019	5	5	5.000	25	–	–
Banana (cacho)	2020	2	2	5.000	10	–	–
Banana (cacho)	2021	2	2	4.500	9	–	–
Banana (cacho)	2022	2	2	10.000	20	–	–

Banana (cacho)	2023	3	3	10.000	30	–	–
Banana (cacho)	2024	3	3	9.667	29	–	–
Banana (cacho)	2025	3	3	8.500	26	2,50	–
Cana-de-açúcar	2019	45	45	35.000	1.575	–	–
Cana-de-açúcar	2020	45	45	35.000	1.575	–	–
Cana-de-açúcar	2021	45	45	31.511	1.418	–	–
Cana-de-açúcar	2022	45	45	35.000	1.575	–	–
Cana-de-açúcar	2023	45	45	35.000	1.575	–	–
Cana-de-açúcar	2024	35	35	35.714	1.250	–	–
Cana-de-açúcar	2025	20	20	24.000	480	0,40	–
Coco-da-baía	2019	5	5	4.000	20	–	–
Coco-da-baía	2020	2	2	3.000	6	–	–
Coco-da-baía	2021	2	2	3.000	6	–	–
Coco-da-baía	2022	3	3	2.667	8	–	–
Coco-da-baía	2023	3	3	2.667	8	–	–
Coco-da-baía	2024	3	3	2.667	8	–	–
Coco-da-baía	2025	3	3	2.667	8	1,50	–
Laranja	2019	5	5	3.000	15	–	–
Laranja	2020	3	3	3.333	10	–	–
Laranja	2021	3	3	2.667	8	–	–
Laranja	2022	4	4	3.000	12	–	–
Laranja	2023	4	4	3.000	12	–	–
Manga	2022	3	3	30.000	90	–	–
Manga	2023	6	6	28.833	173	–	–
Manga	2025	9	6	35.000	210	2,80	3 hectares em formação
Maracujá	2023	3	3	15.000	45	–	–
Maracujá	2024	5	5	14.200	71	–	–
Maracujá	2025	7	7	14.200	99	2,75	Projeto em desenvolvimento para 2026

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM).

Elaboração: Autora.

A tabela 7 evidencia que as lavouras permanentes ocupam um lugar estratégico, ainda que desigual, na organização do espaço agrário do município de Ibiassucê. A distribuição das áreas plantadas, a variação dos rendimentos e as observações associadas à produção revelam um sistema produtivo marcado por permanências históricas, ajustes recentes e processos graduais de reconfiguração da base agrícola local.

A figura 21 a seguir ilustra a dinâmica produtiva local, evidenciando a ocupação contínua da terra e a diversidade de cultivos que caracterizam a agricultura familiar no território, elemento fundamental para a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais.

Figura 20 - Área de lavouras permanentes no município de Ibiassucê-BA.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro realizado durante pesquisa de campo (2025)

A banana destaca-se como uma das culturas permanentes mais estáveis do município ao longo do período analisado. Embora cultivada em áreas relativamente reduzidas, observa-se uma recuperação significativa da produtividade a partir de 2022, com aumento do rendimento médio e da quantidade produzida. A presença do valor médio unitário apenas em 2025 sugere que a comercialização dessa cultura ocorre majoritariamente em circuitos informais ou de

autoconsumo, reforçando seu papel na segurança alimentar e na geração complementar de renda. Essa característica confirma a leitura de Abramovay (2001), ao indicar que a agricultura familiar articula produção para o mercado e para o consumo doméstico, sem depender exclusivamente de cadeias formais de comercialização.

A cana-de-açúcar apresenta a maior área ocupada entre as lavouras permanentes, evidenciando sua relevância histórica no uso do solo agrícola municipal. Entretanto, os dados revelam uma redução progressiva da área plantada e da quantidade produzida a partir de 2024, culminando em uma queda expressiva em 2025. Essa retração, associada ao baixo valor médio unitário, indica a perda de centralidade econômica da cultura, que passa a ocupar papel secundário no sistema produtivo local, refletindo os limites ambientais e econômicos do semiárido (Graziano da Silva, 2002).

O coco-da-baía apresenta comportamento relativamente estável ao longo do período analisado, com pequenas variações na área plantada e na quantidade produzida. Essa regularidade indica que a cultura desempenha papel complementar no interior das unidades produtivas familiares, contribuindo para a diversificação da produção agrícola e para a manutenção de sistemas menos dependentes de uma única atividade.

Figura 21 - Plantio de coco-da-baía em propriedade rural de Ibiassucê-BA.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, pesquisa de campo (2025).

A laranja mantém presença contínua até 2023, com variações moderadas na produtividade, o que reforça sua função como cultura de apoio à subsistência e à comercialização local. A ausência de dados nos anos subsequentes pode sinalizar dificuldades de manutenção dos pomares ou substituição gradual por outras culturas, fenômeno recorrente em contextos de restrição hídrica e baixa assistência técnica.

A manga emerge como um dos exemplos mais expressivos de reestruturação recente da produção agrícola permanente no município. O crescimento da área plantada e da quantidade produzida entre 2022 e 2025, aliado à observação de que parte da área ainda se encontra em formação, indica investimento produtivo de médio prazo e expectativa de ampliação da renda agrícola, aproximando-se de dinâmicas orientadas ao mercado.

O maracujá representa de forma clara os movimentos recentes de diversificação produtiva no território. O aumento progressivo da área plantada e da produção, associado à observação de que se trata de um projeto em desenvolvimento para 2026, evidencia iniciativas planejadas e articuladas com expectativas futuras de geração de renda, reforçando a lógica da diversificação como estratégia de permanência no campo (Carneiro, 2008).

Dessa forma, o espaço agrário de Ibiassucê se configura como um território de produção diversificada, trabalho familiar e resistência cotidiana. Essa organização, embora fundamental para a sustentação do município, encontra limites estruturais associados às condições ambientais e à disponibilidade hídrica, aspectos que serão aprofundados no subitem seguinte.

6.2 RURAL EM IBIASSUCÊ: LIMITES, ESTRATÉGIAS E MEDIAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

6.2.1 Limites ambientais, produtivos e infraestruturais do espaço rural de Ibiassucê

O espaço rural do município de Ibiassucê é estruturado a partir de condicionantes ambientais próprios do semiárido baiano, caracterizado pela irregularidade das chuvas e pela ocorrência recorrente de longos períodos de estiagem. A variabilidade do regime pluviométrico impõe limites significativos ao planejamento agrícola, tornando a produção fortemente dependente das chuvas concentradas em curtos períodos do ano. Nessas condições, a seca não se configura como evento excepcional, mas como elemento estrutural do território, condicionando tanto o uso da terra quanto as estratégias produtivas das famílias rurais.

A distribuição mensal das chuvas na microrregião em que Ibiassucê está inserido evidencia a forte concentração pluviométrica em poucos meses do ano, intercalada por extensos períodos de baixa precipitação.

A Tabela 8 apresenta a estimativa da precipitação média mensal para o território de Ibiassucê, permitindo compreender a sazonalidade das chuvas ao longo do ano. A distribuição irregular dos índices pluviométricos evidencia a concentração das precipitações nos meses de novembro a março e a ocorrência de um período prolongado de estiagem entre maio e setembro, característica marcante do semiárido baiano. Esses dados são fundamentais para interpretar as dinâmicas produtivas locais, especialmente no que se refere ao planejamento agrícola, à disponibilidade hídrica e às estratégias de adaptação desenvolvidas pelas famílias rurais.

Tabela 7 - Precipitação média mensal estimada para o território de Ibiassucê (mm)

Mês	Precipitação média (mm)
Janeiro	110
Fevereiro	90
Março	100
Abril	60
Maio	15
Junho	8
Julho	6
Agosto	6
Setembro	10
Outubro	55
Novembro	130
Dezembro	150

Fonte: Estimativas elaboradas a partir de médias de estações do INMET próximas ao município.
Elaboração da autora.

A dependência direta da precipitação faz com que culturas como o feijão e o milho apresentem elevada instabilidade produtiva, com variações significativas de área plantada e quantidade produzida ao longo dos anos, conforme demonstrado anteriormente. A sensibilidade dessas culturas ao regime hídrico explica, em parte, a redução de áreas cultivadas em anos de seca prolongada. Em contrapartida, a mandioca assume papel estratégico como cultura de segurança alimentar, devido à sua maior resistência às condições de escassez hídrica e à sua adaptabilidade ao semiárido.

No que se refere à infraestrutura hídrica, o município de Ibiassucê conta com diferentes formas de captação e armazenamento de água que operam em escalas distintas. No plano estrutural, destacam-se os poços artesianos e as quatro barragens de maior porte existentes no território, que constituem fontes permanentes de abastecimento e desempenham papel relevante no suporte às atividades produtivas e ao consumo humano. Em nível domiciliar, a implantação de cisternas, especialmente por meio do Programa de Cisternas, tem contribuído para ampliar a capacidade de armazenamento de água nas residências rurais, fortalecendo a autonomia das famílias frente à irregularidade pluviométrica característica do semiárido. Paralelamente, em períodos de estiagem prolongada, o abastecimento por meio de carros-pipa configura-se como ação emergencial fundamental para garantir as condições mínimas de sobrevivência e a manutenção das atividades pecuárias.

Apesar da presença dessas infraestruturas, sua capacidade de resposta permanece limitada diante da variabilidade climática e da demanda territorial. As barragens e poços não asseguram abastecimento contínuo em todos os períodos do ano, as cisternas operam com volume restrito e o carro-pipa constitui solução temporária, dependente da atuação do poder público. Dessa forma, a infraestrutura hídrica existente, embora essencial para a reprodução social das famílias rurais, não elimina a vulnerabilidade estrutural da produção agrícola frente às condições ambientais do semiárido, reforçando a necessidade de estratégias complementares de adaptação e diversificação produtiva no território.

6.2.2 Pluriatividade, crédito e políticas públicas no território municipal

A ampliação do acesso ao crédito rural e às políticas públicas no município de Ibiassucê insere-se em um movimento mais amplo de reconfiguração das estratégias de reprodução social no campo. Em contextos marcados por vulnerabilidades ambientais e instabilidade produtiva, como discutido anteriormente, o crédito não opera apenas como instrumento financeiro, mas como mediação institucional entre Estado e agricultura familiar. Trata-se de uma dimensão estruturante do território usado (Santos), na qual a política pública passa a integrar a dinâmica produtiva cotidiana das famílias.

Dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente indicam que, em 2025, foram realizadas 23 operações na modalidade CAF V, totalizando R\$ 609.940,00, além de 993 operações na modalidade CAF B,⁴ com acumulado de R\$ 11.049.500,00. O registro de 309

⁴ Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Instrumento oficial do Governo Federal que identifica e qualifica as Unidades Familiares de Produção Agrária, substituindo a antiga DAP. É requisito obrigatório para acesso a políticas públicas como PRONAF, Garantia Safra, PAA e PNAE. No âmbito do crédito rural, o CAF V (Variável)

novos cadastros no mesmo ano revela expansão do acesso formal às políticas agrícolas. Segundo avaliação institucional, esse crescimento relaciona-se diretamente ao programa de itinerância promovido pela Secretaria, que buscou reduzir barreiras burocráticas e facilitar a regularização documental dos agricultores.

Segundo o secretário de Agricultura e Meio Ambiente a principal dificuldade de acesso não reside na indisponibilidade de crédito, mas na ausência de documentação adequada. Essa constatação desloca o debate do campo estritamente econômico para o campo institucional, evidenciando que a inclusão produtiva depende da capacidade dos agricultores de se inserirem nas exigências formais do Estado. Nesse sentido, o desenvolvimento rural assume caráter normativo, condicionando o acesso a recursos à conformidade documental, o que pode reproduzir desigualdades invisíveis.

A parceria com o Banco do Nordeste, por meio do Agroamigo⁵ e das linhas do PRONAF⁶, reforça essa centralidade do crédito. Os financiamentos variam entre R\$ 12.000,00 e R\$ 15.000,00 por família, com recente implementação do Agroamigo Jovem, cuja finalidade predominante concentra-se na criação animal e na diversificação das atividades produtivas. A Comunidade Quilombola de Santo Inácio apresenta número expressivo de beneficiários, e, segundo a Secretaria, acesso é considerado viável do ponto de vista institucional, embora persistam desafios relacionados a documentação, acompanhamento técnico e regularidade produtiva.

Entre essas políticas, o Programa Garantia Safra destaca-se como mecanismo de proteção social voltado à agricultura familiar, assegurando compensação financeira em situações de perda significativa da produção decorrente de seca ou excesso hídrico. A adesão ao programa não representa apenas acesso a benefício eventual, mas expressa o reconhecimento institucional da fragilidade estrutural da produção agrícola diante das variáveis climáticas.

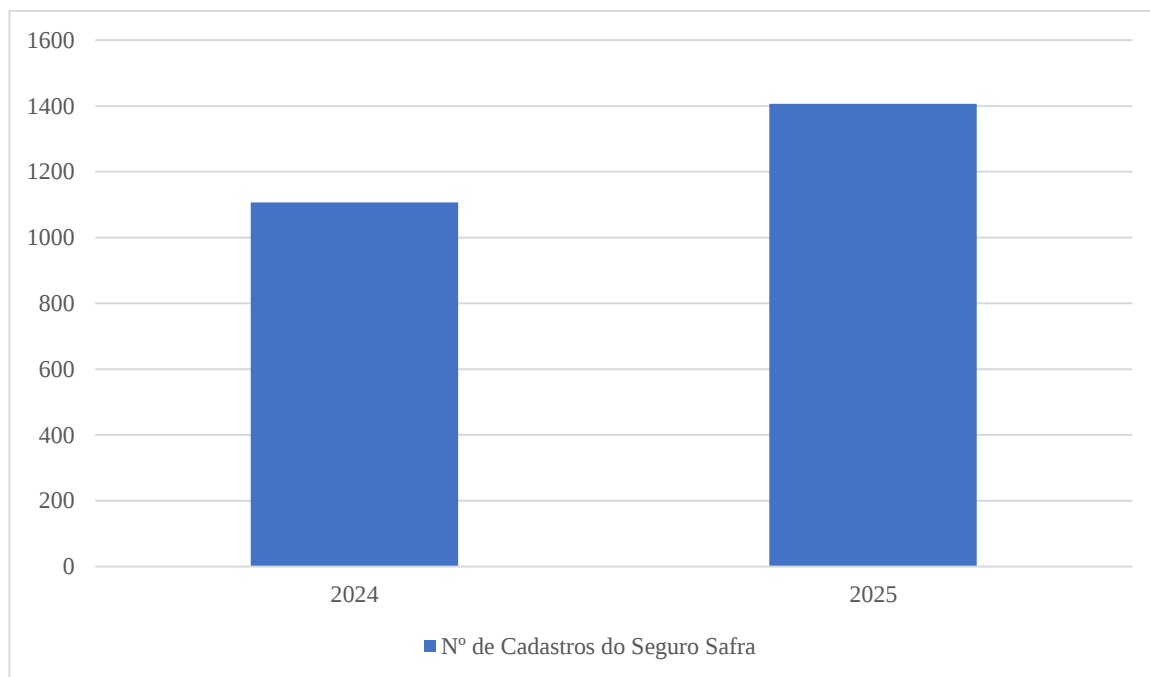
refere-se a agricultores com maior capacidade produtiva e acesso a linhas de financiamento de maior valor, enquanto o CAF B (Grupo B/F) destina-se a famílias de menor renda, enquadradas em modalidades de microcrédito produtivo orientado, como o Agroamigo.

⁵ Programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste, vinculado ao PRONAF, voltado principalmente aos agricultores familiares de menor renda (Grupo B). Oferece crédito acompanhado de orientação técnica e acompanhamento produtivo, com foco no fortalecimento da renda, na diversificação das atividades e na inclusão financeira no meio rural.

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Política pública federal criada em 1995 com a finalidade de financiar atividades produtivas da agricultura familiar, por meio de linhas de crédito diferenciadas, com taxas de juros subsidiadas e condições específicas para custeio, investimento e infraestrutura. O programa é operacionalizado por instituições financeiras públicas e privadas, sendo o acesso condicionado ao enquadramento no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

O gráfico 5 apresenta a evolução do número de contratos do Garantia Safra no município de Ibiassucê entre 2024 e 2025, evidenciando o comportamento recente da política no território e permitindo compreender sua inserção na estratégia de permanência das famílias no campo.

Gráfico 5 - Evolução do número de contratos do Programa Garantia Safra em Ibiassucê (2024–2025)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM).
Elaboração: Autora.

A evolução do número de contratos do Programa Garantia Safra evidencia o reconhecimento institucional da vulnerabilidade climática que incide sobre o território rural de Ibiassucê. O aumento de 1.107 contratos em 2024 para 1.407 em 2025 representa ampliação significativa da adesão das famílias ao mecanismo de proteção contra perdas decorrentes da estiagem. Tal crescimento, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, está associado ao programa de itinerância, que facilitou o acesso à documentação e à formalização das famílias agricultoras.

Figura 22 - Ação de itinerância da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para ampliação dos cadastros do Garantia Safra



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ibiassucê, registro da ação de itinerância, 2025.

Esse dado revela duas dimensões simultâneas. Por um lado, demonstra maior capilaridade das políticas públicas no território. Por outro, explicita a persistência da vulnerabilidade produtiva, uma vez que a ampliação do número de contratos não decorre de expansão produtiva, mas da necessidade de proteção frente ao risco climático. Assim, o Garantia Safra opera como mecanismo compensatório diante dos limites estruturais impostos pelo regime hídrico do semiárido, reforçando a dependência institucional como elemento constitutivo da reprodução social no campo. O aumento da adesão revela vulnerabilidade estrutural do território e reforça o papel do Estado na reprodução social rural.

A política de aquisição institucional também compõe esse cenário. Em 2026, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) prevê a participação de uma família da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, enquanto em 2025 houve inserção de grupos produtivos como Massangano com a (tapioca) e Capoeirão (Polpas). Ainda que esses programas ampliem possibilidades de comercialização, sua cobertura permanece limitada frente ao universo de agricultores do município, configurando-se mais como oportunidades pontuais do que como reestruturação sistêmica do mercado local.

A assistência técnica rural (ATER) representa outro eixo fundamental dessa análise. Apesar da presença de técnicos vinculados à Secretaria, o atendimento alcançou 16 famílias no

semestre, sendo 8 da Comunidade Quilombola de Santo Inácio. A proporção revela cobertura restrita diante do número total de agricultores, o que evidencia a intermitência da assistência técnica como política estruturante. A literatura agrária é consistente ao demonstrar que crédito sem formação técnica tende a gerar baixa sustentabilidade produtiva, especialmente em contextos de agricultura familiar.

Esse dado torna-se ainda mais significativo quando comparado ao universo total da agricultura familiar no município. Segundo o Cadastro Único, Ibiassucê possui 2.681 famílias vinculadas à agricultura familiar, evidenciando a centralidade dessa atividade na estrutura socioeconômica local. No entanto, apenas 1.039 agricultores possuem cadastro formal ativo em políticas públicas agrícolas, o que indica que parte expressiva das famílias permanece parcialmente inserida nos instrumentos institucionais de apoio. Nesse contexto, o atendimento a apenas 16 famílias no semestre evidencia a baixa capilaridade da assistência técnica rural, revelando um descompasso entre a dimensão estrutural da agricultura familiar e o alcance efetivo das políticas públicas voltadas ao fortalecimento produtivo.

Apesar da relevância da assistência técnica como instrumento de fortalecimento da produção rural, sua cobertura no município ainda se mostra limitada. No semestre analisado, apenas 16 famílias foram atendidas diretamente pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), número significativamente reduzido quando comparado ao universo de 2.681 famílias agricultoras familiares registradas no Cadastro Único. Essa discrepância evidencia a baixa capilaridade da assistência técnica no território e revela que a maioria das unidades produtivas permanece sem acompanhamento sistemático, o que compromete a qualificação dos processos produtivos, a adoção de tecnologias apropriadas e o aproveitamento pleno das políticas públicas disponíveis. Tal cenário reforça que o acesso formal a programas e linhas de crédito, embora importante, não é suficiente para assegurar o fortalecimento da agricultura familiar, sendo indispensável a ampliação da assistência técnica como mediação estruturante do desenvolvimento rural no município.

Essa limitação manifesta-se de forma concreta na análise das infraestruturas produtivas instaladas no município. A existência de quatro casas de farinha, das quais apenas uma permanece ativa, revela fragilidade na articulação entre investimento físico e organização coletiva. De modo semelhante, a implantação de 16 aviários por meio do Consórcio do Alto Sertão, em 2022, concentrados em uma única comunidade, não resultou na consolidação da atividade, em razão da ausência de formação continuada e acompanhamento técnico. Esses casos evidenciam que a oferta de equipamentos e insumos, desacompanhada de capital social e capacitação, tende a produzir estruturas subutilizadas.

A Figura 24 registra o aviário implantado pelo Consórcio do Alto Sertão em 2022, evidenciando uma iniciativa voltada ao fortalecimento da produção local. Entretanto, a imagem também revela os desafios enfrentados para a consolidação produtiva quando a implantação de infraestrutura não é acompanhada por formação continuada e assistência técnica sistemática, limitando os resultados esperados no território.

Figura 23: – Galinhas aviário implantada pelo Consórcio do Alto Sertão em 2022, ilustrando desafios de consolidação produtiva na ausência de formação continuada



Fonte: Arquivo pessoal da autora, pesquisa de campo, 2025.

Em contraste com as iniciativas que se limitaram à instalação de infraestrutura física, o Programa Mais Leite evidencia que a presença de acompanhamento técnico sistemático e formação continuada pode alterar de maneira mais consistente a dinâmica produtiva local. A ampliação da produção leiteira observada nos últimos anos não decorre exclusivamente da introdução de equipamentos ou insumos, mas da articulação entre assistência técnica, organização produtiva e inserção em política pública estruturada.

Figura 24- Produção leiteira no município de Ibiassucê-BA com apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, evidenciando políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

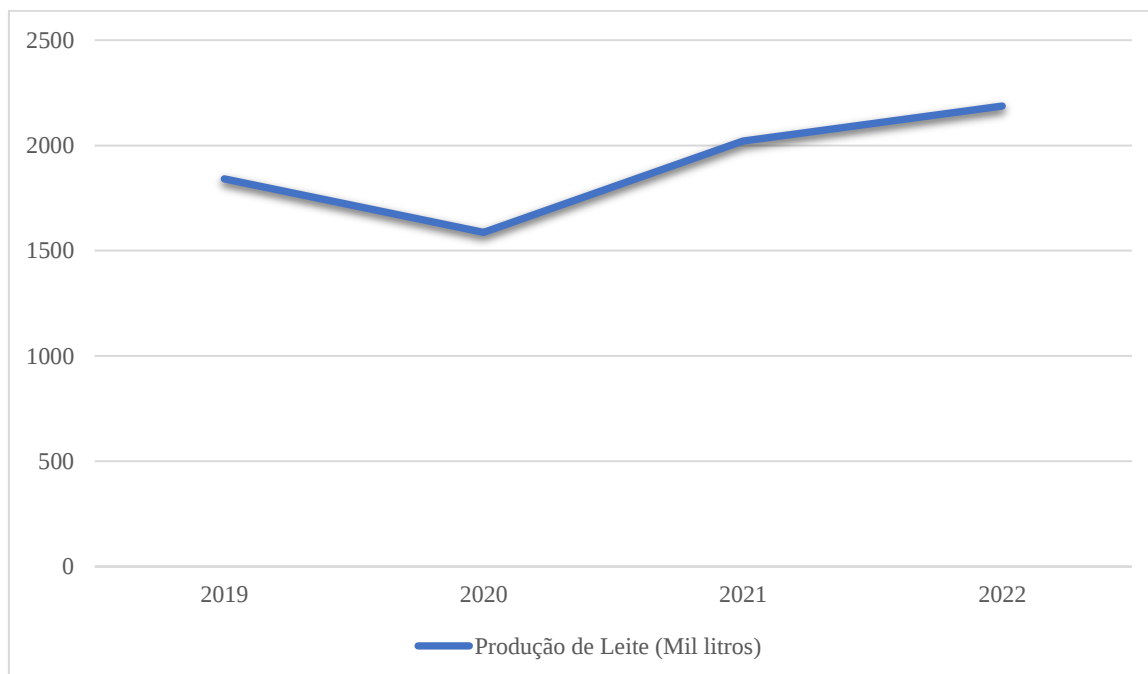


Fonte: Arquivo pessoal da autora, pesquisa de campo, 2025.

Nesse sentido, a análise da evolução da produção de leite no município permite compreender como políticas que combinam crédito, capacitação e monitoramento técnico tendem a produzir resultados mais duradouros. O gráfico 6 a seguir apresenta a evolução da produção leiteira em Ibiassucê, evidenciando a relação entre formação produtiva e incremento

da atividade, e permitindo contrastar essa experiência com outras iniciativas cuja limitação esteve na ausência de acompanhamento sistemático.

Gráfico 6 - Produção de Leite – Ibiassucê (2019–2025)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM).
Elaboração: Autora.

O gráfico 6 evidencia uma tendência geral de crescimento da produção leiteira no município de Ibiassucê ao longo do período analisado, com destaque para o salto registrado em 2025, quando a produção atinge 2.628 mil litros, superando de forma expressiva os 2.201 mil litros contabilizados em 2024. Esse aumento não pode ser interpretado como mero comportamento conjuntural, mas como resultado da articulação entre política pública estruturada, assistência técnica e reorganização produtiva no interior das unidades familiares.

A literatura sobre desenvolvimento rural tem enfatizado que a ampliação da produção na agricultura familiar não depende exclusivamente da oferta de crédito ou infraestrutura física, mas da combinação entre capital técnico, organização social e acompanhamento sistemático (Abramovay, 2001; Schneider, 2003). Nesse sentido, o Programa Mais Leite configura-se como experiência que vai além da simples disponibilização de insumos, operando como política estruturante capaz de alterar o padrão produtivo local.

Segundo o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pequenos produtores atendidos pelo programa apresentaram aumento significativo na produtividade individual, especialmente após a introdução de práticas de manejo orientado, melhoria na alimentação animal e acompanhamento técnico periódico. Em um dos casos relatados, um produtor familiar

conseguiu elevar de forma consistente sua produção diária após a adesão ao programa, demonstrando que a formação continuada e o suporte técnico atuam como elementos decisivos para a consolidação da atividade.

Essa dinâmica confirma a perspectiva de que o desenvolvimento rural, especialmente em territórios semiáridos, exige mediações institucionais capazes de reduzir a vulnerabilidade estrutural associada às condições ambientais (Graziano da Silva, 2002). Diferentemente de iniciativas que se limitaram à implantação de estruturas físicas sem acompanhamento formativo, o Programa Mais Leite demonstra que políticas integradas podem gerar efeitos multiplicadores na economia local, fortalecendo a renda, incentivando a permanência no campo e ampliando a base produtiva municipal.

Assim, o crescimento observado em 2025 não representa apenas incremento quantitativo, mas sinaliza a consolidação de uma estratégia produtiva que articula conhecimento técnico, organização familiar e política pública estruturada, reafirmando a centralidade da agricultura familiar na sustentação econômica do território.

A dinâmica observada em Ibiassucê revela que a pluriatividade não pode ser interpretada como simples adaptação econômica circunstancial, mas como expressão de uma racionalidade territorial própria da agricultura familiar em contextos de risco estrutural. Schneider (2003) sustenta que a pluriatividade constitui estratégia de reprodução social que combina múltiplas atividades para garantir estabilidade mínima diante das incertezas produtivas. Em territórios semiáridos, essa lógica se intensifica, pois, a variabilidade climática impõe limites constantes à previsibilidade agrícola.

Entretanto, como adverte Abramovay (2001), o desenvolvimento rural não decorre automaticamente da diversificação produtiva ou da ampliação do crédito. Ele depende da capacidade de organização coletiva, da construção de redes de cooperação e da conversão de recursos em dinamismo econômico territorializado. Nesse sentido, a fragilidade do cooperativismo local e a subutilização de infraestruturas produtivas demonstram que o acesso a políticas públicas, embora necessário, não é suficiente.

Essa compreensão encontra respaldo na concepção de território proposta por Milton Santos (1996), para quem o território resulta da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações. No caso analisado, o território rural de Ibiassucê apresenta objetos técnicos casas de farinha, aviários, linhas de crédito, tanques de resfriamento, mas a consolidação do desenvolvimento depende da densidade das ações coletivas que lhes dão sentido. Sem capital social estruturado, os objetos permanecem subaproveitados.

A partir dessa leitura, torna-se possível compreender que o desenvolvimento local exige mediações institucionais capazes de articular produção, mercado e organização social. É nesse ponto que o mercado institucional, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assume papel estratégico. Diferentemente do crédito, que atua predominantemente na esfera da produção, o PNAE incide sobre a comercialização, criando demanda garantida para a agricultura familiar.

Sob a perspectiva teórica, o PNAE pode ser interpretado como política de encadeamento produtivo territorial, pois conecta a produção local ao consumo institucional, fortalecendo circuitos curtos de comercialização e promovendo dinamização econômica endógena. Tal lógica dialoga com a ideia de desenvolvimento territorial defendida por autores como Pecqueur (2005), para quem o desenvolvimento emerge da articulação entre recursos locais e mercados organizados socialmente.

Assim, se a pluriatividade representa estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades produtivas, o PNAE surge como possibilidade de estabilização da renda e fortalecimento dos vínculos entre agricultura familiar e políticas públicas estruturadas. A análise do mercado institucional em Ibiassucê permitirá compreender se essa mediação tem sido capaz de superar as fragilidades organizacionais identificadas ou se reproduz, em outra escala, os limites já observados no acesso ao crédito e à infraestrutura.

Dessa forma, o debate desloca-se da produção para a comercialização, abrindo o próximo tópico, no qual se examinará o PNAE como promessa e fronteira do desenvolvimento rural no município.

No município de Ibiassucê, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) conta atualmente com 16 agricultores familiares habilitados a fornecer alimentos para a rede municipal. Segundo entrevista realizada com a responsável pelo PNAE, a aquisição dos produtos ocorre por meio de chamada pública, procedimento que assegura transparência e prioriza a compra direta da agricultura familiar.

No município de Ibiassucê, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui importante mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar e de dinamização econômica territorial. Em 2025, o município destinou o montante de R\$ 191.876,21 à aquisição de alimentos por meio do programa, evidenciando o investimento público na articulação entre produção local e abastecimento institucional. Segundo a gestão municipal, o percentual de aquisição de produtos da agricultura familiar supera o mínimo legal de 30 por cento

estabelecido pela Lei nº 11.947/2009⁷, ainda que esse percentual apresente variações entre os anos. Esse investimento demonstra o papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento local, ao criar mercado institucional para os agricultores familiares e fortalecer circuitos curtos de comercialização, contribuindo para a geração de renda e a permanência das famílias no território rural.

Os produtores vinculados ao programa ofertam frutas, verduras, ovos e leite, compondo um conjunto diversificado de produtos que abastecem a alimentação escolar. No entanto, a inserção no mercado institucional encontra limites estruturais. Um dos principais desafios apontados pela gestão é a ausência ou dificuldade de obtenção do Selo de Inspeção Municipal (SIM), requisito fundamental para a comercialização de produtos de origem animal. Essa exigência, embora necessária do ponto de vista sanitário, pode funcionar como barreira de entrada para pequenos produtores que não dispõem de estrutura adequada ou apoio técnico para adequação às normas.

No caso da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar ainda é limitada, uma vez que apenas uma família encontra-se habilitada e realiza a entrega de ovos para a rede municipal de ensino. Esse dado revela que, embora o programa constitua uma importante oportunidade de inserção da agricultura familiar no mercado institucional, sua apropriação no âmbito comunitário permanece restrita. Segundo informações obtidas em campo e junto à gestão local, a baixa adesão não decorre exclusivamente de barreiras institucionais, mas também da ausência de interesse por parte de outros produtores, associada à insegurança quanto à capacidade de fornecimento contínuo, às exigências sanitárias e à limitada organização coletiva para atender às demandas do programa.

Essa situação evidencia que a existência da política pública, por si só, não garante sua efetiva territorialização, sendo necessária a articulação entre assistência técnica, mobilização comunitária e fortalecimento das associações locais, de modo a ampliar a participação e consolidar o mercado institucional como estratégia efetiva de geração de renda e desenvolvimento territorial.

Além disso, a própria base produtiva local sofre impactos das condições climáticas. Nem todos os alimentos demandados pelo cardápio escolar são produzidos no território,

⁷ dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), estabelecendo que, no mínimo, 30 por cento dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, priorizando assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas. A lei constitui instrumento estratégico de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção do desenvolvimento local, ao articular produção rural e mercado institucional.

especialmente em razão da irregularidade pluviométrica característica do semiárido. Produtos como a maçã, por exemplo, não são cultivados no município, o que evidencia os limites ecológicos da produção local e a necessidade de complementaridade externa. Tal situação revela que o mercado institucional, embora promova fortalecimento da agricultura familiar, não elimina as restrições ambientais que condicionam o espaço agrário.

Sob a perspectiva teórica, o PNAE pode ser compreendido como instrumento de encadeamento produtivo territorial (Pecqueur, 2005), pois conecta produção local e consumo institucional, reduzindo intermediários e promovendo circulação de renda no próprio território. Contudo, como adverte Abramovay (2001), o desenvolvimento rural depende da capacidade de transformar oportunidades institucionais em dinamismo econômico sustentável. A limitação do número de agricultores habilitados e os entraves relacionados ao SIM indicam que a política, embora promissora, ainda opera dentro de um campo de restrições estruturais.

Nesse sentido, o mercado institucional emerge como promessa e fronteira simultaneamente. Promessa, porque cria demanda estável e previsível, incentivando diversificação produtiva e permanência no campo. Fronteira, porque sua efetividade depende de qualificação técnica, organização coletiva e superação de barreiras sanitárias e climáticas. A consolidação do PNAE como estratégia de desenvolvimento local exige, portanto, integração entre política pública, assistência técnica e fortalecimento do capital social, de modo que o acesso ao mercado institucional não permaneça restrito a um grupo reduzido de produtores, mas se amplie de forma territorialmente equilibrada.

CAPÍTULO 7

7. SANTO INÁCIO: TERRITÓRIO QUILOMBOLA, PLURIATIVIDADE E RESISTÊNCIA COTIDIANA

7.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, ESTRUTURA TERRITORIAL E DINÂMICAS COMUNITÁRIAS

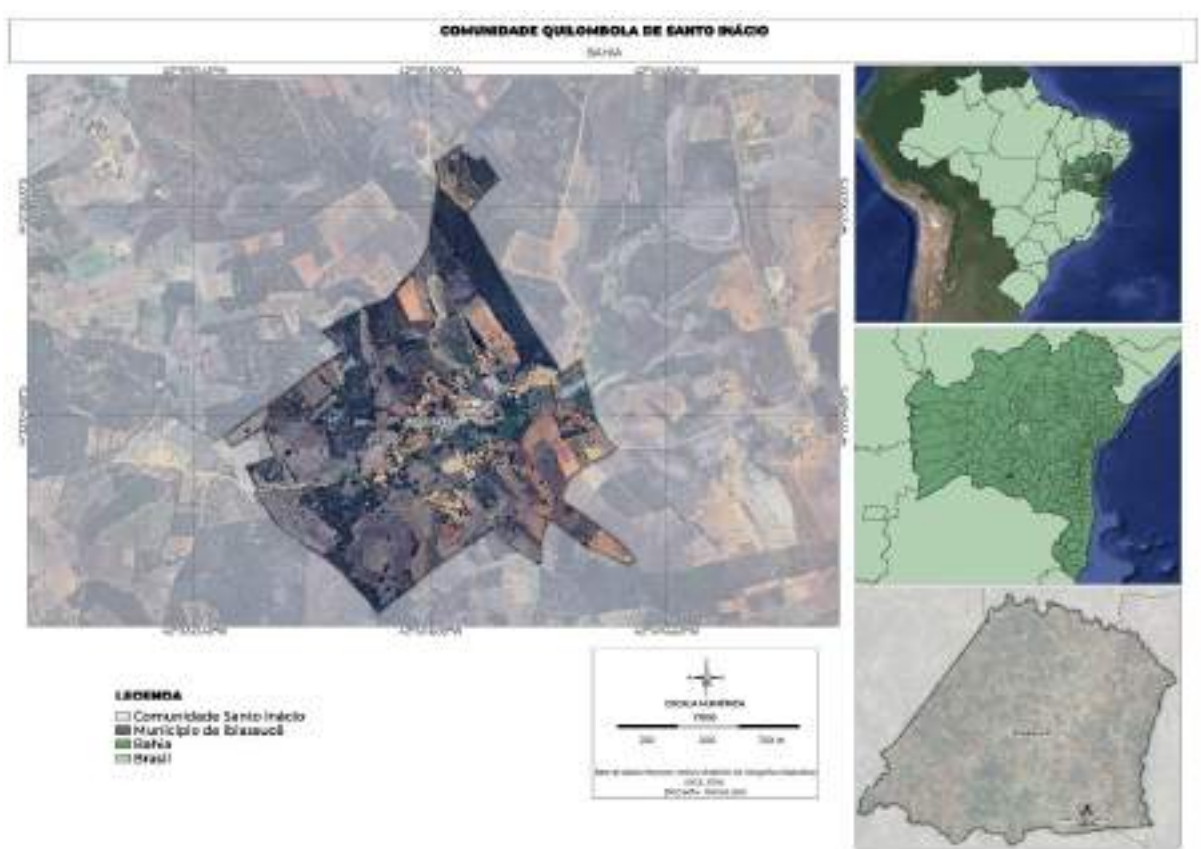
O Quilombo Santo Inácio, território central desta investigação, localiza-se na zona rural do município de Ibiassucê, inserido na Microrregião de Guanambi, Microrregião de Guanambi, inserida no Território de Identidade Sertão Produtivo, conforme regionalização adotada pelo Governo do Estado da Bahia. A comunidade encontra-se a aproximadamente 640 quilômetros da capital do estado, Salvador, e a cerca de 13 quilômetros da sede municipal. O acesso ocorre por via mista, sendo aproximadamente dois quilômetros de estrada de terra e o restante do

percurso pavimentado. Já a circulação entre Santo Inácio e outras comunidades vizinhas realiza-se predominantemente por estradas de terra batida, característica comum às áreas rurais do município.

A origem da denominação “Santo Inácio” permanece envolta em narrativas transmitidas oralmente. Entre as versões relatadas pelos moradores mais antigos, destaca-se a história de uma família que teria vivido na localidade e possuía dois filhos chamados Santo e Inácio. Como o lugar ainda não possuía designação formal, a família teria atribuído ao território os nomes das crianças, consolidando a identidade toponímica que permanece até os dias atuais.

Segundo relatos orais de moradores mais antigos da comunidade, coletados durante a pesquisa de campo, os primeiros moradores a se estabelecerem no território foram o casal Egídio de Brito Gondim e Duvirgem Maria de Brito, ambos negros. Originários da comunidade vizinha de Jacaré, passaram inicialmente pela sede municipal de Ibiassucê e, posteriormente, fixaram-se em Santo Inácio, onde constituíram moradia e expandiram o núcleo familiar. A partir dessa ocupação inicial, estruturaram-se as bases sociais e territoriais da comunidade, cuja trajetória histórica permanece marcada pela permanência, pelo pertencimento e pela continuidade intergeracional.

Figura 25 - Mapa de localização da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, Ibiassucê-BA.



Fonte: Elaboração da autora (2026).

Atualmente, a Comunidade Quilombola de Santo Inácio é composta por 68 famílias, totalizando 195 moradores,⁸ distribuídos entre diferentes faixas etárias e etapas do ciclo de vida. Desse conjunto populacional, identificam-se 104 mulheres e 91 homens, além de 30 crianças, 20 adolescentes, 116 adultos e 27 pessoas idosas, evidenciando predominância da população adulta, mas também a convivência entre distintas gerações no território. Observa-se ainda a existência de 23 famílias em situação de pobreza e a presença de 17 pessoas com deficiência, indicando demandas sociais específicas e a necessidade de políticas públicas direcionadas à inclusão. Ressalta-se também que 189 moradores se autodeclaram negros (pretos e pardos), característica coerente com o reconhecimento histórico e identitário da comunidade quilombola. Esse contingente populacional apresenta pequenas variações ao longo do tempo, decorrentes de dinâmicas naturais e sociais próprias do território.

Parte dos moradores constitui novas famílias e se desloca para comunidades vizinhas ou para outros municípios do estado da Bahia. Há também fluxos migratórios para estados como São Paulo e Minas Gerais, motivados, em geral, pela busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. Paralelamente, ocorrem nascimentos e falecimentos, o que contribui para a manutenção de uma média populacional relativamente estável ao longo dos anos.

Ainda que muitos quilombolas residam temporariamente fora do território, o vínculo afetivo e identitário com Santo Inácio permanece fortalecido. A comunidade é reconhecida como espaço de origem, memória e pertencimento. As visitas frequentes e o desejo manifestado de retorno revelam que a migração não rompe os laços territoriais, mas os reconfigura. Observa-se, inclusive, movimento recente de retorno de alguns membros dessas famílias, reafirmando a centralidade simbólica e social do território na trajetória de vida dos seus moradores.

O Quilombo Santo Inácio é composto majoritariamente por pessoas negras nascidas e criadas na própria comunidade, que se reconhecem como descendentes de africanos. Essa autodefinição identitária foi elemento central para o processo de reconhecimento oficial da localidade como remanescente de quilombo. O percurso de certificação teve início em 2006, culminando, em 05 de maio de 2009, na emissão da certidão oficial pela Fundação Cultural Palmares, conforme estabelece o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.⁹

⁸ Dados do CadÚnico.

⁹ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Rememorar o processo de reconhecimento implica destacar as articulações e mobilizações que possibilitaram tal conquista. Entre os relatos locais, sobressai a influência do padre Zé Mazzoco, cuja atuação pastoral e compromisso com causas sociais desempenharam papel relevante na sensibilização da comunidade. Em uma de suas visitas à escola da localidade, ao dialogar com moradores e lideranças comunitárias, especialmente com a senhora Marinalva, contribuiu para despertar o interesse coletivo em compreender melhor a identidade quilombola e os direitos associados a esse reconhecimento.

De acordo com Eliete Freitas Rocha¹⁰, por já atuar em outros municípios baianos que possuíam comunidades quilombolas certificadas, o religioso identificou em Santo Inácio elementos históricos, culturais e sociais compatíveis com a condição quilombola reconhecida institucionalmente. Ainda segundo a autora, foi a partir dessas interlocuções e diálogos com lideranças locais que se iniciou um movimento interno de reflexão coletiva acerca da identidade da comunidade, culminando na formalização da autodeclaração e no encaminhamento da documentação exigida à Fundação Cultural Palmares.

Conforme destaca Eliete Freitas Rocha, o reconhecimento oficial não se configurou como ato isolado ou mera formalidade administrativa, mas como resultado de um processo de construção identitária e mobilização comunitária, no qual memória social, pertencimento e articulação institucional se entrelaçaram na consolidação do território quilombola. Trata-se, portanto, de um movimento de tomada de consciência coletiva que transformou narrativas históricas e experiências vividas em reconhecimento jurídico e político.

A partir das primeiras interlocuções sobre identidade quilombola, os moradores de Santo Inácio passaram a buscar informações mais aprofundadas sobre o significado e as implicações de se reconhecerem como comunidade remanescente de quilombo. Em 02 de agosto de 2006, realizou-se uma reunião com a participação de moradores e representantes vinculados à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), inicialmente com o objetivo de apresentar ações voltadas à agricultura familiar. Durante o encontro, surgiram questionamentos acerca do reconhecimento quilombola, o que ampliou o debate para além das questões produtivas.

Em novembro de 2006, nova reunião da associação comunitária reuniu lideranças locais e representantes de movimentos quilombolas da região, momento em que foram apresentados os fundamentos jurídicos e políticos do reconhecimento. Ficou claro que o primeiro passo dependeria exclusivamente da decisão da própria comunidade, pois o critério central para a certificação é a autodeclaração enquanto remanescente de quilombo, conforme estabelece a

¹⁰ Lider Quilombola da comunidade Quilombola de Santo nácio.

legislação vigente. Assim, o reconhecimento não poderia ser imposto externamente, mas deveria resultar da vontade coletiva dos moradores.

Em março de 2007, outro encontro foi realizado com a presença de técnicos e representantes pastorais, ocasião em que se aprofundaram as discussões sobre identidade, história e ancestralidade. Foram realizadas entrevistas com os anciãos, resgatando a memória da formação da comunidade, além de palestras e momentos culturais que fortaleceram a compreensão sobre a trajetória histórica do povo negro e quilombola. Após sucessivos debates e a elaboração do histórico comunitário, em abril de 2008 os moradores formalizaram, em ata, a autodefinição como remanescentes de quilombo e solicitaram oficialmente o registro junto à Fundação Cultural Palmares. O reconhecimento foi concedido em 05 de maio de 2009.

No campo das manifestações culturais, destaca-se a festa do padroeiro Santo Inácio de Loyola, realizada anualmente entre os dias 23 e 31 de julho. O novenário reúne moradores e visitantes de comunidades vizinhas, fortalecendo laços religiosos e comunitários. Após as celebrações, há partilha de alimentos preparados pelas famílias responsáveis por cada noite, prática que reafirma valores de solidariedade e cooperação. Os festejos encerram-se com missa, procissão e a entrega simbólica da bandeira aos organizadores do ano seguinte, mantendo viva a tradição e a identidade coletiva da comunidade.

Figura 26 - Novenário em louvor a Santo Inácio de Loyola, momento de celebração religiosa e fortalecimento dos laços comunitários.



Fonte: Instagram oficial da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, publicado em (2025).

A organização espacial da Comunidade Quilombola de Santo Inácio revela um território que dispõe de equipamentos sociais fundamentais à reprodução da vida coletiva. Esses espaços não representam apenas edificações, mas materializam relações sociais, práticas culturais e dinâmicas produtivas que sustentam a permanência no território.

A comunidade possui quadra poliesportiva coberta, utilizada para atividades esportivas, reuniões ampliadas e eventos culturais; igreja católica, centro das celebrações religiosas e da festa do padroeiro; campo de futebol, espaço de sociabilidade, especialmente entre jovens; casa de farinha, vinculada à produção tradicional da mandioca; e a Escola Quilombola Egídio de Brito Gondim, instituição estratégica na formação educacional e na valorização da identidade quilombola.

Destaca-se também a sede da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, espaço central de deliberação política, organização coletiva e articulação com políticas públicas. É nesse local que ocorrem as reuniões mensais, assembleias e discussões sobre crédito, programas governamentais, cultura e desenvolvimento local. A sede da

associação configura-se como núcleo institucional da comunidade, simbolizando a dimensão organizativa do território.

Esses equipamentos estruturam o cotidiano comunitário e expressam a articulação entre dimensões produtiva, religiosa, educacional, esportiva e política, compondo uma espacialidade marcada por identidade, pertencimento e organização coletiva.

Figura 27 - Mapa da estrutura da Comunidade Quilombola de Santo Inácio

Fonte: Elaboração da autora (2026).

Figura 28 - Igreja Católica de Santo Inácio



Fonte: Instagram da comunidade (2025).

Figura 29 - Sede da Associação Comunitária



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2026).

Figura 30 - Escola Quilombola Egídio de Brito Gondim



Fonte: Documento do Projeto Político Pedagógico da escola (2023).

A criação da Escola Quilombola Egídio de Brito Gondim constitui marco histórico na trajetória da Comunidade Quilombola de Santo Inácio. Em setembro de 2009, poucos meses após a certificação oficial pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade foi contemplada com a proposta de construção de uma escola específica para áreas quilombolas, viabilizada por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Para atender às exigências do programa, foi necessário dialogar com comunidades circunvizinhas, ampliando o público atendido pela futura instituição. Comissões formadas por membros da comunidade e representantes da Secretaria Municipal de Educação realizaram reuniões com pais, estudantes e profissionais da educação, obtendo aceitação majoritária da proposta. Esse processo revela que, diferentemente de muitos contextos nacionais, houve mobilização e articulação local para viabilizar a permanência da escola no território.

A implantação da Escola Quilombola Egídio de Brito Gondim ocorreu em um cenário nacional marcado pelo processo de nucleação das escolas do campo. A partir da década de 1990, muitas escolas rurais foram desativadas sob o argumento de racionalização administrativa e melhoria da qualidade do ensino, o que resultou no deslocamento de crianças para unidades escolares distantes, frequentemente localizadas em áreas urbanas. Esse movimento, amplamente criticado por pesquisadores da Educação do Campo, implicou a ruptura entre escola e território, enfraquecendo vínculos culturais, identitários e comunitários.

Nesse contexto, a construção da escola em Santo Inácio representa um contraexemplo significativo. Conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola (BAHIA, 2014), a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, quando ofertados em áreas rurais quilombolas, devem ocorrer prioritariamente nos próprios territórios. A materialização dessa diretriz na comunidade evidencia conquista política e fortalecimento do direito à educação contextualizada.

A área onde a escola foi construída foi doada pelo casal Sebastião Brito e Tereza Rodrigues Brito, reforçando o compromisso comunitário com a educação. O projeto foi encaminhado ao FNDE em 30 de setembro de 2009, o convênio publicado em 31 de dezembro do mesmo ano, com liberação de recursos em abril de 2010. A obra foi concluída em dezembro de 2011.

A instituição recebeu o nome de Escola Quilombola Egídio de Brito Gondim em homenagem ao morador mais antigo da comunidade, reconhecimento formalizado por meio do Decreto nº 002/2011 e da Lei Municipal nº 189/2011. Tal denominação não apenas honra uma liderança histórica, mas simboliza a continuidade intergeracional e o enraizamento da escola na memória coletiva do território.

Estruturalmente, a escola foi construída a partir de projeto padrão da Coordenação Geral de Infraestrutura Educacional (CGEST), dispondo de salas de aula, banheiros, área administrativa, cozinha e pátio coberto. Com a ampliação da estrutura, todos os estudantes passaram a ser atendidos no novo prédio, consolidando a escola como centro educacional da comunidade.

Mais do que equipamento público, a Escola Quilombola Egídio de Brito Gondim constitui espaço de resistência territorial. Ela garante que crianças e jovens possam estudar sem romper com sua cultura, sua história e seus vínculos comunitários. Em um país marcado pela desativação de escolas do campo, sua existência representa afirmação do direito à educação diferenciada, ancorada na identidade quilombola e na permanência no território.

7.2 VIVER E PERMANECER: O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTO INÁCIO

A análise do cotidiano das famílias quilombolas da Comunidade de Santo Inácio constitui um eixo interpretativo central para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento local e das estratégias de permanência no território. O cotidiano, entendido não como simples repetição de práticas rotineiras, mas como instância de produção social da vida, revela-se um espaço privilegiado onde se materializam as relações entre trabalho, território, identidade e reprodução social. Conforme argumenta Henri Lefebvre, é no plano do vivido que se expressam, de maneira concreta, as contradições estruturais do modo de produção, bem como as formas de resistência e adaptação engendradas pelos sujeitos sociais em contextos de desigualdade.

No caso dos territórios quilombolas, o cotidiano assume uma dimensão histórica e política singular, pois está profundamente imbricado com processos de expropriação, marginalização e luta por reconhecimento. Viver em Santo Inácio não se reduz à ocupação física do espaço rural, mas implica uma relação socialmente construída com o território, marcada pela memória coletiva, pelos vínculos de pertencimento e pela afirmação da identidade quilombola. Essa relação territorial, conforme destaca Claude Raffestin, é mediada por relações de poder, nas quais o território se configura simultaneamente como recurso, abrigo e expressão simbólica da existência social.

A permanência das famílias no território, portanto, não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais isoladas ou como expressão de imobilidade social. Trata-se, antes, de um processo relacional, condicionado por fatores econômicos, sociais e culturais, no qual as estratégias cotidianas de reprodução da vida desempenham papel central. Como

argumenta Milton Santos, o espaço vivido é produzido a partir do uso, sendo nele que os sujeitos constroem respostas concretas às limitações impostas pela escassez de recursos, pela precarização do trabalho e pela seletividade das políticas públicas. Assim, o cotidiano emerge como campo de mediação entre as estruturas macroeconômicas e as práticas locais, evidenciando tanto os limites quanto as possibilidades de permanência no campo.

Este subtema fundamenta-se nos dados empíricos coletados por meio dos questionários aplicados às famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, os quais permitem delinear o perfil socioeconômico dos domicílios, as formas de organização da vida cotidiana e as condições materiais que sustentam ou tensionam a permanência no território. Ao analisar quem são essas famílias, como vivem e do que dependem, busca-se evidenciar que o viver e o permanecer constituem processos indissociáveis, sustentados por estratégias adaptativas, múltiplas formas de trabalho e redes de apoio que garantem, ainda que de maneira precária, a reprodução social no espaço rural.

Dessa forma, o cotidiano é mobilizado nesta pesquisa como categoria analítica central, capaz de revelar não apenas as vulnerabilidades estruturais que atravessam a vida das famílias quilombolas, mas também as práticas sociais que expressam resistência, agência e produção de sentido no território. Ao iniciar a leitura dos dados empíricos, parte-se do pressuposto de que a permanência em Santo Inácio não decorre da ausência de alternativas, mas da construção cotidiana de escolhas possíveis, ancoradas na identidade, na memória coletiva e na luta contínua pelo direito de existir e permanecer no território.

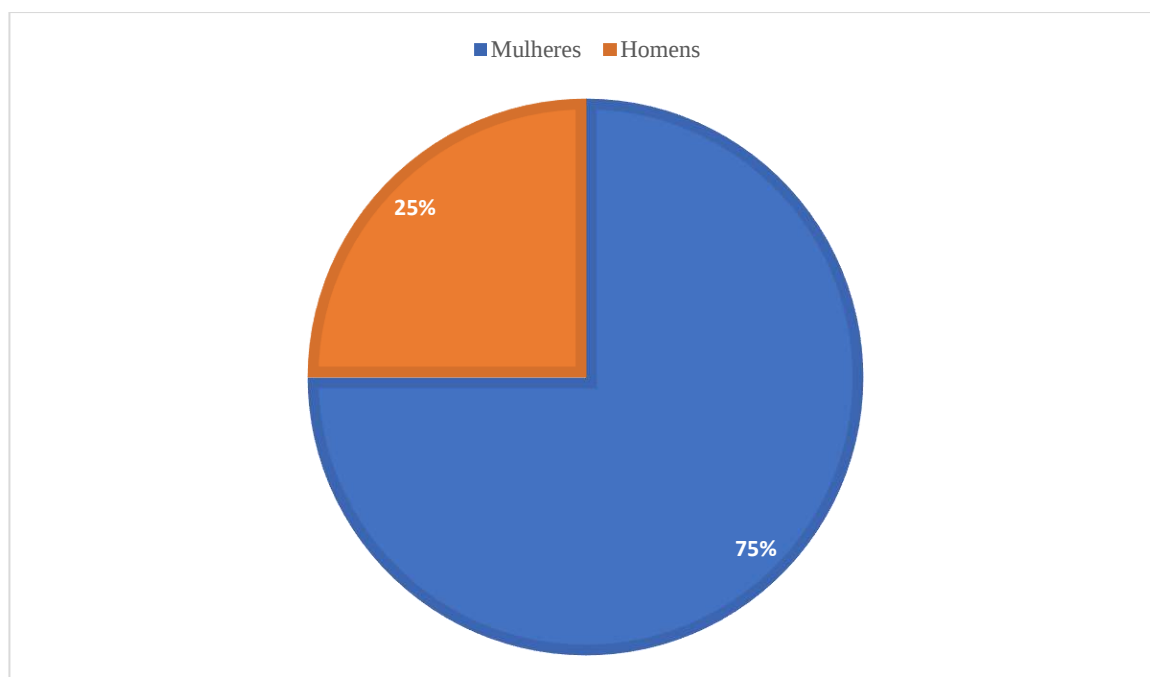
No que se refere ao perfil dos respondentes, participaram da pesquisa 20 famílias, das quais 15 questionários foram respondidos por mulheres e 5 por homens. A expressiva predominância feminina como principal interlocutora da pesquisa evidencia o papel central das mulheres na organização do cotidiano familiar, na gestão das estratégias econômicas e no cuidado com a reprodução material e simbólica da vida no território. Esse dado não se limita a uma caracterização quantitativa, mas revela uma dimensão estrutural da dinâmica social quilombola, na qual o trabalho feminino frequentemente invisibilizado sustenta a vida doméstica, a produção para o autoconsumo, o acesso a políticas públicas e a mediação das relações comunitárias.

A centralidade das mulheres como respondentes sugere que são elas que concentram, em grande medida, o conhecimento sobre as condições de vida da família, as fontes de renda, as dificuldades enfrentadas e as estratégias adotadas para permanecer no território. Tal configuração reforça a compreensão de que o cotidiano das famílias quilombolas é atravessado

por uma divisão sexual do trabalho historicamente construída, na qual as mulheres assumem papel estratégico na manutenção da vida e na continuidade da família no espaço rural.

Essa distribuição pode ser visualizada no gráfico 7, que apresenta a proporção de respondentes por sexo entre as famílias participantes da pesquisa.

Gráfico 7 - Distribuição dos respondentes por sexo na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

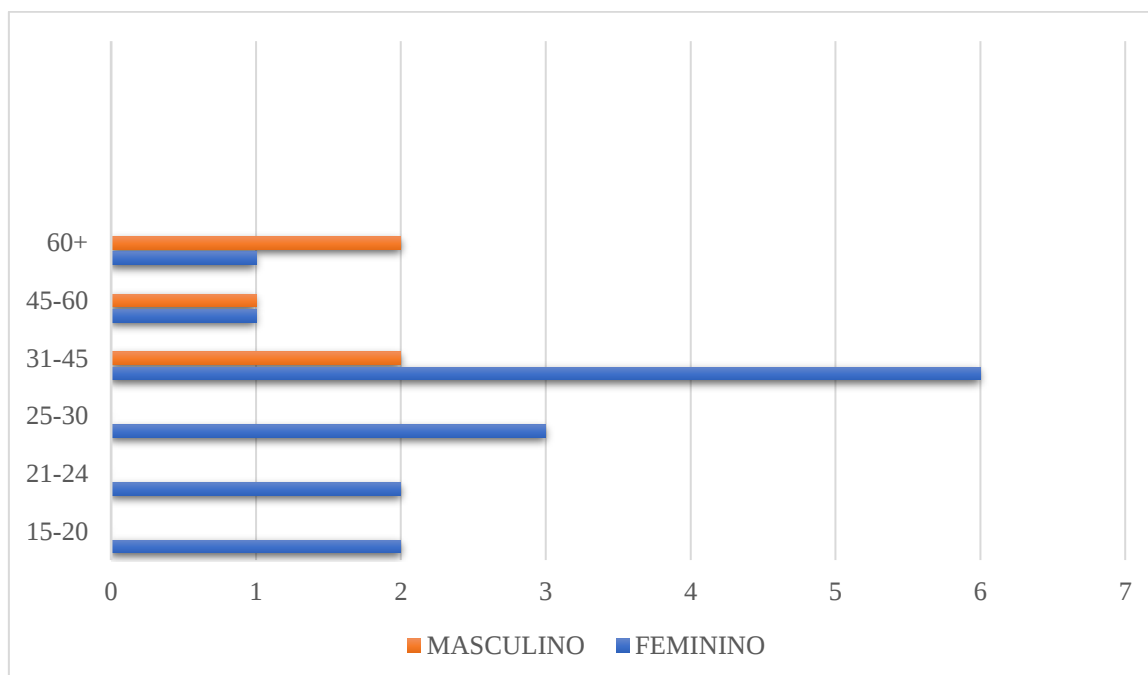
Dessa forma, ao iniciar a análise empírica pelo cotidiano e pelo perfil dos sujeitos que narram essa realidade, evidencia-se que viver e permanecer em Santo Inácio são processos sustentados por escolhas possíveis, práticas adaptativas e formas de resistência cotidiana. O território emerge, assim, não apenas como espaço de moradia, mas como lugar de produção da vida, de afirmação identitária e de luta contínua pela permanência das famílias quilombolas no campo.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão do perfil dos sujeitos que compõem a amostra da pesquisa, procedeu-se à análise conjunta da faixa etária e do sexo dos respondentes, considerando que tais variáveis são fundamentais para a leitura das dinâmicas do cotidiano familiar, da organização do trabalho e das estratégias de permanência no território quilombola. A articulação entre idade e gênero permite identificar quem são os sujeitos que concentram responsabilidades produtivas, reprodutivas e decisórias no interior das famílias, bem como aqueles que detêm maior acúmulo de experiência social e memória territorial.

Nesse sentido, a distribuição etária segundo o sexo revela não apenas uma caracterização demográfica dos respondentes, mas também elementos estruturantes da organização social da Comunidade Quilombola de Santo Inácio. Ao evidenciar a predominância de mulheres em idade produtiva e a concentração masculina nas faixas etárias mais elevadas, o recorte etário-gênero oferece subsídios analíticos para compreender como se configuram as relações de gênero, a divisão social do trabalho e os processos de reprodução da vida cotidiana no território.

Essas informações são sistematizadas no Gráfico 8, que apresenta a distribuição dos respondentes por sexo e faixa etária, permitindo visualizar, de forma integrada, os grupos sociais que assumem maior protagonismo na mediação do cotidiano familiar e comunitário, bem como aqueles associados à memória social e à permanência histórica no território quilombola.

Gráfico 8 - Distribuição dos respondentes por sexo e faixa etária na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

O gráfico 8 permite identificar padrões relevantes na composição etária e de gênero dos respondentes, que contribuem para compreender quem são os sujeitos centrais na organização do cotidiano e na sustentação da permanência das famílias no território quilombola. A predominância de mulheres em idade produtiva, especialmente na faixa de 31 a 45 anos, evidencia que são elas que assumem, de forma mais intensa, a mediação entre trabalho, cuidado

familiar e gestão das estratégias econômicas no interior dos domicílios. Trata-se de um protagonismo cotidiano que articula atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes invisibilizadas, mas fundamentais para a reprodução social no espaço rural.

A ausência de homens jovens entre os interlocutores da pesquisa sugere deslocamentos seletivos associados à inserção externa no mercado de trabalho, revelando tensionamentos geracionais na reprodução do território. Esse dado pode indicar processos de mobilidade, trabalho externo ou menor participação dos homens jovens nas decisões cotidianas da vida familiar, ao passo que os homens mais velhos permanecem associados à memória social, à história da comunidade e à manutenção dos vínculos territoriais. Tal configuração reforça a compreensão de que a permanência no território quilombola é sustentada por sujeitos que concentram responsabilidades e experiências acumuladas ao longo do tempo.

Do ponto de vista das relações de gênero, a análise evidencia que o cotidiano das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio é fortemente estruturado a partir do trabalho feminino, tanto no âmbito doméstico quanto nas atividades produtivas e na mediação com políticas públicas e redes comunitárias. As mulheres adultas e idosas emergem como agentes centrais na organização da vida cotidiana, no cuidado intergeracional e na construção das condições materiais e simbólicas que permitem a continuidade da família no território. Esse protagonismo reforça a necessidade de compreender o desenvolvimento local a partir de uma perspectiva que reconheça o papel estratégico das mulheres na sustentação da vida no campo.

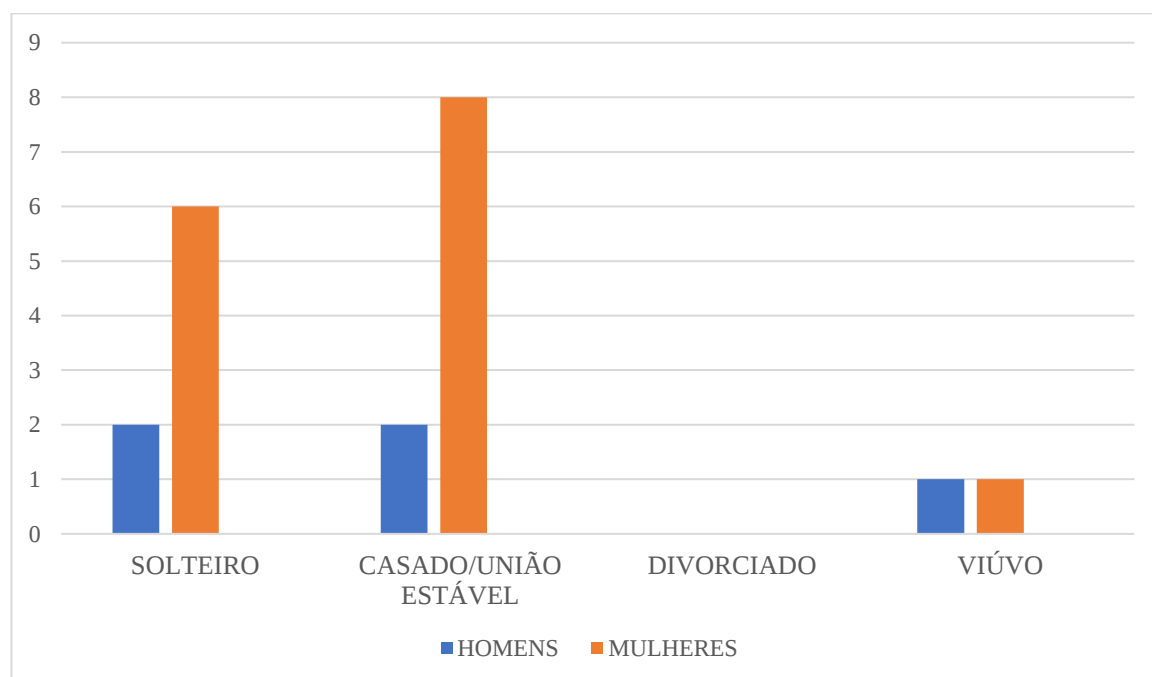
Além disso, a distribuição etária dos respondentes aponta para desafios relacionados à sucessão geracional e à permanência das juventudes no espaço rural quilombola. A participação reduzida de jovens como interlocutores da pesquisa sugere a existência de tensões entre o desejo de permanecer no território e as limitações impostas pela escassez de oportunidades econômicas, educacionais e de trabalho. Nesse sentido, o cotidiano revela-se como espaço onde se manifestam, simultaneamente, as estratégias de resistência das famílias adultas e os dilemas que atravessam as novas gerações quanto à continuidade da vida no campo.

Dessa forma, a análise pós-gráfico evidencia que viver e permanecer na Comunidade Quilombola de Santo Inácio são processos profundamente atravessados por relações de gênero e geração, nos quais mulheres em idade ativa assumem papel central na reprodução da vida cotidiana, enquanto homens mais velhos e jovens ocupam posições distintas na dinâmica territorial. Esses elementos constituem base analítica fundamental para a compreensão das estratégias de sobrevivência e permanência que serão aprofundadas nos próximos subitens, especialmente no que se refere à organização do trabalho familiar, à pluriatividade e às redes de apoio que sustentam o desenvolvimento local no território quilombola.

Com o intuito de aprofundar a caracterização socioeconômica dos sujeitos da pesquisa, analisou-se o estado civil dos respondentes segundo o sexo, considerando que essa variável contribui para a compreensão da organização da vida familiar, das responsabilidades cotidianas e das estratégias de reprodução social no território quilombola. O estado civil, ao revelar arranjos conjugais e situações de vida específicas, permite identificar como se estruturam as relações de cuidado, trabalho e suporte no interior das famílias.

Nesse sentido, o Gráfico 5 apresenta a distribuição do estado civil dos respondentes por sexo, possibilitando uma leitura comparativa entre mulheres e homens e oferecendo subsídios para a análise das dinâmicas familiares que atravessam o cotidiano da Comunidade Quilombola de Santo Inácio.

Gráfico 9 - Estado civil dos respondentes por sexo na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A análise do Gráfico 9 evidencia diferenças importantes na composição do estado civil entre mulheres e homens respondentes. Entre as mulheres, observa-se a predominância de respondentes casadas ou em união estável, totalizando 8 entrevistadas, seguidas por 6 mulheres solteiras e 1 viúva. Essa distribuição sugere que grande parte das mulheres que assumiram o papel de interlocutoras da pesquisa encontra-se inserida em arranjos familiares estáveis, acumulando responsabilidades relacionadas à organização doméstica, ao cuidado com os membros da família e à gestão das estratégias econômicas do domicílio.

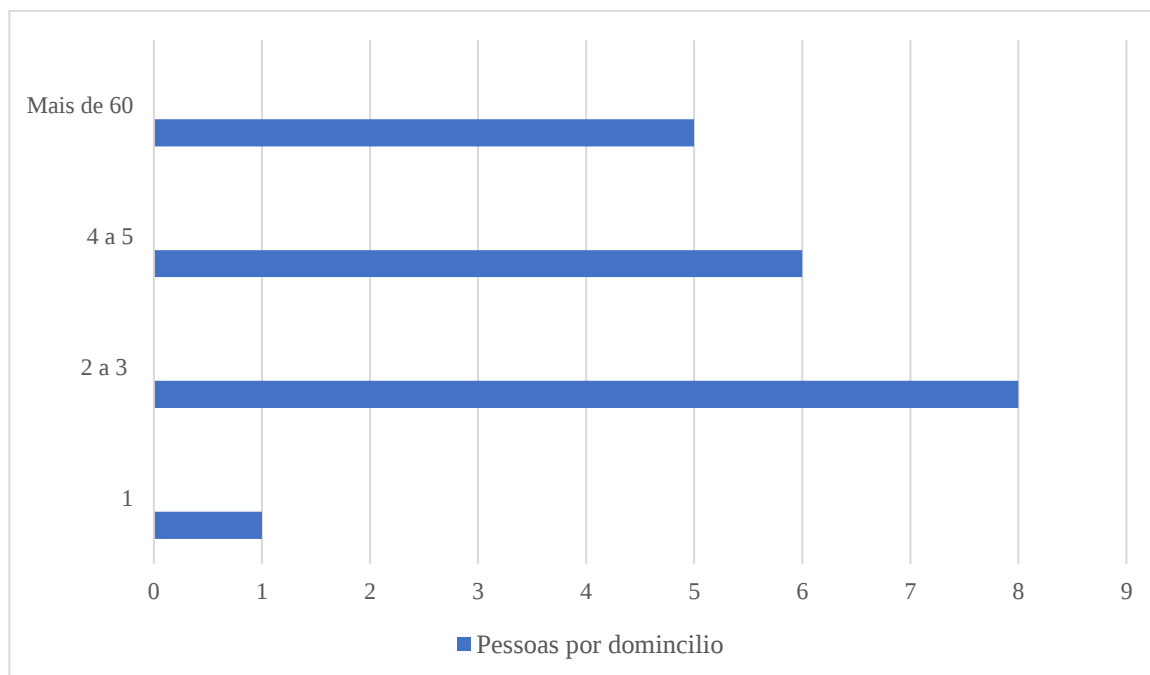
Entre os homens respondentes, a distribuição apresenta maior equilíbrio entre as categorias solteiro e casado/união estável, com 2 entrevistados em cada situação, além de 1 viúvo. A menor participação masculina na pesquisa, associada à presença significativa de mulheres em uniões estáveis, reforça a compreensão de que o cotidiano familiar e a mediação com pesquisas e políticas públicas são, majoritariamente, assumidos pelas mulheres.

Esses dados indicam que o viver e o permanecer na Comunidade Quilombola de Santo Inácio são fortemente sustentados por mulheres que, independentemente do estado civil, concentram funções de cuidado, trabalho produtivo e reprodutivo e articulação comunitária. O estado civil, nesse contexto, não se apresenta apenas como uma condição individual, mas como elemento estruturante da organização social e da reprodução da vida cotidiana no território quilombola.

Com o objetivo de compreender a organização da vida doméstica e a composição familiar das famílias entrevistadas, analisou-se o número de pessoas que residem em cada domicílio, considerando que essa variável está diretamente relacionada às estratégias de reprodução social, à divisão do trabalho familiar e às necessidades cotidianas de sustento no território quilombola. A composição dos domicílios constitui elemento central para a leitura do cotidiano, pois influencia tanto as formas de organização econômica quanto as dinâmicas de cuidado e solidariedade intrafamiliar.

Nesse sentido, o Gráfico 6 apresenta a distribuição das famílias segundo o número de moradores por residência, permitindo visualizar os arranjos familiares predominantes na Comunidade Quilombola de Santo Inácio.

Gráfico 10 - Número de pessoas por residência na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A análise do Gráfico 6 evidencia que predominam, na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, domicílios com mais de dois moradores, indicando a presença significativa de famílias extensas ou nucleares ampliadas. Do total de 20 famílias entrevistadas, apenas 1 residência é composta por uma única pessoa, enquanto a maior concentração ocorre nas faixas de 2 a 3 moradores (8 domicílios) e de 4 a 5 moradores (6 domicílios). Além disso, 5 residências abrigam mais de cinco pessoas, revelando arranjos familiares numerosos.

Essa configuração domiciliar indica que a vida cotidiana das famílias quilombolas é marcada pela convivência intergeracional e pela necessidade de articulação constante entre trabalho, cuidado e compartilhamento de recursos. Famílias com maior número de moradores tendem a demandar estratégias econômicas mais complexas, recorrendo com maior frequência à diversificação das fontes de renda, ao trabalho familiar e às redes de apoio comunitário para garantir a subsistência.

A predominância de domicílios com dois ou mais moradores reforça a compreensão de que o cotidiano das famílias de Santo Inácio está estruturado a partir de relações de dependência mútua e cooperação intrafamiliar, elementos centrais para a permanência no território quilombola. Nesse contexto, a organização doméstica não se limita ao espaço privado, mas se articula às práticas produtivas, às redes comunitárias e às estratégias coletivas que sustentam a reprodução social no campo.

A escolaridade dos respondentes constitui um elemento central para a análise das condições de vida, das possibilidades de inserção produtiva e das estratégias de permanência das famílias no território quilombola. O nível de instrução formal influencia diretamente o acesso ao trabalho, a diversificação das atividades econômicas e a capacidade de interlocução com políticas públicas e instituições externas à comunidade, configurando-se como variável estruturante das dinâmicas do desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, a tabela 9 apresenta a distribuição da escolaridade dos respondentes segundo o sexo, permitindo identificar os níveis de ensino predominantes e as diferenças existentes entre mulheres e homens no acesso e na permanência nos processos de escolarização formal na Comunidade Quilombola de Santo Inácio.

Tabela 8 - Distribuição da escolaridade dos respondentes segundo o sexo na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)

Escolaridade	Feminino	Masculino	Total
Ensino Médio completo	7	2	9
Ensino Superior	6	0	6
Ensino Médio incompleto	1	1	2
Ensino Fundamental completo	1	2	3
Ensino Fundamental incompleto	0	0	0
Não alfabetizado	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo (2025).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A análise da tabela 9 evidencia que os respondentes da Comunidade Quilombola de Santo Inácio apresentam, majoritariamente, níveis médios e elevados de escolarização, com destaque para o Ensino Médio completo, que concentra 10 respondentes, seguido pelo Ensino Superior, com 6 entrevistados. Esse perfil educacional sinaliza transformações significativas nas trajetórias escolares da comunidade, sobretudo quando considerado o histórico de exclusão educacional que marcou os territórios rurais e quilombolas no Brasil. Conforme argumenta Milton Santos, o acesso desigual à educação constitui uma das expressões mais profundas da seletividade territorial das políticas públicas, sendo a ampliação da escolarização um indicativo de reconfigurações no uso do território e nas possibilidades de inserção social.

Observa-se que a presença feminina é predominante nos níveis mais elevados de escolaridade, concentrando a totalidade dos respondentes com Ensino Superior e a maior parte daqueles com Ensino Médio completo. Esse dado reforça o protagonismo das mulheres no processo de escolarização e evidencia seu papel estratégico na mediação entre educação, trabalho e organização do cotidiano familiar. Tal configuração dialoga com as análises de Nilma Lino Gomes, ao destacar que, para as mulheres negras, o acesso à educação formal representa

não apenas um direito, mas uma estratégia de resistência, afirmação identitária e ampliação das possibilidades de permanência digna nos territórios historicamente marginalizados.

Entre os homens respondentes, a escolaridade concentra-se sobretudo no Ensino Médio completo e no Ensino Fundamental, com menor presença nos níveis mais elevados de ensino. Essa diferença sugere trajetórias educacionais marcadas por inserção precoce no trabalho produtivo e por dinâmicas tradicionais de divisão sexual do trabalho no espaço rural, nas quais os homens tendem a interromper ou postergar a escolarização formal. Tal fenômeno é amplamente discutido na literatura sobre ruralidades brasileiras, que aponta a escolarização como processo atravessado por gênero, trabalho e território.

Um dado particularmente relevante é a ausência de respondentes não alfabetizados, inclusive entre os sujeitos de faixas etárias mais elevadas. Esse resultado não deve ser interpretado como um fenômeno espontâneo, mas como efeito direto de políticas educacionais territorializadas, especialmente da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) implementada na escola quilombola da comunidade. À luz da pedagogia de Paulo Freire, a alfabetização de jovens, adultos e idosos em contextos populares e tradicionais constitui prática emancipatória, na medida em que reconhece os sujeitos como portadores de saberes e promove a leitura crítica do mundo a partir da experiência vivida no território. Assim, o dado empírico revela o papel da escola quilombola como espaço estratégico de enfrentamento das desigualdades educacionais e de fortalecimento da autonomia comunitária.

Os avanços observados no perfil educacional da comunidade também se materializam em experiências concretas vivenciadas no território. Um exemplo emblemático é a formatura da primeira turma da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) – anos finais do Ensino Fundamental II, realizada na escola quilombola da Comunidade de Santo Inácio, que simboliza o enfrentamento histórico ao analfabetismo e à exclusão educacional no espaço rural quilombola.

Figura 31- Formatura da primeira turma da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), anos finais do Ensino Fundamental II, na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).
Elaboração/Registro: Souza, L. M. S. (2025).

A realização da formatura da primeira turma da EJAI – anos finais do Ensino Fundamental II representa mais do que a conclusão de uma etapa escolar, constituindo-se como marco territorial de afirmação de direitos e de reparação histórica. Em contextos quilombolas, a escolarização tardia de jovens, adultos e idosos não pode ser compreendida como atraso individual, mas como resultado de processos estruturais de exclusão racial, social e territorial. Assim, a imagem da formatura materializa os dados empíricos apresentados anteriormente, especialmente a ausência de respondentes não alfabetizados, evidenciando o papel estratégico da escola quilombola como espaço de emancipação, produção de autonomia e fortalecimento das condições de permanência no território.

No que se refere ao expressivo número de respondentes com Ensino Superior completo, esse resultado deve ser compreendido em articulação com as políticas de ações afirmativas, em especial o sistema de cotas raciais e sociais, enquanto instrumentos de reparação histórica das desigualdades produzidas pelo racismo estrutural. Conforme discutem autores do campo das

relações étnico-raciais, o acesso de sujeitos quilombolas ao ensino superior não representa apenas uma conquista individual, mas um avanço coletivo, que amplia as capacidades de interlocução da comunidade com o Estado, fortalece o capital social local e contribui para a permanência qualificada no território.

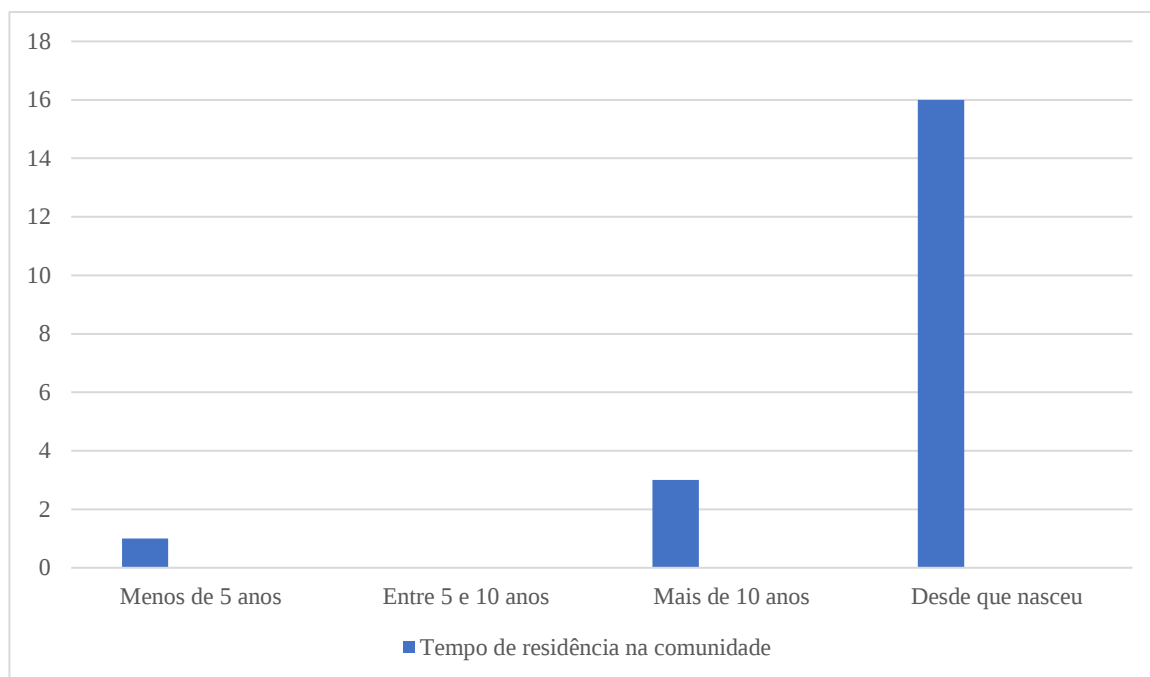
Dessa forma, os dados de escolaridade indicam que, embora persistam desafios relacionados ao trabalho, à renda e à precarização das atividades produtivas, a Comunidade Quilombola de Santo Inácio apresenta avanços significativos no campo educacional. A escolarização, especialmente quando articulada às políticas de EJA e às ações afirmativas no ensino superior, emerge como elemento central na construção das estratégias de permanência no território, dialogando de maneira complexa com a pluriatividade, o trabalho informal e as múltiplas formas de reprodução social que caracterizam o cotidiano das famílias quilombolas.

O tempo de residência das famílias no território constitui um indicador fundamental para a compreensão das dinâmicas de pertencimento, identidade e permanência na Comunidade Quilombola de Santo Inácio. Essa variável permite apreender se o vínculo com o território decorre de processos históricos de ocupação e reprodução social ou de movimentos mais recentes de mobilidade espacial, contribuindo para a leitura do território como espaço vivido, construído e apropriado ao longo do tempo.

A análise do tempo de residência possibilita, ainda, compreender como se estruturam as relações familiares, comunitárias e produtivas, uma vez que a permanência prolongada no território tende a fortalecer laços de parentesco, redes de cooperação e práticas tradicionais de uso do espaço. Em territórios quilombolas, esse vínculo temporal assume dimensão política e simbólica, pois expressa a continuidade histórica das famílias e a resistência frente a processos de expropriação e marginalização.

Nessa perspectiva, o Gráfico 11 apresenta a distribuição das famílias entrevistadas segundo o tempo de residência na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, permitindo visualizar o grau de enraizamento territorial dos sujeitos pesquisados e oferecer subsídios para a análise das estratégias de permanência que estruturam o cotidiano e o desenvolvimento local no território quilombola.

Gráfico 11 - Tempo de residência das famílias entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A presença pontual de moradores com tempo de residência recente na Comunidade Quilombola de Santo Inácio não está associada a processos de migração externa ou a ocupações desvinculadas da história local. Esses casos correspondem, majoritariamente, a pessoas que passaram a residir na comunidade em decorrência de vínculos matrimoniais, ao se casarem com sujeitos que já pertenciam ao território. Essa informação qualifica a leitura do dado empírico, ao demonstrar que mesmo as entradas mais recentes no território ocorrem por meio de relações sociais internas, preservando a continuidade histórica da comunidade.

Tal dinâmica reforça o caráter relacional da permanência, no qual o território se reproduz socialmente a partir de laços familiares, afetivos e comunitários. O ingresso por meio do casamento indica que o pertencimento territorial é mediado por relações de parentesco e integração social, fortalecendo a coesão comunitária e a reprodução intergeracional da vida no espaço quilombola. Nessa perspectiva, o território consolida-se não apenas como espaço físico, mas como construção social sustentada por vínculos duradouros, conforme a concepção de território enquanto relação social proposta por Raffestin (1980).

Além disso, o fato de os moradores recentes estarem integrados à comunidade por meio de vínculos familiares contribui para a manutenção das práticas culturais, produtivas e simbólicas já existentes, uma vez que esses sujeitos passam a compartilhar do cotidiano, das estratégias de sobrevivência e das formas coletivas de organização social. Como assinala Milton

Santos, o espaço vivido se fortalece quando o uso do território está ancorado em relações sociais estáveis, capazes de garantir continuidade histórica e identidade coletiva.

Assim, a existência de moradores com residência recente não fragiliza o enraizamento territorial da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, mas o reafirma, ao evidenciar que o viver e o permanecer no território são processos construídos a partir de vínculos internos, relações familiares e práticas cotidianas que sustentam a reprodução social e a continuidade da comunidade ao longo do tempo.

A análise desenvolvida ao longo deste subtema permitiu compreender o cotidiano como dimensão central da permanência no território quilombola, afastando-o de uma leitura descritiva ou meramente funcional. O cotidiano, conforme assinala Henri Lefebvre, constitui o plano no qual as relações sociais se materializam no vivido, revelando simultaneamente as contradições estruturais do modo de produção e as respostas práticas construídas pelos sujeitos diante dessas condições.

Nos territórios quilombolas, essa dimensão assume densidade histórica e política singular, uma vez que a relação com o espaço está ancorada na memória coletiva, nos vínculos de pertencimento e na afirmação identitária. O território, entendido como construção social, não se limita à sua materialidade, mas expressa relações de poder, usos simbólicos e formas específicas de apropriação, conforme destaca Raffestin (1980). Permanecer no território, nesse sentido, implica sustentar cotidianamente uma relação socialmente construída com o espaço, marcada pela continuidade histórica e pela resistência.

A permanência das famílias no campo não se configura como expressão de imobilidade social ou de ausência de alternativas externas, mas como processo relacional, continuamente negociado no cotidiano. Conforme argumenta Santos (1996), é no uso do território que os sujeitos produzem respostas concretas às limitações impostas pelas dinâmicas econômicas e pela seletividade das políticas públicas. O cotidiano emerge, assim, como instância mediadora entre escalas, na qual práticas locais articulam trabalho, cuidado, pertencimento e sobrevivência.

Ao encerrar este subtema, reafirma-se que viver e permanecer no território quilombola constituem processos indissociáveis, sustentados por práticas sociais que se reorganizam permanentemente frente às condições materiais e simbólicas da vida no campo. Essas práticas, longe de se apresentarem como estáticas, revelam a capacidade dos sujeitos de combinar diferentes formas de trabalho, mobilizar recursos diversos e construir estratégias adaptativas ancoradas no território.

É a partir dessa compreensão do cotidiano como espaço de mediação e produção da vida que se abrem caminhos analíticos para aprofundar as formas pelas quais as famílias estruturam sua reprodução social, articulando atividades, tempos e espaços distintos como resposta às desigualdades que atravessam o meio rural quilombola.

7.2.1 A produção alimentar como base da segurança e da permanência no território

A produção de alimentos no território quilombola constitui uma dimensão central da reprodução da vida e da permanência das famílias no campo, articulando trabalho, uso do território e práticas cotidianas de cuidado. Longe de se restringir a uma lógica estritamente econômica, a produção alimentar se inscreve em relações sociais, saberes tradicionais e formas específicas de apropriação do espaço, nas quais produzir e alimentar-se configuram práticas indissociáveis. Em territórios quilombolas, essas práticas assumem significado ampliado, pois expressam modos de vida historicamente construídos em contextos de exclusão, resistência e luta pelo direito à terra.

A alimentação, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como resultado final da produção, mas como processo social que articula trabalho familiar, organização doméstica e circulação de saberes. Conforme argumenta Milton Santos (1996), o uso do território revela as formas pelas quais os sujeitos constroem respostas concretas às condições impostas pelo sistema econômico, sendo a produção de alimentos uma das expressões mais diretas dessa relação. Assim, o cultivo para o autoconsumo, a criação de animais e o manejo de quintais produtivos configuram práticas fundamentais para a garantia da alimentação cotidiana e para a redução da dependência de mercados externos.

A segurança alimentar, por sua vez, ultrapassa a noção restrita de disponibilidade de alimentos, incorporando dimensões como regularidade no acesso, qualidade nutricional, adequação cultural e sustentabilidade das práticas produtivas. Em territórios quilombolas, a segurança alimentar está diretamente relacionada à capacidade das famílias de produzir parte significativa de seus alimentos, mobilizando recursos locais, trabalho familiar e conhecimentos transmitidos intergeracionalmente. Essa perspectiva dialoga com a compreensão de que a alimentação constitui elemento estruturante da soberania dos territórios, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade socioeconômica e pela seletividade das políticas públicas.

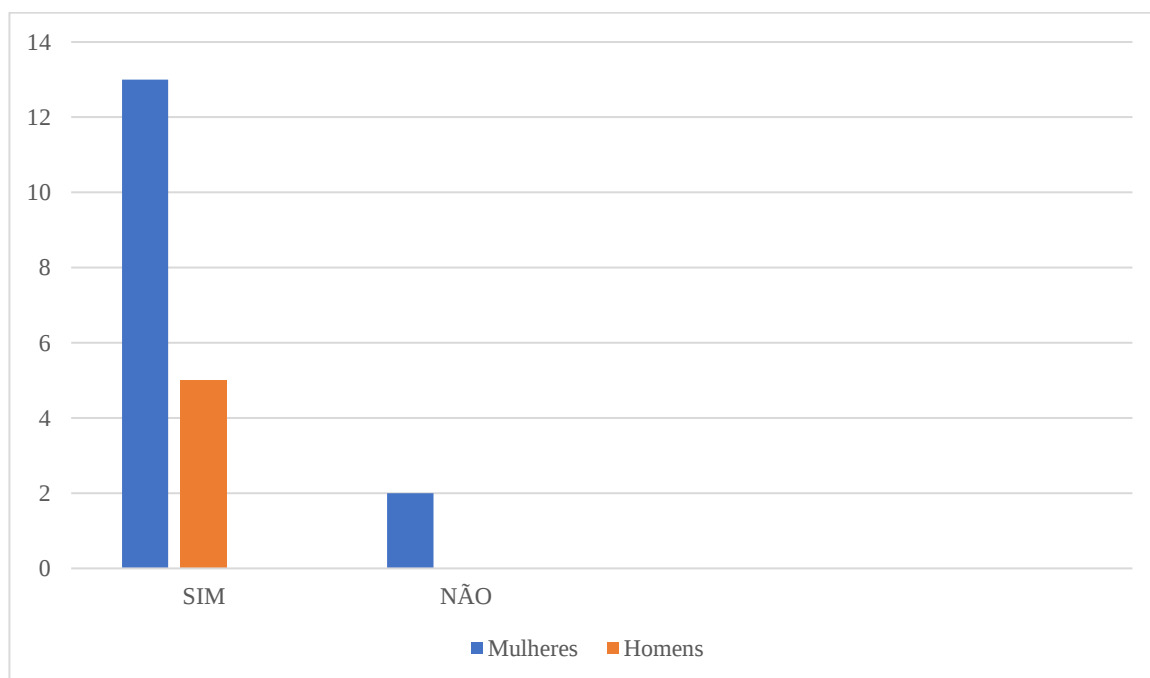
A produção alimentar no espaço rural quilombola, contudo, não ocorre de forma isolada das transformações mais amplas que atravessam o campo brasileiro. As limitações impostas

pela precarização do trabalho rural, pelas restrições ambientais e pelo acesso desigual a políticas de apoio à produção exigem das famílias a construção de estratégias flexíveis e adaptativas. Nesse cenário, as práticas alimentares e produtivas se reorganizam continuamente, articulando produção para o autoconsumo, trocas locais e, em alguns casos, inserções pontuais no mercado.

Dessa forma, a análise da produção, da alimentação e da segurança alimentar no território quilombola permite compreender como o cotidiano das famílias se estrutura em torno da garantia da vida, revelando práticas que articulam trabalho, cuidado e pertencimento territorial. Ao abordar essas dimensões, este subtema busca evidenciar como a produção alimentar se inscreve no uso do território e na reprodução social das famílias, constituindo base analítica fundamental para compreender as estratégias econômicas e de permanência que se desenvolvem no espaço rural quilombola.

Com o objetivo de identificar a presença das atividades agrícolas no cotidiano das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, procedeu-se à análise das respostas referentes ao desenvolvimento de práticas agrícolas no interior dos domicílios. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos respondentes segundo o sexo, permitindo visualizar a participação feminina e masculina nas atividades agrícolas desenvolvidas no território.

Gráfico 12 - Atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo (2025-2026).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

A leitura do gráfico 12 evidencia que o desenvolvimento de atividades agrícolas permanece amplamente disseminado entre as famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, confirmando a centralidade da agricultura na organização do cotidiano e na sustentação da vida no território. A ampla adesão às práticas agrícolas indica que o trabalho no campo continua sendo elemento estruturante do modo de vida local, mesmo diante das transformações recentes que atravessam o espaço rural.

A elevada incidência de famílias que desenvolvem atividades agrícolas na Comunidade Quilombola de Santo Inácio evidencia a centralidade da agricultura na organização do cotidiano e na reprodução da vida no território. Entre as mulheres respondentes, 13 afirmaram desenvolver atividades agrícolas, frente a apenas 2 que declararam não exercer esse tipo de prática. Entre os homens, a totalidade dos respondentes (5) indicou participação em atividades agrícolas, o que revela a permanência da agricultura como elemento estruturante da dinâmica produtiva local.

Esse resultado indica que, apesar das transformações recentes no mundo rural e da ampliação de estratégias econômicas diversificadas, a agricultura continua desempenhando papel fundamental na sustentação material das famílias quilombolas. Trata-se, sobretudo, de práticas agrícolas vinculadas ao trabalho familiar, frequentemente orientadas para o autoconsumo, mas que também podem assumir funções complementares na geração de renda e na segurança alimentar.

A expressiva participação feminina nas atividades agrícolas reforça a compreensão de que o trabalho no campo não se restringe ao papel masculino, mas é amplamente compartilhado e, em muitos casos, coordenado pelas mulheres. Tal configuração evidencia uma divisão social do trabalho rural na qual as mulheres acumulam funções produtivas e reprodutivas, articulando o cultivo da terra às responsabilidades domésticas e ao cuidado com a família. Esse dado dialoga com a leitura crítica do espaço rural proposta por Milton Santos, ao evidenciar que o uso do território é resultado de práticas sociais concretas, construídas no cotidiano e atravessadas por relações de gênero, trabalho e poder.

A presença quase unânime de atividades agrícolas entre os respondentes indica, ainda, que a agricultura permanece como base estruturante do modo de vida quilombola, mesmo em contextos de vulnerabilidade econômica e seletividade das políticas públicas. Assim, o desenvolvimento de atividades agrícolas não deve ser interpretado como resquício de um modelo produtivo tradicional, mas como prática viva, continuamente reorganizada, que sustenta a permanência das famílias no território e se articula a outras estratégias de reprodução social que serão aprofundadas nos subitens seguintes.

Dando continuidade à análise das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, buscou-se identificar a diversidade de práticas produtivas realizadas no interior dos domicílios. Considerando que a produção agrícola no território não se restringe a uma única atividade, os respondentes puderam assinalar mais de uma opção. A tabela 10 apresenta as atividades agrícolas desenvolvidas segundo o sexo, permitindo visualizar a multiplicidade de práticas que compõem o cotidiano produtivo das famílias quilombolas.

Tabela 9 - Atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)

Atividades agrícolas	Mulheres	Homens	Total
Agricultura de subsistência	11	2	13
Agricultura para venda	2	0	2
Criação de animais	7	2	9
Hortas	5	0	5
Todas as atividades	0	1	1
Total de respondentes ativos	15	5	20

Fonte: Pesquisa de campo (2025).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A leitura da tabela 10 evidencia que as atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio são marcadas por elevada diversidade, abrangendo práticas voltadas tanto para o autoconsumo quanto para a complementação da renda familiar. Entre os homens, observa-se a predominância da agricultura de subsistência e da criação de animais, bem como a ocorrência de respondentes que acumulam múltiplas atividades agrícolas. Entre as mulheres, destaca-se a expressiva presença da agricultura de subsistência, associada à criação de animais, ao cultivo de hortas e, em menor medida, à produção voltada para a venda.

A distribuição do número de atividades realizadas revela que parte significativa dos respondentes desenvolve mais de uma prática agrícola simultaneamente, indicando que a produção no território quilombola não se organiza de forma especializada, mas a partir da combinação de diferentes atividades no cotidiano familiar.

A diversidade de atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio revela que a produção no território se estrutura a partir de uma lógica multifuncional, orientada principalmente pela garantia da alimentação cotidiana e pela redução da dependência de mercados externos. A centralidade da agricultura de subsistência, especialmente entre as mulheres, indica que o cultivo de alimentos para o autoconsumo constitui base fundamental da segurança alimentar das famílias quilombolas, articulando trabalho, cuidado e reprodução da vida no território.

A presença simultânea da criação de animais, do cultivo de hortas e, em alguns casos, da produção para venda evidencia que as práticas agrícolas não se restringem a uma única finalidade, mas cumprem funções complementares no interior das estratégias familiares. Essa combinação de atividades permite maior estabilidade diante das incertezas climáticas, das oscilações de renda e da precarização do trabalho rural, configurando-se como resposta cotidiana às vulnerabilidades estruturais que atravessam o espaço rural quilombola.

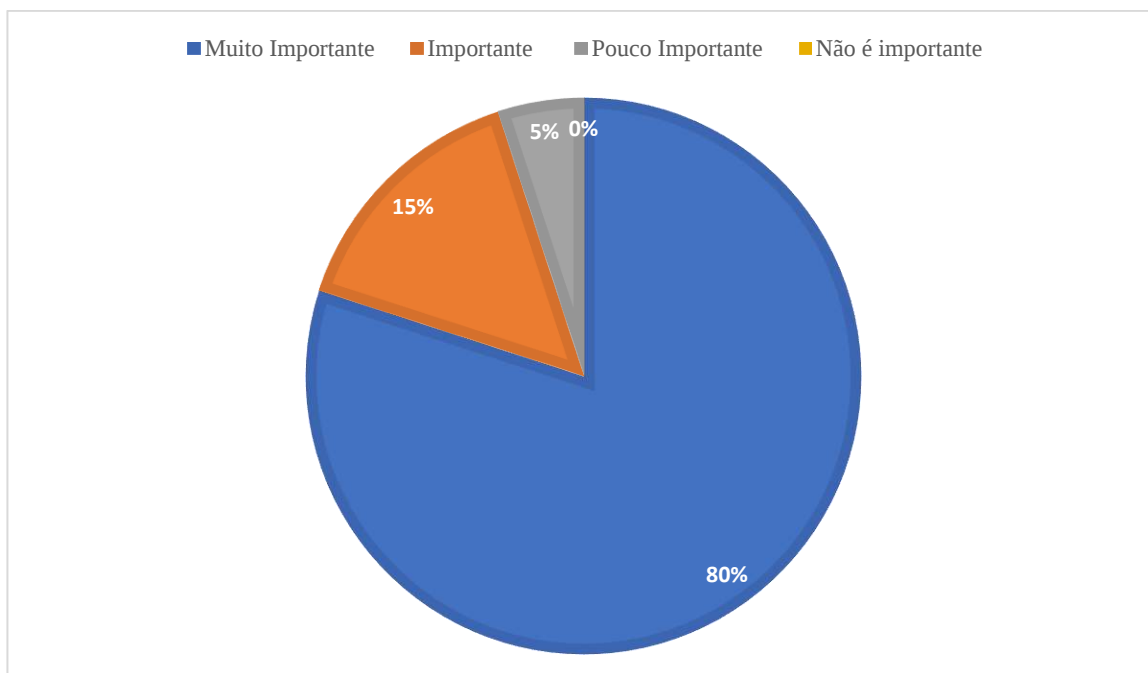
A expressiva participação feminina na realização de múltiplas atividades agrícolas reforça o papel estratégico das mulheres na organização da produção alimentar e na garantia da subsistência familiar. Ao acumularem práticas produtivas e responsabilidades domésticas, as mulheres articulam o cultivo da terra às necessidades alimentares da família, evidenciando que a segurança alimentar no território quilombola está profundamente vinculada ao trabalho feminino e aos saberes tradicionais transmitidos no cotidiano.

Além disso, o fato de parte dos respondentes desenvolver duas ou mais atividades agrícolas simultaneamente indica que a produção no território não se organiza segundo uma lógica de especialização produtiva, mas a partir da diversificação das práticas no interior do próprio domicílio. Essa configuração revela a capacidade adaptativa das famílias quilombolas, que mobilizam diferentes formas de uso do território para garantir a reprodução social e a permanência no campo.

Dessa forma, a análise das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias evidencia que a produção alimentar no território quilombola se constitui como prática viva, dinâmica e articulada ao cotidiano, sustentando a segurança alimentar e criando as bases materiais para a permanência das famílias no espaço rural. Esses elementos oferecem subsídios fundamentais para compreender as estratégias econômicas que se estruturam a partir da diversificação das atividades produtivas, tema que será aprofundado nos subitens seguintes.

Com o objetivo de compreender o papel da agricultura na garantia da alimentação cotidiana das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, investigou-se a percepção dos respondentes acerca da relevância das atividades agrícolas para o sustento alimentar do domicílio. O gráfico 13 apresenta a distribuição das respostas, permitindo identificar o grau de centralidade atribuído à agricultura no cotidiano alimentar das famílias quilombolas.

Gráfico 13 - Importância da agricultura para a alimentação das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A expressiva predominância de respostas que classificam a agricultura como muito importante (80%) para a alimentação da casa evidencia que a produção agrícola ocupa posição central na sustentação da vida cotidiana das famílias quilombolas de Santo Inácio. Além disso, 15% dos respondentes a consideram importante, enquanto 5% a classificam como pouco importante, e 0% afirmaram que a agricultura não é importante para a alimentação familiar.

Esses percentuais reforçam que a agricultura não se limita a uma atividade complementar, mas constitui base estruturante da segurança alimentar no território, articulando trabalho familiar, uso do espaço e práticas cotidianas de cuidado e reprodução da vida.

O reconhecimento da agricultura como elemento fundamental para a alimentação indica que a produção para o autoconsumo permanece como estratégia prioritária diante das limitações impostas pelo mercado de trabalho, pela instabilidade da renda monetária e pelo acesso desigual a bens alimentares. Tal configuração dialoga com a leitura de Milton Santos (1996), ao afirmar que, nos espaços marcados pela desigualdade estrutural, o uso do território se organiza a partir de práticas que garantem a sobrevivência material e a reprodução da vida, mesmo à margem das dinâmicas econômicas hegemônicas.

A presença residual de respostas que atribuem menor importância à agricultura não descaracteriza sua centralidade, mas sugere a existência de estratégias alimentares complementares, como a aquisição de alimentos no mercado ou o acesso a políticas públicas.

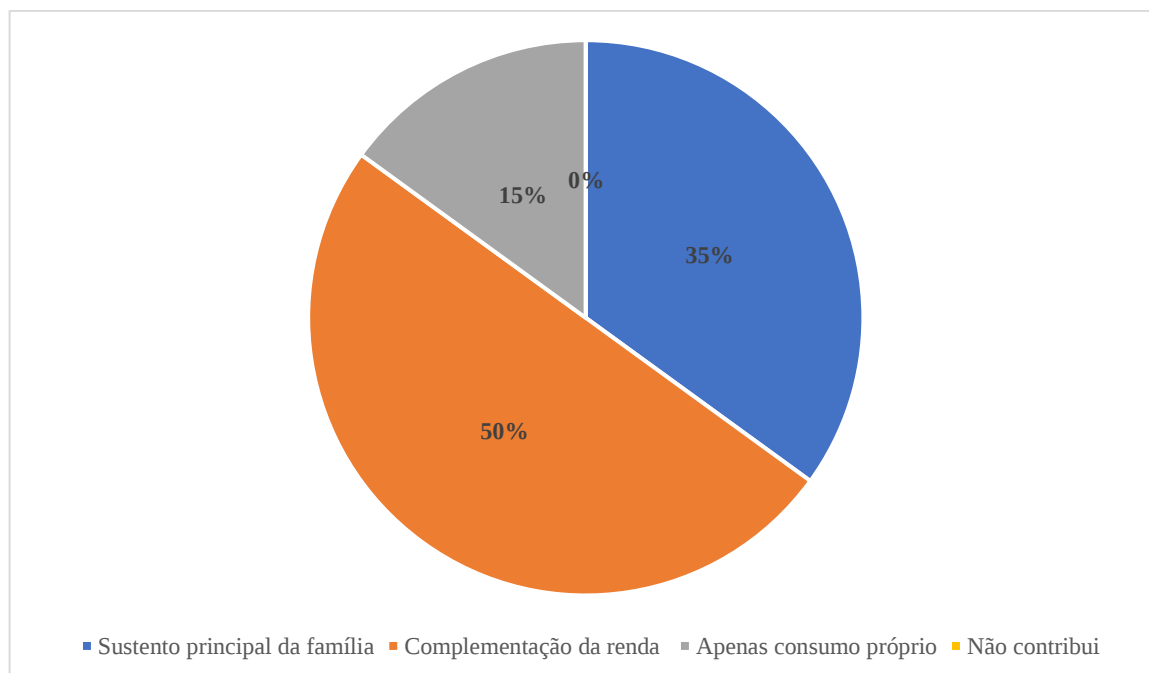
Ainda assim, essas alternativas não substituem a função estruturante da produção agrícola no cotidiano, funcionando como apoios pontuais em um contexto no qual a agricultura continua a assegurar regularidade, qualidade e adequação cultural da alimentação.

A importância atribuída à agricultura para a alimentação doméstica reforça a compreensão de que a segurança alimentar no território quilombola está diretamente vinculada à capacidade das famílias de produzir parte significativa dos alimentos que consomem. Essa relação ultrapassa a dimensão nutricional, incorporando aspectos simbólicos e identitários associados ao cultivo da terra, ao preparo dos alimentos e à transmissão de saberes intergeracionais. Nessa perspectiva, alimentar-se a partir da própria produção constitui prática de autonomia e resistência frente às vulnerabilidades socioeconômicas que atravessam o espaço rural.

Ao evidenciar a centralidade da agricultura na alimentação das famílias, os dados reforçam que a produção agrícola desempenha papel fundamental na sustentação da permanência no território quilombola. A agricultura emerge, assim, como prática cotidiana que articula trabalho, cuidado e pertencimento territorial, criando as bases materiais da reprodução social e oferecendo subsídios analíticos essenciais para compreender as estratégias econômicas e de diversificação das atividades que se desenvolvem no interior das famílias.

No âmbito da composição da renda das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, investigou-se a percepção dos respondentes acerca da contribuição econômica das atividades agrícolas no orçamento doméstico. O gráfico 14 apresenta a distribuição das respostas, permitindo identificar as diferentes funções desempenhadas pela agricultura familiar no cotidiano econômico das famílias quilombolas.

Gráfico 14 - Contribuição da renda gerada pela agricultura familiar para as famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A distribuição das respostas evidencia que a agricultura familiar desempenha papel relevante na sustentação econômica das famílias quilombolas, ainda que de maneira diferenciada. A predominância da agricultura como fonte de complementação da renda indica que as atividades agrícolas se articulam a outras estratégias econômicas no interior dos domicílios, compondo um arranjo no qual nenhuma fonte isolada é suficiente para garantir a reprodução material da vida. Essa configuração revela a inserção seletiva das famílias no mercado de trabalho e a necessidade de diversificação das fontes de renda como resposta às limitações estruturais do espaço rural.

A presença de famílias que reconhecem a agricultura como sustento principal reforça que, em determinados contextos domésticos, a produção agrícola assume centralidade econômica, especialmente quando associada ao autoconsumo e à redução dos gastos com alimentação. Nesses casos, a renda gerada pela agricultura não deve ser compreendida apenas em termos monetários, mas também a partir de sua capacidade de garantir estabilidade mínima frente à instabilidade do trabalho formal e informal. Tal leitura dialoga com as reflexões de Milton Santos ao destacar que, nos territórios marcados por desigualdades estruturais, a economia da sobrevivência se organiza a partir de múltiplas racionalidades que extrapolam o mercado estrito.

A existência de respostas que associam a agricultura exclusivamente ao consumo próprio reforça o caráter multifuncional da produção agrícola no território quilombola. Mesmo quando não gera renda monetária direta, a agricultura cumpre papel econômico fundamental ao assegurar parte significativa da alimentação das famílias, reduzindo a dependência de compras externas e fortalecendo a segurança alimentar. Nesse sentido, a contribuição da agricultura não se limita ao ingresso financeiro, mas se expressa na diminuição da vulnerabilidade econômica e na ampliação da autonomia das famílias.

A ausência de respostas que indiquem inexistência de contribuição da agricultura evidencia que, de formas distintas, a produção agrícola está integrada às estratégias de reprodução social de todas as famílias entrevistadas. Seja como fonte principal de sustento, como complemento da renda ou como base do consumo alimentar, a agricultura familiar se inscreve como elemento estruturante do cotidiano econômico no território quilombola.

Essa diversidade de funções desempenhadas pela agricultura familiar confirma que sua importância não pode ser analisada a partir de uma lógica dicotômica entre renda e subsistência. Ao contrário, a agricultura se apresenta como prática híbrida, que articula produção, alimentação e geração de renda em diferentes graus, sustentando a permanência das famílias no território e criando condições para a diversificação das estratégias econômicas que caracterizam o modo de vida quilombola.

A compreensão dos desafios enfrentados pela agricultura familiar no território quilombola exige olhar para os limites concretos que condicionam o cotidiano produtivo das famílias e tensionam as estratégias de reprodução social no campo. Ao identificar os principais entraves relatados pelos respondentes, torna-se possível evidenciar como fatores ambientais, institucionais e estruturais se articulam, interferindo diretamente na produção, na geração de renda e na permanência das famílias no território. A tabela 11 sistematiza os desafios apontados pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, permitindo visualizar as dificuldades mais recorrentes que atravessam a prática da agricultura familiar no contexto do semiárido.

Tabela 10- Principais desafios enfrentados na agricultura familiar na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)¹¹

Desafios enfrentados	Frequência de respostas
Falta de água	11
Clima / seca	10
Falta de apoio do poder público	9

¹¹ Como a questão permitia a marcação de até três alternativas, o total de respostas ultrapassa o número de famílias entrevistadas, refletindo a coexistência de múltiplos desafios no cotidiano produtivo das famílias quilombolas.

Falta de equipamentos	2
Falta de assistência técnica	1
Dificuldade de acesso a crédito	0
Outros	0

Fonte: Pesquisa de campo (2025-2026).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

A leitura da Tabela 11 evidencia que os desafios enfrentados pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio estão fortemente concentrados em fatores estruturais que condicionam o uso do território e limitam as possibilidades de reprodução social no espaço rural. A predominância da falta de água e dos efeitos do clima e da seca revela que a base produtiva da agricultura familiar encontra-se diretamente subordinada à vulnerabilidade hídrica característica do semiárido, configurando um cenário no qual a produção agrícola depende menos de decisões individuais e mais das condições ambientais e da capacidade de mediação das políticas públicas.

A centralidade da água como principal desafio indica que a agricultura praticada no território quilombola se organiza sob permanente instabilidade, afetando tanto a produção destinada ao autoconsumo quanto aquelas voltadas à complementação da renda. A irregularidade hídrica compromete a continuidade das lavouras, reduz a produtividade e impõe limites à diversificação das atividades agrícolas, o que repercute diretamente na segurança alimentar das famílias. Nesse contexto, a produção agrícola assume caráter intermitente, ajustando-se aos ciclos climáticos e às estratégias possíveis de convivência com o semiárido.

A recorrência da falta de apoio do poder público entre os principais entraves evidencia que as vulnerabilidades ambientais não são enfrentadas apenas como fenômenos naturais, mas como expressão da seletividade territorial das políticas públicas. A ausência ou insuficiência de ações estruturantes, especialmente no que se refere ao acesso à água, à assistência técnica e aos equipamentos, limita a capacidade das famílias de transformar a agricultura em atividade mais estável e menos dependente das variações climáticas. Essa condição dialoga com as reflexões de Milton Santos (1995), ao destacar que os territórios periféricos são historicamente marcados por uma presença desigual do Estado, o que aprofunda as vulnerabilidades existentes e condiciona as formas de uso do espaço.

A baixa incidência de respostas relacionadas à dificuldade de acesso ao crédito e à assistência técnica não deve ser interpretada como ausência desses problemas, mas como indicativo de que tais políticas, quando existentes, não se consolidam como instrumentos efetivos de transformação do cotidiano produtivo. A assistência técnica aparece de forma residual, sugerindo sua atuação pontual, descontínua ou distante da realidade das famílias

quilombolas, o que reduz sua capacidade de contribuir para práticas produtivas mais adaptadas às condições ambientais locais.

Ao cruzar esses desafios com os dados relativos à produção e à renda, observa-se que a agricultura familiar, embora central para a alimentação e complementar à renda das famílias, opera sob limites estruturais que impedem sua consolidação como principal fonte de sustento monetário. A instabilidade hídrica e a fragilidade do apoio institucional reforçam a necessidade de diversificação das estratégias econômicas, levando as famílias a combinar a agricultura com outras atividades, formais ou informais, como forma de garantir a reprodução material da vida.

Esses desafios incidem diretamente sobre a permanência das famílias no território. A dificuldade de assegurar produção contínua e renda estável tensiona o desejo de permanecer no campo, especialmente entre as gerações mais jovens, para as quais as limitações impostas pela escassez de água e pela ausência de políticas estruturantes ampliam a percepção de incerteza quanto ao futuro no espaço rural. Ainda assim, a permanência se sustenta por meio de estratégias adaptativas, do trabalho familiar, do autoconsumo e das redes comunitárias, que funcionam como mecanismos de compensação frente às fragilidades produtivas.

Nesse sentido, a convivência com o semiárido emerge como dimensão central para a compreensão do cotidiano produtivo no território quilombola. Mais do que enfrentar a seca como evento excepcional, as famílias organizam suas práticas agrícolas a partir de um saber acumulado, que reconhece os limites ambientais e ajusta o uso do território às condições disponíveis. Entretanto, a efetividade dessas estratégias depende, em grande medida, da presença de políticas públicas capazes de fortalecer a infraestrutura hídrica, a assistência técnica contextualizada e o acesso a meios de produção adequados.

Assim, os desafios identificados na Tabela 11 revelam que a agricultura familiar na Comunidade Quilombola de Santo Inácio se desenvolve em um campo de tensões entre vulnerabilidade ambiental, insuficiência de políticas públicas e estratégias cotidianas de adaptação. A produção agrícola, embora fundamental para a alimentação e para a permanência no território, encontra-se condicionada por limites estruturais que reforçam a necessidade de diversificação das fontes de renda e de fortalecimento das ações de convivência com o semiárido. Esses elementos são decisivos para compreender como a permanência no território quilombola se constrói não como dado natural, mas como resultado de escolhas possíveis, resistências cotidianas e mediações institucionais ainda marcadas por desigualdades.

7.1.3 Permanecer como escolha e como luta

A permanência das famílias quilombolas no território, anteriormente identificada a partir do enraizamento prolongado no espaço comunitário, adquire neste subtema um sentido analítico distinto. Se, na caracterização do perfil das famílias, o tempo de residência permitiu evidenciar vínculos históricos com o território, aqui a permanência passa a ser compreendida como prática social ativa, construída cotidianamente diante de condições materiais desiguais e de limites estruturais persistentes.

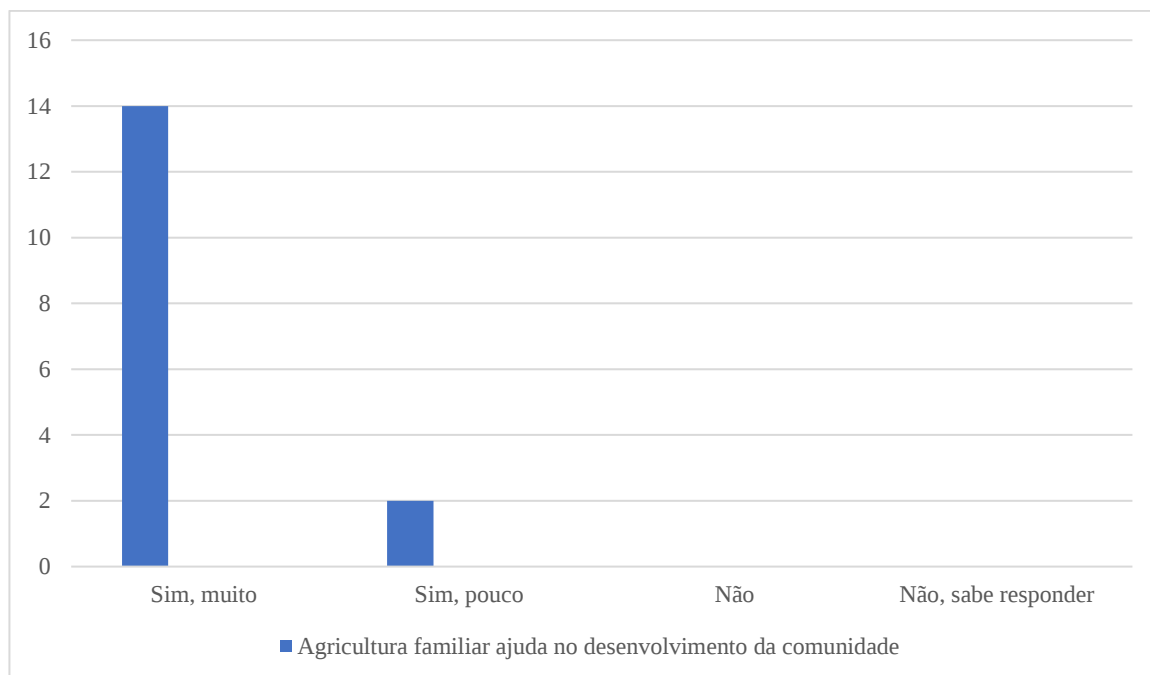
Nesse sentido, permanecer no território não se explica apenas pela antiguidade da ocupação ou pela continuidade espacial das famílias, mas pela capacidade de produzir a vida no campo em contextos adversos. As dificuldades relacionadas à produção agrícola, à renda e ao acesso a serviços básicos coexistem com estratégias de adaptação, trabalho familiar e mobilização de redes comunitárias, que tornam possível a permanência mesmo quando as condições objetivas são restritivas. Permanecer, portanto, é resultado de escolhas possíveis, formuladas no interior do cotidiano e sustentadas por práticas que articulam trabalho, território e reprodução social.

A permanência assume, assim, dimensão política, na medida em que expressa a afirmação do direito ao território e à continuidade histórica das famílias quilombolas. Em contextos marcados por desigualdades estruturais e por processos recorrentes de expulsão simbólica e material do campo, permanecer representa a recusa à despossessão e a reafirmação de vínculos identitários e coletivos.

A partir dessa perspectiva, este subtema analisa a permanência no território quilombola não como dado demográfico já observado, mas como escolha cotidiana e como luta pela reprodução social, articulando condições materiais, estratégias econômicas e sentidos atribuídos ao viver no território.

A percepção das famílias acerca do papel da agricultura familiar extrapola sua função produtiva e alimentar, alcançando também a dimensão coletiva do desenvolvimento da comunidade. Nesse sentido, investigou-se como os moradores avaliam a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento local, considerando não apenas seus efeitos diretos na renda e na subsistência, mas também seu impacto no fortalecimento da vida comunitária e na permanência das famílias no território.

Gráfico 15 - Percepção das famílias sobre a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento da comunidade quilombola



Fonte: Pesquisa de campo (2025-2026).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

A expressiva predominância de respostas que reconhecem a agricultura familiar como fator importante para o desenvolvimento da comunidade evidencia que, no imaginário social das famílias quilombolas, a produção agrícola é compreendida como elemento estruturante da vida coletiva. Tal percepção indica que a agricultura familiar não é vista apenas como atividade econômica individualizada, mas como prática que sustenta relações sociais, organiza o uso do território e contribui para a reprodução da comunidade enquanto espaço de vida.

O reconhecimento majoritário de sua relevância sugere que o desenvolvimento local, na ótica dos sujeitos, não se associa exclusivamente a crescimento econômico formal ou à inserção em mercados externos, mas à capacidade de manter a produção, assegurar a alimentação, gerar trabalho e sustentar a permanência das famílias no território. Essa leitura aproxima-se das abordagens que compreendem o desenvolvimento como processo territorializado, ancorado nas práticas cotidianas e nas forças endógenas mobilizadas no interior das comunidades.

As respostas que indicam contribuição limitada ou indefinição quanto ao papel da agricultura familiar revelam, por outro lado, as tensões que atravessam o cotidiano produtivo do território. As restrições impostas pela escassez hídrica, pela ausência ou intermitência de políticas públicas e pelas dificuldades de acesso a crédito e assistência técnica tendem a reduzir o alcance econômico da produção agrícola, sem, contudo, esvaziar seu significado social. Nesse

contexto, mesmo quando a agricultura não garante renda suficiente, ela continua a desempenhar papel central na organização da vida comunitária.

Assim, a percepção das famílias reforça a compreensão de que a agricultura familiar atua como base silenciosa do desenvolvimento local, sustentando o território não apenas pelo que produz em termos materiais, mas pelo que articula em termos sociais. Ao fortalecer a permanência, estimular práticas de cooperação e manter viva a relação cotidiana com a terra, a agricultura familiar se inscreve como componente fundamental das estratégias de reprodução social e das possibilidades concretas de desenvolvimento no espaço quilombola.

A permanência das famílias no campo não se define apenas pela existência de vínculos territoriais ou pela produção agrícola em sentido estrito. Para compreender os limites e as possibilidades dessa permanência, investigou-se se, na ausência das atividades complementares desenvolvidas pelas famílias, seria possível continuar vivendo no território rural. O gráfico 12 apresenta a percepção dos respondentes sobre essa questão, permitindo avaliar o peso dessas atividades na sustentação da vida no campo.

A predominância de respostas que indicam a impossibilidade de permanecer no campo na ausência das atividades complementares evidencia que a reprodução da vida no território quilombola não se sustenta a partir de uma única base econômica. A percepção majoritária de que a permanência estaria comprometida sem essas atividades revela a fragilidade estrutural das condições de produção rural e a insuficiência da agricultura, isoladamente, para garantir a continuidade da vida das famílias no território.

Esse resultado aponta para uma dinâmica na qual a permanência no campo se constrói a partir da combinação de diferentes formas de trabalho e de geração de renda, articuladas no interior das estratégias familiares. A presença de respostas afirmativas e de indecisão sugere que, para um grupo menor de famílias, a agricultura ainda desempenha papel central, embora mesmo nesses casos a permanência esteja sujeita a riscos e instabilidades associados a fatores ambientais, econômicos e institucionais.

A leitura desse dado permite compreender que a permanência no território não decorre apenas do desejo de ficar, mas da viabilidade concreta de sustentar a vida cotidiana. As atividades complementares surgem, nesse contexto, como mecanismos de adaptação às limitações impostas pela escassez hídrica, pela baixa renda agrícola e pela seletividade das políticas públicas voltadas ao meio rural. Trata-se de estratégias que ampliam as possibilidades de reprodução social sem romper, necessariamente, com o vínculo territorial.

Desse modo, a percepção das famílias indica que permanecer no campo é resultado de arranjos econômicos flexíveis, construídos no cotidiano, que permitem enfrentar a precariedade

estrutural do espaço rural. A permanência, longe de ser passiva, assume o caráter de prática ativa, sustentada por escolhas possíveis diante de um conjunto restrito de alternativas. Esse dado reforça a compreensão de que a continuidade da vida no território quilombola depende da capacidade das famílias de articular diferentes atividades e recursos, configurando formas específicas de adaptação e resistência no espaço rural.

A centralidade atribuída às atividades complementares na possibilidade de permanecer no campo evidencia que a organização do trabalho e da renda no território quilombola se estrutura a partir da combinação de múltiplas práticas, aspecto que será aprofundado na análise das estratégias econômicas desenvolvidas pelas famílias.

Para além das condições atuais de produção, renda e permanência, buscou-se compreender como os próprios moradores da Comunidade Quilombola de Santo Inácio projetam o futuro coletivo do território. A questão aberta permitiu captar percepções, expectativas e prioridades expressas a partir da experiência vivida no cotidiano comunitário, revelando quais dimensões são consideradas centrais para a continuidade da vida no território quilombola.

As respostas evidenciam que o futuro da Comunidade Quilombola de Santo Inácio é concebido de forma integrada, articulando dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas. A recorrência de menções ao fortalecimento da agricultura, à criação de projetos de compra institucional e à implantação de uma agroindústria revela que a produção local é percebida como os dados indicam que a pluriatividade constitui um dos principais eixos estruturantes da reprodução social do desenvolvimento comunitário. A agricultura aparece não apenas como atividade produtiva, mas como base para a subsistência das famílias, para a geração de renda complementar e para a permanência no campo.

A demanda por iniciativas que valorizem a produção local e ampliem as possibilidades de comercialização indica a consciência, por parte dos moradores, de que a sustentabilidade do território depende da capacidade de transformar o trabalho agrícola em condições concretas de vida digna. Nesse sentido, a expectativa de maior presença do poder público, especialmente por meio de políticas de apoio à agricultura e à geração de trabalho, aponta para a compreensão de que o desenvolvimento comunitário exige mediações institucionais que ultrapassem ações pontuais ou assistenciais.

Paralelamente, a forte incidência de referências à saúde, em especial à necessidade de implantação de um posto de saúde na comunidade, evidencia que o futuro não é pensado apenas em termos produtivos, mas como garantia de direitos básicos. A saúde surge como condição fundamental para a permanência das famílias no território, reforçando a ideia de que

desenvolvimento local, para os sujeitos, está diretamente associado ao acesso a serviços essenciais e à melhoria das condições de vida.

As falas também revelam a centralidade da identidade quilombola, da cultura, da memória e da oralidade como elementos indissociáveis do futuro da comunidade. A preocupação com a preservação das características próprias do território, com a proteção frente a interferências externas e com a manutenção da autonomia comunitária indica que o desenvolvimento desejado não se confunde com processos de homogeneização ou perda de referências culturais. Ao contrário, o futuro é projetado como continuidade histórica, sustentada pela valorização da ancestralidade e pela transmissão de saberes entre gerações.

Nesse contexto, a ênfase na orientação da juventude, de crianças e adolescentes para que sejam sujeitos ativos na comunidade revela a percepção de que a permanência no território depende também da renovação geracional. O futuro da comunidade é pensado como construção coletiva, na qual educação, participação social e fortalecimento das organizações comunitárias, como a associação local, desempenham papel estratégico na coesão social e na defesa do território.

Assim, as respostas à questão aberta indicam que o desenvolvimento local, na perspectiva dos moradores de Santo Inácio, não se resume ao crescimento econômico, mas se estrutura como projeto territorial de vida. Trata-se de um desenvolvimento ancorado na produção local, na garantia de direitos, no fortalecimento das redes comunitárias e na preservação da identidade quilombola. Essa leitura reforça a compreensão de que permanecer no território é, ao mesmo tempo, condição material e escolha política, sustentada por expectativas coletivas de dignidade, autonomia e continuidade histórica.

Desse modo, os dados analisados ao longo desta seção evidenciam que viver e permanecer na Comunidade Quilombola de Santo Inácio implica articular produção, trabalho, identidade e direitos, configurando um cotidiano marcado por estratégias de adaptação, resistência e projeção de futuro no território.

7.3 TRABALHAR DE TODO JEITO PARA CONTINUAR AQUI: A PLURIATIVIDADE NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

7.3.1 A combinação de atividades como estratégia de sobrevivência

As análises anteriores evidenciaram que a permanência das famílias quilombolas no território não se sustenta a partir de uma única base produtiva ou de uma fonte estável de renda. Ao contrário, a continuidade da vida no campo emerge como resultado de arranjos cotidianos que articulam diferentes formas de trabalho, produção e geração de recursos, construídos no

interior de contextos marcados por vulnerabilidades estruturais e pela presença seletiva das políticas públicas. Nesse cenário, trabalhar de todo jeito não expressa precariedade individual, mas racionalidade social orientada à sobrevivência e à permanência no território.

No território quilombola, a combinação de atividades constitui prática historicamente construída, vinculada às condições concretas de produção, às limitações ambientais e às oportunidades possíveis no espaço rural e em suas interfaces com o urbano. As famílias mobilizam o trabalho agrícola, atividades não agrícolas, ocupações informais e estratégias complementares como forma de reduzir riscos, garantir a subsistência e ampliar as possibilidades de reprodução social. Trata-se de uma organização do trabalho que não responde à lógica da especialização produtiva, mas à necessidade de adaptação permanente às instabilidades do cotidiano.

Essa dinâmica revela que o trabalho no território quilombola não pode ser compreendido apenas a partir das categorias formais de emprego ou de produção agrícola isolada. Ele se constitui como prática multifacetada, atravessada por relações familiares, redes comunitárias e saberes territoriais, nas quais o uso do tempo e do espaço é continuamente reorganizado. Ao articular diferentes atividades, as famílias constroem formas próprias de permanecer no campo, preservando vínculos territoriais e identitários, mesmo diante de condições adversas.

Dessa forma, esta seção analisa como a combinação de atividades se configura como estratégia central de sobrevivência e permanência no território quilombola, evidenciando que trabalhar de todo jeito não é sinônimo de desordem ou improviso, mas expressão de uma economia do possível, enraizada no território e sustentada pela experiência cotidiana das famílias.

Embora a produção agrícola já tenha sido analisada enquanto base da segurança alimentar e da permanência das famílias no território, os dados relativos às atividades desenvolvidas permitem também uma leitura voltada à organização do trabalho no interior dos domicílios. Ao observar o número e o tipo de atividades agrícolas realizadas simultaneamente, torna-se possível compreender como as famílias estruturam estratégias de diversificação produtiva diante das limitações econômicas e ambientais do espaço rural quilombola.

A organização das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias evidencia que o trabalho no território quilombola se estrutura a partir da combinação simultânea de práticas produtivas. Para sistematizar essa dinâmica e explicitar suas implicações na reprodução social das famílias, o Quadro 18 sintetiza as principais atividades agrícolas realizadas, bem como suas leituras analíticas no contexto do território quilombola de Santo Inácio.

Quadro 18 - Combinação de atividades agrícolas e estratégias de reprodução familiar no território quilombola

Dimensão analisada	Evidências empíricas	Leitura interpretativa
Diversificação produtiva	Realização simultânea de 2 ou mais atividades por parte significativa das famílias	Redução de riscos econômicos e climáticos
Organização do trabalho familiar	Forte participação feminina e sobreposição de atividades	Centralidade do trabalho doméstico-produtivo
Finalidade da produção	Predominância do autoconsumo, com venda complementar	Produção orientada à segurança alimentar
Uso do território	Agricultura, criação e hortas no mesmo espaço	Territorialidade multifuncional
Estratégia de permanência	Combinação de práticas agrícolas	Reprodução social no campo

Fonte: Pesquisa de campo (2025-2026).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

Conforme sistematizado no Quadro 19, a combinação de atividades agrícolas revela uma lógica de diversificação produtiva orientada à redução de riscos e à garantia da subsistência familiar. A realização simultânea de práticas voltadas ao autoconsumo e à criação de animais indica que a produção no território se organiza a partir de arranjos flexíveis, ajustados às limitações ambientais e econômicas do espaço rural.

A ampla incidência de famílias que desenvolvem atividades agrícolas, associada à realização simultânea de mais de uma prática produtiva, evidencia que o trabalho no território quilombola se organiza a partir da combinação de atividades, e não da especialização. Entre homens e mulheres, observa-se que a agricultura de subsistência, a criação de animais e o cultivo de hortas coexistem no cotidiano familiar, configurando arranjos produtivos flexíveis e adaptativos.

A distribuição do número de atividades realizadas revela que parte expressiva dos respondentes acumula duas ou mais práticas agrícolas, indicando que a produção no território não responde a uma lógica linear ou exclusiva, mas a uma racionalidade orientada à redução de riscos e à ampliação das possibilidades de sustento. Essa diversificação permite às famílias enfrentar as incertezas climáticas, as oscilações de renda e a instabilidade do trabalho rural, sem romper com o vínculo territorial.

A expressiva participação feminina na realização de múltiplas atividades reforça a centralidade do trabalho das mulheres na organização do cotidiano produtivo. Ao articularem agricultura de subsistência, criação de animais e cultivo de hortas, as mulheres desempenham papel estratégico na sustentação material das famílias, evidenciando que a combinação de

atividades é também atravessada por relações de gênero e pela sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Esse padrão de organização do trabalho revela que, no território quilombola, a sobrevivência não se apoia em uma única fonte de produção, mas em arranjos cotidianos que combinam diferentes práticas agrícolas, frequentemente articuladas a atividades não agrícolas. Assim, a diversificação produtiva emerge como estratégia central para garantir a reprodução social das famílias e sustentar sua permanência no campo, mesmo em contextos de vulnerabilidade estrutural.

A combinação de atividades observada no interior da produção agrícola se amplia quando se considera a inserção das famílias em outras formas de geração de renda. Para além do trabalho no campo, o cotidiano econômico das famílias quilombolas envolve atividades não agrícolas que desempenham papel central na sustentação da vida e na viabilização da permanência no território. O Quadro 19 sistematiza essas atividades, evidenciando a diversidade de ocupações mobilizadas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio.

Quadro 19 - Atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio

Tipo de atividade não agrícola	Homens	Mulheres	Observações analíticas
Comércio	2	2	Atividades pontuais, geralmente de pequena escala
Prestação de serviços	–	2	Serviços informais vinculados ao cuidado e ao trabalho doméstico ampliado
Trabalho fora da comunidade	–	4	Inserção externa como complemento de renda
Programas sociais	1	2	Renda de caráter compensatório
Servidor público	–	2	Inserção estável, porém minoritária
Outras atividades	1	–	Estratégias individuais e contextuais

Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

A diversidade de atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio evidencia que a reprodução social no território não se sustenta a partir de uma única base econômica. A inserção em atividades como comércio, prestação de serviços, trabalho fora da comunidade, programas sociais e, em menor medida, ocupações formais, revela um arranjo produtivo marcado pela complementaridade e pela fragmentação das fontes de renda.

Essa configuração confirma que a agricultura, embora central, não opera de forma isolada, sendo permanentemente articulada a outras estratégias econômicas acionadas conforme as possibilidades e os limites impostos pelo território. A presença significativa de mulheres em

atividades não agrícolas, especialmente no trabalho fora da comunidade, nos serviços e na inserção em programas sociais, reforça o papel feminino como mediador das estratégias de sobrevivência familiar, articulando diferentes circuitos de renda no cotidiano.

A combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas indica que o trabalho no território quilombola se organiza a partir de uma lógica de diversificação orientada à redução de riscos, à compensação da instabilidade produtiva e à garantia da subsistência. Tal dinâmica dialoga com a noção de pluriatividade como resposta territorial às vulnerabilidades estruturais do espaço rural, na medida em que permite às famílias construir alternativas econômicas possíveis sem romper completamente com o vínculo com a terra.

Ao mesmo tempo, a presença de programas sociais como componente da renda familiar revela os limites da base produtiva local e a dependência parcial de políticas públicas compensatórias. Esses programas não substituem o trabalho, mas operam como elemento de sustentação mínima da vida cotidiana, articulando-se às demais atividades desenvolvidas pelas famílias.

Assim, a análise das atividades não agrícolas evidencia que trabalhar “de todo jeito” não significa precariedade absoluta, mas a construção cotidiana de uma economia do possível, na qual diferentes formas de trabalho são combinadas para sustentar a permanência no território. A pluriatividade emerge, portanto, não como opção marginal, mas como estrutura fundamental da reprodução social das famílias quilombolas de Santo Inácio.

7.3.2 Renda, trabalho familiar e economia do possível

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, analisada no subtema anterior, revela que a pluriatividade no território quilombola não se limita à diversificação ocupacional, mas se expressa, sobretudo, na forma como a renda é construída, distribuída e administrada no interior das famílias. A renda, nesse contexto, não se apresenta como fluxo estável ou centralizado, mas como resultado de múltiplas inserções produtivas, frequentemente fragmentadas, que se articulam ao trabalho familiar e às condições concretas do território.

No cotidiano das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, o trabalho assume caráter eminentemente familiar, mobilizando diferentes membros do domicílio em atividades diversas, conforme idade, gênero, disponibilidade e oportunidades existentes. Essa organização do trabalho não responde a uma lógica de especialização produtiva ou de maximização econômica, mas à necessidade de garantir a subsistência, reduzir vulnerabilidades e sustentar a permanência no território diante das limitações estruturais do espaço rural.

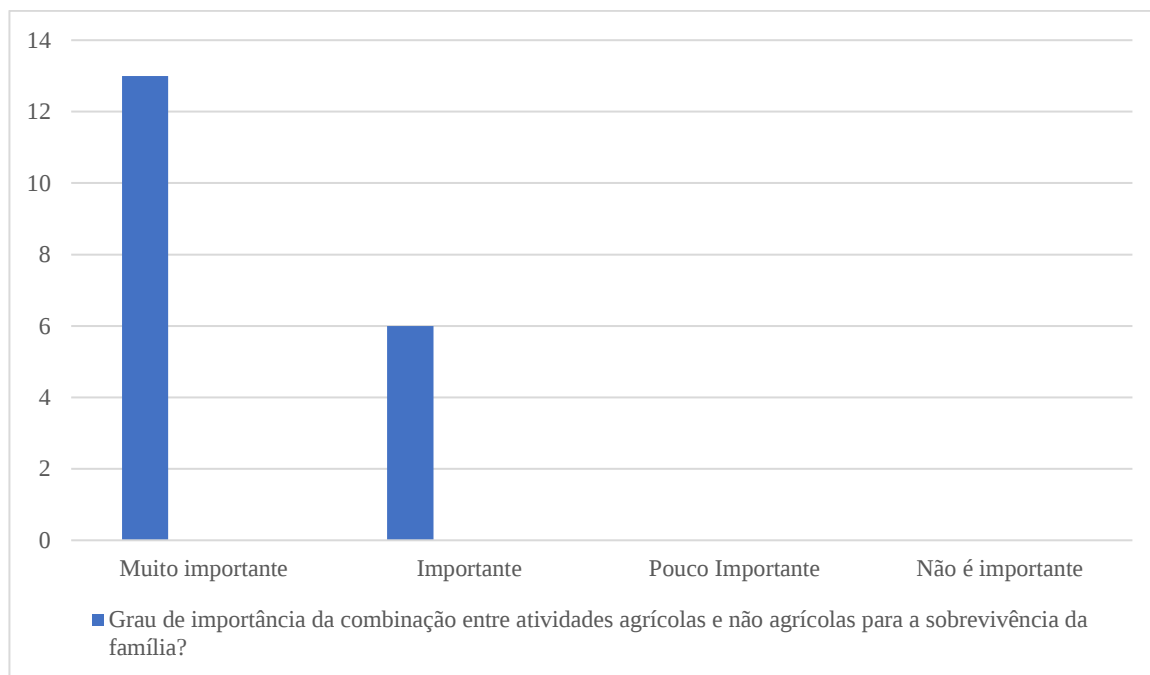
A renda familiar, portanto, é produzida a partir da articulação entre agricultura, atividades não agrícolas, programas sociais e, em casos pontuais, inserções formais de trabalho. Essa composição revela o que se pode denominar de uma economia do possível, construída no limite das oportunidades disponíveis e ajustada continuamente às instabilidades climáticas, à precarização do trabalho e à seletividade das políticas públicas. Trata-se de uma economia que não opera a partir da acumulação, mas da manutenção da vida, na qual cada atividade desempenha função específica na reprodução social das famílias.

Ao analisar a renda e o trabalho familiar sob essa perspectiva, evidencia-se que a pluriatividade não representa uma escolha voluntária orientada pelo mercado, mas uma estratégia territorialmente situada, que emerge como resposta às condições adversas e às desigualdades historicamente produzidas no campo. Assim, a economia do possível revela-se como expressão concreta da capacidade adaptativa das famílias quilombolas, que combinam trabalho, renda e solidariedade para continuar existindo no território.

A presença de atividades não agrícolas no cotidiano das famílias, já discutida anteriormente, reaparece aqui como elemento constitutivo da organização econômica no território quilombola. A articulação entre o trabalho no campo e outras formas de geração de renda revela que a subsistência familiar se constrói a partir de arranjos flexíveis, acionados conforme as possibilidades e os limites impostos pelo espaço vivido. Essas atividades, longe de substituir a agricultura, operam como complemento funcional, contribuindo para a estabilidade mínima da renda e para a sustentação das condições de permanência no território.

A percepção das famílias acerca da importância da combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas permite avançar na compreensão da pluriatividade não apenas como prática recorrente, mas como elemento reconhecido e valorizado no cotidiano econômico do território quilombola. O gráfico 17 sintetiza essa percepção, evidenciando o grau de relevância atribuído pelas famílias à articulação entre diferentes formas de trabalho para a sobrevivência familiar.

Gráfico 16 - Importância atribuída à combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas para a sobrevivência familiar na Comunidade Quilombola de Santo Inácio (Ibiassucê-BA)



Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

A leitura do gráfico 17 evidencia que a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas é amplamente reconhecida pelas famílias como fundamental para a sobrevivência no território quilombola. A expressiva concentração de respostas que classificam essa articulação como “muito importante” ou “importante” revela que a pluriatividade não é percebida como alternativa marginal ou circunstancial, mas como componente estruturante da reprodução da vida no campo.

Essa valorização indica que as famílias reconhecem, a partir de sua experiência concreta, os limites da agricultura exercida de forma isolada, especialmente em contextos marcados por instabilidade climática, restrições de acesso a políticas públicas e precarização das condições produtivas. A combinação de atividades emerge, assim, como resposta prática às vulnerabilidades do espaço rural, permitindo maior estabilidade econômica e ampliando as condições de permanência no território.

A ausência de respostas que desqualifiquem a importância dessa combinação reforça que a pluriatividade se inscreve no modo de vida local como estratégia consolidada e socialmente legitimada. Ao articular trabalho agrícola e não agrícola, as famílias constroem arranjos econômicos ajustados às possibilidades do território, evidenciando que a sobrevivência

no campo depende menos da especialização produtiva e mais da capacidade de combinar diferentes formas de trabalho no cotidiano.

Nesse sentido, o reconhecimento da importância da combinação de atividades confirma que a pluriatividade constitui eixo central da permanência no território quilombola, funcionando como mecanismo de adaptação, resistência e sustentação da reprodução social das famílias.

O reconhecimento da combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas como elemento central para a sobrevivência das famílias, evidenciado na questão anterior, cria a base interpretativa para compreender como a pluriatividade se materializa no cotidiano do território quilombola. Ao indicarem essa combinação como muito importante (72,2%) ou importante (27,8%) para a sobrevivência familiar, as famílias expressam que a diversificação do trabalho constitui condição estruturante da vida no campo, e não um recurso acessório ou eventual.

A partir dessa compreensão, os dados relativos aos impactos da pluriatividade revelam que seus efeitos são percebidos de forma articulada e multidimensional. Entre os respondentes, 46,2% das famílias associam diretamente a pluriatividade à garantia de permanência no campo, enquanto 38,5% destacam seu papel no aumento da renda, indicando que a diversificação produtiva opera tanto na sustentação econômica quanto na continuidade territorial. Além disso, 15,3% ressaltam a contribuição da pluriatividade na redução das dificuldades financeiras, evidenciando seu papel como mecanismo de amortecimento frente às instabilidades do trabalho rural.

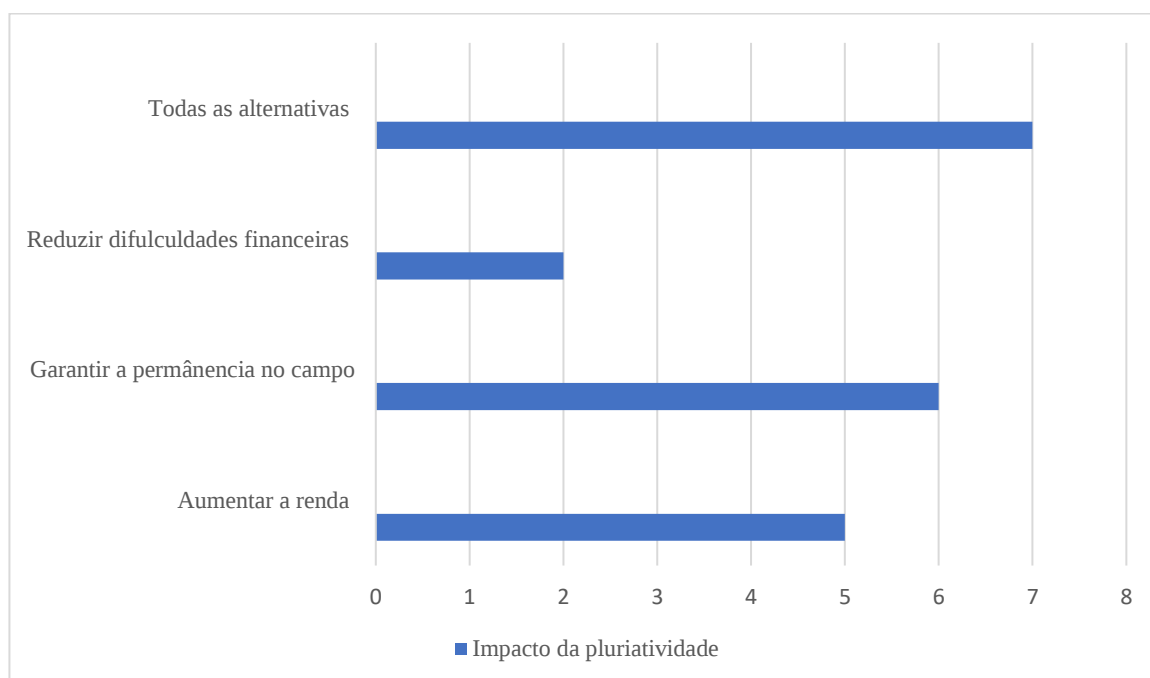
Destaca-se, ainda, que 38,5% dos respondentes reconhecem simultaneamente o aumento da renda, a permanência no campo e a redução das dificuldades financeiras como impactos indissociáveis da pluriatividade, havendo ainda 7,7% de respostas que reafirmam a totalidade desses efeitos de forma complementar.

Essa leitura reforça que, no território quilombola de Santo Inácio, a pluriatividade não é compreendida de maneira fragmentada, mas como uma estratégia integrada de reprodução social, na qual diferentes dimensões da vida econômica e territorial se sustentam mutuamente.

Esses resultados confirmam que a pluriatividade assume centralidade na organização do trabalho familiar, funcionando como resposta concreta às vulnerabilidades estruturais que atravessam o espaço rural, especialmente aquelas relacionadas à instabilidade produtiva, à escassez de recursos e à seletividade das políticas públicas. Assim, mais do que ampliar rendimentos, a pluriatividade sustenta a possibilidade de permanecer, resistir e projetar o futuro no território.

A leitura do gráfico 18 confirma que a pluriatividade é compreendida pelas famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio como uma estratégia de sustentação ampla da vida no território, cujos efeitos extrapolam a dimensão estritamente econômica. A concentração de respostas que associam a pluriatividade tanto à permanência no campo quanto ao aumento da renda evidencia que a diversificação das atividades se constitui como elemento estruturante da reprodução social, permitindo às famílias enfrentar as instabilidades próprias do meio rural.

Gráfico 17 - Impactos da pluriatividade na renda, permanência e enfrentamento das dificuldades financeiras das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio



Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

Esse padrão confirma que a permanência no território depende da combinação de atividades produtivas e fontes complementares de renda, especialmente em um contexto no qual a agricultura, isoladamente, não garante estabilidade econômica suficiente para sustentar as famílias. A pluriatividade emerge, assim, não como estratégia marginal, mas como condição estruturante da permanência territorial e da continuidade da vida no quilombo.

Observa-se que a percepção da pluriatividade como mecanismo de garantia da permanência no território apresenta peso expressivo, o que reforça a ideia de que permanecer no campo não depende apenas da posse da terra, mas da capacidade de articular diferentes formas de trabalho e renda no cotidiano familiar. Nesse sentido, a pluriatividade opera como mediadora entre as limitações impostas pela produção agrícola e a necessidade de assegurar

condições mínimas de vida, especialmente em contextos marcados pela irregularidade climática e pela fragilidade das políticas públicas.

A presença significativa de respondentes que reconhecem simultaneamente múltiplos benefícios da pluriatividade indica que essa estratégia é vivenciada de maneira integrada, conectando renda, segurança material e continuidade territorial. Tal percepção corrobora leituras que compreendem a pluriatividade como expressão de adaptação ativa das famílias rurais, que reorganizam o uso do tempo, do trabalho e do território para garantir a permanência no campo frente às vulnerabilidades estruturais.

Dessa forma, o gráfico não apenas ilustra os impactos imediatos da pluriatividade, mas revela sua centralidade como prática social cotidiana, capaz de sustentar a vida no território quilombola e de fortalecer a resistência das famílias diante dos limites econômicos, ambientais e institucionais que atravessam o espaço rural.

Os resultados discutidos neste subtema evidenciam que a pluriatividade se constitui como eixo estruturante da reprodução social das famílias da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, articulando dimensões econômicas e territoriais de forma integrada. A percepção de que a diversificação das atividades contribui simultaneamente para a ampliação da renda, a redução das dificuldades financeiras e a permanência no campo indica que tais práticas não se configuram como respostas pontuais, mas como arranjos estáveis incorporados ao cotidiano rural.

Ao reorganizar o trabalho familiar diante das limitações da produção agrícola, da irregularidade climática e da seletividade das políticas públicas, a pluriatividade amplia a capacidade adaptativa das famílias, permitindo a construção de estratégias orientadas pela continuidade da vida no território. Trata-se de uma racionalidade econômica situada, que emerge das condições concretas de existência e do uso social do território, evidenciando que a permanência no campo se sustenta a partir da combinação de diferentes formas de trabalho e renda.

7.3.3 Pluriatividade e permanência no território

A permanência das famílias no território quilombola não se explica exclusivamente pela posse da terra ou pela continuidade da produção agrícola, mas pela capacidade de articular diferentes estratégias de reprodução social diante das condições concretas de vida no meio rural. Nesse sentido, a pluriatividade emerge como elemento central na sustentação da permanência no campo, ao viabilizar a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas como resposta às instabilidades econômicas, ambientais e institucionais que atravessam o território.

Ao longo do cotidiano, a diversificação das fontes de renda amplia a margem de segurança das famílias, reduzindo a dependência exclusiva da agricultura e criando condições mínimas para a continuidade da vida no território. Essa articulação revela que permanecer no campo não é resultado de imobilidade social, mas de escolhas possíveis, construídas a partir do trabalho familiar, do uso social do território e da mobilização de recursos disponíveis, formais e informais.

Dessa forma, a análise da relação entre pluriatividade e permanência permite compreender como as famílias quilombolas reorganizam o trabalho e a renda para sustentar sua presença no território, evidenciando que a permanência se constitui como processo ativo, atravessado por estratégias adaptativas e por formas cotidianas de resistência frente às vulnerabilidades estruturais do espaço rural.

As percepções das famílias acerca da importância da combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas e dos efeitos atribuídos à pluriatividade permitem avançar para uma leitura que articula empiria e teoria. Os dados não apenas descrevem práticas cotidianas, mas confirmam interpretações consolidadas no debate sobre pluriatividade, desenvolvimento local e permanência no território. Ao observar como as famílias relacionam a diversificação das atividades ao aumento da renda, à redução de dificuldades financeiras e, sobretudo, à permanência no campo, evidencia-se que a pluriatividade opera como mecanismo estruturante da reprodução social no espaço rural quilombola.

O Quadro 20 evidencia, de forma clara, a centralidade da combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas na organização da vida no território quilombola de Santo Inácio. A predominância de respostas que classificam essa combinação como muito importante, somada às que a consideram importante, demonstra um consenso expressivo acerca da relevância da diversificação produtiva para a sobrevivência familiar.

Quadro 20 - Importância da combinação de atividades e reprodução da vida

Evidência empírica	Leitura analítica
72,2% famílias consideram a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas muito importante para a sobrevivência	Confirma que a pluriatividade não é complementar ocasional, mas condição central da reprodução social
27,8 famílias consideram importante	Indica consenso ampliado sobre a necessidade da diversificação
Ausência de respostas negativas	Demonstra que a dependência de uma única atividade deixou de ser viável no cotidiano

Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

Esse padrão empírico corrobora a leitura de Schneider (2003), ao indicar que a pluriatividade emerge como resposta estrutural às limitações da agricultura familiar isolada,

especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica e ambiental. A sobrevivência deixa de depender de um único setor produtivo e passa a ser organizada a partir da combinação de múltiplas fontes de trabalho e renda.

O Quadro 21 evidencia que os efeitos da pluriatividade são percebidos pelas famílias de forma ampla e articulada. A expressiva proporção de respostas que associam a pluriatividade à permanência no campo demonstra que a diversificação produtiva não é entendida apenas como estratégia econômica, mas como condição de continuidade territorial. Permanecer, nesse contexto, significa garantir a reprodução da vida no espaço historicamente ocupado pela comunidade.

Quadro 21- Efeitos atribuídos à pluriatividade pelas famílias

Respostas das famílias	Evidência quantitativa	O que o dado comprova
Garantir a permanência no campo	31,6%	A pluriatividade sustenta a continuidade territorial
Aumentar a renda	26,3%	A diversificação amplia a base econômica familiar
Reduzir dificuldades financeiras	10,5%	Atua como amortecedor das vulnerabilidades
Todas as alternativas	31,6%	Reconhecimento integrado dos efeitos da pluriatividade

Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

A centralidade da permanência no campo como efeito mais mencionado confirma a leitura de Milton Santos, segundo a qual o território vivido se sustenta a partir do uso social e funcional do espaço. A renda, nesse contexto, não é um fim isolado, mas meio para garantir a continuidade da vida no território. A pluriatividade aparece, assim, como mediação entre economia, espaço e existência social.

Quadro 22- Pluriatividade como escolha possível em contexto de restrições

Dimensão observada	Evidência empírica (percentual)	Diálogo teórico
Permanência condicionada	55%	A permanência não é inércia, mas decisão situada
Respostas “talvez”	15%	Expressam instabilidade e incerteza estrutural
Respostas positivas isoladas	30%	Indicam exceções, não regra

Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

Esses dados confirmam a concepção de Raffestin (1980) de que o território é resultado de relações sociais e de poder. Permanecer não depende apenas da vontade dos sujeitos, mas da capacidade de mobilizar recursos, trabalho e redes. A pluriatividade, nesse sentido, não

representa ruptura com o rural, mas estratégia de adaptação que permite às famílias manterem-se territorialmente ancoradas.

Em conjunto, os dados evidenciam que a pluriatividade não se configura como solução provisória ou alternativa marginal, mas como eixo estruturante da vida econômica e social no território quilombola. A leitura empírica confirma que a diversificação das atividades sustenta a renda, opera como mecanismo de amortecimento das assimetrias estruturais que caracterizam o semiárido produtivo, convertendo instabilidade em margem de manobra territorial.e, sobretudo, viabiliza a permanência no campo. Assim, os resultados observados em Santo Inácio não apenas ilustram a teoria, mas a reforçam, demonstrando que, em contextos rurais marcados por limites ambientais e seletividade das políticas públicas, a pluriatividade se consolida como estratégia central de resistência e continuidade territorial.

7.4 QUANDO A COMUNIDADE SE SUSTENTA: CAPITAL SOCIAL, AJUDA MÚTUA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

7.4.1 Associação comunitária, lideranças e decisões coletivas

As estratégias de permanência no território quilombola não se sustentam apenas a partir do esforço individual das famílias ou da diversificação das atividades econômicas, mas se ancoram, de forma decisiva, nas formas coletivas de organização social. Nesse sentido, a associação comunitária e as lideranças locais assumem papel central na mediação das relações internas da comunidade, na articulação com o poder público e na construção de decisões coletivas que afetam diretamente o cotidiano das famílias.

No contexto da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, a organização associativa constitui espaço político fundamental, ainda que atravessado por limites e desafios. É por meio da associação que se concentram as demandas coletivas, se organizam reivindicações por políticas públicas e se definem prioridades relacionadas à produção, à infraestrutura e à permanência no território. As decisões tomadas nesses espaços refletem não apenas regras formais, mas relações de confiança, pertencimento e reconhecimento construídas historicamente no interior da comunidade.

A análise das lideranças e dos processos decisórios permite compreender como o capital social se materializa no território, revelando formas específicas de participação, cooperação e negociação. Mais do que estruturas administrativas, a associação e suas lideranças expressam práticas sociais que articulam memória coletiva, identidade quilombola e projetos de futuro, configurando-se como elementos centrais para a sustentação da vida comunitária e para a resistência frente às desigualdades que atravessam o espaço rural.

A associação comunitária da Comunidade Quilombola de Santo Inácio constitui um dos principais pilares da organização coletiva local, expressando, de forma concreta, os esforços da comunidade para estruturar mecanismos próprios de articulação social, econômica e política. Atualmente, a associação reúne cerca de 90 associados, conta com sede própria e dispõe de um conjunto de equipamentos e bens coletivos que evidenciam sua centralidade no território, como trator, cadeiras e mesas, máquinas de costura e uma agroindústria de farinha, ainda não em funcionamento.

A existência dessa infraestrutura coletiva revela que a associação ultrapassa o caráter meramente formal, configurando-se como espaço material de organização e de projeção de iniciativas voltadas ao fortalecimento da comunidade. O acesso a equipamentos produtivos, como o trator e a agroindústria, aponta para a tentativa de ampliar as capacidades locais de produção e geração de renda, ainda que esses recursos encontrem limites para sua plena operacionalização. A agroindústria de farinha, por exemplo, mesmo sem estar em funcionamento, simboliza um projeto coletivo de valorização da produção local e de agregação de valor aos produtos do território.

Ao mesmo tempo, a presença de bens coletivos não elimina os desafios relacionados à gestão, ao acesso a políticas públicas e à efetivação das decisões tomadas no âmbito associativo. Esses limites evidenciam que a organização comunitária se constrói em meio a tensões entre projetos, recursos disponíveis e condições institucionais, reforçando que o capital social no território não é dado, mas continuamente produzido e negociado.

Nesse contexto, a associação comunitária assume papel estratégico na mediação das decisões coletivas e na interlocução com o poder público, funcionando como espaço onde se expressam as demandas da comunidade e se articulam expectativas em torno do desenvolvimento local. Assim, a análise da associação, de suas lideranças e dos processos decisórios permite compreender como a organização coletiva sustenta, ainda que de forma desigual e inacabada, as estratégias de permanência e de reprodução da vida no território quilombola.

A participação das famílias em associações, grupos e ações coletivas revela a forma como o capital social se organiza e se distribui no cotidiano da Comunidade Quilombola de Santo Inácio. As respostas indicam que essa participação não ocorre de maneira exclusiva, mas a partir do envolvimento simultâneo em diferentes espaços coletivos, formais e informais. Assim, as informações apresentadas a seguir sistematizam as principais formas de participação mencionadas pelos respondentes, considerando que uma mesma família pode integrar mais de uma iniciativa comunitária.

Quadro 23- Participação das famílias em associações, grupos e ações coletivas na Comunidade Quilombola de Santo Inácio¹²

Forma de participação coletiva	Percentual	Leitura analítica
Associação comunitária	75%	Principal espaço formal de organização coletiva e mediação das demandas comunitárias
Igreja / grupos religiosos	8,3%	Espaço de sociabilidade, fortalecimento de vínculos e apoio simbólico
Atividades culturais (capoeira)	12,5%	Prática cultural associada à identidade, pertencimento e socialização comunitária
Ações de fomento à agricultura, orientação técnica e cooperativas	Menções qualitativas	Iniciativas voltadas à produção e ao desenvolvimento local
Abstenção	4,2%	Respondente não especificou participação

Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

Entre os participantes, 75% afirmaram integrar a associação comunitária, evidenciando que essa organização constitui o principal espaço formal de articulação e mediação das demandas coletivas no território.

Além disso, 8,3% mencionaram participação em igreja ou grupos religiosos, destacando a dimensão simbólica e relacional da vida comunitária, enquanto 12,5% indicaram envolvimento em atividades culturais, como a capoeira, associadas à identidade, ao pertencimento e à socialização. Registra-se ainda 4,2% de abstenção, correspondente a respondente que não especificou forma de participação. Os dados reforçam que a organização coletiva assume papel estruturante na dinâmica territorial, articulando dimensões produtivas, culturais e sociais na reprodução da vida comunitária.

Também foram registradas referências a outras formas de participação coletiva, associadas a ações de fomento à agricultura, orientação técnica e articulação com cooperativas, indicando a existência de iniciativas que extrapolam a associação comunitária formal. Houve ainda uma abstenção, correspondente a um respondente que não especificou participação em grupos ou ações coletivas.

A expressiva participação na associação comunitária confirma seu papel central como principal instância de organização coletiva da Comunidade Quilombola de Santo Inácio. O fato de a maioria absoluta dos respondentes mencionar a associação como espaço de participação

¹² **Nota:** Os respondentes puderam indicar mais de uma forma de participação coletiva, razão pela qual o total de menções é superior ao número de famílias entrevistadas.

indica que ela funciona como eixo estruturante do capital social local, concentrando demandas, decisões e articulações com agentes externos ao território.

A presença de grupos religiosos e culturais, ainda que numericamente menor, revela a coexistência de diferentes formas de sociabilidade e pertencimento no cotidiano comunitário. Atividades como a igreja e a capoeira desempenham funções que extrapolam o campo simbólico, contribuindo para a construção de vínculos sociais, para a circulação de informações e para o fortalecimento das relações de confiança entre os moradores.

As menções a ações voltadas ao fomento da agricultura, à orientação técnica e à articulação com cooperativas indicam que o capital social da comunidade não se restringe a práticas tradicionais de ajuda mútua, mas também se projeta em iniciativas voltadas à produção e ao desenvolvimento econômico local. Esses registros empíricos reforçam a compreensão de que a organização coletiva atua como mediadora entre as famílias e as políticas públicas, ainda que de forma desigual e intermitente.

Do ponto de vista teórico, os dados corroboram a leitura de Putnam (1993), ao evidenciar que a participação em associações e grupos fortalece redes de cooperação e confiança, fundamentais para a ação coletiva. Ao mesmo tempo, dialogam com Bourdieu (1980), ao demonstrar que o capital social se materializa em recursos concretos, acessados por meio das redes associativas. Em consonância com Santos (1996), essas práticas revelam formas de solidariedade territorial que antecedem e, muitas vezes, compensam a presença limitada do Estado no espaço rural.

Assim, a elevada participação em associações e ações coletivas demonstra que a sustentação da vida comunitária em Santo Inácio não se apoia exclusivamente em estratégias individuais, mas se constrói a partir de redes coletivas que articulam trabalho, cultura, fé e produção. Esses elementos constituem base fundamental para compreender como o capital social contribui para a permanência das famílias no território quilombola e para a construção de projetos coletivos de futuro.

No caso da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, a associação comunitária cumpre papel fundamental na organização coletiva e na mediação com políticas públicas, atuando como principal instância de articulação entre as famílias e os agentes institucionais externos. Contudo, sua atuação também é atravessada por limites estruturais e organizacionais. Observam-se desafios relacionados à baixa participação de jovens nas instâncias decisórias, à dependência de lideranças específicas para condução das ações coletivas e às dificuldades burocráticas que dificultam o acesso e a operacionalização de projetos produtivos e políticas públicas. Esses fatores limitam a capacidade de mobilização contínua e revelam que o capital social, embora

presente e ativo, se constrói de forma desigual, sendo atravessado por tensões internas, assimetrias de participação e condicionantes institucionais que influenciam sua efetividade no fortalecimento do desenvolvimento local.

Nesse contexto, a figura a seguir ilustra a materialidade dessas relações, evidenciando o espaço de organização política e fortalecimento das redes comunitárias que sustentam a reprodução social no território.

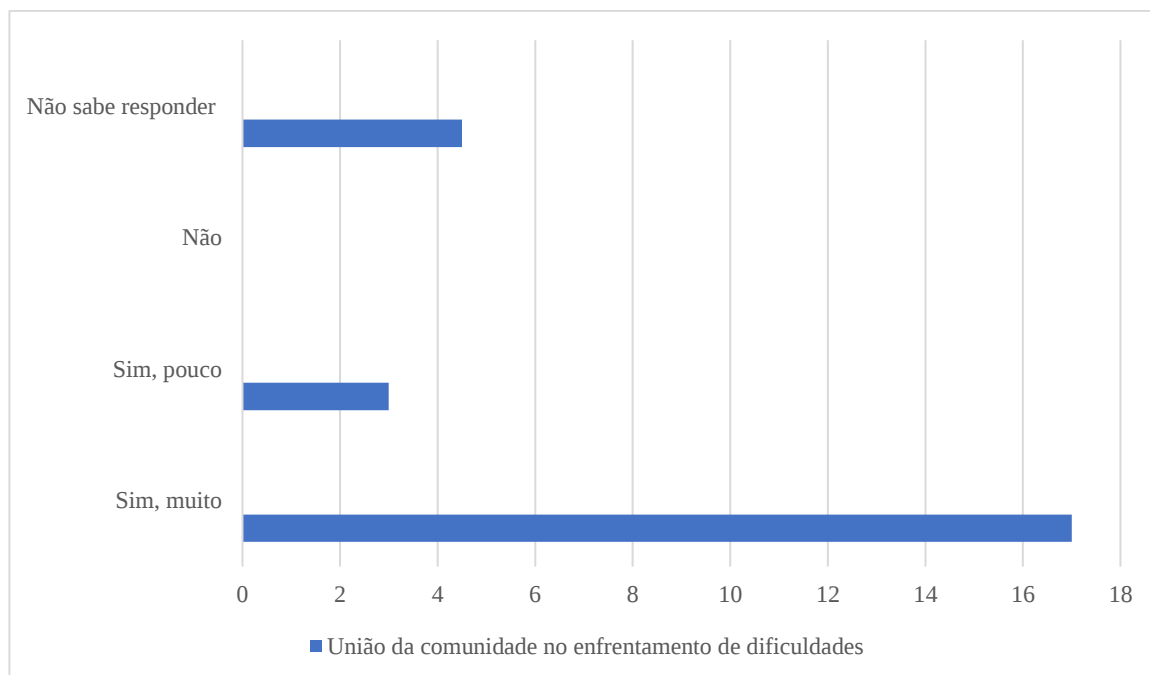
Figura 32: Reunião da Associação Comunitária da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, espaço de deliberação coletiva, organização política e fortalecimento das redes comunitárias



Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025-2026).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2026).

Nesse sentido, ao serem questionados sobre o papel da união comunitária no enfrentamento dos problemas locais, os respondentes indicam que essa percepção de fortalecimento não se constrói de forma abstrata ou discursiva, mas se ancora na experiência concreta de organização, convivência e atuação coletiva vivenciada no território, conforme evidenciado no Gráfico 19.

Gráfico 18 - Percepção da união comunitária no enfrentamento dos problemas locais na Comunidade Quilombola de Santo Inácio



Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025).

Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A predominância das respostas que afirmam que a união da comunidade “ajuda muito” no enfrentamento dos problemas locais, indicada por 17 respondentes, revela que a coesão social é amplamente reconhecida como um ativo comunitário relevante. Ainda que três participantes avaliem que essa contribuição ocorra de forma limitada, não se observa a negação da importância da união, o que reforça a compreensão da ação coletiva como elemento estruturante da vida comunitária, mesmo quando atravessada por limites, tensões e assimetrias próprias dos processos organizativos.

Essa evidência empírica indica que a união comunitária atua como um mecanismo de compensação frente às fragilidades institucionais e às ausências recorrentes do poder público no território. A capacidade de mobilização coletiva, construída por meio da associação comunitária e de outros espaços de participação social, amplia a autonomia da comunidade na resolução de demandas cotidianas e na reivindicação de direitos, ainda que de maneira desigual e condicionada por desafios internos de organização e engajamento.

Dessa forma, quando analisada em continuidade com os dados sobre participação associativa, a percepção positiva em relação à união comunitária confirma que o capital social em Santo Inácio não se limita a vínculos simbólicos ou identitários, mas se materializa em práticas concretas de cooperação, tomada de decisão coletiva e enfrentamento das adversidades territoriais. O conjunto desses elementos reforça a compreensão de que a sustentação da vida

no território quilombola depende não apenas da disponibilidade de recursos materiais, mas também da densidade das relações sociais que organizam, sustentam e atribuem sentido à permanência comunitária.

7.3.3 Confiança, pertencimento e identidade quilombola

A dinâmica social da Comunidade Quilombola de Santo Inácio revela que o desenvolvimento local não se sustenta apenas em variáveis produtivas ou institucionais, mas está profundamente ancorado em redes de confiança, pertencimento intergeracional e identidade coletiva. A Associação dos Moradores do Quilombo de Santo Inácio, instituição ativa e com reuniões mensais, constitui o principal espaço formal de articulação comunitária. As decisões são tomadas de forma coletiva, com participação efetiva dos sócios, incluindo mulheres e jovens, o que demonstra elevada densidade organizativa.

Figura 33 - Assembleia da Associação dos Moradores do Quilombo de Santo Inácio, evidenciando participação feminina e juvenil na organização territorial



Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

A presença feminina é particularmente significativa. Dos 20 respondentes do questionário aplicado, 15 são mulheres, e a secretaria da diretoria da associação é ocupada por uma mulher. Esse dado não é meramente descritivo: ele revela protagonismo feminino na organização social do território. A literatura sobre capital social e desenvolvimento rural destaca que instituições locais fortes e participativas são elementos centrais para a consolidação de processos de desenvolvimento endógeno (Abramovay, 2001). Para o autor, o desenvolvimento não depende apenas de recursos financeiros, mas da qualidade das instituições locais e da capacidade de articulação coletiva.

Figura 34 - Participação feminina em reunião da Associação dos Moradores do Quilombo de Santo Inácio, evidenciando protagonismo das mulheres na organização social do território



Fonte: Pesquisa de campo, Comunidade Quilombola de Santo Inácio (2025).
Elaboração: Souza, L. M. S. (2025).

Os dados da pesquisa indicam que as 20 famílias entrevistadas afirmam confiar na associação e em suas lideranças. Essa unanimidade sugere a existência de capital social robusto, entendido como rede de confiança, reciprocidade e cooperação (Putnam, 1993). Ainda que a confiança declarada indique elevada coesão interna, o capital social não deve ser interpretado

como recurso homogêneo ou isento de hierarquias, mas como estrutura relacional atravessada por disputas, assimetrias e diferentes graus de acesso aos recursos coletivos.

O pertencimento territorial emerge como dimensão igualmente estruturante. Conforme analisado anteriormente, a maioria das famílias reside na comunidade há várias gerações, muitas considerando a terra como herança ancestral. O desejo de permanência e de manutenção da comunidade viva demonstra que o território não é percebido apenas como espaço produtivo, mas como espaço de memória, identidade e continuidade histórica. Milton Santos (1996) compreende o território como espaço vivido, impregnado de relações sociais e simbólicas. Em Santo Inácio, essa vivência territorial se manifesta na valorização da ancestralidade e na reprodução intergeracional da comunidade.

Figura 35 - – Dona Tereza moradora antiga da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, representantes da permanência intergeracional no território



Fonte: Arquivo pessoal da autora, pesquisa de campo, 2025.

A identidade quilombola, por sua vez, constitui fundamento político e cultural da organização social. A presença de grupos culturais como o samba de roda, as mulheres do samba, as festas tradicionais, o carnaval do quilombo, a Semana da Consciência Negra, a festa em louvor a Santo Inácio de Loyola, rodas de conversa com jovens e o grupo de capoeira demonstra que a cultura opera como mecanismo de coesão social e afirmação identitária. Nilma

Lino Gomes destaca que a identidade negra é construída historicamente como processo de resistência e afirmação política. Munanga (2003) reforça que a identidade étnica não é essência, mas construção coletiva ancorada na memória e no reconhecimento.

Moura (1959), ao analisar o quilombo como forma histórica de resistência, evidencia que sua existência ultrapassa o período colonial, constituindo continuidade política e simbólica no presente. Ao compreender os quilombos como organizações estruturadas de enfrentamento ao sistema escravista, o autor rompe com a interpretação que os reduz a episódios isolados de fuga, afirmando-os como expressão permanente de luta e afirmação territorial.

A figura 37 apresenta um mosaico de manifestações culturais da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, evidenciando como memória, resistência e identidade se articulam na construção cotidiana do território.

Figura 36 - Mosaico de manifestações culturais da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, evidenciando práticas de memória, resistência e afirmação identitária





Fonte: ASCOM – Prefeitura municipal de Ibiassucê. (2025)

Assim, os grupos culturais de Santo Inácio não podem ser compreendidos como manifestações folclóricas isoladas. Eles operam como dispositivos de produção de pertencimento, transmissão de memória e fortalecimento do capital social. A cultura, nesse contexto, é também política.

O associativismo ativo, a confiança nas lideranças, o protagonismo feminino e juvenil e a permanência intergeracional revelam que a comunidade possui densidade social significativa. Entretanto, como já discutido nos tópicos anteriores, a existência de capital social não elimina desafios estruturais relacionados à produção, mercado e infraestrutura. O desenvolvimento local em Santo Inácio, portanto, articula dimensões materiais e simbólicas: depende tanto de políticas públicas quanto da manutenção das redes de confiança e da identidade quilombola enquanto base de coesão territorial.

Dessa forma, o território quilombola revela-se não apenas espaço de vulnerabilidade produtiva, mas espaço de resistência socialmente organizada. A confiança, o pertencimento e a identidade constituem recursos intangíveis que sustentam a permanência das famílias e conferem sentido coletivo ao desenvolvimento.

7.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CHÃO DO QUILOMBO: ACESSO, AUSÊNCIA E MEDIAÇÕES

A inserção da Comunidade Quilombola de Santo Inácio nas políticas públicas de crédito e comercialização institucional revela dinâmica complexa, marcada por ampliação formal do acesso e, simultaneamente, pela permanência de condicionantes estruturais que tensionam a

consolidação da inclusão produtiva. Segundo o presidente da associação comunitária, a maioria das famílias encontra-se vinculada ao PRONAF, indicando elevado grau de formalização da produção e reconhecimento institucional enquanto agricultores familiares. Esse dado sinaliza inserção relevante no aparato estatal de políticas rurais, situando a comunidade no circuito das políticas públicas estruturantes.

No âmbito do microcrédito produtivo orientado, aproximadamente 30 famílias da comunidade são atendidas pelo Agroamigo, com financiamentos direcionados sobretudo à compra de animais, plantio agrícola e criação de galinhas. Tais atividades reforçam a base produtiva tradicional, articulando agricultura e criação animal como estratégia de reprodução socioeconômica. Essa combinação confirma a interpretação de Schneider (2003), para quem a agricultura familiar contemporânea se organiza por meio de estratégias múltiplas que articulam diferentes fontes de renda e formas de inserção produtiva.

De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura, entraves como documentação, burocracia, inadimplência ou falta de informação não constituem obstáculos significativos à implementação do Agroamigo na comunidade. Tal constatação sugere relativa estabilidade institucional e capacidade organizativa local para acessar instrumentos financeiros. Entretanto, como adverte Abramovay (2001), o crédito não opera como variável autônoma de desenvolvimento. Seu impacto depende da densidade das instituições locais, da qualidade das redes de cooperação e da capacidade de transformar recursos financeiros em inovação produtiva e dinamismo territorial.

Nessa perspectiva, o crédito deve ser compreendido como mediação e não como fim em si mesmo. Ele amplia possibilidades, mas não altera automaticamente estruturas produtivas ou desigualdades internas. O desenvolvimento rural, conforme argumenta Pecqueur (2005), emerge da articulação entre recursos locais, organização social e construção de mercados territorializados. Assim, o acesso ao crédito em Santo Inácio constitui condição necessária, mas não suficiente, para consolidação de um processo endógeno de desenvolvimento.

No que concerne à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), observa-se que 50% do atendimento técnico municipal está direcionado à Comunidade Quilombola de Santo Inácio, uma vez que, das 16 famílias acompanhadas diretamente pelo serviço, 8 pertencem ao território quilombola. Esse dado revela prioridade institucional e reconhecimento da centralidade da comunidade no âmbito das políticas públicas rurais.

Contudo, embora a proporção indique direcionamento estratégico da assistência, a abrangência do acompanhamento técnico deve ser analisada para além do número de famílias atendidas. A efetividade da ATER depende da continuidade, da profundidade das orientações

produtivas e da capacidade de converter conhecimento técnico em inovação, diversificação e ampliação de renda. Como destacam Schneider (2003) e Graziano da Silva (2002), a assistência técnica constitui elemento estruturante do desenvolvimento rural, pois atua como mediação entre crédito, organização produtiva e sustentabilidade territorial.

Assim, a concentração de metade do atendimento técnico na comunidade quilombola evidencia esforço institucional relevante, mas também coloca em evidência a necessidade de manutenção e fortalecimento dessa política como condição para consolidação da inclusão produtiva.

A Figura 40 evidencia o mosaico de peças produzidas pelo grupo de bordadeiras e artesãs da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, revelando a pluriatividade como prática concreta no território. As produções artesanais expressam a diversificação das fontes de trabalho e renda, demonstrando que a economia local não se restringe às atividades agropecuárias, mas incorpora saberes tradicionais e iniciativas criativas articuladas ao cotidiano comunitário.

A imagem também destaca o protagonismo feminino na organização produtiva, uma vez que as mulheres assumem papel central na geração de renda, na preservação de técnicas culturais e na dinamização das redes de cooperação. Assim, a figura materializa a articulação entre identidade, trabalho e autonomia econômica, evidenciando que a pluriatividade se constitui como estratégia de reprodução social e fortalecimento territorial.

Figura 37 - Visita técnica de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) à Comunidade Quilombola de Santo Inácio, evidenciando acompanhamento produtivo no território



Fonte: Arquivo pessoal da autora, pesquisa de campo, 2025.

No campo do mercado institucional, a comunidade participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fornecendo principalmente ovos e tapioca. Destaca-se que, em 2026, o único produtor da comunidade habilitado a comercializar ovos para o programa é justamente o proprietário do aviário que possui Selo de Inspeção Municipal (SIM). Trata-se, também, de um dos poucos aviários do município com certificação sanitária regularizada. Enquanto, em âmbito municipal, a obtenção do SIM é apontada como desafio recorrente para diversos produtores, na comunidade quilombola esse requisito já foi superado por esse agricultor específico, o que lhe confere posição estratégica diferenciada no acesso ao mercado institucional.

A Figura 39 apresenta o aviário da Comunidade Quilombola de Santo Inácio com Selo de Inspeção Municipal (SIM), evidenciando a inserção da produção local em circuitos formais de comercialização. A habilitação para fornecimento de ovos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) demonstra a articulação entre organização produtiva comunitária e políticas públicas, ampliando as possibilidades de geração de renda no território.

A imagem revela que a produção avícola ultrapassa a lógica do autoconsumo, integrando-se a mercados institucionais que garantem maior estabilidade e previsibilidade econômica às famílias envolvidas. Nesse sentido, o aviário com SIM simboliza a qualificação produtiva, a agregação de valor e o fortalecimento do desenvolvimento territorial a partir da conexão entre trabalho local e políticas de compra pública.

Figura 38 - Aviário da Comunidade Quilombola de Santo Inácio com Selo de Inspeção Municipal (SIM), habilitado para fornecimento de ovos ao PNAE.



Fonte: Coletado pela autora no Instagram do Aviário. (2026)

Esse dado revela duas dimensões simultâneas. Por um lado, evidencia capacidade organizativa e adequação técnica que possibilitam inserção qualificada nos mercados públicos. Por outro, demonstra que a inclusão produtiva via PNAE ainda se encontra concentrada, não sendo universal entre as famílias da comunidade. Parte dos produtores opta por não aderir ao programa, seja por limitações estruturais, escala produtiva reduzida ou escolhas estratégicas individuais. Assim, a participação no mercado institucional depende não apenas da existência da política pública, mas da capacidade técnica, sanitária e organizacional para atender às exigências formais.

Tal cenário reforça a leitura de Abramovay (2001), segundo a qual o desenvolvimento não decorre automaticamente da oferta de instrumentos financeiros ou institucionais, mas da qualidade das instituições locais e da capacidade de ação coletiva. O caso do aviário certificado demonstra que, quando há articulação entre produção, regularização sanitária e organização, a política pública se converte em oportunidade concreta de geração de renda. Entretanto, a concentração dessa inserção em um número restrito de produtores evidencia que a consolidação da inclusão produtiva ainda enfrenta limites estruturais no território.

A atuação do grupo de bordadeiras e artesãs evidencia que a pluriatividade em Santo Inácio não se restringe à combinação entre agricultura e criação animal, mas incorpora atividades não agrícolas que ampliam a base econômica da comunidade. Como argumenta Schneider (2003), a pluriatividade deve ser compreendida como estratégia adaptativa diante das incertezas produtivas, articulando múltiplas fontes de renda que asseguram maior resiliência familiar. No caso da comunidade quilombola, o artesanato representa não apenas diversificação econômica, mas também expressão concreta de autonomia feminina.

A Figura 40 evidencia o mosaico de peças produzidas pelo grupo de bordadeiras e artesãs da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, expressando a pluriatividade como prática viva no território. As produções artesanais demonstram que a diversificação do trabalho vai além da agricultura, incorporando saberes tradicionais, criatividade e organização coletiva como estratégias de geração de renda.

A imagem também revela o protagonismo feminino na dinâmica econômica local, uma vez que as mulheres assumem papel central na produção, na circulação dos produtos e na manutenção das redes comunitárias. Assim, a figura materializa a articulação entre identidade cultural, autonomia econômica e reprodução social, evidenciando que a pluriatividade se constitui como eixo estruturante do fortalecimento territorial.

Figura 39: Mosaico de peças produzidas pelo grupo de bordadeiras e artesãs da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, evidenciando pluriatividade e protagonismo feminino no território



Fonte: (Rocha, 2025)

Esse protagonismo feminino revela dimensão essencial do capital social local. A organização das bordadeiras, a participação ativa das mulheres na associação comunitária e sua presença nas decisões coletivas indicam que a densidade institucional do território é fortemente atravessada por redes de cooperação femininas. Abramovay (2001) sustenta que o desenvolvimento rural depende da qualidade das instituições locais e da capacidade de ação coletiva; nesse contexto, o capital social feminino emerge como recurso estratégico, pois articula produção, cultura e organização comunitária.

Além de gerar renda, o artesanato opera como dispositivo simbólico de pertencimento e afirmação identitária. Em comunidades quilombolas, como ressaltam Nilma Lino Gomes (2005) e Kabengele Munanga (2003), identidade e produção cultural não se separam da luta por reconhecimento e permanência territorial. Assim, a economia local assume caráter multifacetado, combinando agricultura, criação animal, mercado institucional e atividades artesanais em um mosaico produtivo que sustenta a reprodução social da comunidade.

Entretanto, a consolidação dessas iniciativas exige superação de entraves regulatórios, ampliação da formação técnica e fortalecimento contínuo das redes de cooperação. O desafio não reside apenas em produzir, mas em institucionalizar a produção, ampliar canais de comercialização e integrar as atividades a uma estratégia territorial mais ampla. Se o capital social feminino constitui base organizativa relevante, sua potencialização depende de condições estruturais que garantam mobilidade, acesso à água, infraestrutura e estabilidade produtiva.

Desse modo, a análise desloca-se da dimensão produtiva e organizacional para as condições materiais que sustentam a permanência no território, abrindo o próximo tópico dedicado às infraestruturas, à água e à mobilidade como fundamentos estruturais do desenvolvimento local no chão do quilombo.

7.4.2 Infraestrutura, água e mobilidade: condições materiais da permanência

A permanência da Comunidade Quilombola de Santo Inácio no território não pode ser compreendida apenas a partir da inserção em políticas de crédito ou mercado institucional. Ela está profundamente condicionada às infraestruturas materiais que sustentam a vida cotidiana, especialmente no contexto do semiárido baiano, marcado por irregularidade pluviométrica e recorrentes períodos de estiagem.

A infraestrutura hídrica da Comunidade Quilombola de Santo Inácio organiza-se a partir de três níveis complementares. No plano estrutural permanente, destacam-se os poços artesianos e o Programa de Cisternas, que atende a totalidade das famílias e constitui a principal base de abastecimento domiciliar. No plano domiciliar, as cisternas permitem o armazenamento de água da chuva, garantindo relativa autonomia hídrica em períodos regulares e possibilitando a manutenção das atividades cotidianas e produtivas. Já no plano emergencial, especialmente durante estiagens prolongadas, o abastecimento é complementado por meio do fornecimento de água por carros-pipa, configurando ação temporária voltada à mitigação de situações críticas e à garantia mínima da reprodução social no território. Embora essas infraestruturas sejam fundamentais para a permanência da comunidade no território, sua dependência de regimes pluviométricos irregulares e de ações emergenciais evidencia a persistência de vulnerabilidades estruturais, indicando que o acesso à água ainda se apresenta como limite concreto ao desenvolvimento produtivo local e à ampliação das estratégias econômicas das famílias.

Essa configuração confirma a leitura de Graziano da Silva (2002), para quem a agricultura familiar no semiárido se organiza a partir de estratégias adaptativas diante da instabilidade ambiental. A água, nesse contexto, não é apenas recurso natural, mas condição estruturante da permanência territorial. Schneider (2003) reforça que, em cenários de risco climático, as famílias constroem mecanismos de resiliência que articulam infraestrutura hídrica, diversificação produtiva e políticas públicas compensatórias. Assim, a presença de poços artesianos, cisternas e apoio por meio de carros-pipa revela esforço de mediação institucional frente aos limites ecológicos do território.

Sob a perspectiva de Milton Santos (1996), o território é composto por sistemas de objetos e sistemas de ações. As cisternas, os poços e os caminhões-pipa configuram objetos

técnicos que, articulados às ações institucionais e comunitárias, viabilizam a continuidade da vida social no espaço. Sem esses elementos, a produção e a permanência seriam drasticamente comprometidas.

No que se refere à mobilidade, as entrevistas realizadas com o encarregado de transporte, o secretário de Educação e o secretário de Meio Ambiente indicam que as estradas vicinais da região apresentam dificuldades sobretudo no período chuvoso. Embora haja manutenção e organização do transporte escolar, as condições das vias podem se deteriorar em momentos de maior precipitação, impactando o deslocamento diário dos estudantes e a circulação da produção agrícola.

As estradas, nesse sentido, constituem infraestrutura estratégica. Elas conectam a comunidade aos serviços públicos, ao mercado e às oportunidades educacionais. Como argumenta Raffestin (1993), o território é também espaço de relações mediadas por redes de circulação. Quando essas redes se fragilizam, ainda que temporariamente, restringem-se possibilidades econômicas e sociais. A mobilidade, portanto, não é apenas questão logística, mas dimensão estruturante do desenvolvimento local.

Por outro lado, a comunidade dispõe de energia elétrica em todas as residências e acesso à internet, o que amplia as possibilidades de inserção produtiva e comunicação. A disponibilidade de energia viabiliza atividades como a criação avícola certificada e o armazenamento de produtos, enquanto a conectividade potencializa acesso à informação, políticas públicas e canais de comercialização. Tais elementos configuram base infraestrutural relevante para a consolidação de estratégias de permanência no território.

No que tange à educação, a existência de escola quilombola no próprio território constitui elemento estruturante da permanência juvenil e da reprodução social da comunidade. A oferta local reduz a dependência de deslocamentos diários para a sede municipal, minimizando impactos das condições das estradas vicinais durante o período chuvoso e garantindo maior estabilidade no calendário letivo.

Do ponto de vista territorial, essa presença escolar representa mais do que infraestrutura educacional: configura-se como política de reconhecimento e afirmação identitária. Conforme argumenta Santos (1996), o território não é apenas suporte físico, mas espaço vivido e apropriado por sujeitos sociais. A escola quilombola, nesse sentido, fortalece o vínculo entre educação, identidade e pertencimento, contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas enraizadas na realidade local e para o fortalecimento da permanência territorial das novas gerações.

Além disso, ao reduzir custos de mobilidade e riscos associados ao transporte escolar em períodos de dificuldade de acesso, a escola local atua como mediação concreta entre política pública e permanência territorial. Trata-se de elemento que articula infraestrutura, identidade e reprodução social, consolidando a educação como condição material e simbólica da continuidade comunitária.

Dessa forma, a análise evidencia que a permanência da comunidade quilombola resulta da articulação entre infraestrutura hídrica, mobilidade e acesso a serviços básicos. A água assegura a reprodução produtiva; as estradas garantem circulação; a energia e a internet ampliam horizontes econômicos e informacionais. O desenvolvimento local, nesse contexto, não pode ser dissociado dessas condições materiais, que operam como fundamento concreto da reprodução social no território.

7.6 O QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL VISTO DO QUILOMBO

Este capítulo assume caráter eminentemente interpretativo, reunindo e reinterpretando os resultados empíricos apresentados ao longo da pesquisa à luz das percepções, práticas e expectativas construídas no território quilombola de Santo Inácio. Mais do que reiterar dados, trata-se de deslocar o olhar analítico, confrontando as formulações clássicas do desenvolvimento, a materialização das políticas públicas e a experiência concreta vivida pelas famílias quilombolas. Nesse movimento, o território deixa de ser mero objeto de intervenção e passa a se afirmar como sujeito interpretativo, a partir do qual o próprio sentido de desenvolvimento é questionado, ressignificado e reconstruído.

Ao fazer emergir a leitura do desenvolvimento “vista do quilombo”, este capítulo tensiona a distância recorrente entre projetos formulados em escalas externas e as necessidades reais que atravessam o cotidiano das comunidades tradicionais. Como evidenciado ao longo da análise, o desenvolvimento não se manifesta como promessa futura abstrata, mas como condição concreta de possibilidade de permanência, reprodução social e dignidade no território.

7.6.1 Desenvolvimento para quem? Desenvolvimento para quê?

A problematização do desenvolvimento local exige, inicialmente, o questionamento de sua suposta neutralidade. Conforme argumenta Amartya Sen (2010), o desenvolvimento não pode ser reduzido a indicadores econômicos, pois envolve a ampliação das liberdades reais das pessoas para viverem a vida que valorizam. Ainda assim, na prática das políticas públicas, o desenvolvimento continua sendo frequentemente concebido como crescimento econômico, expansão do mercado e aumento da produtividade, orientado por interesses externos aos territórios e dissociado das condições concretas de vida das populações locais.

Essa lógica hegemônica, amplamente criticada por autores como Escobar (2007), opera de forma verticalizada, definindo prioridades e soluções a partir de parâmetros técnicos universais, pouco sensíveis às especificidades culturais, territoriais e históricas. No contexto rural brasileiro, tal abordagem tende a invisibilizar modos de vida que não se alinham plenamente à racionalidade do mercado, relegando comunidades tradicionais a posições marginais no projeto desenvolvimentista.

A leitura empírica construída a partir da Comunidade Quilombola de Santo Inácio revela uma compreensão radicalmente distinta. Nas respostas abertas, especialmente aquelas relacionadas às expectativas para o futuro da comunidade, o desenvolvimento aparece associado não ao acúmulo de capital, mas à possibilidade de permanecer no território com dignidade, sustentado por condições mínimas de vida. Fortalecer a agricultura familiar, garantir acesso à saúde e à educação, preservar a identidade quilombola, assegurar a continuidade da memória coletiva e ampliar a autonomia comunitária emergem como elementos centrais dessa concepção.

Essa compreensão encontra respaldo direto nas respostas dos moradores, que associam o desenvolvimento à melhoria das condições de produção agrícola, à ampliação do acesso à água, à geração de oportunidades de trabalho e à permanência das famílias no território, e não apenas ao crescimento econômico formal ou à expansão de mercados externos. Essa leitura evidencia que, no contexto quilombola, o desenvolvimento é interpretado a partir das condições concretas de reprodução da vida e da capacidade de sustentar a continuidade territorial da comunidade.

Dessa forma, o desenvolvimento, visto do quilombo, desloca-se do plano dos resultados mensuráveis para o campo dos processos vividos. Não se trata de alcançar um estágio final de modernização, mas de sustentar, no tempo, as condições que tornam a vida possível no território. Essa leitura dialoga diretamente com Milton Santos (2006), para quem o território é sempre resultado de usos sociais concretos, e o desenvolvimento deve ser compreendido a partir das práticas que nele se realizam, e não apenas das intenções que sobre ele se projetam.

Ao confrontar as duas lógicas, evidencia-se um contraste estrutural. Enquanto o desenvolvimento hegemônico privilegia o crescimento econômico, o mercado e a acumulação, o desenvolvimento visto do quilombo se ancora na permanência, na vida cotidiana e na sustentação da comunidade. Trata-se menos de um projeto técnico e mais de um projeto de vida, no qual o território não é meio, mas condição.

Nesse sentido, o desenvolvimento local, quando interpretado a partir de Santo Inácio, deixa de ser uma promessa abstrata formulada por agentes externos e passa a se constituir como

critério concreto de possibilidade de vida digna no território. Ele se expressa na capacidade de continuar produzindo alimentos, de articular trabalho e renda, de manter vínculos comunitários e de afirmar a identidade quilombola frente às pressões econômicas, ambientais e institucionais. Como aponta Raffestin (1993), o território é sempre uma relação, construída no embate entre poder, trabalho e pertencimento. Assim, desenvolver-se, para o quilombo, significa fortalecer essas relações, e não substituí-las por modelos alheios à sua realidade.

Esse deslocamento analítico permite compreender que a pergunta “desenvolvimento para quem?” não é retórica, mas estruturante. Em Santo Inácio, o desenvolvimento só faz sentido quando responde às necessidades das famílias que vivem, trabalham e resistem no território. Fora disso, ele se apresenta como projeto incompleto, incapaz de dialogar com a complexidade da vida quilombola.

7.6.2 Pluriatividade, território e resistência como projeto

A pluriatividade, quando observada a partir do território quilombola de Santo Inácio, ultrapassa a condição de estratégia econômica circunstancial e se afirma como um projeto territorial de resistência. Os dados empíricos analisados ao longo da pesquisa demonstram que a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas não ocorre por opção individual desvinculada do contexto, mas como resposta concreta às limitações estruturais impostas ao campo, à seletividade das políticas públicas e às condições ambientais do semiárido.

Diferentemente das abordagens que interpretam a pluriatividade como sinal de fragilidade da agricultura familiar ou como etapa de transição rumo à desruralização, a experiência de Santo Inácio evidencia que essa prática se constitui como mecanismo ativo de reorganização da reprodução social no território.

Conforme argumenta Schneider (2003; 2010), a pluriatividade deve ser compreendida como expressão da capacidade adaptativa das famílias rurais diante da instabilidade produtiva, da fragmentação da renda e da ausência de garantias estruturais. Nesse sentido, ela não substitui o trabalho agrícola, mas o sustenta e o complementa, ampliando as possibilidades de permanência no campo.

Os resultados da pesquisa confirmam essa leitura ao indicar que a maioria das famílias reconhece a combinação de atividades como elemento central para a sobrevivência doméstica, para a redução das vulnerabilidades financeiras e, sobretudo, para a continuidade da vida no território. A pluriatividade emerge, assim, como prática que articula trabalho familiar, autoconsumo, renda monetária e acesso a políticas sociais, compondo uma economia do possível, construída no cotidiano e ajustada às condições locais.

Dados do levantamento realizado na comunidade indicam que parcela significativa das famílias combina a agricultura com outras fontes de renda, incluindo trabalho temporário, benefícios sociais e atividades não agrícolas, evidenciando que a diversificação das estratégias produtivas constitui condição concreta para a sustentação econômica doméstica e para a permanência no território.

Essa dinâmica revela que a pluriatividade não opera de forma dissociada do território, mas profundamente enraizada nele. As atividades não agrícolas identificadas — como trabalhos temporários, serviços, programas sociais e ocupações fora da comunidade — não significam ruptura com o espaço rural, mas extensão funcional do território para além de seus limites físicos imediatos. Tal processo dialoga com a noção de multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2004), na medida em que as famílias articulam diferentes espaços de trabalho e renda sem abandonar o território de pertencimento.

Ao mesmo tempo, a centralidade da agricultura familiar, ainda que atravessada por limites produtivos e ambientais, mantém-se como referência simbólica, alimentar e identitária. A pluriatividade, portanto, não dilui o vínculo com a terra, mas o protege, ao permitir que a insuficiência da renda agrícola não se converta automaticamente em expulsão do campo. Essa constatação empírica reforça a compreensão de que a permanência no território quilombola depende menos da especialização produtiva e mais da capacidade de diversificação das estratégias de reprodução social.

Nesse contexto, a pluriatividade assume caráter político. Ao possibilitar a permanência das famílias no território, ela se converte em instrumento de resistência frente aos processos históricos de marginalização do campo, às desigualdades no acesso a crédito e assistência técnica e às recorrentes ameaças de desterritorialização. Essa dinâmica é coerente com o contexto municipal mais amplo, no qual o Cadastro Único registra 2.681 agricultores familiares, evidenciando a centralidade da agricultura na estrutura social local, ao mesmo tempo em que os dados de produção leiteira e a inserção parcial em políticas como o PNAE demonstram que a reprodução econômica das famílias depende da articulação entre múltiplas atividades.

Como aponta Milton Santos (2006), resistir no território implica reinventar cotidianamente as formas de uso do espaço, produzindo alternativas dentro das condições impostas pelo sistema dominante.

Assim, em Santo Inácio, a pluriatividade não pode ser interpretada como adaptação passiva às adversidades, mas como projeto territorial em construção, no qual trabalho, identidade e pertencimento se articulam para sustentar a vida no quilombo. Trata-se de uma prática que transforma a vulnerabilidade em estratégia, a limitação em possibilidade e o

território em base ativa de reprodução social. Ao evidenciar essa dinâmica, a pesquisa demonstra que a pluriatividade não apenas acompanha o desenvolvimento local, mas o redefine a partir do chão do quilombo.

7.6.3 Santo Inácio como chave de leitura do desenvolvimento de Ibiassucê

A análise da Comunidade Quilombola de Santo Inácio permite ultrapassar a leitura localizada de suas dinâmicas internas e assumir um papel interpretativo mais amplo, configurando-se como uma chave de compreensão do desenvolvimento local no município de Ibiassucê. Longe de representar uma exceção ou um território marginal, o quilombo expressa, de forma concentrada, processos estruturais que atravessam o conjunto do espaço rural municipal, sobretudo no que diz respeito às condições de reprodução social, à centralidade da agricultura familiar e à necessidade de articulação entre múltiplas estratégias de trabalho e renda.

Os dados empíricos analisados ao longo da pesquisa evidenciam que os desafios vivenciados em Santo Inácio, como a instabilidade produtiva, a vulnerabilidade hídrica, a seletividade no acesso às políticas públicas e a dependência da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, não são específicos da comunidade quilombola, mas refletem padrões recorrentes no território de Ibiassucê. Nesse sentido, o quilombo se apresenta como um território revelador, no qual as contradições do desenvolvimento local se tornam mais visíveis em função da histórica sobreposição de desigualdades sociais, raciais e territoriais.

Essa leitura permite afirmar que o desenvolvimento local no município não pode ser apreendido apenas a partir de indicadores econômicos agregados ou da presença formal de políticas públicas. Conforme demonstrado ao longo da investigação, a sustentação da vida no território depende fundamentalmente da articulação entre agricultura familiar, pluriatividade, redes de solidariedade comunitária e pertencimento territorial. Esses elementos, amplamente observados em Santo Inácio, constituem a base concreta do funcionamento do rural em Ibiassucê, ainda que frequentemente invisibilizados nos instrumentos oficiais de planejamento e gestão.

Essa configuração encontra respaldo em dados municipais, que registram mais de mil agricultores familiares no Cadastro Único e participação ainda limitada em mercados institucionais como o PNAE, com apenas 17 produtores habilitados, evidenciando que a pluriatividade constitui estratégia central de permanência no território diante das restrições estruturais existentes.

A experiência da comunidade também evidencia os limites das políticas públicas quando concebidas de maneira setorial, descontinuada ou descolada das especificidades territoriais. O acesso parcial a programas de crédito rural, assistência técnica e compras institucionais revela que o desenvolvimento local, tal como operacionalizado pelo Estado, tende a se materializar de forma desigual, alcançando com menor intensidade os territórios mais vulnerabilizados. Ainda assim, a permanência das famílias no campo é viabilizada por estratégias construídas no cotidiano, nas quais o trabalho familiar, a diversificação das atividades produtivas e a ação comunitária assumem centralidade.

Do ponto de vista teórico, essa constatação dialoga diretamente com a compreensão de território enquanto construção social, conforme formulado por Raffestin (1980), na qual o espaço se produz e se mantém a partir das relações, práticas e conflitos nele inscritos. Articula-se, igualmente, à leitura de Santos (1996), ao evidenciar que o território não se reduz a suporte físico das políticas, mas expressa o uso concreto do espaço pelas populações que nele vivem e produzem. Em Santo Inácio, essas relações se manifestam na luta cotidiana pela permanência, na defesa da agricultura como base da vida e na mobilização coletiva frente às ausências institucionais.

A centralidade do capital social e da identidade quilombola observada na comunidade reforça que o desenvolvimento local não pode ser compreendido sem considerar os elementos simbólicos, culturais e históricos que sustentam o pertencimento territorial. As práticas de ajuda mútua, a organização comunitária e a valorização da memória coletiva não apenas fortalecem a capacidade de enfrentamento das adversidades, mas também produzem sentidos próprios de futuro, distintos das narrativas hegemônicas de progresso e modernização.

Dessa forma, Santo Inácio não apenas ilustra o desenvolvimento local em Ibiassucê, mas o interroga criticamente. Ao revelar que a permanência no território é assegurada menos pela efetividade das políticas públicas e mais pela capacidade comunitária de reorganizar a vida em condições adversas, o quilombo desloca o olhar analítico sobre o município. O desenvolvimento local, visto a partir de Santo Inácio, deixa de ser entendido como crescimento econômico ou ampliação de mercados e passa a ser reconhecido como a possibilidade concreta de reprodução da vida com dignidade no território.

Assim, a Comunidade Quilombola de Santo Inácio se afirma como lente privilegiada para compreender os limites, contradições e potencialidades do desenvolvimento local em Ibiassucê. Ao invés de ocupar um lugar periférico na análise, o quilombo se coloca no centro da interpretação, demonstrando que é nos territórios historicamente vulnerabilizados que se

tornam mais evidentes as bases reais, sociais, econômicas e políticas, que sustentam o município.

CAPÍTULO 8

8.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender a relação entre pluriatividade e desenvolvimento local no município de Ibiassucê, com ênfase na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, partindo da hipótese de que a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas constitui estratégia estruturante para a permanência das famílias no campo. A investigação demonstrou que a pluriatividade não pode ser compreendida como fenômeno meramente econômico ou como resposta conjuntural à insuficiência da renda agrícola, mas como prática territorial complexa, que articula trabalho, identidade, políticas públicas e formas específicas de organização social.

Os resultados empíricos evidenciam que a agricultura familiar permanece como eixo organizador da vida rural em Ibiassucê, estruturando práticas produtivas, relações sociais e formas de pertencimento territorial. Contudo, também revelam que a renda oriunda exclusivamente da atividade agrícola mostra-se insuficiente para garantir estabilidade econômica às famílias, especialmente em um contexto marcado pela irregularidade climática do semiárido, pela limitação do acesso contínuo a políticas públicas estruturantes e pela instabilidade dos sistemas produtivos. Nesse cenário, a diversificação das atividades emerge como estratégia central de redução das vulnerabilidades e de sustentação da reprodução social, confirmando a pluriatividade como elemento estruturante da permanência no território.

Na Comunidade Quilombola de Santo Inácio, essa dinâmica manifesta-se de forma particularmente evidente, permitindo compreender, em escala territorial aprofundada, como a pluriatividade opera concretamente como mecanismo de sustentação da vida no campo. Os dados coletados demonstram que as famílias combinam agricultura, criação animal, acesso a programas sociais, participação em mercados institucionais, trabalhos temporários e outras atividades não agrícolas, configurando uma economia diversificada que possibilita a permanência no território mesmo diante de limites estruturais significativos. Essa constatação confirma a perspectiva de Schneider (2003; 2010), segundo a qual a pluriatividade constitui estratégia de reprodução social das famílias rurais, e dialoga com a concepção de território

como espaço vivido e apropriado socialmente, conforme formulado por Santos (1996) e Raffestin (1993).

A pesquisa também evidenciou que o desenvolvimento local, quando observado a partir do território quilombola, não se reduz à ampliação da renda monetária ou ao crescimento de indicadores econômicos formais. Ao contrário, revela-se como processo relacional, construído no cotidiano, que envolve a permanência das famílias no território, a manutenção das práticas produtivas, o acesso a políticas públicas, a organização comunitária e a preservação dos vínculos sociais e identitários. Nesse sentido, o desenvolvimento local emerge como capacidade concreta de sustentar a vida no território, reafirmando a importância da dimensão territorial e social na compreensão dos processos de desenvolvimento rural.

A análise revelou, ainda, o papel ambivalente das políticas públicas nesse processo. Programas como PRONAF, Garantia Safra, PAA e PNAE ampliam as possibilidades de acesso a crédito, proteção produtiva e inserção em mercados institucionais, contribuindo para a sustentação econômica das famílias. No entanto, seus efeitos mostram-se desiguais e limitados por barreiras institucionais, exigências burocráticas e cobertura restrita, evidenciando que o acesso formal às políticas não garante, por si só, a consolidação de processos estruturantes de desenvolvimento local. Essa constatação confirma a leitura de Abramovay (2001), segundo a qual o desenvolvimento rural depende não apenas da presença de políticas públicas, mas da capacidade de organização social e de articulação territorial dos atores locais.

A centralidade do capital social e da organização comunitária observada em Santo Inácio reforça essa compreensão. As associações comunitárias, as redes de solidariedade e as formas de cooperação constituem elementos fundamentais para o acesso a políticas públicas, a organização produtiva e a permanência das famílias no território. Contudo, a pesquisa também evidenciou limites associados à baixa participação de jovens, à dependência de lideranças específicas e às dificuldades burocráticas, indicando que o capital social, embora presente, constrói-se de forma desigual e atravessada por tensões internas.

Um dos principais diferenciais desta pesquisa reside na articulação entre análise teórica e evidência empírica territorializada, evidenciando como a pluriatividade se manifesta concretamente em uma comunidade quilombola do semiárido baiano. Ao deslocar o foco analítico para o território quilombola de Santo Inácio, a investigação contribui para ampliar o debate sobre desenvolvimento local, incorporando dimensões frequentemente invisibilizadas pelas abordagens centradas exclusivamente em indicadores econômicos agregados. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que a pluriatividade não representa sinal de fragilidade ou

transição para a desruralização, mas constitui estratégia ativa de resistência territorial e de reprodução social.

A experiência de Santo Inácio revela que a permanência no território não depende exclusivamente da especialização produtiva, mas da capacidade das famílias de diversificar suas fontes de renda, mobilizar redes sociais e acessar políticas públicas de forma estratégica. Essa dinâmica reafirma que o território não é apenas suporte físico das atividades econômicas, mas espaço socialmente produzido, no qual se articulam relações de poder, pertencimento e resistência, conforme argumentam Santos (1996) e Haesbaert (2004).

Do ponto de vista teórico, esta dissertação contribui ao demonstrar que a pluriatividade deve ser compreendida não apenas como estratégia econômica, mas como prática territorial estruturante, particularmente relevante em contextos marcados por vulnerabilidades ambientais, desigualdades históricas e limitações estruturais, como o semiárido brasileiro. Do ponto de vista empírico, o estudo sistematiza evidências sobre as estratégias de reprodução social das famílias quilombolas, oferecendo subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas territorializadas e sensíveis às especificidades locais.

Por fim, conclui-se que o desenvolvimento local em Ibiassucê, quando observado a partir da Comunidade Quilombola de Santo Inácio, não pode ser compreendido como resultado exclusivo da ação estatal ou da expansão econômica formal, mas como processo construído no cotidiano das famílias, por meio da articulação entre agricultura familiar, pluriatividade, organização comunitária e pertencimento territorial. A permanência no território, nesse contexto, constitui não apenas condição econômica, mas escolha social e política, que reafirma o território como espaço de vida, resistência e produção do futuro.

Assim, a pluriatividade emerge não como adaptação passiva às limitações estruturais, mas como estratégia ativa de reprodução social e de afirmação territorial, evidenciando que o desenvolvimento local, longe de seguir modelos universais e homogêneos, constrói-se a partir das práticas, saberes e estratégias das populações que vivem e produzem no território.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

- ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALENTEJO, Paulo. Colonialidade do poder e conflitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos Territoriais*, v. 12, n. 2, 2020.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Manaus: PPGAS/UFAM, 2010.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 23, p. 35–73, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e identidade negra no processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.
- BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola**. Salvador: SEC/BA, 2014.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Estudios Sociales*, n. 99, p. 115–143, 2000.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. (org.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é desenvolvimento local**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, 1988.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**. New York: Routledge, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FEITOSA, Maria Lúcia. **Desenvolvimento local e capital social**. Fortaleza: UFC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INCRA. **Relatório de Terras Quilombolas**. Brasília, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2003.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PUTNAM, Robert D. **Making democracy work**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e territorialidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**. New Haven: Yale University Press, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2015.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**. CLACSO, 2001.

WCED. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

APENDICES



☐ Hortas

☐ Outro: _____

8. Além da agricultura, a família desenvolve outras atividades para geração de renda?

☐ Sim ☐ Não

Se **sim**, quais?

☐ Comércio

☐ Serviços (diarista, pedreiro, manicure, etc.)

☐ Artesanato

☐ Trabalho fora da comunidade

☐ Programas sociais

☐ Outro: _____

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL (5.2)

9. A agricultura praticada pela família é fundamental para a alimentação da casa?

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Pouco importante

☐ Não é importante

10. A renda gerada pela agricultura familiar contribui para:

☐ Sustento principal da família

☐ Complementação da renda

☐ Apenas consumo próprio

☐ Não contribui

11. Na sua opinião, a agricultura familiar ajuda no desenvolvimento da comunidade?

☐ Sim, muito

☐ Sim, pouco

☐ Não

☐ Não sabe responder

12. Quais são os principais desafios enfrentados na agricultura familiar?

(marque até três)

☐ Falta de água

☐ Falta de apoio do poder público

☐ Falta de assistência técnica

☐ Dificuldade de acesso a crédito

☐ Falta de equipamentos

- ☐ Clima/seca
- ☐ Outro: _____

PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE (5.3)

13. A combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas é importante para a sobrevivência da família?
- ☐ Muito importante
 - ☐ Importante
 - ☐ Pouco importante
 - ☐ Não é importante
14. A pluriatividade ajuda a:
- ☐ Aumentar a renda
 - ☐ Garantir permanência no campo
 - ☐ Reduzir dificuldades financeiras
 - ☐ Todas as alternativas
 - ☐ Nenhuma
15. Sem essas atividades complementares, a família conseguiria permanecer no campo?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Talvez

CAPITAL SOCIAL E REDES DE COOPERAÇÃO (5.4)

16. Existe ajuda mútua entre as famílias da comunidade?
- ☐ Sempre
 - ☐ Às vezes
 - ☐ Raramente
 - ☐ Não existe
17. Em momentos de dificuldade, a quem a família recorre primeiro?
- ☐ Família
 - ☐ Vizinhos
 - ☐ Associação comunitária
 - ☐ Igreja
 - ☐ Poder público
 - ☐ Ninguém
18. A comunidade participa de associações, grupos ou ações coletivas?
- ☐ Sim
 - ☐ Não

Se sim, quais? _____

19. Na sua opinião, a união da comunidade ajuda a enfrentar os problemas locais?
- ☐ Sim, muito
 - ☐ Sim, pouco
 - ☐ Não
 - ☐ Não sabe responder

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL (5.5)

20. Quais são as principais dificuldades da comunidade hoje?
(marque até três)
- ☐ Falta de políticas públicas
 - ☐ Infraestrutura precária
 - ☐ Falta de emprego
 - ☐ Falta de apoio à agricultura
 - ☐ Transporte
 - ☐ Saúde
 - ☐ Educação
 - ☐ Outro: _____
21. O que poderia melhorar o desenvolvimento da comunidade?
(resposta aberta)
22. Você acredita que a mobilização e organização da comunidade podem fortalecer o desenvolvimento local?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Talvez
23. O que você considera mais importante para o futuro da comunidade de Santo Inácio?
(resposta aberta)



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nutricionista Responsável pelo PNAE – Município de Ibiassucê/BA
Foco: Agricultores da Comunidade Quilombola de Santo Inácio

Pesquisa: *Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Município de Ibiassucê: um estudo da Comunidade Quilombola de Santo Inácio*

Pesquisadora: Laiane Michele Silva Souza – PPGEQ/UESB

Esta entrevista tem finalidade acadêmica e busca compreender o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na articulação entre agricultura familiar quilombola, mercado institucional e desenvolvimento local no município de Ibiassucê.

Identificação

1. Qual a sua função no PNAE e há quanto tempo atua no município de Ibiassucê?

PNAE e agricultura familiar quilombola

2. Como é organizada a compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE e de que forma os **agricultores quilombolas da Comunidade de Santo Inácio** se inserem nesse processo?
3. O município consegue cumprir o percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar previsto na legislação do PNAE? A participação quilombola contribui para esse cumprimento? Por quê?
4. Quais tipos de produtos da agricultura familiar **quilombola** são ou poderiam ser adquiridos para a alimentação escolar?
5. Existem critérios, exigências ou etapas específicas que dificultam ou facilitam a participação dos agricultores quilombolas no fornecimento ao PNAE?

Limites e dificuldades de acesso (recorte quilombola)

6. Quais são as principais dificuldades enfrentadas **pelos agricultores da Comunidade Quilombola de Santo Inácio** para acessar o PNAE?
7. Na sua avaliação, por que muitas famílias quilombolas, mesmo produzindo, não conseguem vender para o PNAE?
8. Questões como documentação, regularidade da produção, logística ou organização coletiva interferem no acesso dos agricultores quilombolas ao programa? De que forma?

PNAE, renda e desenvolvimento local quilombola

9. Quando ocorre a venda para o PNAE, como isso impacta a renda e a organização produtiva das famílias quilombolas?
10. É possível afirmar que o PNAE contribui para a permanência das famílias quilombolas no território e para o fortalecimento da economia local de Ibiassucê? Por quê?
11. Na sua percepção, o PNAE estimula a diversificação da produção e práticas pluriativas entre os agricultores quilombolas da comunidade?

Comunidade Quilombola de Santo Inácio (eixo central)

12. Agricultores da Comunidade Quilombola de Santo Inácio participam atualmente ou já participaram do fornecimento para o PNAE? Como foi ou tem sido essa experiência?
13. Quais seriam, na sua avaliação, as **condições necessárias** para ampliar a participação dos agricultores quilombolas de Santo Inácio no programa?

Articulação institucional com foco quilombola

14. Existe articulação entre o PNAE, a Secretaria de Agricultura, a ATER e a Associação Comunitária de Santo Inácio para fortalecer o acesso dos agricultores quilombolas ao programa?
15. Que ações institucionais poderiam ser implementadas para melhorar a integração entre produção quilombola, política pública e mercado institucional?

Avaliação final

16. Na sua visão, quais são os principais limites e potencialidades do PNAE como instrumento de desenvolvimento local **a partir da realidade da Comunidade Quilombola de Santo Inácio?**



Comunidade Quilombola de Santo Inácio – Ibiassucê/BA

Pesquisa: *Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Município de Ibiassucê: um estudo da Comunidade Quilombola de Santo Inácio*

Pesquisadora: **Laiane Michele Silva Souza** – PPGeo/UESB

Este questionário tem finalidade acadêmica e científica e busca compreender as formas de organização comunitária, redes de cooperação, acesso a políticas públicas e percepções locais sobre desenvolvimento, território e pluriatividade. As respostas representam a visão institucional da Associação Comunitária.

A. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Nome da Associação Comunitária:

2. Ano de fundação da associação:

3. Número aproximado de famílias associadas:

4. Função do(a) respondente:

☐ Presidente

☐ Vice-presidente

☐ Outro cargo: _____

D. CAPITAL SOCIAL E REDES DE COOPERAÇÃO

D.1 Formas de ajuda mútua

5. Existem práticas de **ajuda mútua** entre as famílias da comunidade?

☐ Sim

☐ Não

6. Quais formas de ajuda mútua são mais comuns?

(assinale as principais)

☐ Mutirão

☐ Troca de dias de trabalho

☐ Empréstimo de ferramentas

☐ Apoio em períodos de doença

☐ Apoio em períodos de seca

☐ Ajuda financeira informal

☐ Outras: _____

7. Com que frequência essas práticas ocorrem?

☐ Sempre

☐ Frequentemente

☐ Ocasionalmente

☐ Raramente

D.2 Redes de reciprocidade

8. Em quais situações as famílias costumam se ajudar mais?

☐ Plantio

☐ Colheita

☐ Construção/reforma

☐ Doença

☐ Falta de água

☐ Dificuldades financeiras

☐ Outras: _____

9. Essa ajuda acontece principalmente entre:

☐ Parentes

☐ Vizinhos

☐ Grupos organizados

☐ Toda a comunidade

D.3 Participação associativa

10. Além da associação comunitária, existem outras formas de organização coletiva na comunidade?

(assinale)

☐ Grupos religiosos

☐ Grupos culturais

☐ Coletivos de mulheres

☐ Coletivos de jovens

☐ Não existem outros grupos

☐ Outros: _____

11. Qual o grau de participação das famílias na associação comunitária?

☐ Alto

☐ Médio

☐ Baixo

Justifique:

D.4 Confiança comunitária

12. De forma geral, pode-se afirmar que **há confiança e solidariedade entre as famílias da comunidade?**

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

13. Na sua avaliação, a frase “**aqui a gente se ajuda**” representa a realidade da comunidade?

☐ Sim

☐ Em parte

☐ Não

Explique brevemente:

D.5 Lideranças e processos decisórios

14. Como são tomadas as **decisões coletivas** na comunidade?

(assinale)

☐ Assembleias

☐ Reuniões da associação

☐ Consenso entre as famílias

☐ Lideranças comunitárias

☐ Outras formas: _____

15. A comunidade participa ativamente das decisões?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

E. POLÍTICAS PÚBLICAS “NA VIDA REAL”

E.1 Acesso a programas produtivos

16. As famílias da comunidade acessam programas como:

(indique se sim e a situação)

Programa Acessam? Quantas famílias (estimativa)

PRONAF ☐ Sim ☐ Não _____

PNAE ☐ Sim ☐ Não _____

PAA ☐ Sim ☐ Não _____

ATER ☐ Sim ☐ Não _____

17. Quando as famílias **não acessam**, quais os principais motivos?

☐ Burocracia

☐ Falta de informação

☐ Falta de documentação

☐ Dificuldade de acesso ao banco

☐ Falta de assistência técnica

☐ Outros: _____

E.2 Programas de água e permanência no território

18. Quais programas ou ações de acesso à água existem na comunidade?

☐ Cisternas

☐ Barragens

☐ Açudes

☐ Carro-pipa

☐ Outras: _____

19. Esses programas contribuem para a **permanência das famílias no território**?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

Explique:

E.3 Transporte e acesso a serviços

20. Como é o acesso da comunidade a transporte para:

Finalidade Adequado InsuficienteTrabalho ☐ ☐Estudo ☐ ☐Saúde ☐ ☐

21. A distância e as condições das estradas dificultam o acesso aos serviços?

☐ Sim☐ Não**F. INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA**

22. Situação da água na comunidade:

☐ Regular durante o ano☐ Irregular em períodos de seca☐ Crítica

23. Energia elétrica atende adequadamente as famílias?

☐ Sim☐ Parcialmente☐ Não

24. Qualidade do acesso à internet:

☐ Boa☐ Regular☐ Ruim☐ Inexistente

25. Acesso à saúde:

Tempo médio até o atendimento mais próximo: _____

26. Acesso à escola:

☐ Na própria comunidade☐ Em outra localidade

Tempo médio de deslocamento: _____

27. Em períodos de chuva, as estradas ficam:

☐ Transitáveis☐ Difíceis☐ Intransitáveis

28. A produção agrícola garante **segurança alimentar** durante todo o ano?

- () Sim
() Parcialmente
() Não

Em quais períodos a situação se torna mais difícil?

G. PERCEPÇÕES, MEMÓRIA E FUTURO (DADOS QUALITATIVOS)

29. Por que as famílias da comunidade combinam atividades agrícolas e não agrícolas?

30. O que mudou na vida das famílias depois que passaram a diversificar suas atividades?

31. O que significa, para a comunidade, **permanecer no território**?

32. Na visão da comunidade, o que é **desenvolvimento local**?

33. Como a **identidade quilombola** se conecta com trabalho, terra e futuro das novas gerações?

H. DADOS COMPLEMENTARES

É possível identificar diferenças entre famílias **mais pluriativas** e **menos pluriativas** na comunidade?

- () Sim
() Não

Se sim, quais diferenças principais?

35. Quais mudanças mais importantes ocorreram na comunidade **antes e depois** de melhorias como estrada, energia, internet, escola ou programas públicos?



QUESTIONÁRIO INSTITUCIONAL

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – Ibiassucê/BA

Pesquisa: *Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Município de Ibiassucê: um estudo da Comunidade Quilombola de Santo Inácio*

Pesquisadora: **Laiane Michele Silva Souza** – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UESB)

Orientador: Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio

As informações solicitadas possuem finalidade exclusivamente acadêmica e científica, sendo utilizadas para subsidiar análises sobre agricultura familiar, pluriatividade, capital social e desenvolvimento local no município de Ibiassucê.

1. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

1.1. A Secretaria possui levantamento ou estimativa do número de estabelecimentos da agricultura familiar em Ibiassucê?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, informe:

- Quantidade estimada de estabelecimentos: _____
- Percentual em relação ao total de propriedades rurais: _____ %
- Fonte dos dados (IBGE, cadastro municipal, outro): _____

1.2. Quantidade estimada de **famílias rurais** que têm a agricultura familiar como base produtiva:

2. PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS

2.1. Indique as **principais culturas agrícolas** desenvolvidas no município:

Cultura	Nº estimado de famílias produtoras	Área média cultivada (ha)	Destinação
Feijão			☐ Autoconsumo ☐ Venda ☐ Ambos
Milho			☐ Autoconsumo ☐ Venda ☐ Ambos
Mandioca			☐ Autoconsumo ☐ Venda ☐ Ambos
Hortaliças			☐ Autoconsumo ☐ Venda ☐ Ambos
Outras			

2.2. A produção agrícola municipal caracteriza-se predominantemente como:

☐ Subsistência

☐ Comercial

☐ Mista

3. CRIAÇÕES ANIMAIS

3.1. Informe as **principais criações existentes** no município:

Tipo de criação	Nº estimado de famílias	Quantidade média de animais
Bovinos		
Caprinos		
Ovinos		
Aves		
Suínos		
Outras		

4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

4.1. Quanto à estrutura fundiária do município, predominam:

- ☐ Pequenas propriedades
- ☐ Médias propriedades
- ☐ Grandes propriedades

4.2. Distribuição estimada das propriedades rurais:

Tipo	Percentual aproximado
Pequenas	_____ %
Médias	_____ %
Grandes	_____ %

4.3. Existem formas de uso da terra como:

- ☐ Posse tradicional
- ☐ Arrendamento
- ☐ Parceria agrícola
- ☐ Propriedade titulada

Informe quantidades estimadas (se houver):

- Famílias em posse tradicional: _____
- Famílias em arrendamento/parceria: _____

5. ACESSO À ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS

5.1. Principais fontes de água utilizadas no meio rural:

Fonte de água N° estimado de famílias atendidas

Barragens _____

Açudes _____

Cisternas _____

Poços _____

Carro-pipa _____

Outras _____

5.2. A estiagem impacta significativamente a produção agrícola?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em determinados períodos

5.3. Existem ações ou programas de convivência com o Semiárido?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, indique:

- Tipo de ação: _____
- Quantidade de unidades implantadas: _____

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

6.1. O município conta com serviço de ATER?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6.2. Quem oferta o serviço?

- ☐ Secretaria Municipal
- ☐ BAHATER

☐ Parcerias (ONGs, associações)

☐ Outros: _____

6.3. Quantidade de técnicos atuantes: _____

6.4. Frequência média de atendimento às comunidades rurais:

☐ Mensal

☐ Trimestral

☐ Eventual

☐ Inexistente

6.5. Quantidade aproximada de famílias atendidas por ano: _____

7. PROGRAMAS RURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

7.1. Programas com atuação no município:

Programa	Nº estimado de famílias atendidas
PRONAF	_____
PNAE	_____
PAA	_____
Garantia-Safra	_____
Programas de cisternas	_____
Outros	_____

7.2. Avaliação da Secretaria quanto à eficácia dos programas:

☐ Atendem adequadamente

☐ Atendem parcialmente

☐ São insuficientes

7.3. Principais dificuldades de acesso:

☐ Burocracia

☐ Falta de documentação

☐ Falta de informação

☐ ATER insuficiente

☐ Outras: _____

8. BANCO DO NORDESTE E PROGRAMA AGROAMIGO

8.1. O município possui parceria com o Banco do Nordeste?

☐ Sim

☐ Não

8.2. Programas do BNB atuantes no município:

☐ Agroamigo

☐ PRONAF B

☐ PRONAF Mais Alimentos

☐ Outros: _____

Programa Agroamigo

8.3. O Agroamigo atua no município?

☐ Sim

☐ Não

8.4. Quantidade estimada de famílias atendidas pelo Agroamigo (últimos 3 anos):

• Ano 1: _____

• Ano 2: _____

• Ano 3: _____

8.5. Valor médio aproximado do financiamento por família:

R\$ _____

8.6. Valor total estimado de recursos aplicados no município (anual):

R\$ _____

8.7. Finalidade predominante do crédito:

- ☐ Atividades agrícolas
- ☐ Criação animal
- ☐ Infraestrutura produtiva
- ☐ Atividades não agrícolas
- ☐ Pluriatividade

8.8. A Comunidade Quilombola de Santo Inácio possui famílias atendidas pelo Agroamigo?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não há informação

Se sim, informe:

- Nº estimado de famílias: _____
- Tipo de atividades financiadas: _____

8.9. Principais dificuldades no acesso ao crédito:

- ☐ Documentação
- ☐ Burocracia
- ☐ Falta de informação
- ☐ Falta de ATER
- ☐ Inadimplência
- ☐ Outras: _____

9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

9.1. Na avaliação da Secretaria, o crédito rural e as políticas públicas contribuem para: (assinale)

- ☐ Diversificação produtiva
- ☐ Fortalecimento da agricultura familiar
- ☐ Ampliação da renda
- ☐ Permanência no campo
- ☐ Desenvolvimento local

9.2. Quais são os **principais desafios** atuais da agricultura familiar em Ibiassucê?

9.3. Quais **potencialidades** do território podem fortalecer o desenvolvimento rural local?